



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIST

MAURÍCIO MARQUES BRUM

**DESUMANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA:
DISPUTAS DE MEMÓRIA NA PRISÃO POLÍTICA NO CHILE DE PINOCHET
ATRAVÉS DO TESTEMUNHO DE TRÊS SOBREVIVENTES**

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Claudia Wasserman

Porto Alegre
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIST

MAURÍCIO MARQUES BRUM

DESUMANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA:
DISPUTAS DE MEMÓRIA NA PRISÃO POLÍTICA NO CHILE DE PINOCHET
ATRAVÉS DO TESTEMUNHO DE TRÊS SOBREVIVENTES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia Wasserman

Porto Alegre
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Brum, Maurício Marques

Desumanização e resistência: disputas de memória na
prisão política no Chile de Pinochet através do
testemunho de três sobreviventes / Maurício Marques
Brum. -- 2020.

253 f.

Orientadora: Claudia Wasserman.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Desumanização. 2. Memória. 3. Testemunho. 4.
Prisão política. 5. Ditadura Chilena (1973-1990). I.
Wasserman, Claudia, orient. II. Título.

MAURÍCIO MARQUES BRUM

DESUMANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA:
DISPUTAS DE MEMÓRIA NA PRISÃO POLÍTICA NO CHILE DE PINOCHET
ATRAVÉS DO TESTEMUNHO DE TRÊS SOBREVIVENTES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Caroline Silveira Bauer – Conceito A
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Fernando Nicolazzi – Conceito A
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad – Conceito A
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Ramiro Esteban Zó – Conceito A
Universidad Nacional de Cuyo

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Claudia Wasserman
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 6 de outubro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Uma tese é escrita por uma pessoa, mas nunca é resultado, apenas, dos esforços solitários dela. O texto aqui apresentado é a conclusão de uma jornada que se iniciou muitos anos antes do próprio ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, e que não se encerra no momento da entrega deste trabalho ou em sua defesa final.

Foram anos desafiadores para construir as páginas que se seguem, no que diz respeito à pesquisa propriamente dita e, também, em relação ao que a rodeia – ao que rodeia o seu autor –, e a manutenção da estabilidade necessária para concluí-la seria impossível sem o apoio e a compreensão de seres queridos que, em diferentes graus, estiveram ao meu lado em algum ponto da trajetória. O que se segue é uma humilde (e insuficiente) tentativa de agradecê-los.

Agradeço à Maíra, meu amor, que me acompanhou em todas as horas, as boas e as más, que parecem ter se multiplicado depois que o ano da peste se abateu sobre nós, aguentando com carinho as divagações, as raivas e frustrações de um caminho que percorreu inteiramente ao meu lado (também à Nala, a gata, que não poderá ler estas linhas, mas várias vezes subiu ao teclado do computador para tentar inscrever clandestinamente as suas, pelo conforto e alegria oferecidos em incontáveis madrugadas de leitura e escrita, obrigando a pequenas fugas de tão pesado tema, pois assim são os felinos).

Aos meus pais, Argemiro Luís e Neiva, pelo amor e pelo constante apoio – de todos os tipos e em todas as etapas até aqui – que permitiram que este caminho jamais tenha sido colocado em dúvida, desde que saí de casa, há mais de uma década, buscando sempre optar pelas curvas mais adequadas na estrada.

Aos meus avós – Argemiro Jacob (*in memoriam*) e Vanyr, Candida e Olinto – pelo exemplo, cuidado e por reforçar a todo momento o valor do ensino e do conhecimento. Este trabalho é entregue sentindo saudades da leitura generosa do vô Argemiro, que nunca faltou nos momentos anteriores desta jornada, e que não hesitaria em oferecer seu olhar atento uma vez mais.

À minha orientadora, professora Cláudia Wasserman, pela ajuda oferecida nos momentos necessários, pelos comentários criteriosos que possibilitaram uma tese digna deste nome e pela fundamental paciência nesta longa caminhada.

À professora Caroline Bauer e ao professor Fernando Nicolazzi, que compuseram a banca de qualificação deste trabalho – e regressam para a defesa final – pela leitura no meio da estrada que engrandeceu esta pesquisa e ofereceu correções de rumo, e aos professores Diorge Konrad e Ramiro Zó por se juntarem a eles para o momento em que o texto é examinado pela última vez.

A Jorge Montealegre, cuja obra e resistência se converteriam em um dos focos deste estudo, por plantar a ideia desta pesquisa pela primeira vez na conversa que tivemos há oito anos, e por me receber no regresso ao Chile em meio à elaboração desta tese.

Aos amigos convertidos em sócios, Alexandre de Santi e Sílvia Lisboa, que há três anos me permitiram fazer parte da família maravilhosa que é a Fronteira. Se o trabalho fez as horas escassearem e prolongou o tempo necessário para a escrita da tese, foi primordial para oferecer uma tranquilidade que a ausência de bolsa não possibilitava, e uma realização profissional da qual não abriria mão por nada. Pela compreensão da dura rotina que foi equilibrar as lidas profissional e acadêmica, e por me acolher quando precisei, abrindo novos horizontes.

Ao Lucas Berti e ao Juan Ortiz por abraçar comigo as empreitadas mais ambiciosas que têm surgido em meio à tormenta, desbravando nossa linda e louca América Latina. A eles e aos demais colegas de trabalho que, ao longo desse tempo, permitiram que cada problema encontrasse uma solução, cada demanda encontrasse um desfecho e novas possibilidades se abrissem: Henrique Kanitz, Juliana Coin, Murilo Basso, Paula Bianchi, Pedro Nakamura e Stéfani Fontanive.

Aos amigos indispensáveis que seguiram presentes, cada vez mais, enquanto todos andávamos às voltas com nossas próprias dores de cabeça, em particular ao Gabriel Eduardo Bortulini e ao Iuri Müller, colegas de longa data nos corredores universitários e fora deles, e também ao Eduardo Covalesky e ao Gregório Mascarenhas, que nos acompanharam em outras tantas. Às pessoas que, de longe e virtualmente, também marcaram esses dias e possibilitaram escapes e alentos: Diego Altafini, João Renato Alves, “*Abs*” e “*Bob Odenkirk*”. Ao Daniel Cassol, pela cadeira sobre a qual a maior parte destas páginas nasceu, e ao Pedro Geromel e seus capitaneados, por proporcionar alguns dos momentos mais felizes dos quatro anos pelos quais este trabalho se desenrolou.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional de Chile e do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos de Santiago, pela atenção dispensada nas buscas pelos *testimonios*. À equipe que constituiu o acervo virtual do Centro Documental Blest, facilitando o acesso a materiais utilizados nesta pesquisa.

A Alexandra Elbakyan, que não lerá este agradecimento, mas sabe o bem que fez aos pesquisadores da periferia do mundo.

*Villorrio destruido y fantasmal,
Chacabuco, perdido en el desierto,
aldea calcinada en suelo muerto,
osamenta de un pueblo en el erial*

*Extinguida la veta mineral
quédose el casorio estéril, yerto,
el arenal en su costado abierto
de donde se fugaron hombre y sal.
La historia luego lió una historia añeja:
encerraron la vida en una reja
reviviendo a la aldea, por su mal.*

*Pero la sangre hizo canción su queja
y dice en su cantar, son que ceja:
la reja es solo un trozo de metal.¹*

¹ “Libre”, um dos poemas escritos no campo de concentração de Chacabuco para o festival vencido por Jorge Montealegre, conforme registrado por Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo central analisar a resistência aos discursos e práticas da desumanização da Ditadura Chilena (1973-1990) em três *testimonios* representativos. Para isso, são discutidos os mecanismos pelos quais a política de desumanização da ditadura se estabelece desde a implementação do regime. A partir disso, propõe-se uma periodização para compreender os momentos distintos na forma como os *testimonios* respondem a cada contexto, destacando uma obra de cada período: *Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos* (1976), de Luis Alberto Corvalán Castillo, como obra representativa dos textos publicados no exílio e que buscam realizar uma denúncia do ocorrido no Chile; *Un viaje por el infierno* (1984), de Alberto Gamboa, representando o discurso do período de transição, quando os *testimonios* passam a ser publicados dentro do país e buscam uma reconciliação; e *Frazadas del Estadio Nacional* (2003), de Jorge Montealegre, representando um período posterior à perda de poder de Augusto Pinochet, quando os fatos da ditadura já são conhecidos e investigados pelo próprio governo democrático do Chile, e os *testimonios* tentam promover uma reflexão sobre o passado traumático. A argumentação em torno das características definitivas de cada um dos três períodos propostos é feita comparando os textos destacados com outros relatos contemporâneos da experiência concentracionária no Estádio Nacional e no campo de Chacabuco. Apesar das diferenças de cada período, no entanto, permanece notável uma constante a narrativa de episódios “felizes” e “positivos” vividos dentro da prisão política, independentemente da época em que os livros são escritos. A tese busca demonstrar, então, como essas memórias que o próprio Montealegre (2013) define como sendo inicialmente *eclipsados* acabam por se tornar significativos e essenciais para que a resistência à desumanização se consolide no *testimonio* ao longo dos tempos – fortalecendo um discurso em prol dos direitos humanos e que contradiz as representações de *otredad negativizada* que a ditadura atribuía aos prisioneiros políticos.

Palavras-chave: Desumanização. Testemunho. Memória. Prisão política. Ditadura Chilena (1973-1990).

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the resistance to the dehumanizing discourses and practices of the Chilean dictatorship (1973-1990) in three representative *testimonios*. With this objective, I discuss the mechanisms by which the policy of dehumanization is established since the coup d'état. The work thus proposes a periodization to understand the different moments of the Chilean *testimonio*, highlighting a work from each period: *Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos* (1976), by Luis Alberto Corvalán Castillo, as a representative work of the texts published in exile seeking to denounce what was happening in Chile; *Un viaje por el infierno* (1984), by Alberto Gamboa, representing the transitional discourse, when the first *testimonios* are published in Chile and attempt to find reconciliation; and *Frazadas del Estadio Nacional* (2003), by Jorge Montealegre, which represents a period after Augusto Pinochet loses his power, when the facts of the dictatorship are already known and investigated by the democratic government of Chile, and the newer *testimonios* try to promote a reflection on the traumatic past. The argument about the definitive characteristics of each period is built upon a comparison of the three books with other contemporary accounts of the concentrationary experience at the Estadio Nacional and the Chacabuco concentration camp. Despite the differences between the periods, however, the narrative of “happy” and “positive” episodes lived inside the camps remains noticeable, regardless of the time when the books were written. The dissertation seeks to demonstrate, then, how these memories that Montealegre himself (2013) defines as being initially *eclipsed* end up becoming significant and essential for the resistance to dehumanization to consolidate in the *testimonios* over the years – emboldening a discourse in favor of the human rights, contradicting the representations of negative otherness that the dictatorship attributed to the political prisoners.

Keywords: Dehumanization. Testimonio. Memory. Political prison. Chilean dictatorship (1973-1990).

SUMÁRIO

Introdução	13
1. A desumanização	30
1.1. A destruição do outro	31
1.1.1. <i>Ameaça vermelha: os canibais</i>	35
1.1.2. <i>Humanoides</i>	40
1.1.3. <i>O campo de concentração chileno</i>	43
1.2. A destruição de si	49
1.2.1. <i>A tortura</i>	50
1.2.2. <i>Violência chancelada</i>	56
1.2.3. <i>Perdas e aniquilamentos</i>	60
1.3. Fazer frente às destruições	66
1.3.1. <i>Combater as negações</i>	68
1.3.2. <i>Choque de versões</i>	72
1.3.3. <i>Testigo: a testemunha</i>	77
1.3.4. <i>Testimonio: o testemunho</i>	84
2. Momentos do testemunho	93
2.1. Fases entrelaçadas	94
2.2. 1973-1983: A denúncia exilada	97
2.2.1. <i>Luis Alberto Corvalán Castillo</i>	103
2.2.2. <i>A dor e a esperança de meus irmãos</i>	112
2.3. 1984-1998: O discurso transicional	123
2.3.1. <i>Alberto Gamboa</i>	131
2.3.2. <i>A viagem pelo inferno</i>	137

2.4. 1998-: Reflexão e acerto de contas _____	145
2.4.1. <i>Jorge Montealegre</i> _____	154
2.4.2. <i>Os cobertores do Estádio Nacional</i> _____	159
3. A resistência _____	166
3.1. Contra (e com) o que se luta _____	167
3.1.1. <i>A angústia: perigos do caldo de cabeça</i> _____	169
3.1.2. <i>Consolo: cartas e beijos de amor</i> _____	178
3.2. Monstruosos animais de farda: a desumanização do verdugo _	187
3.3. La calidad humana de sus obligados habitantes _____	197
3.3.1. <i>Momentos “felizes”</i> _____	205
Considerações finais _____	220
Referências bibliográficas _____	225

Introdução

São vários os documentários de Patricio Guzmán que versam, de alguma forma, ou sobre o tema do governo de Salvador Allende, ou sobre a ditadura que se seguiu a ele – e seus reflexos na sociedade chilena. Para iniciar a apresentação deste trabalho, poderíamos evocar uma cena de *Nostalgia de la luz*, de 2010, em que Luis Henríquez, um sobrevivente do campo de prisioneiros de Chacabuco, recorda como a observação das estrelas – mais tarde proibida pelos militares – fazia com que os prisioneiros se sentissem mais livres. Caminhando pelo campo durante as filmagens, a certa altura Henríquez se coloca diante de uma velha parede, que revela ser a da sua “casa” – de sua cela –, onde ele e seus companheiros haviam escrito seus nomes, quatro décadas mais cedo. Já não se lia quase nada. A tinta apagada e a pintura descascada pelos anos sob o calor e as sequedões do Atacama transformaram seus nomes em letras soltas, incongruentes e irreconciliáveis com as palavras que um dia formaram.

Luis Henríquez, no entanto, lembrava de cada nome. No filme, ouvimos apenas a lista que, tirando a especificidade de identificar o círculo de amigos do narrador, nada traz de novo em relação às listagens oficiais de prisioneiros que se tornaram conhecidas após o trabalho das comissões investigadoras estabelecidas em democracia. Mas é certo que, enquanto se referia aos antigos colegas, o astrônomo amador recordava também as histórias de vida que ali escutou, o que cada um deles dizia, aquilo em que acreditavam e as razões que os levaram, muitas vezes, a morrer lutando. Sem Henríquez para contar a história, aquela parede não significaria coisa alguma para qualquer outra pessoa além dos que um dia estiveram ali. De fato, se Chacabuco seguir no estado atual de abandono, a estrutura nem mesmo estará em pé dentro de alguns anos. Quando todos aqueles nomes forem mencionados pela última vez e a geração que viveu a opressão do Chile passar, o que teremos serão registros como os feitos por Patricio Guzmán, investigados pelas comissões de direitos humanos, elaborados em romances e filmes de ficção, ou – e aqui se concentra o foco deste trabalho – preservados na miríade de testemunhos publicados desde que o 11 de setembro de 1973 fraturou a história e a sociedade chilena de maneira decisiva.

Este é um estudo sobre esses testemunhos. Mais precisamente: um estudo sobre como, diante de uma política sistemática de desumanização por parte do Estado ditatorial pinocetista, que com frequência chegava à eliminação física de seus inimigos, os sobreviventes da prisão política elaboraram a sua resistência – intimamente, por um lado,

e perante os olhos da comunidade internacional e chilena, por outro. Não se trata, aqui, de mergulhar em uma discussão já bastante rica sobre as denúncias propriamente ditas ou os horrores cometidos na prisão política descritos nesses trabalhos – esses são fatos investigados à exaustão e comprovados até mesmo diante dos órgãos judiciais. A reflexão será feita por outra chave: de que maneira as memórias publicadas se relacionam com o discurso oficial do regime² que buscava aniquilar – simbólica e literalmente – os autores desses textos (e seus companheiros). O foco deste trabalho está na narrativa que deliberadamente resiste à desumanização, à coisificação e à destruição de seus mundos. Nos textos que estimam, por vezes mais do que a denúncia, as experiências cotidianas do cárcere e o valor individual das pessoas ali encerradas – uma tônica que permanece constante nos diferentes momentos que este trabalho aborda, mesmo quando as urgências imediatas se transformam ao longo das décadas.

* * *

O golpe contra Salvador Allende deu início a uma das mais sangrentas ditaduras da América do Sul, que se estenderia com violência sistemática pelos dezessete anos seguintes. A Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación, mais conhecida como Comissão Rettig e estabelecida logo no início da redemocratização, em 1990, apontou 2.279 vítimas fatais do regime pinochetista.³ Duas décadas depois, em 2011, a Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, geralmente referida como Comissão Valech, apresentou novos números, decorrentes de investigações mais amplas e de um conceito mais abrangente do que constituía uma vítima (além dos mortos e desaparecidos, finalmente se olhava também para os presos e torturados que sobreviveram): agora, falava-se em um total de pelo menos 40.018 cidadãos que sofreram violações de direitos

² Ao longo deste trabalho, expressões como “regime”, “governo militar”, “estado de exceção” e similares serão empregadas de forma intercambiável com “ditadura”. Embora reconheça que o uso dessas expressões costume ser feito com a intenção de amenizar as atrocidades cometidas pelas ditaduras latino-americanas desse período, abrandamento com o qual não compactuo, a escolha por essas substituições se dá por opção puramente estilística (e não conceitual), de modo a manter a fluência do texto e evitar redundâncias que venham a tornar a leitura maçante. Está o leitor avisado.

³ Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación. Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación [Informe Rettig]. 2. ed. Santiago de Chile: Andros Impresores, 1996. Disponível em <http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html> Acesso em 16 maio 2016.

humanos por parte da ditadura, atualizando *também* o número de mortos e desaparecidos reconhecidos pelo Estado, chegando a 3.065 pessoas.⁴

A violência, em uma magnitude poucas vezes vista no continente até então, alinhava-se à Doutrina de Segurança Nacional (que já guiava outras ditaduras sul-americanas) e respondia à grande penetração social e política que a esquerda havia alcançado no Chile. Salvador Allende, afinal, havia chegado à Presidência de forma democrática, à frente de uma coalizão em que os partidos mais importantes eram o Socialista e o Comunista.⁵ Seu programa, que se prometia como a “via chilena ao socialismo” – uma transição ao socialismo sem rupturas violentas, seguindo a legislação pré-existente e os ritos democráticos⁶ –, promoveu importantes reformas desde sua eleição em 1970, tais como a nacionalização das minas de cobre, a estatização de grande parte do setor bancário, a aceleração da reforma agrária e até mesmo uma inédita socialização de fábricas.⁷ No entanto, a rapidez do processo, somada a erros administrativos e sabotagens internacionais e domésticas, levou a uma crise econômica, social e política que acabou por tornar o país ingovernável, situação agravada pela pouca disposição ao diálogo entre governo e oposição.⁸

O levante militar que derrubou o governo foi anunciado por seus perpetradores como a solução para os problemas do país e, entre seus objetivos fundamentais delineados já na manhã do golpe, buscava “liberar a Pátria do jugo marxista”.⁹ Na prática, isso passou a significar a eliminação física de muitos dos que haviam atuado em prol do governo Allende, desencadeando perseguições políticas e repetidas violações de direitos humanos: prisões sem julgamento, tortura, exílio forçado, desaparecimento ou morte. Tais violações, evidentemente, jamais foram propriamente reconhecidas pelo Estado enquanto o regime encabeçado por Pinochet vigorou naquele país. Pelo contrário, ante as comissões internacionais de direitos humanos, a Junta Militar negava as denúncias, ora sequer admitindo a detenção de grande parte dos desaparecidos, ora confirmando suas mortes,

⁴ A Comissão Valech foi estabelecida originalmente em 2003, entregando seu relatório em 2004. Alguns anos mais tarde, os trabalhos foram reiniciados para dar cabo a milhares de novas denúncias que haviam surgido desde então. O segundo relatório foi divulgado em 2011, chegando ao número atual.

⁵ Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 142.

⁶ Salvador Allende. *Abrirán las grandes alamedas: Discursos*. Santiago: LOM, 2003.

⁷ Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁸ Tito Drago. *Chile: Um duplo seqüestro*. Brasília: Thesaurus, 1995.

⁹ Junta Militar de Gobierno. *Bando N° 1*, 11 set. 1973. Disponível em <<http://bandos1973.blogspot.com.br/2011/06/bnado-n-11-de-septiembre-de-1973.html>> Acesso em 20 maio 2016.

mas atribuindo-as ao resultado de conflitos entre as Forças Armadas e “grupos extremistas” que colocavam em risco a ordem e a “reconstrução nacional”.¹⁰

Desde o momento do golpe, a Junta Militar e seus apoiadores procuraram estabelecer no discurso público uma percepção de que haveria um confronto interno no qual os militantes da esquerda, até então governo e imediatamente convertidos em opositores do novo regime, agora eram o “outro” a ser combatido. A Doutrina de Segurança Nacional argumentava precisamente sobre a necessidade de defender as nações latino-americanas da “guerra revolucionária” que estaria sendo levada a cabo pelos comunistas em todo o mundo:

Segundo membros da *National Security*, a guerra revolucionária revelou-se a nova estratégia do comunismo internacional e a consagração do comunismo passava obrigatoriamente pela América Latina e demais países do Terceiro Mundo. Partindo deste pressuposto, um mesmo modelo de interpretação caberia a qualquer fenômeno revolucionário, guerras de libertação nacional, guerrilhas, terrorismo..., eram apenas fases de um processo maior e único, o da guerra revolucionária.¹¹

Em seu *Libro Blanco del cambio de gobierno en Chile*, obra publicada já em outubro de 1973 com o objetivo de “justificar” a sublevação militar, a Junta atribuía ao governo Allende planos de um “autogolpe”, reforçando a ideia de que a esquerda atuava em causa própria e contra os interesses do país:

A Unidade Popular e Salvador Allende, não satisfeitos em atropelar a vontade majoritária do país, em infringir o fundo e a forma da Constituição e das leis, em não ouvir a condenação e as advertências dos demais poderes do Estado, em arruinar economicamente o país e em ter semeado nele ódio, violência e morte, aprestavam-se a dar um autogolpe para conquistar um poder baseado na força e no crime, implantando a “ditadura popular”.¹²

Criava-se, assim, a noção de um “inimigo interno” a ser combatido – um contingente de militantes de esquerda (genericamente chamados de “comunistas”) que, mesmo sendo chilenos, não se filiavam ao que supostamente seriam os valores nacionais.

¹⁰ Alain Touraine. *Vida e Morte do Chile Popular*. Amadora: Bertrand, 1974, p. 212.

¹¹ Gilvan Veiga Dockhorn. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento, 1964-1974*. Porto Alegre: PUCRS, 2002, p. 39.

¹² Secretaría General de Gobierno. *Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: Lord Cochrane, 1973, p. 27. Tradução própria. No original: “La Unidad Popular y Salvador Allende, no satisfechos con atropellar la voluntad mayoritaria del país, con infringir el fondo y la forma de la Constitución y de las leyes, con desoír la condenación y las advertencias de los demás poderes del Estado, con arruinar económicamente al país y con haber sembrado en él odio, violencia y muerte, se aprestaban a dar un autogolpe para conquistar un poder absoluto basado en la fuerza y en el crimen, implantando la ‘dictadura popular’”.

Neste cenário, apresentava-se a ideia de que um governo forte comandado pelos militares acabava por se fazer necessário, a fim de conter qualquer investida que contrariasse os objetivos do Chile: “Para que as forças do ‘Poder Nacional’ fossem mais bem mobilizadas não caberia a possibilidade de divergências ou oposições, uma vez que isso dizia respeito a interesses particulares, e viabilizaria a emergência do comunismo”.¹³ Desta forma, qualquer questionamento passa a ser “concebido como ato de subversão que afeta diretamente a capacidade do Estado em atingir seus objetivos fundamentais”.¹⁴

Seguindo um roteiro similar àquele experimentado no Brasil e no Uruguai, e que mais tarde também apareceria na Argentina, a Ditadura Chilena empregou diferentes táticas no combate a tais “inimigos”, em um processo identificado como um autêntico Terrorismo de Estado.¹⁵ Logo se fez necessário explicar a violência de tais medidas, e ao longo do regime pinochetista haveria uma sistemática campanha de desumanização dos militantes da esquerda, passando a apresentá-los dentro daquilo a que Pérez Ramos, seguindo os comentários de Daniel Feierstein sobre os passos de um “genocídio reorganizador” (que não necessariamente passa por uma eliminação física massiva, mas envolve o aniquilamento do outro e do que ele defende enquanto *possibilidade*), se refere como a construção de uma *otredad negativizada*: “expropriam os sujeitos ao aniquilar suas características humanas, alheiam-nos de suas histórias de vida, de seus projetos, ideais e valores pelos quais lutaram, apresentando-os como *não humanos*, capazes de qualquer atrocidade”.¹⁶

¹³ Ricardo Antonio Souza Mendes. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul-dez. 2013, p. 16.

¹⁴ Ricardo Antonio Souza Mendes. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul-dez. 2013, p. 16.

¹⁵ Conforme Padrós (2007, p. 43), “a política de Terror de Estado (TDE) implementada pelas ditaduras civis-militares que se disseminaram pelo Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 1960 e 1980, foi o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares”. De acordo com Duhalde (1999, p. 219), frente à “ameaça” representada pelos opositores ao regime, torna-se necessário que “el modelo de dominación adquiera formas muy precisas en sus aspectos represivos. Se requiere no sólo la supresión de los mecanismos de representación y expresión de esta sociedad civil dentro de su estructura democrática negando todo tipo de libertades, sino que la exigencia es mayor: es preciso imponerles determinados comportamientos sociales y comprometer sus esfuerzos en esa política de reconversión del modelo económico e la Nación, contraria a sus intereses más necesarios y elementales, sin contar con los necesarios portadores ideológicos que coadyuven a su consentimiento. Para ello no basta un Estado autoritario. Es preciso un Estado Terrorista.”

¹⁶ Carlos José Pérez Ramos. El Genocidio en Chile: La construcción sociodiscursiva de la verdad. In: Daniel Feierstein (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 218. Tradução própria. No original: “expropiam a los sujetos al

Durante a ditadura, comenta Jorge Montealegre,

o cotidiano também se afetou no sentido de que o estigma contra a esquerda se torna de que a esquerda é de certa forma licenciosa: é uma esquerda frouxa, irresponsável, com pessoas sujas. Deste modo, nas ruas, por exemplo – e isso aconteceu comigo –, poderiam te parar para que cortasses a barba, no caso de ter barba. Eu não tinha, era muito jovem, mas tinha cabelo longo. E te ameaçavam cortar o cabelo, ou te cortavam o cabelo na rua, de maneira humilhante. No caso das mulheres, se proibiu o uso de calças e também de minissaias, de maquiagem e de colares nos colégios.¹⁷

Ao longo do governo de Augusto Pinochet, a desconstrução da humanidade dos militantes e opositores se manteria. O próprio ditador assinaria textos comentando sobre como os “comunistas” eram “inerentemente” perigosos. Relatando sua experiência no comando do campo de concentração de Pisagua, para onde foram levados alguns membros do Partido Comunista Chileno nos anos 1940¹⁸, Pinochet afirma:

Quanto mais conhecia esses relegados, quando escutava suas explicações e ao mesmo tempo avançava na leitura de Marx e Engels, formava um conceito totalmente diferente do que nós havíamos pensado sobre o Partido Comunista. Não era só mais um partido. Havia uma diferença grande e muito profunda. A forma como analisavam as diferentes matérias revelava um sistema que confundia tudo sem deixar fidelidade nem crença alguma. Com quanta razão Sua Santidade Pio XI qualificou essa doutrina de “intrinsecamente perversa”. Confesso que desde esse momento senti um profundo desejo de adentrar e estudar esses conceitos e conhecer suas finalidades, pois muito me inquietava que essas ideias tão perniciosas e contaminadoras continuassem se difundindo no Chile.¹⁹

aniquilar sus características humanas, los ajenizan de sus historias de vida, de sus proyectos, ideales y valores por los cuales lucharon presentándolos como no humanos, capaces de cualquier atrocidad”.

¹⁷ Em diferentes momentos deste trabalho, farei referência a uma entrevista que realizei com Jorge Montealegre em julho de 2012. Esta entrevista, traduzida, foi publicada no jornal *Sul21*, de Porto Alegre, em 11 de setembro de 2012. Nas ocasiões em que esta fala de Montealegre for citada, farei referência ao texto publicado no jornal.

¹⁸ O PCCh permaneceu clandestino por uma década, entre 1948 e 1958, por força da chamada Ley de Defensa Permanente de la Democracia, conhecida entre a militância à esquerda como “Ley Maldita”. Todos os políticos comunistas foram cassados e perseguidos – o poeta Pablo Neruda, então senador pelo Partido do qual foi membro por toda a vida, precisou se exilar na Argentina –, e muitos foram levados a campos de concentração como o de Pisagua, onde Pinochet estava locado à época.

¹⁹ Augusto Pinochet. *El día decisivo: 11 de septiembre de 1973*. 4.ed. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1980, p. 29. Tradução própria. No original: “Mientras más conocía a estos relegados, cuando escuchaba sus planteamientos y a la vez avanzaba en la lectura de Marx y Engels, me iba formando un concepto totalmente diferente de lo que nosotros habíamos pensado del Partido Comunista. No era un partido más. Había una diferencia grande y muy profunda. La forma como analizaban las diferentes materias, revelaba un sistema que lo trastocaba todo sin dejar fidelidad ni creencia algunas. Con cuánta razón S.S. Pío XI calificó a esta doctrina de ‘intrinsecamente perversa’. Confieso que desde ese momento sentí un profundo deseo de adentrarme y estudiar dichos conceptos y conocer sus finalidades, pues mucho me inquietaba que estas ideas tan perniciosas y contaminadoras continuaran difundiendo en Chile”.

De certa forma, mesmo com a redemocratização, alguns discursos da ditadura não foram totalmente perdidos. O Informe Rettig, primeira investigação dos crimes do regime pinochetista, acaba fazendo um endosso ao que na Argentina ficou conhecido como “teoria dos dois demônios” (ainda que o Informe chileno não use explicitamente o termo).²⁰ Elaborado por juristas, o documento também traz um aspecto notável na maneira com que se refere às vítimas: uma gritante impessoalidade, que apaga as identidades política e social da vítima, reduzindo-a a uma “vítima abstrata”.²¹ Como argumenta Pérez Ramos, frente aos discursos oficiais que acabam confundindo e apagando a existência desses atores em uma “verdade histórica” oficial, “a recuperação de suas histórias de vida, de suas vivências de cativo, das lutas sociais que encarnavam, é uma aposta político-simbólica no estabelecimento social da verdade e da memória como caminho para a justiça”.²²

Dentre as formas de resistência que se estabelecem na maneira de relatar esse passado, duas ganham grande força, quais sejam: a elaboração de informes de direitos humanos por parte de comissões não-governamentais independentes²³; e a escrita de memórias individuais sobre a experiência do cárcere – os *testimonios*. Embora os primeiros sejam inegavelmente transcendentais, sobretudo na época anterior às comissões oficiais do Estado, e venham a constituir fontes desta pesquisa, é sobre as segundas que proponho uma análise mais aprofundada. Nessas memórias, escritas em diferentes épocas e desde perspectivas individuais, mas sobre a experiência comum da prisão política e muitas vezes incorporando elementos vividos e recordados por outros prisioneiros que não o próprio autor, as grandes disputas de memória sobre o período ditatorial estão vigentes: tanto a necessidade de denunciar e revelar os horrores da opressão quanto uma

²⁰ Carlos José Pérez Ramos El Genocidio en Chile: La construcción sociodiscursiva de la verdad. In: Daniel Feierstein (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 185. A ideia da “teoria dos dois demônios” era que o terror “provinha tanto da extrema-direita quanto da extrema-esquerda”. Cf. Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. *Nunca más*. Buenos Aires: EUDEBA, 1984, p. 7.

²¹ Carlos José Pérez Ramos El Genocidio en Chile: La construcción sociodiscursiva de la verdad. In: Daniel Feierstein (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 216.

²² Carlos José Pérez Ramos El Genocidio en Chile: La construcción sociodiscursiva de la verdad. In: Daniel Feierstein (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 219. Tradução própria. No original: “Frente a discursos oficiales que trabajan en la construcción de la verdad histórica borrando, confundiendo y obturando la memoria sobre la identidad y existencia de estos actores, la recuperación de sus historias de vida, de sus vivencias de cautiverio, de las luchas sociales que encarnaron, es una apuesta político simbólica en el establecimiento social de la verdad y la memoria como camino hacia la justicia”.

²³ Um dos trabalhos investigativos independentes mais importantes que vinha ocorrendo neste momento foi reunido em *Chile: la memoria prohibida*, compilação de documentos da Vicaría de la Solidaridad, ligada à Igreja Católica, que ouviu vítimas entre 1973 e 1983. Cf. Ahumada *et al.* (1990).

busca pela manutenção da dignidade e da própria humanidade, através do relato de experiências que busquem contrariar o discurso oficial segundo o qual a esquerda era inerentemente “perversa”, contrária aos interesses pátrios e, no limite, *não-humana*.

As memórias centrais para esta pesquisa são *Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos*²⁴, de Luis Alberto Corvalán Castillo (1947-1975), escrita durante seu exílio na Bulgária e publicada postumamente em Sofia, em 1976; *Un viaje por el infierno*²⁵, de Alberto Gamboa (1921-2019), publicada originalmente no Chile em quatro fascículos distribuídos junto ao semanário *Hoy*, de Santiago, entre agosto e setembro de 1984; e, finalmente, *Frazadas del Estadio Nacional*, obra de Jorge Montealegre (1954-) publicada já na democracia, por ocasião do trigésimo aniversário do Golpe, em 2003. Os três livros escolhidos para a análise não são as únicas memórias escritas por ex-prisioneiros políticos (e, embora sejam o foco principal da análise, eles sempre estarão colocados dentro do contexto maior dos demais testemunhos contemporâneos a eles, que serão constantemente citados²⁶), mas guardam pontos em comum que possibilitam serem enquadrados dentro de uma mesma temática e um mesmo problema, visto que alguns aspectos fundamentais são comparáveis entre si. Simultaneamente, também trazem importantes distinções na maneira como são elaborados, de acordo com seu contexto de escrita e de publicação. As três obras se referem a experiências na prisão política nos mesmos lugares e na mesma época, registrando a vivência de prisioneiros que passaram pela detenção no Estádio Nacional de Santiago e, a seguir, no campo de concentração de Chacabuco, no Atacama, entre 1973 e 1975. Publicadas com vários anos de diferença, essas memórias encontraram a sociedade chilena em momentos distintos da sua relação com a ditadura de Augusto Pinochet.

Nesses textos, percebe-se uma constância na busca por narrar a resistência cotidiana, ao mesmo tempo em que, em outras questões (como a forma de apresentar as violações e o tom adotado nessas descrições), é possível ver uma clara transformação na maneira como as memórias da repressão têm sido elaboradas ao longo dos anos. Os três testemunhos selecionados são, entendo, representativos de momentos distintos dessa

²⁴ Quando citar trechos desta obra, farei referência à paginação utilizada na reedição do livro, em 2007, publicada sob o título *Viví para contarlo*.

²⁵ Quando citar trechos desta obra, farei referência à paginação utilizada na reedição dos fascículos, em 2010, quando foram reunidos em um único volume.

²⁶ Essas obras foram consultadas tanto em suas versões físicas quanto em transcrições virtuais, em particular as versões conservadas on-line pelo Centro Documental Blest (www.blest.eu). No caso dessas transcrições, pela inexistência de uma paginação tradicional nas páginas web, cada capítulo será referenciado de forma separada, de forma a facilitar ao máximo a localização dos trechos por parte do leitor que disponha de uma edição física da mesma obra.

construção de memória ocorrida no Chile. As discussões sobre memória e testemunho, particularmente no caso das ditaduras latino-americanas, frequentemente se concentram na questão da denúncia frente à opressão. Através da escolha de obras espalhadas por 27 anos da história recente chilena, esta pesquisa propõe analisar as disputas de memória indo além da contingência dos primeiros anos da ditadura, discutindo as transformações ocorridas nessas narrativas, bem como as permanências, a fim de analisar tanto a influência do contexto de escrita e recepção sobre essas obras, quanto o tipo de respostas que essas memórias procuravam dar aos dilemas de seus momentos – mas, também, os temas e elaborações que seguiam perenes independentemente das urgências de cada hora. Não é a mesma coisa escrever em 1976, em 1984 ou em 2003; não é idêntico um texto pensado como denúncia a um tribunal internacional, como uma primeira revelação ao público chileno do cotidiano da prisão, ou uma obra já posterior a uma comissão da verdade que efetivamente reconheceu as violações tantas vezes negadas pelo Estado. E, no entanto, há aspectos que continuam presentes, mesmo que, em ocasiões, pareçam um mero pano de fundo – os episódios humanizadores, as resistências ao deixar transparecer cenas de “todos os dias” que atravessavam os momentos mais duros e os tornavam um pouco mais suportáveis, e serviam para o leitor ver que aquele detido, antes de um “sanguinário esquerdista”, era uma pessoa como ele, com seus amores, suas angústias, uma pessoa que talvez tivesse sentado ao seu lado para ver algum filme no cinema antes do 11 de setembro em que tudo mudou.

O “dever da memória” permaneceu no Chile mesmo depois das Comissões Rettig e Valech. Independentemente do período, as políticas de desumanização ou os reflexos dela mantêm a necessidade de uma resistência nos testemunhos – e a maneira como essa resistência se dá é um ponto importante de análise quando colocamos essas memórias frente à versão oficial do Estado. Ao analisar as transformações e permanências na construção de uma memória da repressão com o passar das décadas, busca-se uma compreensão aprofundada desse momento da história chilena e latino-americana, e das estratégias empregadas por seus autores frente às disputas políticas sobre o passado, mesmo após a transição democrática – fosse para superar o ocultamento, o esquecimento ou a impunidade dos atos de que foram vítimas.

Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos, Un viaje por el infierno e Frazadas del Estadio Nacional, em suas condições de memórias de sobreviventes, juntam-se a uma série de relatos similares: registros em primeira pessoa feitos na forma de uma narrativa escrita, que têm sido produzidos em distintos lugares cujos indivíduos

passaram por experiências traumáticas. A vontade, ou mesmo o sentimento de *necessidade*, de prestar tal testemunho, mobilizou autores de diferentes contextos – os quais, por mais diferenças que guardem entre si, conservam em comum um ponto: a recordação de épocas marcadas pela repressão (seja ela cultural, étnica, política...) e pelo sofrimento, vividos em um passado que pode ser ainda muito recente ou já mais distanciado no tempo quando o texto vem a público. Como comenta Jaime Ginzburg:

Segmentos sociais excluídos por forças repressoras, muitas vezes, tiveram suas vivências relatadas por discursos oficiais de modos distorcidos, restritivos ou manipulados. Grupos reificados pela escravidão, por preconceitos e por violência institucional, muitas vezes, não tiveram a devida oportunidade de apresentar seus pontos de vista sobre as transformações históricas. Tratados como objetos do conhecimento oficial, muitas vezes foram reduzidos a resíduos de si mesmos, tendo suas vivências ocultadas ou esquecidas, pelas narrativas contadas em linguagem autoritária por governos repressores e instituições disciplinares hostis.²⁷

No Chile, a fabricação de uma “verdade histórica” oficial por parte da ditadura se deu já desde os primeiros momentos da Junta Militar: cinquenta dias após o Golpe de 11 de setembro, antes que o mês de outubro de 1973 acabasse, já havia sido lançado o *Libro Blanco del cambio de gobierno en Chile*, compilando documentos (muitos deles forjados²⁸), que “justificariam” o golpe de Estado. Nos jornais chilenos que não foram fechados após o 11 de setembro, a elaboração de um discurso do golpe necessário e da reconstrução relativamente pacífica encontrava-se em pleno vapor. Apenas dez dias após a derrubada de Allende, o vespertino *La Segunda* comentava, em uma nota sobre uma conferência de imprensa da Junta Militar com a presença de repórteres de fora do país:

Os correspondentes estrangeiros, em um número de aproximadamente 200 pessoas, mostraram-se um pouco desiludidos com o processo que vive o Chile. Eles esperavam encontrar nosso país sumido em um regueiro de sangue e, no entanto, encontraram uma nação que inicia sua reconstrução e já conquistou em muitos poucos dias a tranquilidade dos chilenos.²⁹

A construção de uma versão que escamoteava histórias de vida e a resistência dos militantes de esquerda, apresentados como “terroristas” violentos e desumanos, permaneceu durante a ditadura. O radicalismo atribuído à totalidade da esquerda nessas

²⁷ Jaime Ginzburg. Literatura e direitos humanos. Notas sobre um campo de debates. In: Rosani Úrsula Ketzner Umbach (org). *Memórias da repressão*. Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, 2008, p. 200.

²⁸ Sobre a documentação forjada pela ditadura ver, por exemplo, Raúl Sohr (2013) e Juan Cristóbal Guarello (2013).

²⁹ *La Segunda*, 21 set. 1973, p. 24

narrativas, ignorando que a via armada era defendida por uma minoria³⁰ e que grande parte dos militantes presos jamais pegara em armas (mesmo os das organizações mais radicais, como o MIR³¹), acabava servindo como uma explicação da necessidade de uma repressão tão ampla, violenta e indiscriminada como aquela registrada nos meses imediatamente subsequentes ao golpe. O processo de desumanização não foi totalmente superado nem após a transição democrática, cujos reflexos aparecem inclusive na forma impessoal como o texto é elaborado no Informe Rettig.

A escrita de memórias, fossem como denúncia, no calor do momento, ou posteriormente, para contestar essa versão oficial, veio por se converter em uma maneira de resistência política ao poder opressor da ditadura. Os trabalhos selecionados para esta investigação, destacados entre tantas outras memórias publicadas com temática similar, devem-se a três razões principais: seu pioneirismo (Corvalán Castillo é um dos primeiros relatos em primeira pessoa da Ditadura Chilena publicados em qualquer lugar; Gamboa é o primeiro grande testemunho publicado em solo chileno; e Montealegre é um dos trabalhos mais importantes no período que inaugura um novo interesse sobre o período repressivo, despertado em 1998 mas fortalecido a partir do primeiro aniversário redondo do golpe após Pinochet perder proeminência público, os 30 anos marcados pelo 2003 em que seu livro é publicado), as diferenças de cada momento em que são publicadas, e a importância de seus autores no contexto nacional, o que aumentou a repercussão de suas obras – Montealegre era o único “anônimo” no momento da sua prisão, em 1973, mas já não o era quando publicou *Frazadas del Estadio Nacional*, sendo um dos escritores mais conhecidos da “Generación NN”, como ele próprio nomeou aqueles que começaram a relatar suas vivências na prisão.

Seria equivocado pensar, como venho argumentando, que a escrita de memórias sobre a prisão política só se efetua com o objetivo de trazer à tona alguma “grande revelação” até então desconhecida pelo leitor – mesmo no contexto imediato do pós-golpe, quando esta era, sim, uma das motivações, mas não a única. *É isto um homem?*, a memória de Primo Levi sobre a experiência concentracionária durante o genocídio judeu cometido pelo regime nazista, é um exemplo clássico de testemunho cujo aparecimento não se deve à simples vontade de denunciar. Logo no prefácio desse relato sobre Auschwitz, um dos mais conhecidos e citados a respeito do Holocausto, o italiano

³⁰ Marcelo Casals. *El alba de una revolución. La izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “vía chilena al socialismo”. 1956-1970*. Santiago de Chile: LOM, 2010.

³¹ Osvaldo Torres. *Democracia y Lucha armada. MIR y MLN-Tupamaros*. Santiago de Chile: Pehuén, 2012.

comenta que seu texto, publicado originalmente em 1947 e, portanto, posterior aos julgamentos de Nuremberg, “nada acrescenta, quanto a detalhes atrozes, ao que já é bem conhecido dos leitores de todo o mundo com referência ao tema doloroso dos campos de concentração. Ele não foi escrito para fazer novas denúncias”.³²

Mesmo com este alerta presente ainda nas primeiras páginas, a importância do relato de Primo Levi não é questionada no rol de testemunhos sobre os campos de concentração nazistas. O que para ele poderia ser justificado em termos de um “sereno estudo” a respeito de certos “aspectos da alma humana” talvez não se distancie muito da explicação encontrada por Jorge Montealegre para seu testemunho sobre o Estádio Nacional de Santiago (a necessidade de uma “reflexão”), e nem das alternativas encontradas também por Luis Alberto Corvalán Castillo e Alberto Gamboa em suas memórias. Todos eles revisitam aspectos da vida do cárcere que, embora jamais ignorem o horror das execuções e torturas, não deixam de contemplar traços da vida diária que surgiriam como detalhes menores e pouco capazes de chamar a atenção num texto composto (e lido) com o objetivo de formalizar uma denúncia através da escrita. Mas estão sempre lá – e há motivo para isso.

Márcio Seligmann-Silva argumenta que os testemunhos não podem ser lidos apenas por seu conteúdo racional e objetivo, existindo também uma carga emocional e subjetiva, a que o autor chama “auricular”, que impele o sobrevivente a contar a história em questão desde seu ponto de vista particular:

Por um lado, o testemunho deve ser visto como atestação (que se quer objetivo e super-visual, reproduzidor do real – testemunho como testis, vinculado à racionalidade mais formalista) e, por outro lado, ele tem também um elemento fundamental, mais sutil, que eu denomino de ‘auricular’, que é mais subjetivo e emocional. O testemunho mais auricular tem como figura paradigmática o superstes, ou seja, a voz de um sobrevivente que atravessa uma experiência radical, escapa da morte e é impelido a verbalizar sua história, percebendo e desafiando os limites de sua própria narrativa. Todo testemunho de certa maneira é composto por uma teia desses dois elementos, o que se quer plenamente racional e objetivo, e o viés mais subjetivo e emocional. A cultura precisa criar espaços para os testemunhos: eles podem pôr em processo o trabalho de elaboração dos traumas da sociedade, da violência que a constitui.³³

³² Primo Levi. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 7.

³³ Márcio Seligmann-Silva. Direito Pós-Fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: Augusto Sarmiento-Pantoja; Élcio Loureiro Cornelsen; Tânia Sarmiento-Pantoja (Org.). *Literatura e cinema de resistência: novos olhares sobre a memória*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013, p. 129.

A amálgama entre aspectos mais objetivos do texto – a acusação com nomes e sobrenomes de Corvalán Castillo ou o registro de notícias sobre a investigação dos crimes da ditadura que entremeia alguns capítulos de Montealegre – com aqueles subjetivos nem sempre se dá em um nível tão evidente quanto a separação de seções do livro, onde parece estar clara a diferença entre um e outro. Mesmo dentro do que aparenta ser puramente uma memória individual há, sobretudo nas obras de Gamboa e Montealegre, aspectos tributários de relatos anteriores de outros ex-prisioneiros e de construções efetuadas através das revelações (ou suspeitas) às quais os autores tiveram acesso entre os acontecimentos vividos e a escrita de suas memórias.

Maurice Halbwachs aponta que “é muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspirados pelo nosso grupo”.³⁴ Ou, para remetermos à maneira como Michael Pollak se refere a essa questão:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.³⁵

Deste modo, claro está que as obras não podem ser analisadas em si mesmas, e tampouco comparadas unicamente à conjuntura de sua publicação – também se faz necessário estender a discussão para as disputas de memória que ocorriam naquele contexto, no tipo de relato que outros ex-prisioneiros vinham escrevendo no período, experiências e vivências que se somaram para essa construção. Trazer essas outras memórias, mesmo sem serem elas o foco principal desta análise, também será necessário para uma compreensão do caminho das narrativas aqui selecionadas ao longo dos diferentes períodos propostos. Afinal, como já apontava Marc Bloch em suas considerações clássicas, o passado não é rígido e nem inalterável, mas uma “estrutura em progresso”.³⁶ A memória, individual ou coletiva, também é uma visão do passado

³⁴ Maurice Halbwachs. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 64.

³⁵ Michael Pollak. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 201. Grifo do autor.

³⁶ Marc Bloch. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 7-8.

mediada pelo presente³⁷ – e a disputa pela construção desse passado, primeiro na memória e depois na história escrita a partir dessa memória³⁸, tem se dado permanentemente desde 1973, nem sempre da mesma forma, e certamente de maneira muito distinta após a redemocratização, mas invariavelmente tendo de enfrentar a impessoalidade imposta pelo Estado na sua versão oficial.

Coloca-se em cena, ainda, o “dever da memória”. Termo surgido originalmente na França para tratar da busca dos judeus do país por reparação depois da Segunda Guerra, seu caráter impregnado de um discurso memorial reivindicativo (que lutava contra o esquecimento, mas também pelo reconhecimento oficial do governo de suas próprias faltas perante os perseguidos de outrora) fez com que as ações em prol do “dever da memória” inspirassem outros grupos que buscam afirmar suas memórias no espaço público³⁹: “defender o *dever de memória* é afirmar a obrigação que tem um país de reconhecer o sofrimento vivido por certas categorias da população, sobretudo na medida em que o Estado tem responsabilidade nesse sofrimento”.⁴⁰

No contexto latino-americano, recorda Enzo Traverso, lutar pelo reconhecimento do Estado e por processos judiciais que efetivem a admissão dos crimes de lesa-humanidade não equivale a “identificar justiça e memória, e sim que frequentemente fazer justiça significa também render justiça à memória. A justiça foi, ao longo do século XX, ao menos desde Nuremberg, um momento importante na elaboração da memória e na formação de uma consciência histórica coletiva”.⁴¹ As disputas de memória ocorridas no

³⁷ Enzo Traverso. *Historia y Memoria. Notas sobre un debate*. In: Marina Franco; Florencia Levín (comp.). *Historia reciente: Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 74.

³⁸ História e memória, embora não possam ser equiparadas, estão intimamente relacionadas. A memória tem servido consistentemente à escrita da história e, como destaca Ricoeur, a inscrição do testemunho é parte do processo epistemológico que leva à noção de uma prova documental: o historiador, ao escrever e “arquivar” a memória, constrói a partir dela a “prova” que dará credibilidade ao seu escrito (2007, p. 176). À história, com efeito, cabe pegar a memória “absoluta” e colocá-la em relação a outras memórias e documentos: “à memória resta a vantagem do reconhecimento do passado como tendo sido ainda que não sendo mais; à história aparece o poder de expandir o olhar no espaço e no tempo, a força da crítica na ordem do testemunho, da explicação e da compreensão, a matriz retórica do texto e, acima de tudo, o exercício de equidade em relação a reivindicações concorrentes das memórias feridas e por vezes cegas à infelicidade alheia”. Paul Ricoeur. *L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 55e année, n. 4, 2000, p. 747 (uso aqui a tradução de Nicolazzi, 2003, p. 232).

³⁹ Luciana Quillet Heymann. *O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006, p. 6. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6732>> Acesso em 11 jun. 2016.

⁴⁰ Luciana Quillet Heymann. *O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006, p. 7. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6732>> Acesso em 11 jun. 2016.

⁴¹ Enzo Traverso. *Historia y Memoria. Notas sobre un debate*. In: Marina Franco; Florencia Levín (comp.). *Historia reciente: Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 92. Tradução livre.

Chile e, por extensão, na América Latina, são mais bem compreendidas quando se colocam frente a frente os discursos oficiais do Estado com aqueles elaborados pelas vítimas. A manutenção do “dever da memória”, seja para evitar o *olvido*, para fazer a denúncia ou para lutar contra a desumanização sistemática, é explicitada pela publicação e republicação desse tipo de obra, com intervalos de décadas entre uma e outra.

No tempo de Corvalán Castillo, a disputa era quanto à descrição dos próprios fatos e sua interpretação, daí tamanha necessidade das acusações formuladas ao final de seu livro. Mais tarde, isso se transformaria conforme as questões urgentes se alterassem com o passar do tempo: quando as investigações e pressões internacionais deixaram a ditadura incapaz de negar seus crimes, pelo menos no exterior, a luta – exemplificada na época de Alberto Gamboa – passaria a ser dentro do Chile, tanto pelo reconhecimento dos crimes quanto contra o *olvido*. Ou seja: não tanto a necessidade de “revelar”, mas de evitar que as atrocidades se perdessem no tempo e no silêncio, que tivessem sua gravidade minimizada ou relativizada, por mais denunciadas que fossem; de evitar, também, que a resiliência dos prisioneiros ficasse ocultada no fundo de meras estatísticas. A democracia traria a possibilidade de investigações por parte do Estado, mas, mesmo ali, haveria incompletudes. O Informe Rettig não somente foi insuficiente para identificar a totalidade de mortos e desaparecidos: ele *apenas* buscou informações sobre vítimas fatais, tornando-as “abstratas” ao mesmo tempo em que mantinha milhares de outros ex-prisioneiros silenciados. O sequestro, a tortura, o exílio e outras formas de opressão seguiriam ignoradas nos informes oficiais pelo menos até o estabelecimento da Comissão Valech, mantendo vigente a busca paralela por uma escrita dessas memórias alternativas, que demoram a ser minimamente contempladas mesmo nas ações de reparação.

Os testemunhos que analisarei nesta investigação vieram a público em momentos distintos, respondendo a demandas também próprias de cada época, mas por eles perpassa a mesma preocupação. Do “beijo clandestino” mencionado por Luis Alberto Corvalán Castillo ao diálogo de um Jorge Montealegre já maduro com o jovem que ele próprio foi, em 1973, entremeados pelo chocolate que Alberto Gamboa lembra de ter compartilhado nos vestiários frios do Estádio Nacional, todos buscaram dar sua contribuição à elaboração de uma versão mais humana – e, defendiam, mais verdadeira – do que haviam vivido.

* * *

Este trabalho objetiva, desta forma, analisar os mecanismos pelos quais a política de desumanização da ditadura se estabelece – no discurso e na prática – desde o momento mesmo de implementação do regime; a partir disso, busca propor uma periodização para compreender os momentos distintos na forma como os *testimonios* chilenos se relacionam com o contexto, momentos estes representados, respectivamente, pelas obras de Corvalán Castillo, Gamboa e Montealegre e que, embora se entrelacem, são individualmente marcados por demandas que ganham e perdem proeminência ao longo das décadas, como a necessidade de denúncia e revelação, a busca por reconciliação durante os dias de transição, e a intenção de promover uma reflexão quando os fatos já são conhecidos, mas muitos ex-prisioneiros ainda se sentem incomodados com o pouco destaque recebido por pontos de narrativas prévias que lhes eram caros: os episódios “felizes” e “positivos” que permitiam resistir e sobreviver às condições mais subumanas. Por fim, partindo dessa ideia, busco demonstrar como essas reflexões são perenes no *testimonio* chileno, independentemente da época em que os textos são elaborados, e interpretar as razões para isso. O argumento se construirá, enfim, rumo a um entendimento de como precisamente esses momentos – que Montealegre define como “eclipsados” nos primeiros anos – acabarão por ser significativos e essenciais para que a resistência à desumanização se consolide ao longo dos tempos, fortalecendo um discurso em prol dos direitos humanos e que contradiga as representações de *otredad negativizada* que a versão oficial atribuiu aos perseguidos.

Nas páginas que seguem, minha análise se organiza em três capítulos principais. Na primeira parte, discutirei os preceitos que guiam o governo da Junta Militar no Chile desde seus primeiros momentos, no que diz respeito ao tratamento dado aos opositores, ao projeto de país promovido a partir do 11 de setembro de 1973, e a sistemática política de destruição de indivíduos e pensamentos dissidentes, que continua ecoando de alguma forma – mais por temor do que por convicção – nos primeiros anos da transição para a democracia. Esse capítulo trata do enfrentamento entre a versão oficial e os relatos alternativos que marcarão os *testimonios* publicados primeiro no exílio, depois dentro do país. No segundo capítulo, aprofundo-me na vida e na obra dos autores destacados e, a partir deles, detalho a periodização que proponho, os três momentos mais identificáveis do *testimonio* chileno, marcados (para resumir em termos simples) primeiro pela denúncia, depois pelo aceno no sentido da conciliação, e mais tarde por uma reflexão em

cima dos episódios que já eram conhecidos do grande público, mas ainda despertavam interesse por novas interpretações. No terceiro e último capítulo, avançamos com Corvalán Castillo, Gamboa e Montealegre – sempre acompanhados de *testimonios* de seus contemporâneos, mencionados mais de passagem – para demonstrar como os episódios do dia a dia são uma constante a despeito do período em que o texto é escrito e publicado: aparecem então temas como a angústia e as alternativas para suportá-la, a elaboração de uma narrativa que tente inverter a lógica desumanizadora e apresentar o verdugo como bestial, para desembocar em uma exaltação das qualidades humanas dos encarcerados e dos momentos “positivos” da prisão política, que leve a uma conclusão – daquele que escreve e, espera ele, também por parte de quem o lê – de que os prisioneiros eram humanos e fortaleciam sua condição através da resistência diária, derrotando os esforços da ditadura para aniquilar tudo o que os constituía enquanto pessoas. Gradativamente, como se verá, aspectos cotidianos inicialmente presentes nos relatos, mas que não atraem grande atenção, começam a se tornar fundamentais para as memórias publicadas posteriormente, contribuindo para manter viva a resistência à desumanização e seus reflexos.

Ao longo de meu texto, para tornar o texto mais acessível ao eventual leitor, as citações de textos em língua estrangeira serão feitas a partir de traduções próprias para o português; para que não haja dúvidas e de modo a facilitar o acesso a fragmentos nem sempre facilmente encontrados no Brasil, o trecho original será reproduzido em notas de rodapé. Haverá, contudo, numerosos casos em que não serão feitas traduções: as citações dos *testimonios* propriamente ditos, de modo a respeitar e conservar a forma com que esses relatos tão difíceis e que calam tão profundamente em seus autores foram elaborados. Para o *testimonio*, entendo, não há tradução capaz de conservar a potência sem uma perda importante, menos ainda quando ela é feita por um tradutor não profissional.

1. A DESUMANIZAÇÃO

1.1. A destruição do outro

- *Usted dice que los marxistas son humanoides. ¿Qué significa eso?*
– *Un humano sin conciencia, sin alma.*
– *¿Por qué van a existir seres sin alma, si usted cree en Dios y además asegura que los rusos tienen alma?*
– *Dios nos hizo a todos con alma, pero el demonio se las sacó a algunos, a los humanoides.*⁴²

Para José Toribio Merino, o almirante que elaborou grande parte da conjura golpista, eles eram “humanoides”. Na vizinha Argentina, alguns anos mais tarde, o general Ramón Camps usaria uma retórica parecida para justificar a brutalidade da ditadura local: “não desapareceram pessoas”, argumentaria, à guisa de defesa ao final do regime, em 1983 – “e sim subversivos”.⁴³ Com o tempo, conforme o seu governo foi avançando através de longos anos, Augusto Pinochet usaria o 11 de setembro como um dia simbólico de celebração, quase uma segunda independência para a nação chilena. No primeiro aniversário do golpe, em 1974, afirmou que o Chile tinha, pela primeira vez desde a Guerra Civil de 1891, um governo “nacional”. As oito décadas anteriores haviam visto o Estado servir aos interesses de partidos e classes específicas, dizia, uma situação que se agravou com a chegada de Salvador Allende à presidência e, com ele, sua ideologia “estranha” aos valores pátrios: na fala do ditador, aqueles que antes governaram o país e agora se viam convertidos em oponentes do novo regime eram apresentados como “fundamentalmente estrangeiros, demoníacos e inautênticos”.⁴⁴

Os anos iniciais do regime militar seriam marcados pela difusão, por parte do governo pinochetista, de uma reelaboração da história chilena como uma linha do tempo marcada por três momentos fundamentais, que culminava com a necessidade de um resgate da ruína provocada pelas crises imediatamente anteriores ao golpe. Esses momentos eram identificados como o passado remoto a-histórico em que a identidade nacional havia sido formulada, o passado recente em que grupos alheios ao “chileno” (os “marxistas”) haviam tomado o poder e, por fim, a liberação do país pelas Forças Armadas, que agora tratariam de recolocar a nação no rumo a que estaria destinada e do qual se tinha desviado. Para isso, era preciso que os chilenos de verdade permanecessem passivos

⁴² Entrevista de José Toribio Merino a Margarita Serrano, publicada pela revista *Mundo* em maio de 1989. Cf. José Toribio Merino. *Bitácora de un almirante. Memorias*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1998, p. 515-516.

⁴³ “No desaparecieron personas sino subversivos”. Cf. Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 37.

⁴⁴ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 73.

pelos anos de reconstrução, aceitando e compreendendo eventuais excessos, como parte do imperativo de se livrar dos “maus chilenos” (que, para todos os efeitos, chegavam a ser “não chilenos”), verdadeiras ameaças à existência moral e física da Pátria.⁴⁵ Desta forma, no esforço imediato por excluir a esquerda dos espaços públicos e “extirpar o câncer marxista”, como havia assinalado a Junta tão claramente no dia do golpe, o primeiro passo foi negar-lhes a própria condição de chilenos. Em 1976, durante uma visita ao Uruguai, uma fala de Augusto Pinochet daria cores vivas a essa nova política: “o inimigo coexiste ao nosso lado e até declara ter a mesma nacionalidade, mas na realidade se trata de um servidor de uma superpotência estrangeira”.⁴⁶

Se a Doutrina de Segurança Nacional buscava ser convincente em afirmar que nenhum plano de desenvolvimento econômico, cultural ou social de um país poderia ser levado a cabo sem um governo forte e ordenado – e a democracia era uma perda aceitável nesse intento de promover a ordem⁴⁷ –, a garantia dessa força vinha pela eliminação de tudo o que fosse alheio aos valores ditos nacionais. Para os militares, dentro de uma noção conservadora sobre o que formava a identidade nacional, a *chilenidade* era uma característica essencial: fora de qualquer contingência histórica, a condição de ser chileno era na realidade uma segunda natureza que obviamente deveria transparecer em todos os seus cidadãos. Ela se definia, em suas características mais gerais, pela continuidade de uma tradição cristã⁴⁸ (e, particularmente, católica), ocidentalizada, favorável à propriedade e à iniciativa privadas e, em consequência, contrária a quaisquer ideias “marxistas” e “comunistas”, como aquelas vigentes até havia pouco dentro do Palácio de La Moneda.⁴⁹ É um contexto em que, como descrevem Maren e Marcelo Viñar para falar de perseguições semelhantes no Uruguai, “a experiência da alteridade fica distorcida”, e “o outro humano portador de todas as ambivalências também humanas, se condensa em

⁴⁵ Giselle Munizaga e Carlos Ochsenius. *El discurso público de Pinochet (1973-1976)*. Buenos Aires: Clacso, 1983, p. 36-42.

⁴⁶ Citado por Jorge Montealegre. *Memorias Eclipsadas. Duelo y resiliencia comunitaria en la prisión política*. Santiago de Chile: Asterión, 2013, p. 41.

⁴⁷ Manuel Salazar. *Las letras del horror. Tomo I: La DINA*. Santiago de Chile: LOM, 2011, p. 40.

⁴⁸ Tomás Moulian (1997, p. 175-176) escreve que a ideia de que “todos os homens são filhos de Deus” parece ser substituída por uma noção de que “são filhos de Deus os que se reconhecem na fé”. Quem se coloca fora disso deixa de ser humano, comete um ato de negação de sua natureza. “Aquele que se coloca fora do humano é diabólico”.

⁴⁹ Giselle Munizaga e Carlos Ochsenius. *El discurso público de Pinochet (1973-1976)*. Buenos Aires: Clacso, 1983, p. 70. Também Luis Roniger e Mario Sznajder. *The legacy of human rights violations in the Southern Cone. Argentina, Chile, and Uruguay*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 18.

uma única figura [...]; comprometido, subversivo e marxista adquirem valor de absoluto no código semântico, porque convocam a perseguição e o espanto”.⁵⁰

Aqueles chilenos que não se enquadrassem nesse molde acabavam identificados como o “outro”, o muito possivelmente não-chileno – em suma, o “inimigo interno”, capaz de tamanhas atrocidades ao ponto de ter até mesmo a sua humanidade posta em questão, e contra o qual se devia travar uma guerra antissubversiva a fim de proteger a nação. Escreve Pilar Calveiro que

[p]ara livrar uma guerra, é preciso ter um *inimigo*. O inimigo é esse *Outro*, que compreende tudo aquilo que não é como eu; outro *ameaçante*, perigoso. A lógica binária é uma lógica paranoica, onde o Outro pretende minha destruição e é suficientemente forte para consegui-la. Tenta exercer sobre mim uma dominação total, por isso sua *perseguição* também deve ser *total*. Como o universo se divide entre meus amigos e meus inimigos, todo aquele que *potencialmente* se considere inimigo, passa a sê-lo de fato. É outro *estranho*, preferencialmente estrangeiro ou infiltrado, um intruso, perfeitamente diferente de mim, a quem posso reconhecer de imediato porque está desprovido de qualidades humanas. [...] Os atributos subhumanos do Outro fazem com que seja facilmente reconhecível, por suas características desprezíveis.⁵¹

Quando Daniel Feierstein⁵² propõe uma noção de “genocídio reorganizador” e “práticas genocidas”, argumenta que estas não se restringem ao assassinato massivo, mas a qualquer prática de poder com o objetivo de aniquilar o grupo percebido como ameaçador pelos perpetradores, principalmente quando se comportam de forma “indisciplinada”, com “lealdades divididas” perante à norma que se pretende criar para a nação.⁵³ São práticas que podem operar retroativamente, para justificar *a posteriori* os

⁵⁰ Maren Viñar; Marcelo Viñar. *Fracturas de memoria. Crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Trilce, 1993, p. 112. Tradução própria. No original: “La experiencia de la alteridad queda distorcionada. El otro humano portador de todas las ambivalencias también humanas, se condensa en una única figura; una diferencia única: comprometido, subversivo y marxista adquieren valor de absoluto en el código semántico, porque convocan la persecución y el espanto”.

⁵¹ Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 89. Tradução própria. No original: “Para librar una guerra, es preciso tener un *enemigo*. El enemigo es ese *Otro*, que comprende todo aquello que no es como yo; otro *amenazante*, peligroso. La lógica binaria es una lógica paranoica, en donde el Otro pretende mi destrucción y es lo suficientemente fuerte como para lograrla. Intenta ejercer sobre mí una dominación total, por ello su *persecución* también debe ser *total*. Como el universo se divide entre mis amigos y mis enemigos, todo aquel que *potencialmente* considere enemigo, pasa a serlo de hecho. Es otro *extraño*, preferentemente extranjero o infiltrado, un intruso, perfectamente diferente a mí, a quien puedo reconocer de inmediato porque está desprovisto de cualidades humanas. [...] Los atributos subhumanos del Otro hacen que sea fácilmente reconocible, por sus características despreciables”.

⁵² Daniel Feierstein. *Genocide as Social Practice. Reorganizing Society under the Nazis and Argentina's Military Juntas*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2014.

⁵³ Daniel Feierstein. *Genocide as Social Practice. Reorganizing Society under the Nazis and Argentina's Military Juntas*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2014, p. 99.

crimes cometidos, mas em geral já circulam antes, utilizando metáforas que desumanizam, denunciando a suposta existência de planos tenebrosos e reforçando a ideia de que as armas e a violência são a única maneira de fazer frente a um inimigo que ameaça toda a nacionalidade.⁵⁴ É muito mais fácil matar os estranhos, mas não é tão simples fazer isso com quem vemos como parte de nossa própria comunidade – daí a necessidade de reduzir o Outro negativo em suas múltiplas dimensões a algo que se oponha à identidade “normal” e aceitável (em termos nacionais, religiosos, políticos...), permitindo que os que fiquem fora disso sejam devidamente alienados, desumanizados e tenham seu triste destino encarado com mais indiferença.⁵⁵ Na medida em que esse Outro é colocado como exterior por não compartilhar dos mesmos valores, o algoz se vê em uma condição como a sugerida por Judith Butler em seus *Frames of War* – os que são mortos já não são exatamente humanos, e não despertam o mesmo horror e indignação que seriam sentidos em relação às vidas que têm similaridades (nacionais e religiosas, diz a autora; e, no caso chileno, esses elementos também se confundindo com a questão da dessemelhança política no contexto pré-golpe) em relação a nós mesmos.⁵⁶

Depositárias e defensoras dessas alegadas tradições nacionais sob ameaça, as Forças Armadas se viam autorizadas a intervir no momento em que a sociedade parecesse se desviar de seu caminho “natural”. Na América Latina, e também no Chile, a fórmula já havia sido empregada em outros momentos, ainda que com diferentes características, de acordo com o contexto, e nunca com uma violência tão sistemática quanto a que se veria nos regimes de segurança nacional. De todo modo, para os militares das repúblicas do subcontinente estava muito claro: em situações extremas, podiam tomar o governo para executar os objetivos nacionais e, se preciso fosse, podiam também atuar no “disciplinamento da sociedade, para moldá-la à sua imagem e semelhança”.⁵⁷ Estancar as ameaças de ideologias estrangeiras constituía uma guerra “justa e necessária”, interpretado em diversos casos como um atendimento a um chamado da maioria da população (os militares diziam-se, e com frequência eram, “convocados” a agir por parte de setores influentes da sociedade), o que levava a reações francamente surpresas no momento da redemocratização e de uma tentativa de colocá-los diante da Justiça – na

⁵⁴ Silvana Vetö. *Prácticas genocidas en la dictadura chilena. Lecturas*, Santiago de Chile, 2011, p. 13.

⁵⁵ Daniel Feierstein. *Genocide as Social Practice. Reorganizing Society under the Nazis and Argentina's Military Juntas*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2014, p. 209.

⁵⁶ Judith Butler. *Frames of War. When is Life Grievable?* London/New York: Verso, 2009, p. 42.

⁵⁷ Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 11.

definição do general argentino Jorge Arguindegui, que foi confrontado, no retorno à democracia, com os processos judiciais por violações de direitos humanos, muitos militares sentiam-se vivendo uma “Nuremberg ao contrário”, onde os “vencedores” da “guerra” eram os julgados.⁵⁸

1.1.1. Ameaça vermelha: os canibais

No Chile, tanto a ata de constituição da Junta quanto os primeiros *bandos* – decretos militares impostos nos dias subsequentes à tomada do poder que, na prática, adquiriram força de lei⁵⁹ – reforçavam a ideia de que as Forças Armadas tinham uma missão acima do próprio Estado, o qual estava ameaçado pelas ações dos inimigos internos. Assumindo um dever autoatribuído e tendo autorizado a si mesmo na execução da intervenção contra o governo civil democraticamente eleito, o poder militar agora escolhia entrar em cena para garantir “a sobrevivência das realidades e valores que são os superiores e permanentes da nacionalidade chilena”, ademais de combater a “destruição sistemática e integral desses elementos constitutivos de seu ser pela intromissão de uma ideologia dogmática e excludente, inspirada nos princípios estrangeiros do marxismo-leninismo”.⁶⁰

Analisando os efeitos psicológicos que a Doutrina de Segurança Nacional exerceu sobre os militares, Paz Rojas Baeza comenta:

[Durante os anos de ditadura] se viveu desde a intimidação até a guerra psicológica, desde a perseguição até a morte, muitas vezes brutal e perversa; desde a detenção, prisão e tortura até a desintegração e demolição das pessoas; desde a prisão até o desaparecimento; desde as dúvidas sobre a verdade do ocorrido até uma impunidade absoluta.

⁵⁸ Luis Roniger e Mario Sznajder. *The legacy of human rights violations in the Southern Cone*. Argentina, Chile, and Uruguay. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 60.

⁵⁹ Os *bandos* eram decretos militares que, legalmente, deveriam versar apenas sobre a proteção da “segurança e disciplina” das tropas chilenas. Também tinham um caráter essencialmente público e deveriam ser “solenemente publicados” para conhecimento geral, o que não aconteceu com grande parte daqueles decretados nos dias posteriores ao golpe. Na prática, após o golpe, os *bandos* acabam funcionando como verdadeiros decretos-lei sem passar por qualquer tramitação: o Bando nº 3, por exemplo, decreta o estado de sítio sem qualquer prerrogativa legal para isso (apenas o Congresso podia fazê-lo), e muitas decisões posteriores – como a censura ou o fechamento do próprio Congresso – são tomadas também por *bandos* que se baseiam nesse estado de sítio irregular. A incerteza legal era um instrumento de terror a mais. Os *bandos* ajudam a criar um clima emocional psicossocial que torna a população mais vulnerável, além de exercer uma função propagandística, que não busca dar conta de uma realidade, mas interpretá-la: os *bandos* entregam certas informações convenientes ao regime ao mesmo tempo em que ocultam outras, seja pela tergiversação ou pela negação. Cf. Manuel Antonio Garretón et al. *Por la fuerza sin la razón. Análisis y textos de los bandos de la dictadura militar*. Santiago de Chile: LOM, 1998, p. 20-27.

⁶⁰ Acta de Constitución de la Junta de Gobierno (11 set. 1973), citada por Garretón et al. (1998, p. 15-17).

Esta ideologia rígida foi inculcada na mente dos militares a tal ponto que, frente a uma situação ou a uma pessoa que simbolizasse o inimigo, se produzia uma reação imediata e descontrolada, como diante de um perigo. As expressões de raiva, os olhares de ódio, a frieza das palavras e os gestos depreciativos ficaram gravados nitidamente na recordação das pessoas afetadas.

Este conceito-imagem internalizado do perigo, elaborado mediante diversos mecanismos ideológicos perceptivos para criar uma fantasia sinistra que induzisse terror frente à simples ideia da presença do inimigo, introduziu-se de maneira insidiosa e perseverante no espírito dos militares. Apoiou-se em outra construção conceitual: que os militares eram superiores, invencíveis, donos da ordem, da limpeza e do resguardo moral do país e protetores da pátria. A estas internalizações psicológicas se uniu a oferta de impunidade para os crimes que cometessem.⁶¹

A criação dessa “ameaça vermelha” não era nova. Desde a metade final do século XIX, conforme organizações políticas de corte socialista e comunista se formavam no país – que chegou a receber, inclusive, refugiados sobreviventes da Comuna de Paris de 1871, e seguiria a acolher outros europeus perseguidos por seu posicionamento político, como mais tarde ocorreria com os membros da esquerda espanhola resgatados pela gestão diplomática de Pablo Neruda durante a Guerra Civil daquele país –, movimentos dedicados a combater a sua influência eram formados como contrapartida dos setores oligárquicos conservadores da sociedade.⁶² Nas duas décadas antes do Golpe de 11 de setembro de 1973, alguns episódios haviam se destacado em especial na construção de um discurso público avesso às militâncias de esquerda dentro do Chile: primeiro, o profundo impacto que teve a promulgação e vigência da chamada “Ley Maldita”, que havia deixado o Partido Comunista Chileno na clandestinidade por uma década (1948-1958) sob o pretexto de ser uma ameaça à continuidade da democracia no país; depois, a “campanha do terror” promovida pela direita durante as eleições presidenciais de 1964,

⁶¹ Paz Rojas Baeza. *Recordar. Violación de derechos humanos: una mirada médica, psicológica y política*. Santiago de Chile: LOM, 2017, p. 182-183. Tradução própria. No original: “Durante los diecisiete años de dictadura en Chile se vivió desde la intimidación hasta la guerra psicológica, desde la persecución hasta la muerte, muchas veces brutal y perversa; desde la detención, prisión y tortura hasta la desintegración y demolición de las personas; desde la prisión hasta la desaparición; desde las dudas sobre la verdad de lo ocurrido hasta una impunidad absoluta. / Esta ideología rígida fue inculcada en la mente de los militares a tal punto, que frente a una situación o a una persona que simbolizara el enemigo, se producía una reacción inmediata y descontrolada, como ante un peligro. Las expresiones de rabia, las miradas de odio, la frialdad de las palabras y los gestos despreciativos quedaron grabadas nítidamente en el recuerdo de las personas afectadas. / Este concepto-imagen internalizado del peligro, elaborado mediante diversos mecanismos ideológicos y perceptivos para crear una fantasía siniestra que indujera terror frente a la sola idea de la presencia del enemigo, se introdujo de manera insidiosa y perseverante en el espíritu de los militares. Se apoyó en otra construcción conceptual: que los militares eran superiores, invencibles, dueños del orden, la limpieza y del resguardo moral del país y protectores de la patria. A estas internalizaciones psicológicas se unió la oferta de impunidad para los crímenes que cometieran”.

⁶² Marcelo Casals Araya. *La creación de la amenaza roja. Del surgimiento del anticomunismo en Chile a la “campana del terror” de 1964*. Santiago de Chile: LOM, 2016.

as primeiras em que Allende concorreu oficialmente em uma coalizão que reunia tanto os (agora legalizados) comunistas quanto os socialistas, sob a bandeira da Frente de Ação Popular (FRAP), antecessora da Unidade Popular com que venceria em 1970. A FRAP acabaria derrotada pelo democrata-cristão Eduardo Frei que, em um esforço contrário de coalizão, aglutinou o apoio da direita – receosa com a ascensão de Allende, a ala mais conservadora retirou seu candidato próprio (o que não faria seis anos mais tarde).

Nos anos de Frei, o Chile deveria ser uma vitrine a debelar os sonhos marxistas no continente, entendia Washington: até 1970, quando os chilenos escolheriam novamente um presidente, o país andino se tornaria o foco número um de verbas de auxílio concedidas pelos Estados Unidos, um valor que chegaria a cerca de 1,2 bilhão de dólares no somatório da década.⁶³ Por outro lado, se o governo Frei falhasse, seria muito difícil evitar um triunfo allendista nas eleições seguintes. Nelas, a campanha do terror voltaria a aparecer, mas o cenário político estaria muito mudado: os projetos reformistas da democracia-cristã não avançaram em velocidade suficiente para conquistar os corações da esquerda – ao mesmo tempo em que seu simples início acabou por desagradar os conservadores. Sem reeleições previstas constitucionalmente, Frei não conseguiria transferir sua popularidade pessoal para o candidato da situação, Radomiro Tomic, e veria seu próprio eleitorado de 1964 se fragmentar com a entrada do ex-presidente Jorge Alessandri para representar os interesses mais à direita. Salvador Allende acabaria como o candidato mais votado, apesar de não obter maioria absoluta, dando início aos conturbados “mil dias” do governo da Unidade Popular.

Quando os caminhos democráticos se esgotaram e o golpe violento se efetivou, a promessa dos horrores causados pela esquerda foi potencializada. Se o levante militar contou com o apoio – ou a complacência – de boa parte da população, exausta com a crise econômica, a instabilidade política, a inflação e a escassez de alimentos (provocada tanto pelas sucessivas paralisações das organizações patronais de transportadores quanto pelo açambarcamento deliberado em grandes armazéns e supermercados), justificar a brutalidade do novo regime dependia do convencimento da opinião pública de que – antes da ação dura e convicta dos militares – o país caminhava na direção de uma “ditadura marxista”. O Golpe de 1973 seria significado como um imperativo em nome da “salvação nacional” e a repressão subsequente ao 11 de setembro deveria ser vista menos como uma brutalidade condenável e mais sob a chave de uma resposta necessária a uma esquerda

⁶³ Peter Kornbluh. *The Pinochet File*. New York/London: The New Press, 2013, p. 5.

que era, em si mesma, violenta, perversa e dedicada a dilacerar o país – mesmo se houvesse violações sistemáticas de direitos humanos por parte das Forças Armadas (e, nesse momento, isso permanecia colocado à opinião pública como um grande *se*, pois o governo negava a realidade das violações com veemência), a propaganda da Junta faria com que elas adquirissem uma aura de “mal menor” frente à alternativa de viver sob os “horrores do marxismo” teleguiado desde Moscou.⁶⁴

A alternativa em questão envolvia o Plano Z, a documentação (forjada pela Junta) que supostamente delinaria o passo a passo do governo derrubado para se eternizar no poder, caso não tivesse sido impedido pela “corajosa” ação das Forças Armadas. Listas de nomes proeminentes de partidos de oposição e dos círculos militares começaram a circular como possíveis assassinados nesse projeto da Unidade Popular para dar um “autogolpe” em Allende, e nas primeiras semanas após o 11 de setembro a imprensa que ainda podia circular era alimentada com revelações crescentemente perversas. Desde o momento em que os primeiros jornais puderam voltar às ruas do país – diários notoriamente conservadores e, ademais, sob censura –, eles foram empenhados no esforço de quebrar o entendimento anterior de uma esquerda dividida em moderados e radicais: dali em diante, todos seriam apresentados como radicais⁶⁵, como “canibais simbólicos” dispostos a matar não apenas opositores, mas até mesmo líderes democrata-cristãos simpáticos a Allende (as listas falavam em Radomiro Tomic e Bernardo Leighton), que seriam usados como pretexto para culpar a direita e aprofundar a trama.⁶⁶ Nesse cenário, os militares garantiam travar uma guerra antissubversiva a fim de evitar uma guerra civil, posicionando-se também aí como salvadores na crise de 1973: “a tese da guerra era fundamental. Ela explicava eventos infelizes, deslocava responsabilidades, e justificava olhar para o outro lado”.⁶⁷

⁶⁴ Jaime Peris Blanes. *La Imposible Voz. Memoria y representación de los campos de concentración en Chile: la posición del testigo*. Santiago: Cuarto Propio, 2005, p. 182-183.

⁶⁵ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 39.

⁶⁶ Em uma edição de *El Mercurio* datada 8 de outubro de 1973 ventila-se até mesmo uma versão extrema desse “canibalismo”, que mais tarde não seria insistida nem mesmo pelos que forjaram o Plano Z: o ponto culminante seria um eventual assassinato do próprio Salvador Allende, que permitisse a Carlos Altamirano (naquele momento “foragido” aos olhos da ditadura), líder do Partido Socialista conhecido por seu tom radicalizado, atingir o poder. Tal plano teria sido traçado durante a longa visita de Fidel Castro ao Chile em 1971, e seria “típica” dos marxistas: Allende só havia tido utilidade antes da radicalização definitiva da ditadura de esquerda. Cf. Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 44-46.

⁶⁷ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 92-93. Tradução própria. No original: “The war thesis was fundamental. It explained unfortunate events, it displaced responsibilities, and it justified looking away”.

A radicalização generalizada dos opositores pregada pelo regime não só era falaciosa, ignorando as diversas correntes dentro da esquerda e os diferentes tipos de estratégia defendidos internamente na Unidade Popular para resistir às ameaças de golpe e aprofundar o projeto de governo, como também encobria o aprisionamento e a violência sem critérios que o regime empregou desde o primeiro dia após a tomada de poder. Como o Informe Rettig mostraria após a redemocratização, apenas metade (50,1%) dos mortos e desaparecidos levantados pela comissão pertenciam às principais organizações de esquerda – o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), que não fazia parte da UP, mas apoiava Allende, defendia a luta armada e pressionava por uma radicalização cada vez maior do processo –, enquanto 46% das vítimas fatais da ditadura não possuíam qualquer militância conhecida, fosse de esquerda ou de outro tipo.⁶⁸ O discurso da esquerda como unitária, radical e disposta a se armar para implementar uma ditadura no molde soviético seguiria sendo usado – e abusado – por muito tempo, persistindo a linguagem da “guerra” por parte da Junta mesmo nos anos 1980, o que teria reflexos nos testemunhos elaborados no período. Como abordo mais abaixo, muitos textos estarão fortemente marcados pela necessidade de humanizar esse prisioneiro que, na linguagem do regime, “fizera por merecer” toda a brutalidade que veio na sua direção.

Enquanto o sofrimento real era formalmente negado, a violência indiscriminada sobre a qual não se podia falar, mas a maioria da população sabia de alguma forma, acabava exercendo um efeito dissuasivo para outros tipos de resistência. “Se os campos só tivessem encerrado militantes, ainda que igualmente monstruosos em termos éticos, teriam respondido a outra lógica de poder”, diz Pilar Calveiro. “Sua capacidade para disseminar o terror consistia justamente nessa arbitrariedade que se erigia sobre a sociedade como ameaça constante, incerta e generalizada”.⁶⁹ O medo desse terror acabava por se tornar incontrolável, já que qualquer um poderia se tornar o “inimigo” diante de uma acusação falsa – e o castigo se associava não apenas a ações futuras, cuja legalidade ou ilegalidade é conhecida (ou pressuposta, no caso de um regime de exceção que nem

⁶⁸ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 85.

⁶⁹ Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 46.

sempre se baseia pela lei), mas também poderia punir atividades exercidas no passado, as quais eram legais e legítimas até o 11 de setembro.⁷⁰

1.1.2. *Humanoides*

O Plano Z foi amplamente divulgado como uma justificação para as ações do regime militar, ganhando difusão nacional e internacional através do *Libro Blanco del cambio de gobierno en Chile*, que já na sua primeira edição teve uma tiragem de 40 mil exemplares para consumo interno e outros 10 mil a serem distribuídos no exterior. Com o passar dos anos, porém, esse elemento fundacional do regime militar vai desaparecendo gradativamente das falas de alguns dos protagonistas do golpe. Como se percebessem que o Plano Z não suportaria um escrutínio crítico mais detido, observa Steve Stern, nem Augusto Pinochet e nem o almirante Patricio Carvajal – que participou da montagem do *Libro Blanco* e lidou diretamente com os documentos confiscados nos arquivos do antigo governo – o mencionam em suas memórias.⁷¹ Quem o faz é José Toribio Merino, associando o suposto plano às acusações de infiltração de partidos esquerdistas na Armada, parte de um escândalo que mobilizou políticos e militares nas semanas anteriores ao golpe.⁷²

Aqui, é importante nos determos em Merino, que famosamente se referiu aos marxistas como “humanoides” em diferentes momentos ao longo da ditadura. Na historiografia do Golpe de 1973 e em grande parte das memórias de militares que, desde

⁷⁰ Elizabeth Lira. *Psicología del Miedo y Conducta Colectiva en Chile. Publicado en el Boletín de AVESPO (Asociación Venezolana de Psicología Social)*, Julio 1989, p. 5.

⁷¹ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 49.

⁷² As versões sobre esse episódio são conflitantes. No início de agosto de 1973, alegando ter escutado seus superiores conversando sobre uma conspiração golpista, marinheiros de patentes mais baixas do destróier Blanco Encalada e do cruzador Almirante Latorre organizaram uma reunião com representantes de partidos de esquerda. Na versão destes, o encontro foi para realizar a denúncia de tendências golpistas dentro da Marinha. A posição oficial da Armada, porém, foi de promover uma denúncia no sentido oposto, acusando os partidos da Unidade Popular de infiltrar a instituição com seus quadros. Em resposta, 62 marinheiros acabaram presos, e há indícios de que foram torturados para confessar a extensão do suposto “movimento subversivo” dentro da Marinha. Cf. Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 489-492. Insistindo na tese de que havia sofrido uma infiltração irregular, a Armada solicita a quebra da imunidade parlamentar do senador Carlos Altamirano (secretário-geral do Partido Socialista) e do deputado Óscar Guillermo Garretón (líder da tendência mais radical do Movimiento de Acción Popular Unitaria, o MAPU), acusados de liderar a subversão. O caso ganhou tal dimensão que, para justificar a atípica mobilização de tropas na véspera do 11 de setembro, o Exército apresentou a Allende o pretexto de que os soldados estavam sendo deslocados para reforçar a segurança de Santiago, temendo eventuais protestos após o julgamento da quebra da imunidade dos dois parlamentares, que – não havendo o Golpe – teria ocorrido naquele dia. Cf. Patricia Verdugo. *Chile, 1973. Como os EUA derrubaram Allende*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 118.

a redemocratização, publicaram textos em primeira pessoa ou compartilharam suas reminiscências sobre o período com entrevistadores (para defender ou denunciar o regime), o comandante da Marinha chilena é apontado como o grande idealizador da conjura golpista.⁷³ Embora Pinochet tenha se empenhado em construir uma imagem de si mesmo como líder da trama, afirmando ter atuado nos bastidores para observar e derrubar Allende desde o momento de sua posse em 1970⁷⁴, há numerosos indícios de que este não foi o caso. Pinochet sequer detinha o comando do Exército até dezoito dias antes do golpe, tendo ascendido ao posto de destaque como consequência da renúncia de Carlos Prats, general constitucionalista que havia atuado de modo a defender o governo de Salvador Allende durante as crises anteriores. Hoje, os relatos existentes apontam majoritariamente no sentido de que Pinochet, cuja relevância antes de agosto de 1973 era reduzida, só se uniu efetivamente à conspiração na semana do levante, e por pressão do próprio Merino⁷⁵ – este, por sua vez, precisou dar dois golpes na manhã de 11 de setembro, mantendo seu superior, Raúl Montero, em prisão domiciliar, e usurpando o comando da Armada antes de virar os canhões dos navios de guerra para Valparaíso, no ato de abertura da manhã em que a Unidade Popular foi derrubada.⁷⁶

Até o fim da Ditadura Chilena, José Toribio Merino seria o único membro da Junta – além do próprio Pinochet – a não ser substituído, o que não havia acontecido com os comandantes da Força Aérea⁷⁷ e dos Carabineros.⁷⁸ Alguns autores, como Heraldo

⁷³ Mónica González. *La Conjura: los mil y un días del golpe*. Santiago de Chile: Catalonia, 2012.

⁷⁴ Augusto Pinochet. *El día decisivo: 11 de septiembre de 1973*. 4. ed. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1980.

⁷⁵ Embora esta seja a versão mais aceita hoje, existe pelo menos um documento desclassificado pela CIA que lança dúvidas sobre o alheamento de Pinochet em relação às tramas golpistas mais antigas. Ainda que a maioria dos materiais conhecidos corrobore a ideia de que o futuro ditador só se juntou ao Golpe na última hora, um cabo secreto da Estação da CIA no México datado de 13 de setembro de 1972 contradiz essa noção, comentando sobre uma viagem de Pinochet ao Panamá, onde teria encontrado ex-colegas seus na Escuela de las Américas, jovens oficiais norte-americanos que teriam lhe garantido que os Estados Unidos apoiariam um golpe com todos os meios se o momento chegasse. Ainda de acordo com o informe, o até então constitucionalista Pinochet teria admitido no encontro que havia mudado seu entendimento sobre o governo da Unidade Popular, e que Allende deveria ser forçado a renunciar ou eliminado. O documento é especialmente intrigante pois não consta, em nenhum outro registro, que Pinochet tivesse sequer estudado na Escuela de las Américas no passado, ainda que a postura de seu futuro governo estivesse em conformidade com os preceitos ali defendidos. Cf. Carlos Basso Prieto. *La CIA en Chile 1970-1973*. Santiago de Chile: Aguilar, 2013, p. 229-230.

⁷⁶ Óscar Soto. *El último día de Salvador Allende*. Barcelona: RBA, 2008, p. 72.

⁷⁷ Após desacordos com Pinochet sobre os rumos do governo e a crescente centralização do poder por parte do general, Gustavo Leigh foi forçado a renunciar em 1978, sendo sucedido por Fernando Matthei.

⁷⁸ César Mendoza (que, como Merino, precisou dar um golpe interno para assumir o comando de sua instituição na manhã do Golpe) viu-se forçado a renunciar em 1985 após o “Caso Degolados”, quando três militantes do Partido Comunista foram achados mortos em Santiago e a acusação do crime recaiu sobre os Carabineros. Já enfrentando os primeiros protestos massivos cobrando o fim do regime, Pinochet pressionou Mendoza a se retirar. Ele seria substituído por Rodolfo Stange.

Muñoz⁷⁹, creditam a Merino a autoria intelectual não apenas do golpe, mas da própria transformação econômica e social pela qual passa o Chile nos anos 1970 e 80: é o comandante da Armada o principal patrocinador dos *Chicago Boys* no centro do poder, convencendo Pinochet a abandonar a tradição estatista do Exército para abraçar os economistas chilenos formados nos Estados Unidos, que seriam alinhados pela ditadura para promover reformas econômicas de corte neoliberal radical. Sem essa reformulação encabeçada pelos protegidos de Merino, argumenta Muñoz, Pinochet não teria o argumento da excepcionalidade que ainda hoje caracteriza a sua apologia – o crescimento econômico acelerado no fim do regime militar, em flagrante contraste com as crises vivenciadas em Argentina, Brasil e Uruguai ao final das suas ditaduras.⁸⁰

Não há dúvidas de que as convicções de Merino sobre a maneira de lidar com os esquerdistas também moldaram grande parte da política repressiva adotada entre 1973 e 1990. Algumas das ideias defendidas pelo almirante ficam explícitas em suas memórias. Já nas primeiras páginas, ele identifica a Armada como “o instrumento que Deus me deu e a Virgem pôs em minhas mãos para salvar o Chile do ateísmo destruidor”.⁸¹ Além do tom fortemente religioso que traz em várias passagens – o cristianismo, em particular o catolicismo, sendo um dos pilares da identidade nacional defendida pelas Forças Armadas contra o marxismo –, Merino também engrossa as fileiras do nacionalismo exacerbado e da noção do poder militar como guardião do que constitui o chileno, acima do Estado e das contingências históricas:

as Instituições Armadas do país, com sua formação, disciplina, sobriedade de vida, espírito de servidores públicos, conceito de Pátria, cumprimento do dever e ação de soberania, foram e são em grande medida a coluna vertebral e a síntese dos valores da *chilenidade*.⁸²

Os que contrariassem esses valores, filiando-se a ideologias estrangeiras, eram, enfim, os que não chegavam a merecer nem a condição de chilenos e sequer a de seres

⁷⁹ Heraldo Muñoz. *La sombra del dictador*. Barcelona: Paidós, 2009, p. 95-96.

⁸⁰ Heraldo Muñoz. *La sombra del dictador*. Barcelona: Paidós, 2009, p. 17.

⁸¹ José Toribio Merino. *Bitácora de un almirante. Memorias*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1998, p. 13. Este fragmento faz parte da dedicatória do livro, que é encerrada com uma promessa: “se por desgraça se chega a repetir uma situação como a aqui descrita, a lição está dada”. Evidentemente, a situação “desgraçada” a que o almirante se refere é a crise econômica e institucional do país anterior ao Golpe, e não o contexto repressivo que se seguiu.

⁸² José Toribio Merino. *Bitácora de un almirante. Memorias*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1998, p. 34 (grifado no original). Tradução própria. No original: “Es también mi convicción de que las Instituciones Armadas del país, con su formación, disciplina, sobriedad de vida, espíritu de servidores públicos, concepto de Patria, cumplimiento del deber, han sido y son en gran medida la columna vertebral y la síntesis de los valores de la *chilenidad*”.

humanos plenos – os “humanoides”, uma definição apenas parcialmente jocosa que o almirante persistiu em utilizar até o final da vida. Eles eram gente capaz de assassinar inocentes sem qualquer remorso, dizia. Assim, pontua Steve Stern, “contra tamanha força, o trabalho de resgate seria árduo e feio. Era necessário olhar para o outro lado e dar ao Estado liberdade de ação para expurgar a sociedade”.⁸³

Essa constituição do Outro negativo, aquele que se opõe ao “eu”, ao “nós” desejável e canônico, faz com que qualquer um que se desvie da “norma” se torne aberrante.⁸⁴ Para que a violência atinja a manifestação extrema do terrorismo de Estado, é preciso que a condição de cidadãos e seres humanos seja negada aos integrantes dos grupos em vias de aniquilamento – não-chilenos e “humanoides”, portanto, é o caminho que a ditadura encontra para justificar seus atos brutais. Uma justificativa que se retroalimenta, na medida em que a violência também contribui para reduzir ao máximo a pena e autocomiseração daqueles que a cometem, como parafraseia Primo Levi ao citar um ex-comandante de Treblinka: “antes de morrer, a vida deve ser degradada, a fim de que o assassino sinta menos o peso de seu crime”.⁸⁵

1.1.3. O campo de concentração chileno

Abaixo de Pinochet, Merino e da própria Junta Militar, quem obteria o maior poder no aparato repressivo dos primeiros anos do governo golpista seria o coronel Manuel Contreras, alçado à condição de chefe da Direção de Inteligência Nacional (DINA), a polícia secreta do regime. Criada formalmente em junho de 1974, mas operando nos subterrâneos desde pelo menos novembro do ano anterior, a DINA foi responsável por algumas das mais aparatosas ações terroristas promovidas pelo governo militar chileno – além de atuar na repressão interna, a organização patrocinaria (com recursos e inteligência) os atentados a bomba contra a vida do general reformado Carlos Prats, em Buenos Aires (1974), do líder democrata-cristão Bernardo Leighton, em Roma (1975), e do ex-ministro de Allende, Orlando Letelier, em Washington (1976). Dos três,

⁸³ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 50. Tradução própria. No original: “They were people who would assassinate masses of innocent people. They would stop at nothing to impose their will. Against such a force, the work of rescue would be arduous and ugly. One should look the other way and grant the state freedom of action to purge society”.

⁸⁴ Maritza Montero. Construcción del Otro, liberación de sí mismo. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Universidad del Zulia (Venezuela), año 7, n. 16, marzo 2002., p. 44.

⁸⁵ Primo Levi. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 102.

apenas Leighton sobreviveu, e mesmo assim com sequelas que o deixaram afastado da vida pública.

Os passos de Contreras seriam vastamente documentados pela CIA, que mantinha uma relação extremamente próxima com o coronel: alguns informes mencionam que o diretor da DINA chegava a participar de piqueniques com Stuart Burton, o chefe da estação da Agência em Santiago⁸⁶ e, com o tempo, os estadunidenses cogitaram transformar Contreras em um informante pago da sua organização de inteligência – há pelo menos um registro conhecido de um valor de 6 mil dólares recebido pelo militar chileno desde uma “fonte desconhecida”, que coincide com a época em que os documentos desclassificados da CIA falam do projeto de incluir o coronel entre os seus *assets*, tendo em vista sua enorme penetração e influência dentro dos braços da repressão no Chile. Ao que parece, os pagamentos não continuaram, pois os sucessivos ataques da DINA em território internacional e o fechamento do cerco do Congresso norte-americano sobre a CIA estariam colocando as ações encobertas em risco. Essas atividades começaram a passar por maior escrutínio após a renúncia do presidente que havia apoiado o golpe, Richard Nixon, em agosto de 1974 – e trabalhar com a DINA se tornaria inviável dois anos mais tarde, depois do escândalo de um atentado promovido em solo norte-americano, com o ataque ao carro de Orlando Letelier no coração da capital dos Estados Unidos.⁸⁷ De todo modo, Contreras foi considerado por algum tempo um personagem mais poderoso que o próprio Pinochet, o rosto da violência estatal no Chile, antes de a repercussão negativa do caso Letelier fazer o diretor da DINA cair em desgraça – levando a uma eventual mostra de força do ditador, que removeria Contreras de seu cargo e reformularia o órgão que ele dirigia, agora convertido na CNI (Central Nacional de Informaciones).⁸⁸

No entanto, é muito difícil mensurar até que ponto os Estados Unidos exerceram ingerência direta sobre a política repressiva no Chile. A influência da Casa Branca na desestabilização do governo Allende e nas tramas golpistas é, hoje, exaustivamente documentada, graças aos projetos de desclassificação de documentos secretos levados a cabo no governo de Bill Clinton, na década de 1990. Até aqui, o *Chile Declassification Project* já liberou mais de 23 mil documentos através do Departamento de Estado

⁸⁶ Peter Kornbluh. *The Pinochet File*. New York/London: The New Press, 2013, p. 222.

⁸⁷ Peter Kornbluh. *The Pinochet File*. New York/London: The New Press, 2013, p. 224-225.

⁸⁸ Peter Kornbluh. *The Pinochet File*. New York/London: The New Press, 2013, p. 180.

estadunidense.⁸⁹ Sabe-se, também, que o secretário de estado Henry Kissinger era um partidário do golpe desde a posse da Unidade Popular⁹⁰, e em repetidos momentos fez afirmações indicando que, por mais desagradáveis que fossem as ações do regime pinochetista, “este governo é melhor para nós do que Allende era”.⁹¹ Ainda assim, no que tange mais diretamente à brutalidade do pós-golpe, boa parte do material jamais veio a público e permanecem grandes vazios documentais sobre episódios relevantes, antes e depois do 11 de setembro de 1973.⁹² Peter Kornbluh, responsável pela catalogação dos documentos desclassificados, comenta que, apesar das incompletudes, “está claro que a CIA ajudou a DINA a se converter na força dominante que ela havia se tornado durante os primeiros tempos da ditadura”.⁹³

Sob o comando de Contreras, observa Kornbluh, “a DINA se tornou notória por três tipos definidos de brutais violações de direitos humanos: uma rede de campos secretos de detenção, a prática sistemática e inumana de tortura, e o desaparecimento de centenas de chilenos”.⁹⁴ Chilenos que não eram “plenamente chilenos”, como temos assinalado – pelo menos aos olhos do regime. Pensando a partir da noção de biopolítica como definida por Michel Foucault, quando a vida nua passa a ser passível de regulação por parte do Estado⁹⁵, Giorgio Agamben propõe uma dimensão a mais a ser identificada nessa relação: se a transformação do poder estatal havia passado do “fazer morrer” ao “fazer viver” dentro dos dispositivos estatais desenvolvidos a partir do século XVIII na Europa, no século XX o biopoder se configura também em termos de um terceiro aspecto – o “fazer sobreviver”⁹⁶ –, que permite a formação de projetos de dominação total sobre a vida dos indivíduos, como os que levam aos diferentes tipos de campos de concentração.⁹⁷

⁸⁹ Grande parte do material pode ser acessada on-line, na página que o Departamento de Estado mantém dedicada à Lei de Liberdade de Informação (Freedom of Information Act – FOIA). Disponível em <https://foia.state.gov/Search/Results.aspx?collection=CHILE&searchText=*> Acesso em 8 mar. 2018.

⁹⁰ Henry Kissinger. *White House Years*. New York: Simon & Schuster, 2011.

⁹¹ Peter Kornbluh. *The Pinochet File*. New York/London: The New Press, 2013, p. 211. Tradução própria. No original: “however unpleasant they act, this government is better for us than Allende was”.

⁹² Carlos Basso Prieto. *La CIA en Chile 1970-1973*. Santiago de Chile: Aguilar, 2013.

⁹³ Peter Kornbluh. *The Pinochet File*. New York/London: The New Press, 2013, p. 221. Tradução própria. No original: “The CIA regards its ‘liaison’ relations with foreign intelligence services among its most sacred of secrets; the details of its support for DINA remain highly classified. But it is clear that the CIA helped DINA become the dominant force it became during the early days of the dictatorship”.

⁹⁴ Peter Kornbluh. *The Pinochet File*. New York/London: The New Press, 2013, p. 169.

⁹⁵ Michel Foucault. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁹⁶ Jaime Peris Blanes. *La Imposible Voz. Memoria y representación de los campos de concentración en Chile: la posición del testigo*. Santiago: Cuarto Propio, 2005, p. 122.

⁹⁷ Giorgio Agamben. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Mais do que uma ferramenta a demonizar os opositores, a exclusão da cidadania é instrumental para a legitimação de um estado de exceção. Como aponta Agamben, desde a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, em 1789, estabelece-se uma dubiedade que nenhum outro documento similar foi totalmente capaz de dirimir na prática: o “homem” e o “cidadão” constituem um mesmo sistema unitário ou são entidades autônomas, sem relação uma com a outra?⁹⁸ Esse espaço onde os direitos da cidadania são suspensos e, com eles, frequentemente, a própria dignidade humana é deixada de lado, é o que Agamben identifica como o *campo* – que não necessariamente se constitui num Lager, no sentido dos campos de concentração e extermínio vivenciados sob o nazismo, podendo ser até mesmo um lote de terra ou uma sala de aeroporto onde refugiados aguardam a sua triagem e a definição de sua sorte. O *campo*, enfim, “delimita um espaço no qual o ordenamento normal é de fato suspenso, e que aí se cometam ou não atrocidades não depende do direito, mas somente da civilidade e do senso ético da polícia que age provisoriamente como soberana”.⁹⁹ Ele é o local onde o poder esconde e exclui do convívio comum o que não considera constitutivo da sociedade que diz proteger.¹⁰⁰ Um elemento fundamental para o que Pérez Ramos propõe chamar de processo de reorganização nacional no Chile (uma versão com etapas similares às do genocídio reorganizador de Daniel Feierstein): a desarticulação e destruição de relações político-sociais contra-hegemônicas, passando pela eliminação simbólica e física de seus agentes.¹⁰¹

No campo, que no Chile logo se tornaria um campo de concentração literal, como no Estádio Nacional de Santiago ou (ainda mais claramente) em exemplos como

⁹⁸ Giorgio Agamben. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 133.

⁹⁹ Giorgio Agamben. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 181. O autor fala em “polícia” pois, no trecho citado, se refere a casos específicos de refugiados ou presos recém-libertos que ainda não tiveram uma definição legal de seu futuro próximo. Mas no caso da prisão política chilena – e latino-americana – podemos pensar nessa mesma função sendo exercida por suboficiais e recrutas, senhores dos *campos* onde a militância era confinada, com poder sobre a vida e sobre a morte enquanto os detidos aguardavam (muitas vezes em vão) uma definição judicial sobre sua condição – não raro, uma definição tomada sem qualquer procedimento legal institucionalizado, disfarçada sob um tom jurídico para dar uma aura de legitimidade ao processo perante os olhos internacionais.

¹⁰⁰ Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 25.

¹⁰¹ Carlos José Pérez Ramos El Genocidio en Chile: La construcción sociodiscursiva de la verdad. In: Daniel Feierstein (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 206. O autor não chega tão longe como Feierstein ao usar o termo “genocídio” para o que ocorre no Chile, mas a mecânica, aqui, é a mesma do genocídio reorganizador: o assassinato como um meio para atingir o fim, e não o próprio fim. A reorganização da sociedade por dentro, a partir da quebra de relações de reciprocidade, substituindo-as por novas formas de poder político, econômico, ideológico e cultural. Cf. Daniel Feierstein, *Genocide as Social Practice. Reorganizing Society under the Nazis and Argentina's Military Juntas*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2014, p. 48.

Chacabuco, o estado de exceção começava a se tornar regra – fora do ordenamento jurídico normal, vendido como uma situação externa e provisória, mas ao mesmo tempo confundido com a própria norma, com uma lógica interna alheia ao que seria considerável aceitável do lado de fora das grades de metal.¹⁰² Com a situação-limite transformada em hábito¹⁰³, era mais simples que o general Óscar Bonilla, um dos primeiros braços-direitos de Pinochet¹⁰⁴, desembarcasse em Chacabuco e falasse francamente aos prisioneiros sobre a real situação – não prevista por qualquer lei – em que se encontravam os homens (e apenas homens, no caso daquele campo, usado como local de detenção exclusivamente masculino) ali confinados: os militantes detidos não se encontravam na condição de presos comuns, e sim como “reféns” sequestrados pelo novo governo. Se algo fosse feito contra os fardados no mundo exterior pela ação de algum grupo armado da esquerda, ameaçava Bonilla, a primeira represália do regime recairia sobre prisioneiros políticos como aqueles que o ouviam.¹⁰⁵ Rotulados, fustigados e isolados, tornados dependentes dos seus captores e – muitas vezes – sem os laços sociais que os conectam com o mundo exterior, o “câncer social” representado pelos perseguidos está pronto para ser removido, destruído, seja física ou simbolicamente.¹⁰⁶

A exceção e a perversão do campo eram facilitadas pelo seu ocultamento. A presença do campo estava lá, como um instrumento para aniquilar o inimigo e atemorizar o restante da população do lado de fora, mas o que exatamente se passava ali dentro era muito mais difícil de comprovar e coibir naquele momento.¹⁰⁷ Tudo eram rumores. Se um “controle externo” é quase impossível em um Estado ditatorial, entende Primo Levi, esse *quase* é importante, pois de alguma forma ainda existem a opinião pública, a magistratura,

¹⁰² Giorgio Agamben. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 175-176.

¹⁰³ Giorgio Agamben. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 57.

¹⁰⁴ Óscar Bonilla foi o primeiro militar a ocupar o Ministério do Interior após o golpe – cargo que, em democracia, havia sido o mais importante abaixo do Presidente da República (o Chile não possuía um vice-presidente eleito e, na prática, o Ministro do Interior exercia essa função). Bonilla depois se tornaria um crítico de certas medidas do governo, particularmente da atuação da DINA, perdendo gradativamente o seu poder e sendo transferido da pasta do Interior para a de Defesa. Em março de 1975, Bonilla morreria em um acidente de helicóptero em circunstâncias suspeitas, cuja investigação encontrou diversos obstáculos e foi encerrada abruptamente: dezoito dias mais tarde, os técnicos franceses que haviam ido ao Chile analisar as razões da queda acabaram eles próprios vitimados por outro acidente de helicóptero não totalmente explicado, que interrompeu as investigações definitivamente. Cf. Heraldo Muñoz. *La sombra del dictador*. Barcelona: Paidós, 2009, p. 92.

¹⁰⁵ Jorge Montealegre. *Memorias Eclipsadas. Duelo y resiliencia comunitaria en la prisión política*. Santiago de Chile: Asterión, 2013, p. 42.

¹⁰⁶ Daniel Feierstein, *Genocide as Social Practice. Reorganizing Society under the Nazis and Argentina's Military Juntas*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2014, p. 57.

¹⁰⁷ Silvana Vetö. *Prácticas genocidas en la dictadura chilena. Lecturas*, Santiago de Chile, 2011, p. 16.

a imprensa estrangeira, as Igrejas, ou o próprio sentimento de humanidade a impor algum freio mínimo que seja – no campo, porém, onde os fatos são ocultados do mundo ao redor, esses controles desaparecem por completo.¹⁰⁸

Mais além da versão oficial e da censura sobre qualquer afirmação dissidente, e do próprio isolamento dos prisioneiros em partes remotas do país como o Atacama ou a Patagônia, a prisão política era tornada menos visível também no discurso, que escondia os fatos e destruía simbolicamente as pessoas já vilipendiadas física e psicologicamente. Como ressalta Pilar Calveiro, dentro do vocabulário das ditaduras, não existe tortura, mas “interrogatório”; não se fala de pessoas, de gente ou de homens e mulheres, mas de “volumes” (*bultos*) e “pacotes” (*paquetes*); não se menciona que delatam companheiros, mas que “se quebram”; não se refere diretamente à morte, mas que *se van para arriba*.¹⁰⁹ O campo de concentração repleto de prisioneiros políticos que na prática são reféns, no mesmo sentido, nunca é concebido nesses termos: é, antes, um “local de concentração” de “prisioneiros de guerra”, como diz uma placa em Chacabuco.¹¹⁰ E quando, já mortos, os “humanoides” são enterrados em uma vala comum, sem nome nem marcação, nem assim o regime pode ter chegado ao último estágio da tergiversação sobre os fatos: no Chile, para evitar que os cemitérios clandestinos fossem eventualmente descobertos, em 1975 alguns cadáveres começam a ser exumados e atirados ao mar, e a missão que se dedica a isso é batizada como “Operação Retirada de Televisores”. São palavras que vão além da óbvia desumanização: também “tranquilizam” os perpetradores e a sociedade, tirando o peso simbólico do que seria condenado pelo código moral vigente.¹¹¹

Mesmo para os que sobrevivem, a liberdade é condicionada ao esquecimento deliberado ou, mais propriamente, ao ocultamento do que se sabe e do que se viveu. “Os atropelos cometidos adquirem a condição de inexistentes, se não se fala deles, se não são divulgados, se são mantidos no terreno do inominável. Assim como a linguagem constrói a realidade, o silêncio a invisibiliza”, pontua Adolfo Bisama.¹¹² Ao ser devolvido à vida civil, às portas da prisão, o militante deveria assinar um documento garantindo não ter

¹⁰⁸ Primo Levi. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 36.

¹⁰⁹ Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 42.

¹¹⁰ Adolfo Bisama Fernández. Estrategias textuales y paratextuales del relato testimonial. In: Norberto Flores Castro, Norberto; Adolfo Bisama Fernández. *El Relato Testimonial Chileno 1973-1989*. Santiago de Chile: RIL, 2017, p. 131.

¹¹¹ Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 42.

¹¹² Adolfo Bisama Fernández. Estrategias textuales y paratextuales del relato testimonial. In: Norberto Flores Castro, Norberto; Adolfo Bisama Fernández. *El Relato Testimonial Chileno 1973-1989*. Santiago de Chile: RIL, 2017, p. 130.

testemunhado nem sofrido maus tratos. No momento em que cruzava o umbral pela última vez, sua vivência deveria ser apagada – assim como sua própria humanidade havia sido no instante em que fizera o movimento inverso, ao ser colocado na prisão.

1.2. A destruição de si

*Nada quedaba al azar; todo, hasta el más mínimo detalle, apunta a un mismo objetivo: disminuir física y moralmente al prisionero, llevarlo al borde de la locura, al punto crítico de la resistencia humana.*¹¹³

Desde o instante da detenção, cada momento da prisão política é vivido sob os desígnios da autoridade militar. Essa subordinação não se resumia ao aspecto formal abordado acima, mas se estendia para incluir a própria existência íntima – a percepção de si mesmo e os limites da ação (e, nos momentos extremos como a tortura, até mesmo da reflexão) individual. Flávio Koutzii, encarcerado pela Ditadura Argentina que se estabeleceu em 1976, descreve que “ser prisioneiro significava, em última análise, a subordinação total do corpo ao desejo do carcereiro: *ele* decide onde *eu* ponho *meus* braços, onde *eu* ponho *meus* olhos”.¹¹⁴ Proibições muitas vezes simples, como a de se exercitar, ajudavam a estabelecer um impedimento de qualquer relação positiva do prisioneiro com o seu próprio corpo e com a sua individualidade.¹¹⁵ Mesmo os “rituais privados do sujeito”, as necessidades fisiológicas diárias, são atacadas na prisão política, provocando um deslocamento dos costumes e das rotinas corporais, colocando em xeque a subjetividade – gradativamente, o corpo vai se tornando apenas isso, um corpo, desprovido do que constitui o indivíduo, em um processo de “desaprendizagem” de si mesmo.¹¹⁶

A experiência extrema da perda de identidade é a morte, que nas ditaduras do Cone Sul, em muitos casos, é seguida pelo desaparecimento, pela negação do fato, pela ocultação de tudo aquilo que ainda restaria do ser humano que um dia esteve encarcerado. No caso das vítimas dos regimes militares sul-americanos, essa destruição com frequência não encontrou uma tentativa de acerto de contas nem mesmo com a redemocratização. Milhares de desaparecidos nunca tiveram seu destino final plenamente conhecido pelos

¹¹³ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 33.

¹¹⁴ Flávio Koutzii. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 37.

¹¹⁵ Flávio Koutzii. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 36.

¹¹⁶ Diamela Eltit. *Signos vitales: escritos sobre literatura, arte y política*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2008, p. 96.

familiares, que se depararam com todos os tipos de empecilhos em suas buscas pela definição de identidades, começando – no Chile – desde a tática deliberada mantida pela DINA já na época dos assassinatos, que envolvia queimar as impressões digitais das vítimas para prejudicar um eventual trabalho de investigação que viesse a ser feito no futuro.¹¹⁷ Eles permaneciam como os “NN”, os *non nomine* (“sem nome”), e nos casos em que era possível recuperar os seus restos mortais e proporcionar um desfecho, a barganha geralmente envolvia a troca de um nome por outro: tirar a vítima do anonimato desumanizador implicava em, por outro lado, garantir o desconhecimento da identidade do perpetrador – num movimento que, agora, não visava a aniquilação deste, mas a sua impunidade:

Para saber sobre os corpos dos desaparecidos – tirá-los do anonimato e da violência de ser NN: corpos e membros inidentificáveis – haveria que calar sobre os nomes dos responsáveis já identificados de sua desapareição – tornar anônimos os executores dessa violência que, no entanto, tem nome e sobrenome.¹¹⁸

Já para os que sobreviveram, em meio aos pequenos e grandes autoritarismos inumanos presenciados durante os dias de encarceramento, a experiência mais próxima, às portas da morte, foi a da tortura – física e psicológica.

1.2.1. A tortura

Elaborada em 1984 e adotada três anos mais tarde, a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura a define como “qualquer ato pelo qual se inflijam intencionalmente a uma pessoa dores ou sofrimentos severos, físicos ou mentais”, levados a cabo por um agente do Estado com o objetivo de punir, intimidar ou obter confissões da própria pessoa que está sendo vitimada ou de um terceiro (uma tática comum é torturar os seres queridos de quem se quer obter a confissão, como os filhos ou cônjuges, potencializando o sentimento de culpa pelo silêncio – a resistência deixa de causar danos

¹¹⁷ Heraldo Muñoz. *La sombra del dictador*. Barcelona: Paidós, 2009, p. 73.

¹¹⁸ Nelly Richard. Los derechos humanos bajo la dictadura de Pinochet: lo impúdico y lo público. *Sociocriticism, Montpellier (Institut international de sociocritique, Université Paul-Valéry)*, vol. 11, issues 1-2, 1995, p. 177. Tradução própria. No original: “Para saber acerca de los cuerpos de los desaparecidos – sacarlos del anonimato de la violencia de ser NN: cuerpos y miembros inidentificables – habría que callar los nombres de los responsables ya identificados de su desaparición – volver anónimos a los ejecutores de esa violencia que, sin embargo, tiene nombre y apellido”.

apenas a si próprio, passando a vitimar um inocente que, ademais, o prisioneiro estima).¹¹⁹ Nos tratados internacionais, o direito à integridade pessoal costumeiramente aparece colocado acima até da própria vida – enquanto esta pode ser tirada (com restrições, mas de forma legítima) em uma guerra, por exemplo, a proibição a atos equivalentes à tortura é permanente e absoluta, em tempos de paz ou de conflito, sejam eles contra um agente externo ou (se concordássemos com a tese da Ditadura Chilena) um inimigo interno.¹²⁰ Na medida em que os militares diriam, mais tarde, que não precisavam se envergonhar de seus crimes, pois em 1973 “combatiam em uma guerra”, estavam simultaneamente sabotando seu argumento, já que as violações de direitos humanos registradas em suas ações seguem vedadas mesmo em tempos de conflito.¹²¹

Precisamente naquilo que a define e a torna condenável dentro dos preceitos da Convenção é que reside a função múltipla da tortura para os regimes autoritários, também encontrada no caso chileno: a alegada busca por informações (o uso da violência para obter confissões e delações que entregassem companheiros ainda à solta), em alguns casos, e sobretudo o seu emprego como técnica de intimidação e punição (isto é, uma punição pelo “crime” recém-criado de ser esquerdista e opositor, com os interrogatórios se reduzindo a jogos de cena onde a obtenção de informações era apresentada como um objetivo principal mas, na prática, estava longe de sê-lo). Como comenta a Anistia Internacional, “a tortura não é o simples fato do sadismo dos torturadores, mesmo que se haja atestado que estes são com frequência sádicos. A tortura é geralmente uma das engrenagens de uma máquina controlada pelo Estado e destinada a eliminar a dissidência”. Dessa forma, “nos eletrodos ou na seringa do torturador, é a responsabilidade do Estado que se manifesta”.¹²²

¹¹⁹ ONU – Organização das Nações Unidas. *Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment*. Adopted and opened for signature, ratification and accession by General Assembly resolution 39/46 of 10 December 1984. Disponível em <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CAT.aspx>>. Tradução própria. No original: “the term “torture” means any act by which severe pain or suffering, whether physical or mental, is intentionally inflicted on a person for such purposes as obtaining from him or a third person information or a confession, punishing him for an act he or a third person has committed or is suspected of having committed, or intimidating or coercing him or a third person, or for any reason based on discrimination of any kind, when such pain or suffering is inflicted by or at the instigation of or with the consent or acquiescence of a public official or other person acting in an official capacity”.

¹²⁰ Roberto Garretón. ¿Qué es ser un torturador? Una perspectiva desde el derecho internacional de los derechos humanos. In: Patricia Verdugo (ed.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago de Chile: Catalonia, 2004, p. 145.

¹²¹ Rafael Otano. *Nueva crónica de la transición*. Santiago de Chile: LOM, 2006, p. 382-383.

¹²² Amnesty International. *La torture. Instrument de pouvoir, fléau a combattre*. Paris: Seuil, 1984, p. 13. Tradução própria. No original: “La torture n’est pas le simple fait du sadisme des tortionnaires, même s’il est attesté que ceux-si sont souvent de sadiques. La torture est généralement l’un des rouages d’une machine

Esse ato violento, por mais íntimo que seja no momento em que ocorre, em uma relação direta que envolve somente a vítima e o algoz (ou algozes), adquire outra dimensão pelo contexto mais amplo que o rodeia: ao se integrar a uma política sistemática, sendo reflexo de uma decisão tomada em nível governamental a despeito da integridade física e mental dos prisioneiros, a tortura passa a ser colocada no rol dos crimes contra a humanidade.¹²³ Esse crime, define Paz Rojas Baeza, contém um elemento intencional, com o objetivo perseguido de negar voluntariamente a uma pessoa a ideia de que é humana – destruir, no outro, aquilo que o identifica como um ser igual ao algoz.¹²⁴ A tortura moderna, programada para “despojar a pessoa da constelação que constitui seu núcleo identitário¹²⁵”, é técnica e “idealmente não deve conduzir à morte, mas abrir um espaço de agonia interminável, no qual o sujeito e percebe como desfeito da própria humanidade”, resumem Viñar e Viñar.¹²⁶

Infligir dores físicas e mentais¹²⁷ insuportáveis, sob condições de isolamento e ausência de defesa, são atos que

quebram a integridade da pessoa – a identidade, os valores, o mundo social que fazem com que sejamos nós mesmos e humanos. Você encara a excruciante agonia da morte sozinho, arrancado de um mundo transformado em irrealdade, apenas para ser trazido brevemente de volta desse limite pela força onipotente que lhe degrada. O processo humilha a pessoa, fazendo com que o retorno à sociedade humana seja problemático. Como um ex-prisioneiro me disse, após a tortura a pessoa reentra na sociedade como uma espécie de

contrôle par l'État et destinée à éliminer la dissidence. Dans les électrodes ou la seringue du tortionnaire, c'est le pouvoir et la responsabilité de l'État qui se manifestent.”

¹²³ Carmen Hertz. El Proceso. In: Patricia Verdugo (ed.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago de Chile: Catalonia, 2004, p. 76-77.

¹²⁴ Paz Rojas Baeza. Recordar. Violación de derechos humanos: una mirada médica, psicológica y política. Santiago de Chile: LOM, 2017, p. 43-44.

¹²⁵ Maren Viñar; Marcelo Viñar. *Fracturas de memoria. Crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Trilce, 1993, p. 109.

¹²⁶ Maren Viñar; Marcelo Viñar. *Fracturas de memoria. Crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Trilce, 1993, p. 127.

¹²⁷ Para uma descrição de um tipo de tortura psicológica que não causava qualquer dor física imediata, mas podia ser igualmente angustiante para o prisioneiro, é válido reproduzir as reflexões de Jorge Montes (1980) sobre o uso obrigatório de uma venda nos olhos, que para alguns podia durar dias a fio: “¿Quién invento la venda? Quizás los que preparan los dolores. Aquellos que se dedican a producirlo contra otro ser humano. La técnica más sofisticada nos llevó a la venda. Hubo quienes descubrieron el fuego. Otros, después, la rueda, la palanca, el vapor, la electricidad, la penicilina, el átomo. El desarrollo de la especie, evitar sus dolores, preservarla, defenderla. A eso se dedica la mayoría de los hombres. Pero los que fabrican sufrimientos descubrieron la venda. Ella va mirando la resistencia humana, crispando los nervios, actuando por presencia, inmutable, omnipotente, viva. Entró a reinar en el variado arsenal de los horrores. Su aplicación es simple. Ni fulminante ni gloriosa. No hay peligro inmediato de fractura o de infarto. Pero es segura como la misma vida, terrible y despiadada, lenta, eficaz, implacable como la misma muerte. [...] La venda actúa sobre los ojos, los nervios, sobre la emoción, sobre los procesos psíquicos”.

“zumbi”, assustador aos outros e precisando reconstruir uma identidade humana.¹²⁸

Ao mesmo tempo, a tortura era uma mensagem que usava os corpos como “altofalantes” para uma sociedade que, inteira, era espectadora da possibilidade sempre presente do terror.¹²⁹ E se tornava terrivelmente normal: o preso torturado via-se dentro e fora do mundo, sua identidade reduzida à dor física, sofrendo em uma sala enquanto, talvez, sentisse o cheiro do café que os soldados tomavam entre conversas sobre o jogo de futebol da noite anterior.¹³⁰

Uma outra função da tortura ainda se revelaria posteriormente, ao fim da ditadura, quando os governos da Transição tentariam fazer um balanço da brutalidade prévia: para muitos sobreviventes, tantos anos depois, a tortura física se revelaria difícil de comprovar sem a boa vontade do próprio Estado em reconhecer os crimes cometidos por seus antigos agentes. Muitos daqueles que sofreram mais claramente com sequelas físicas da violência encontrada na prisão acabaram sucumbindo antes do fim da ditadura, como ocorreu com um dos autores analisados neste trabalho, Luis Alberto Corvalán Castillo, que desenvolveu uma doença cardíaca em função dos choques elétricos recebidos durante a tortura e acabou morrendo em decorrência das complicações menos de dois anos depois de ter sua liberdade devolvida. Os efeitos mais duradouros seriam em termos de saúde mental e emocional: embora tivesse sido claramente massiva, a tortura encontrava obstáculos legais para ser quantificada e demonstrada, e esse inconveniente foi uma das razões que a excluíram das primeiras investigações realizadas pela Comissão Rettig no início dos anos 1990, quando houve a preocupação de obter rapidamente o maior número possível de relatos que não pudessem ser relativizados ou ter sua veracidade questionada pelos apologistas da ditadura.¹³¹ Seria necessária outra década inteira até o Chile se

¹²⁸ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 290. Tradução própria. No original: “The infliction of unbearable mental and physical pain, under circumstances of utter isolation and defenselessness, breaks down the integrity of the person – the identity, values, and social world that make us ourselves and human. You face the excruciating death-agony alone, stripped from a world turned into unreality, only to be drawn back from the brink for a while by the omnipotent force degrading you. The process humiliates the person, rendering return to human society problematic. As a former prisoner put it to me, after torture one reenters society as a kind of ‘zombie’, frightening to others and in need of rebuilding human identity”. Ou, como dirá Jean Améry, aquele que foi torturado permanece torturado, pois a confiança na humanidade não se readquire mais (citado por Primo Levi. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 18).

¹²⁹ Cristian Gutiérrez Tapia. Para desconstruir las violencias de Estado. *Educación en derechos humanos desde un sitio de memoria*. *Argumentos*, UAM-Xochimilco, año 27, núm. 76, sept-dic. 2014, p. 22.

¹³⁰ Ximena Barraza. Notas sobre la vida cotidiana en un orden autoritario. *Araucaria de Chile*, n. 11, Madrid, 1980, p. 60.

¹³¹ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 68.

debruçar sobre o drama de seus torturados, com os trabalhos que levariam ao Informe Valech.

Explicar a brutalidade dos agentes repressivos, mesmo aqueles sem tendências necessariamente sádicas, é uma tarefa mais difícil do que pode parecer à primeira vista. Hannah Arendt define essa relação de quase-indiferença de um indivíduo assustadoramente comum, que, no entanto, participa de forma ativa (mesmo que indireta) na perpetuação da violência, como a “banalidade do mal”, que identifica no caso de Adolf Eichmann.¹³² Essa banalidade pode ser interpretada, a exemplo da situação específica de Eichmann, como a ação do indivíduo que se sente apenas uma peça irrelevante na divisão de tarefas da desumanidade, sem jamais identificar (ou admitir que identifica) sua responsabilidade nos resultados finais: a distância entre o ato em si e as suas consequências, entende Zygmunt Bauman, é ainda mais capaz de influenciar a ação do que quaisquer inibições morais que poderiam existir.¹³³

Algo que também operava na realidade chilena: “uma vez que os *especialistas* tomavam o controle [...] dos prisioneiros em seus próprios centros de detenção, casas de tortura e regimentos, os que os haviam prendido se sentiam mentalmente liberados de sua conexão e responsabilidade”, define Steve Stern.¹³⁴ Não seriam poucos os militares que, após a volta da democracia, usariam esse argumento como forma de defesa: alguém diria que era apenas o soldado que acompanhava os prisioneiros de um lado a outro do campo; outro, que realizava a vigilância nos portões; um terceiro talvez se resumisse a afirmar que fazia os registros burocráticos de quem entrava e saía. Nenhum deles admitiria qualquer participação concreta em torturas e execuções. Para o nosso argumento, não importa tanto se estivessem mentindo ou não, e sim o que significa a negação que com frequência acompanha essas versões – a de que, embora estivessem no centro dos acontecimentos, não sabiam o que se passava nas salas onde prisioneiros eram submetidos a sevícias e, eventualmente, à morte.

Um caso concreto nesses moldes mobilizou a opinião pública do país no início dos anos 2000, quando o chileno radicado nos Estados Unidos Felipe Agüero, professor

¹³² Hannah Arendt. *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹³³ Zygmunt Bauman. *Modernity and the Holocaust*. Malden: Polity Press, 1989, p. 25.

¹³⁴ Steve J. Stern. *Recordando el Chile de Pinochet. En vísperas de Londres 1998*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2009, p. 137-138. Grifo meu). No original: “Una vez que los especialistas tomaban el control del tratamiento y disposición de los prisioneros en sus propios centros de detención, casas de tortura y regimientos, quienes los habían arrestado se sentían mentalmente liberados de su conexión y responsabilidad”.

da Universidade de Miami, identificou em um seminário acadêmico o seu antigo torturador – Emilio Meneses, com trajetória militar e que agora desempenhava como professor de ciência política na Universidade Católica do Chile. Respeitado nos círculos intelectuais do país, Meneses havia construído uma boa reputação nas décadas anteriores, a despeito de seu passado colaboracionista com a ditadura. Estar diretamente implicado na tortura, porém, era visto como muito mais condenável do que ter simplesmente apoiado o regime (e se beneficiado dele, pois seu doutorado em Oxford foi possibilitado após ser indicado para uma “missão diplomática” do governo, que lhe garantiu os recursos necessários para subsistir na Inglaterra pela duração de seus estudos de pós-graduação). Meneses, então, optou pela explicação comum de que nada sabia: “o acadêmico acusado por Agüero reconheceu que havia estado no Estádio Nacional, mas disse que só lhe havia correspondido o papel de interrogador. Acrescentou que não sabia que no Estádio Nacional se torturava. Confessou que tampouco soube que dali desapareciam pessoas”.¹³⁵

Meneses seria responsabilizado pela Justiça apesar de seus argumentos, que por si só eram bem pouco críveis: é praticamente impossível encontrar um relato de sobrevivente que tenha passado por interrogatório no Estádio Nacional sem que este envolvesse tortura (“interrogatório” e “tortura” são quase sempre sinônimos e intercambiáveis nas memórias da prisão política, especialmente nos primeiros dois meses, tamanha a proeminência do uso de técnicas violentas durante os questionários), e na imensa maioria das vezes quem fazia as perguntas também se responsabilizava pela violência física. Ignoremos, de todo modo, a incongruência da defesa ali apresentada e rejeitada pela Justiça, partindo para a questão seguinte: se Meneses, em vez de se considerar um injustiçado, optasse pelo caminho alternativo que outros militares acusados de participar nas violações de direitos humanos seguiram, o mais provável era que admitisse ter torturado, mas justificasse a partir da tese da “obediência devida” – a explicação de que estava simplesmente cumprindo ordens, como bom soldado. Argumento que sustentaria a alegação de outros antigos torturadores também nos países vizinhos.¹³⁶

¹³⁵ Tomás Moulian. El gesto de Agüero y la amnesia. In: Patricia Verdugo (ed.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago de Chile: Catalonia, 2004, p. 48-49. Tradução própria. No original: “El académico acusado por Agüero reconoció que había estado en el Estadio Nacional, pero dijo que sólo le había correspondido el papel de interrogador. Agregó que no sabía que en el Estadio Nacional se torturaba. Confesó que tampoco supo que desde allí desaparecía gente”.

¹³⁶ Na Argentina, essa noção ganhou caráter legal com a Lei 23.521 de 4 de junho de 1987, conhecida como Ley de Obediencia Debida, que absolvía violações de direitos humanos cometidas por militares que tivessem a patente de tenente-coronel ou menor. No caso argentino, entre as várias críticas feitas ao texto

1.2.2. *Violência chancelada*

Para Herbert Kelman, as inibições morais contra atrocidades violentas se diluem quando três condições básicas são preenchidas: a violência precisa ser autorizada (por uma ordem oficial e/ou legal), as ações devem ser rotinizadas (através de práticas governadas por regras e uma especificação relativamente exata de papéis a cumprir) e, em meio a esse processo, as vítimas terminam por ser desumanizadas aos olhos dos algozes (por definições ideológicas e doutrinações).¹³⁷ Na estrutura de comando e dentro da burocracia da ditadura, essas condições se realizam por mecanismos internos que facilitam o “fluxo da obediência”: vinda de uma autoridade considerada legítima por quem cumpre o comando, a ordem não é questionada – quem a dá geralmente não toma contato direto com os resultados, embora os conheça bem; quem as cumpre, por sua vez, convive de maneira imediata com os horrores, mas se sente como uma engrenagem a mais na máquina. Mesmo nos casos em que há algum questionamento ao comando, prevalece a sensação de impotência diante do “poder secreto, oculto, que se percebe como onipotente”.¹³⁸

No caso chileno, a *autorização* para agir violentamente contra os opositores vinha de cima, das mais variadas fontes de autoridade. Como diz Tomás Moulian, o terror era uma arma fundamental de uma “revolução minoritária” em suas etapas iniciais, a ferramenta para atuar sobre os corpos dos cidadãos sem ter que reconhecer limites na intensidade das intervenções ou danos.¹³⁹ Não era apenas política, estratégica e ideológica: ela inclusive chegou a se revestir de um discurso pseudocientífico.¹⁴⁰ Um documento datado de 11 de outubro de 1973 e assinado pelo médico militar Augusto

da legislação, uma delas dizia respeito à primazia da propriedade sobre a vida, visível na formulação legal: crimes contra a humanidade cometidos por “soldados” de baixa patente eram perdoáveis, mas roubos cometidos durante tais atos não estavam isentos dentro da nova lei. Sobre a lei, cf. Luis Roniger e Mario Sznajder. *The legacy of human rights violations in the Southern Cone*. Argentina, Chile, and Uruguay. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 73-74.

¹³⁷ Herbert C. Kelman. *Violence without Moral Restraint: Reflections on the Dehumanization of Victims and Victimiziers*. *Journal of Social Issues*, vol. 29, n. 4, 1973, p. 25-61.

¹³⁸ Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 12.

¹³⁹ Tomás Moulian. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago de Chile: LOM/Arcis, 1997, p. 22.

¹⁴⁰ Uma denúncia dos crimes médicos do regime militar chileno, bem como uma lista com notas biográficas dos profissionais da saúde vitimados por sua militância política podem ser encontrados em Comisión de Solidaridad con Médicos Objeto de Represión. *Porque fuimos médicos del pueblo. Los médicos asesinados durante la dictadura militar en Chile*. Santiago de Chile: Ediciones ChileAmérica Cesoc, 1993.

Schuster Cortés¹⁴¹ categorizava e patologizava os diferentes tipos de militantes de esquerda que caíam nas mãos das forças do Estado. Os prisioneiros podiam ser divididos em cinco grupos principais, alguns deles considerados francamente “irrecuperáveis” para o convívio social no novo regime:

Extremistas	Elementos instáveis, fanáticos, altamente perigosos por sua agressividade e capazes de matar sem escrúpulos. Podem ser estrangeiros ou chilenos. Apresentam séria instabilidade mental e carecem de espírito de autocrítica e de uma clara compreensão de suas ações. Em geral não são inteligentes e não possuem uma boa preparação técnica. SÃO IRRECUPERÁVEIS.
Ativistas com alto grau de periculosidade e inteligência	Possuem habilidade técnica e exercem uma influência irracional sobre seus grupos de trabalho. Em um momento dado podem tornar-se violentos. SÃO TAMBÉM IRRECUPERÁVEIS.
Ativistas ideológicos	Embora se pareçam aos grupos anteriores por sua característica e periculosidade, odeiam a violência direta, preferindo exercê-la através de terceiros. Nos cargos administrativos, a maior parte deles cometeu malversações do bem público ou privado e atuaram com tremendo sectarismo. Esse grupo deve ser analisado muito cuidadosamente para determinar quais deles podem ser utilizados tecnicamente, entendendo que devem ser submetidos a uma estrita vigilância. Seu lugar de trabalho deve ser modificado e aqueles que não são utilizáveis devem ser neutralizados.
Militantes dos partidos da Unidade Popular	Estritamente obedeceram às ordens de seus dirigentes levando a cabo o proselitismo sem muito entusiasmo. Ainda se não são totalmente irrecuperáveis, é possível que com o tempo possam integrar-se e reconsiderem sua militância

¹⁴¹ Esse documento aparece pela primeira vez em Chicago Commission of Inquiry into the Status of Human Rights in Chile. *Report of the Chicago Commission of Inquiry Into the Status of Human Rights in Chile*. Santiago de Chile, February 16-23, 1974.

	(partidária). Constituem uma força laboral que é importante e de grande utilidade neste país. Isso não vai exigir um controle muito rigoroso desde um ponto de vista político e podem ser ganhos com as conquistas que se obtenham com o tempo.
Simpatizantes da Unidade Popular	Sem oferecer nenhum perigo e, com maior razão que o grupo anterior, podem ser conquistados por meio de uma política inteligente e exitosa. A grande massa desses simpatizantes são grupos de defraudados e enganados com promessas que nunca se cumpriram. Eles só buscavam seu próprio bem-estar e o de suas famílias através da obtenção de <i>estabilidade no trabalho, condições mínimas de moradia, atenção médica oportuna e outorgada em condições humanas e finalmente a possibilidade de educação para seus próprios filhos.</i>

Fonte: quadro elaborado a partir de Germán Marín. *Una historia fantástica y calculada. La CIA en el país de los chilenos*. México: Siglo XXI, 1976, p. 213-214.¹⁴²

¹⁴² O quadro é composto pela tradução integral da versão do documento transcrita por Marín, considerando apenas a seção que categoriza os militantes. No original: “En primer lugar tenemos a los *extremistas*, elementos inestables, altamente peligrosos por su agresividad y capaces de matar sin escrúpulos. Presentan seria inestabilidad mental y carecen de espíritu de autocritica y de una clara comprensión de sus acciones. En general no son inteligentes y no poseen buena preparación técnica. SON IRRECUPERABLES. / El segundo grupo está formado por *activistas de un alto grado de peligrosidad e inteligencia*, quienes poseen habilidad técnica y ejercen una influencia irracional sobre sus grupos de trabajo. En un momento dado pueden tornarse violentos. SON TAMBIÉN IRRECUPERABLES. / El tercer grupo está compuesto por *activistas ideológicos*, quienes mientras se parecen a los grupos anteriores por sus características y su peligrosidad, odian la violencia directa prefiriendo ejercerla a través de terceros. En los cargos administrativos la mayor parte de ellos cometió malversaciones con el bien público o privados y actuaron con un tremendo sectarismo. Este grupo debe ser analizado muy cuidadosamente para determinar cuales de ellos pueden ser utilizados técnicamente, entendiendo que deben ser sometidos a una estricta vigilancia. Su lugar de trabajo debe ser cambiado y aquellos que no son utilizables deben ser neutralizados. / El cuarto grupo está formado por *militantes de los partidos de la Unidad Popular*, quienes estrictamente obedecieron las órdenes de sus dirigentes llevando a cabo el proselitismo sin mucho entusiasmo. Aun si no son totalmente irrecuperables, es posible que con el tiempo puedan integrarse y que reconsideren su militancia (partidaria). Constituyen una fuerza laboral que es importante y de gran utilidad en este país. Esto no va a exigir un control muy riguroso desde un punto de vista político y pueden ser ganados con los logros que se obtengan con el tiempo. / El quinto grupo es de los *simpatizantes de la Unidad Popular*, los cuales sin ofrecer ningún peligro y con mayor razón que el grupo anterior, pueden ser ganados por medio de una política inteligente y exitosa. La gran masa de estos simpatizantes son grupos de defraudados y engañosos con promesas que nunca se cumplieron. Ellos sólo buscaban su propio bienestar y el de sus familias a través de la obtención de *estabilidad en el trabajo, condiciones mínimas de vivienda, atención médica oportuna y otorgada en condiciones humanas y finalmente la posibilidad de educación para sus propios hijos*”.

A análise “científica” de Schuster Cortés concluía que a permanência dos elementos classificados como “irrecuperáveis” apresentava um “grave perigo para a política de RESTAURAÇÃO NACIONAL promovida pela JUNTA”.¹⁴³ Assim, recomendava que nenhum extremista ou ativista deveria permanecer no país ou em liberdade. Na medida em que essas condições autorizavam intervenções que muitas vezes violavam as Convenções de Genebra, os prisioneiros passavam a ser definidos não somente em termos de inimigos do Estado mas, a exemplo do que Judith Butler diz ao falar do tratamento conferido pelos Estados Unidos aos seus próprios prisioneiros de guerra, verdadeiros seres que não poderiam ser conceitualizáveis em termos de normas civilizacionais e sociais pelas quais o humano é constituído.¹⁴⁴ O período que permanecessem aprisionados serviria para modificar mentalidades, moldar o tipo de cidadão que interessava ao novo governo, excluindo o pensamento dissidente naquelas categorias de prisioneiros que poderiam ser, de alguma forma, “salvas”.¹⁴⁵ Como observa Flávio Koutzii, o Estado terrorista elimina seus inimigos pela morte, mas também pode “destruir” o prisioneiro sem necessariamente matá-lo, através das regras e condições materiais que determinam cada passo do militante no cárcere.¹⁴⁶

A chancela oficial à negação da humanidade ganhará, até mesmo, uma aura legal ao ser consagrada em uma nova Carta Magna. A Constituição de 1980, apresentada pela ditadura e aprovada após um plebiscito com indícios de fraude¹⁴⁷, estabelecia em seu artigo 9º que “O terrorismo, em qualquer de suas formas, é por essência contrário aos direitos humanos”.¹⁴⁸ Neste contexto, porém, “terrorista” é o “inimigo interno”, alerta Pérez Ramos: “*Terroristas* serão os opositores do governo, não qualquer tipo de oposição,

¹⁴³ Germán Marín. *Una historia fantástica y calculada. La CIA en el país de los chilenos*. México: Siglo XXI, 1976, p. 214.

¹⁴⁴ Judith Butler. *Frames of War. When is Life Grievable?* London/New York: Verso, 2009, p. 93.

¹⁴⁵ No caso chileno, a Declaração de Princípios divulgada pela Junta em 11 de março de 1974, sexto mês do golpe, deixava claro que a “concepção de homem e da sociedade” tolerada e buscada a partir do golpe era delineada desde um princípio cristão, pressupondo ainda a aceitação do direito da propriedade privada e da livre iniciativa no campo econômico, aspectos que contrariavam frontalmente as ideias e anseios da militância que apoiava o governo derrubado. Cf. Junta Militar de Gobierno. *Declaración de Principios del Gobierno de Chile*, 11 mar. 1974. Disponível em <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0005.pdf> Acesso em 26 mar. 2018.

¹⁴⁶ Flávio Koutzii. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 25.

¹⁴⁷ Segundo denúncias de ex-agentes da ditadura, mais de três mil membros da Central Nacional de Informaciones (CNI), órgão repressivo de Pinochet, teriam votado múltiplas vezes no referendo a fim de aprovar a Constituição que ainda vale no Chile. Cf. Revelan fraude en plebiscito que aprobó constitución de 1980. *La Nación*, Santiago de Chile, 11 jun. 2012. Além disso, não houve registro eleitoral antes do pleito, abrindo possibilidade para que um mesmo eleitor votasse em diferentes lugares ou em nome de outra pessoa. Cf. Dieter Nohlen. Chile. In: _____. *Elections in the Americas. A Data Handbook*, v. 2, South America. Oxford: Oxford University Press, p. 253-294.

¹⁴⁸ Constitución de la República de Chile (1980).

mas aquela mais radicalizada em suas exigências de renúncia de Pinochet e finalização do regime”.¹⁴⁹ Nesta medida, cria-se, mesmo no plano oficial, uma equação segundo a qual os opositores mais convictos são “terroristas” e estes, por definição (“por essência”, diz o texto constitucional), são contrários aos direitos humanos – desumanizados, desta forma, até mesmo na possibilidade de cobrar o respeito aos seus próprios direitos. Ainda que alguns grupos de extrema-esquerda tenham feito uma autocrítica nesse sentido, reconhecendo que suas ações mais violentas seriam inerentemente contrárias aos valores defendidos pelos direitos humanos¹⁵⁰, no Chile esse discurso passa a abarcar indiscriminadamente a esquerda em geral, até a que jamais cogitou seriamente pegar em armas.

1.2.3. Perdas e aniquilamentos

A prisão política é marcada por uma série de perdas provocadas pelo poder repressor: à perda da nacionalidade e cidadania ao ser convertido em inimigo no primeiro momento, unem-se a privação de um sentido de pertencimento (à família, aos amigos, convívios que ficaram do lado de fora), a supressão de qualquer coordenada temporal e espacial (em diversos pontos, os prisioneiros são mantidos ignorantes do local em que se encontram ou da data), e o impedimento de comunicações com o exterior, não só da prisão, mas do próprio corpo (as mãos atadas, os olhos vendados, a fala proibida).¹⁵¹ A existência continuava, mas todas as referências que constituíam o indivíduo já não estavam ali: “o campo pressupunha a ruptura absoluta com o mundo que, no entanto, estava apenas do outro lado da parede”, anota Pilar Calveiro.¹⁵² Perdem-se, em suma, liberdades de muitos tipos, cujas definições vão bem além da mera condição do estar ou não preso – quem vai parar no campo, em particular se era de fato um militante de partidos de esquerda ou movimentos sociais que atuavam em democracia, tem negado seu modo

¹⁴⁹ Carlos José Pérez Ramos. El Genocidio en Chile: La construcción sociodiscursiva de la verdad. In: Daniel Feierstein (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 211.

¹⁵⁰ Osvaldo Torres. *Democracia y Lucha armada. MIR y MLN-Tupamaros*. Santiago de Chile: Pehuén, 2012.

¹⁵¹ Norberto Flores Castro. El relato testimonial de prisioneros políticos en Chile a partir de 1973. In: Norberto Flores Castro; Adolfo Bisama Fernández. *El Relato Testimonial Chileno 1973-1989*. Santiago de Chile: RIL, 2017, p. 66.

¹⁵² Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 104.

de vida e até mesmo o projeto vital que havia definido para si mesmo. Elizabeth Lira define essa situação como “uma renúncia à pessoa que se queria ser”.¹⁵³

Há, em suma, uma destruição do mundo e das convicções que eram trazidas dele. Em seu relato da prisão, Francisco Reyes descreve o crescente isolamento de um companheiro e estabelece algumas conjecturas: “Quizás empezó a ver que no era cierto que el Partido estuviera en todas partes, como siempre había creído cuando era un hombre libre, cumplía con entusiasmo cualquier tarea y partía animoso al lugar que se le enviara”.¹⁵⁴ Mal se entra em algum desses recintos, é possível ouvir um militar dizendo que “aquí no hay nombres ni otros términos” e impondo códigos e números para se referir às pessoas sob suas atenções, como registra Aníbal Quijada, que ainda observa sobre o momento em que passou a ser chamado de *Halcón 29*: “Descendía. No sólo dejaba de ser persona. Ahora era una sombra numerada”.¹⁵⁵ Uma despersonalização completa, que exige uma própria cartografia para mapear as diferentes maneiras pelas quais os prisioneiros eram referidos – pegando apenas a experiência de Dawson, Sergio Vuskovic lista “prisioneros” ou “prisioneros de guerra”, “delincuentes”, “confinados”, “señores detenidos”, e até, de forma improvável e possivelmente irônica, “ciudadanos”.¹⁵⁶ Não que a cidadania daqueles “maus chilenos” não pudesse ser retomada em alguma circunstância excepcional, mas porque ela era questionada a todo momento. Hernán Valdés recorda de um caminho sugerido por um militar para que recuperassem sua condição de filhos da pátria: “No se aflijan, huevones, ustedes van a volver a ser chilenos. Cualquier día empieza la guerra com los peruanos, y todos vamos a tener que defender la patria”, dizia um soldado qualquer, em referência aos boatos de que os dois países entrariam em conflito em breve.¹⁵⁷

As perdas mais extremas, aquelas que ocorrem no cotidiano da prisão, muitas vezes sequer podem ser elaboradas em um primeiro momento – ao lidar com um companheiro morto, por exemplo, pode ser preferível suprimi-lo da memória imediata, como se nunca tivesse existido. Especialmente porque, muitas vezes, o colega de cárcere pode realmente desaparecer sem deixar qualquer vestígio, e sequer vir a ser encontrado

¹⁵³ Elizabeth Lira. *Psicología del Miedo y Conducta Colectiva en Chile. Publicado en el Boletín de AVESPO (Asociación Venezolana de Psicología Social)*, Julio 1989, p. 8.

¹⁵⁴ Francisco Reyes. *Testigo Presencial*. 5. ed. Santiago de Chile: Fértil Provincia, 1991, p. 46.

¹⁵⁵ Aníbal Quijada. *Halcón 29*. In: _____. *Cerco de púas*. La Habana: Casa de las Américas, [1977s]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap18.html> Acesso em 20 fev. 2018.

¹⁵⁶ Sergio Vuskovic Rojo. *La vida en la isla*. In: _____. *Dawson*. Madrid: Michay, [1984p]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap14.html> Acesso em 20 fev. 2018.

¹⁵⁷ Hernán Valdés. *Tejas Verdes. Diario de un campo de concentración en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: Taurus, 2017, p. 139.

mesmo após quase meio século. Óscar Waiss faz uma comparação entre os desaparecidos e as vítimas da bomba atômica ao final da Segunda Guerra Mundial: do japonês morto nos ataques estadunidenses a Hiroshima ou Nagasaki, entende, teria ficado pelo menos uma sombra estampada em um muro, um efeito secundário da explosão, “algo que se pudo ver que revivió su drama, que lo proyectó hacia el futuro”. Por outro lado, “de miles de nuestros muertos no ha quedado nada, ni un cabello, ni una sombra. Sus restos han sido lanzados al fondo del mar o a la profundidad de los abismos”.¹⁵⁸ Com a morte, era possível que se perdesse até a possibilidade de alguma mínima marca de que se havia estado no mundo.

Tão presente no campo, a morte é alvo de uma repressão emocional de si mesmo, “para não enlouquecer”.¹⁵⁹ No Chile, essa “loucura” causada pelo sofrimento vivenciado no dia a dia (e também por tudo o que se poderia passar com a família em função da ausência prolongada, por exemplo) era apelidado pelos prisioneiros de *caldo de cabeza*, um fenômeno que levaria alguns deles ao suicídio, e cuja representação eu analisarei de forma detida em um momento posterior deste trabalho. No caso daquelas perdas que são, sim, elaboradas de alguma forma, como o afastamento da família e dos sonhos que um dia se teve, prevalece uma sórdida transformação da esperança em desilusão: perdas que, de início, pareciam transitórias, vão sendo percebidas como cada vez mais reais – e permanentes – conforme o tempo passa. Como mostrariam estudos da Psicologia realizados posteriormente com sobreviventes dos campos chilenos, aqueles que conseguiram sair da prisão se deram conta, entre chocados e desesperados, de que o mundo havia mudado radicalmente ao encontrar a nova realidade do lado de fora: o que havia sido já não era mais, e não teria como voltar a ser.¹⁶⁰

O que também se transformaria para sempre, não voltando à situação anterior (íntima e socialmente), era o próprio prisioneiro. “As consequências psicológicas e sociais das políticas repressivas se manifestam nas vítimas na perda da autoestima, da valoração de *si mesmo* [...]; mas, também, nas relações com os *outros*”, sustenta Pérez Ramos.¹⁶¹ Em *Tejas Verdes*, uma das primeiras memórias da prisão política, publicada

¹⁵⁸ Óscar Waiss. A manera de explicación. In: _____. *Chile: Ni siquiera una tumba. Relatos de la prisión y del exilio*. Madrid, [1977c]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/intro.html> Acesso em 20 fev. 2018.

¹⁵⁹ Flávio Koutzii. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 124.

¹⁶⁰ David Becker; Juana Kovalskys. Dentro y fuera de la cárcel: el problema de conquistar la libertad. Publicado en el *Boletín de AVESPO (Asociación Venezolana de Psicología Social)*, Julio 1989, p. 17-19.

¹⁶¹ Carlos José Pérez Ramos. El Genocidio en Chile: La construcción sociodiscursiva de la verdad. In: Daniel Feierstein (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo

originalmente em 1974, Hernán Valdés comenta a certa altura: “no queda nada de mí”.¹⁶² O corpo sobrevive à própria condição de sujeito e cidadão: a duração desse processo variou para cada um, desde o tempo em que ocorreu o ato da tortura até o resto da vida, mas em cada caso a violência física e psicológica levava a uma desestruturação da representação cognitiva que os presos tinham de si mesmos.¹⁶³ Isso podia se iniciar, para eles, em algo tão básico quanto a colocação sobre a cabeça do capuz ou da *frazada* (cobertor), tão recordados nos testemunhos (inclusive dando o título ao livro de 2003 de Jorge Montealegre, as *Frazadas del Estadio Nacional*) e que, ao tapar a cara dos prisioneiros, exerciam uma função dupla, desumanizando os torturados perante si mesmos e aos olhos de seus algozes¹⁶⁴ – “Entiendo la necesidad de este capuchón: no seré una persona, no tendré expresiones. Seré solo un cuerpo, un bulto, se entenderán solo con él”, escreve Valdés.¹⁶⁵

A supressão de qualquer resquício expressivo por parte do torturado tornava a relação estabelecida no ato da tortura muito mais fácil, do ponto de vista do algoz: um objeto não é uma pessoa; um objeto tampouco pode ter causa, muito menos uma causa justa.¹⁶⁶ Para a vítima, por outro lado, entender essa situação era necessário até para manter a sanidade diante do absurdo: as mãos amarradas e o capuz eram o que convertia o homem em coisa e “é nesse universo diferente onde é necessário situar-se para poder funcionar com algum êxito. Poder habitar seu corpo e sua mente, em um universo onde não se é pessoa, mas pacote que roda com destino desconhecido”.¹⁶⁷

Entre as muitas perdas que o prisioneiro enfrenta, a dor física provocada pela tortura chega a privá-lo até mesmo da linguagem, desconstruída em meio à violência: naquele momento, a vítima é reduzida não só a um “pacote” sem rosto, mas também a

Libros/PNUD, 2009, p. 208 (Grifado no original). Tradução própria. No original: “Las consecuencias psicológicas y sociales de las políticas represivas se manifiestan en las víctimas en la pérdida de la autoestima, de la valoración de *sí mismo*, de la relación intrasubjetiva que se establece con los propios esquemas de lectura, valoración y apreciación del mundo social; pero también, en las relaciones con los *otros*”.

¹⁶² Hernán Valdés. *Tejas Verdes. Diario de un campo de concentración en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: Taurus, 2017, p. 155.

¹⁶³ Paz Rojas Baeza. Romper el silencio. In: Patricia Verdugo (ed.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago de Chile: Catalonia, 2004, p. 172.

¹⁶⁴ Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 62.

¹⁶⁵ Hernán Valdés. *Tejas Verdes. Diario de un campo de concentración en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: Taurus, 2017, p. 153.

¹⁶⁶ Zygmunt Bauman. *Modernity and the Holocaust*. Malden: Polity Press, 1989, p. 104.

¹⁶⁷ Maren Viñar; Marcelo Viñar. *Fracturas de memoria. Crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Trilce, 1993, p. 23. Tradução própria. No original: “Es en ese universo diferente donde es necesario situarse para poder funcionar con algún éxito. Poder habitar su cuerpo y su mente, en un universo donde no se es persona sino paquete que rueda con destino desconocido”.

uma criatura que – na maior parte do tempo – só consegue responder com gritos, gemidos e grunhidos de sofrimento.¹⁶⁸ É algo que relata, por exemplo, Juan Del Valle em seu *Campos de Concentración en Chile*, de 1997: “el dolor [...] era inexplicable, me corría de la cabeza a los pies en forma continuada y por allá muy lejos me parecía escuchar mis propios gritos, que no los podía controlar pues salían solos [...]. Siglos después vinieron las palabras”.¹⁶⁹

O ato da tortura e o desespero causado pela dor lancinante têm ainda um segundo emprego pernicioso, que se estende além do momento e deixa uma sequela de dúvida e arrependimento que pode não ser superada: ao questionar o prisioneiro mesmo sem pretender obter uma resposta de fato, o torturador alcança uma justificação, uma explicação para a crueldade.¹⁷⁰ Seus insistentes berros querendo saber “onde estão as armas”, “onde se escondem teus companheiros” e “quem é o mais extremista do teu vestiário” (no caso dos que estavam no Estádio Nacional, onde vestiários viraram celas), deixam de ser uma maldade encerrada em si mesma e passam a integrar um amplo projeto de segurança nacional, tentando conter o Plano Z e supostas insurreições que estejam na pauta de pretextos do momento. Por outro lado, a eventual resposta do prisioneiro, mais ainda se é verdadeira, acaba construída como uma “traição” à causa defendida do lado de fora e às convicções mais íntimas:

Apesar do fato de que, na realidade, ele [o torturado] foi privado de todo o controle sobre, e portanto toda a responsabilidade por, seu mundo, suas palavras, e seu corpo, ele deve entender sua confissão como ela será entendida por outros, como um ato de traição a si mesmo. Ao forçá-lo a confessar ou, como frequentemente acontece, a assinar uma confissão que não leu, os torturadores estão produzindo uma pantomima em que aquele que é aniquilado se torna o agente de sua própria aniquilação.¹⁷¹

Para Alberto Sucasas, a impossibilidade prática de atuação que se impõe ao prisioneiro (a quem ele denomina “concentrador”) é mais bem compreendida por

¹⁶⁸ Elaine Scarry. *The Body in Pain. The Making and Unmaking of the World*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1985.

¹⁶⁹ Juan Del Valle. *Campos de Concentración en Chile 1973-1976*. Santiago de Chile: Mosquito Editores, 1997, p. 30.

¹⁷⁰ Elaine Scarry. *The Body in Pain. The Making and Unmaking of the World*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1985, p. 42-43.

¹⁷¹ Elaine Scarry. *The Body in Pain. The Making and Unmaking of the World*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1985, p. 47. Tradução própria. No original: “Despite the fact that in reality he has been deprived of all control over, and therefore all responsibility for, his world, his words, and his body he is to understand his confession as it will be understood by others, as an act of self-betrayal. In forcing him to confess or, as often happens, to sign an unread confession, the torturers are producing a mime in which the one annihilated shifts to being the agent of his own annihilation”.

uma aporia – em uma situação extrema como a vivida no campo, ocorre uma “impropriedade do próprio corpo”.¹⁷² Com Elaine Scarry, podemos argumentar que essa impropriedade não se resume ao corpo em si, mas também ao seu estar no mundo e à forma como ele se manifestaria em um contexto civilizado – a impropriedade se estende, pois, à voz, à linguagem, ao discurso, pelo menos nos momentos de dor mais profunda e imediata durante a tortura.

Essa série de perdas, antes, durante e depois da detenção, pode conduzir até mesmo a uma eventual eliminação da capacidade de escolha e de agência do prisioneiro. Koutzii ressalta que, dentro da prisão política, opera um limite simbólico que transcende o limite físico mais claramente percebido: a vitória plena do sistema sobre o indivíduo inconveniente, no intento daquele de destruir este “Outro” que precisa ser afastado totalmente do convívio social ou docilizado, é alcançada através do autopolicamento que muitos militantes acabam condicionados a fazer. Tornam-se guardiões de si mesmos, controlando as suas ações e as daqueles ao seu redor, temendo a punição se não agirem em conformidade com os ditames de quem está na posição de poder.¹⁷³ Em uma escala mais ampla, esse “invasor da própria vontade” seria percebido também na sociedade ao redor dos campos, abalada pela ditadura, com um mecanismo semelhante de autopreservação que tolheria – por quase uma década inteira – tentativas de contrariar publicamente os desígnios do regime dentro do Chile. Uma situação experimentada também em outras ditaduras do Cone Sul, como definem Viñar e Viñar ao citar a vivência de um ex-prisioneiro uruguaio:

Houve um momento em que Pedro começou a ter consigo uma relação diferente e a dar-se conta de que certos pensamentos e conclusões pareciam não proceder dele mesmo. “Eu não estou louco”, dizia, “mas há outro dentro de mim”. No incomensurável tempo de sua solidão, começou a falar a si mesmo como o oficial fazia; dizia-se coisas referentes a sua autoestima, e algo se quebrava no apoio e na adesão aos ideais em que havia acreditado sempre. Algo do que existe em todo homem, e que pomposamente se chama concepção do mundo, começou a se desarticular. Tremia e não discernia seus pensamentos da própria loucura. Pouco a pouco, começou a pensar que seus acusadores tinham razão. Em todo caso, eles falavam com firmeza; não tinham dúvidas e vacilações como ele, que sempre cavilava sobre a verdade. Mostraram-lhe alguns de seus amigos que gemiam – servis e obedientes – e que haviam perdido sua classificação humana.¹⁷⁴

¹⁷² Alberto Sucasas. *Anatomía del Lager* (Una aproximación al cuerpo concentracionario). *Isegoría*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Instituto de Filosofía), n. 23, 2000, p. 198.

¹⁷³ Flávio Koutzii. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 81.

¹⁷⁴ Maren Viñar; Marcelo Viñar. *Fracturas de memoria. Crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Trilce, 1993, p. 35. Tradução própria. No original: “Hubo un momento en que Pedro comenzó

É nessa perspectiva que o posterior relato de um ex-prisioneiro sobre o que passou na prisão política tem um valor duplo de resistência ao poder: a denúncia das atrocidades se soma à própria condição de um ser humano que, despojado de sua subjetividade pelo tratamento brutal que recebeu, tenta iniciar a reconstituição de si mesmo pela via do relato testemunhal.¹⁷⁵ Nos anos e décadas seguintes, resistir a essa longa lista de perdas (individuais e sociais) seria uma das motivações dos testemunhos elaborados pelos sobreviventes dos campos de concentração chilenos.

1.3. Fazer frente às destruições

*Mas também – ouça isso – a impressão da dignidade das pessoas ... como os campos de concentração, nesses locais onde a última coisa que se perde é a dignidade, dignidade moral. Perde-se toda a dignidade física, você é parte da mobília, um trapo, um animal, algo de que se ri, mas por dentro você ainda é um homem ... Isso foi o que era novo para mim, veja você, a dignidade das pessoas, a dignidade das suas famílias, das mulheres, das mulheres das vítimas.*¹⁷⁶

Frente a um regime que parecia tentar tirar tudo de seus adversários, o risco da perda não foi encarado de forma passiva por aqueles que se viam encarcerados – ou por quem se importava com eles. Dentro da prisão política, mas também fora, nos familiares e companheiros que se convertiam em vítimas indiretas da brutalidade ao testemunhar o sofrimento dos seus seres queridos, uma resistência (e uma resiliência) começam a se formar desde os primeiros momentos. A forma como isso ocorre dentro dos *testimonios* será abordada de forma mais exaustiva nos capítulos posteriores deste trabalho, mas antes

a tener consigo una relación diferente y a darse cuenta de que ciertos pensamientos y conclusiones no parecían proceder de él mismo. ‘Yo no estoy loco’, se decía, ‘pero hay otro dentro de mí’. En el inconmensurable tiempo de su soledad, comenzó a hablarse a sí mismo como lo hacía el oficial; se decía cosas referentes a su autoestima, y algo se quebraba en el sostén y la adhesión a los ideales en los que había creído siempre. Algo de lo que existe en todo hombre, y que pomposamente se llama concepción del mundo, comenzó a desarticularse. Temblaba y no discernía sus pensamientos de la propia locura. Poco a poco, comenzó a pensar que sus acusadores tenían razón. En todo caso, ellos hablaban con firmeza; no tenían dudas y vacilaciones como él, que siempre cavilaba sobre la verdad. Se le mostró a algunos de sus amigos que gemían – serviles y obedientes – y que habían perdido su rango humano”.

¹⁷⁵ Elaine Scarry. *The Body in Pain. The Making and Unmaking of the World*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1985, p. 58.

¹⁷⁶ Entrevista de Gonzalo Vial a Steve J. Stern in: _____. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 102. Tradução própria. No original: “But also – listen to this – the impression of people’s dignity ... like the concentration camps, in those places where the last thing that one loses is dignity, moral dignity. One loses all physical dignity, you’re a piece of furniture, a rag, an animal, something to laugh at, but inside you’re still a man ... That was what was new for me, you see, the dignity of the people, the dignity of their family, the women, the women of the victims”.

convém rememorar as outras estratégias de resistência pública e oposição ao regime que coexistiram com a produção de relatos memorialísticos – e, em alguns casos, propiciaram a escrita deles.

Havia que se enfrentar a versão oficial que deturpava os fatos perante o público chileno e internacional – havia que se encarar, em um primeiro instante, o ocultamento deliberado do que se passava nos centros clandestinos (e oficiais) de detenção e, posteriormente, a tentativa sistemática de impedir que esses acontecimentos fossem lembrados. Também era necessário travar uma luta mais íntima, no sentido de preservar esses acontecimentos para si mesmos, por mais difícil que fosse lidar com o trauma, como uma espécie de missão autodesignada para que nada ali vivido se apagasse. E havia, é claro, um esforço pela preservação da dignidade que desde os salões onde operava a Junta se tentava destruir:

Submetidos a uma degradação e aviltamentos desumanizantes, [os presos e seus familiares] respondiam não com os rosnados ou as lamúrias de animais, mas com condutas e discursos reforçando os valores da civilização. Como seres humanos, eles tinham o direito de ter direitos, eles queriam dar aos mortos um enterro apropriado, e valorizavam a justiça sobre a vingança. O paralelo dentro da prisão eram as histórias de pessoas que garantiam uma pequena dignidade além da degradação imposta – o prisioneiro organizando uma canção de esperança, o guarda ousando oferecer um cigarro ou uma palavra de encorajamento.¹⁷⁷

Em muitos casos, a resistência era mais explícita e imediata: o prisioneiro que, por exemplo, possuía efetivamente alguma informação valiosa para a repressão e conseguia permanecer calado durante uma sessão de tortura – casos que podiam muito bem transformar o sistema de aniquilação em algo também mais explícito e imediato, como uma máquina de matar, destruindo a própria vida de uma maneira mais literal do que as tantas perdas simbólicas faziam.¹⁷⁸ Mas havia essa outra resistência mais sutil e duradoura, alcançada pelos que sobreviviam e permaneciam longamente presos sem qualquer julgamento, às vezes ultrapassando a duração de um ano inteiro. A solidariedade

¹⁷⁷ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 103. Tradução própria. No original: “Subjected to dehumanizing degradation and vilification, they responded not with the snarls or whimpering of animals but with demeanors and discourses asserting values of civilization. As human beings, they had the right to have rights, they wanted to give the dead a proper burial, and they valued justice over vengeance. The parallel inside the prison were the stories of persons who asserted a small dignity beyond the imposed degradation – the prisoner organizing a song of hope, the guard daring to provide a cigarette or a word of encouragement”.

¹⁷⁸ Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 73.

de compartilhar a pouca comida que ainda era possível receber dos parentes estando no Estádio Nacional, digamos, ou as diferentes maneiras de preservar algum fio da dignidade (e da vida) anterior como os que seriam registrados em Chacabuco: um jornal mural, concursos de poesia, um conjunto musical, jogos de futebol, a observação das estrelas... Longe de estar limitado a Chacabuco – um lugar privilegiado em meu estudo por ser espaço de passagem comum aos três testemunhos que destacarei –, esse compartilhamento de conhecimentos entre os prisioneiros era um dos exercícios de humanização mais marcantes em diferentes prisões políticas através da América Latina.¹⁷⁹

1.3.1. Combater as negações: organizações e comissões de direitos humanos

Fora do campo, porém, essas experiências nem mesmo tiveram a chance de ressoar em um primeiro momento: ao recuperar a liberdade, os prisioneiros se deparariam com um sentimento de ceticismo entranhado na sociedade quando esta era confrontada com as denúncias de abusos e violações de direitos humanos que haviam ocorrido no interior dos campos e prisões mantidos por todo o Chile. Aparecem mecanismos informais de negação, descrença e até mesmo racionalização dos crimes para os quais as vítimas tentavam chamar a atenção: se sofreram, é porque provavelmente havia razões; se o governo empregou violência desmedida, certamente estava reagindo a algo.¹⁸⁰ Deste modo, a prioridade inicial dos sobreviventes seria vencer a barreira do descrédito respaldado pela versão oficial – as denúncias encontrariam espaço, então, nas comissões investigadoras independentes, dedicadas a recolher o depoimento de exilados chilenos, e nas memórias ou compilados de testemunhos publicados no exterior (e, em alguns casos, reproduzidos clandestinamente dentro do país, embora em geral com pouco alcance antes do final da ditadura).

A verdade trazida à tona no exterior ajudaria a devolver a legitimidade ao que no Chile era silenciado:

Dentro do Chile, entre 1974 e 1975, essas verdades circulavam principalmente como uma memória pessoal ‘frouxa’, uma tradição popular (*lore*) ou um rumor. Construí-las como uma memória emblemática que desmentisse o referente oficial de uma salvação [da Pátria pelos militares] – que dirá

¹⁷⁹ Flávio Koutzii. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 72.

¹⁸⁰ Luis Roniger; Mario Sznajder. *The legacy of human rights violations in the Southern Cone. Argentina, Chile, and Uruguay*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 183.

estabelecer uma narrativa pública alternativa de eventos específicos – era excepcionalmente difícil.¹⁸¹

Uma das iniciativas mais importantes no sentido de dar visibilidade às vozes alternativas, às denúncias por parte dos sobreviventes feitas no exterior, seria a Comissão Investigadora dos Crimes da Junta Militar no Chile, que funcionou entre 1974 e 1990, tendo seu período mais ativo nos anos 1970. Após realizar sua primeira sessão em Helsinque, na Finlândia, em março de 1974, e um novo encontro extraordinário três meses mais tarde em Copenhague, na Dinamarca, a Comissão realizaria sua sessão de maior repercussão – e também a única em solo latino-americano, o que facilitou deslocamentos de ex-prisioneiros que haviam buscado asilo em nações vizinhas – entre os dias 18 e 21 de fevereiro de 1975, na Cidade do México. Entre os vários acontecimentos relevantes que marcaram aquele encontro, a Terceira Sessão da Comissão foi palco da primeira denúncia em um evento do tipo sobre a existência dos desaparecidos políticos, um fenômeno cuja massificação ainda era relativamente nova na experiência latino-americana da repressão – o “Processo” argentino, que elevaria os números de desaparecidos a patamares ainda mais estonteantes do que os já verificados no Chile de Augusto Pinochet, só teria início mais de um ano mais tarde, com o Golpe de 24 de março de 1976. O encontro no México também se notabilizaria por trazer o último depoimento público de dois ex-prisioneiros ilustres, Orlando Letelier, ex-ministro de Allende, e Luis Alberto Corvalán Castillo, filho do secretário-geral do Partido Comunista¹⁸² – os dois morreriam nos meses seguintes; o primeiro, no atentado promovido pela DINA em Washington; o segundo, em decorrência dos problemas de saúde desenvolvidos após as sessões de tortura vivenciadas na prisão.

A Terceira Sessão seria aquela que mais destaque obteve perante a comunidade internacional, particularmente pela presença de artistas e intelectuais que haviam obtido grande penetração em círculos estrangeiros na década de 1960 e agora transformavam esse reconhecimento mundial em um instrumento para legitimar as denúncias que ali eram feitas. Personalidades como o pintor Roberto Matta e os escritores Gabriel García

¹⁸¹ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 98. Tradução própria. No original: “International truth telling gave public voice and legitimacy to testimony silenced [...] within Chile. Inside Chile from 1974 to 1975 such truths circulated mainly as ‘loose’ personal memory, lore, or rumor. To build them into an emblematic memory that belied the official framework of salvation – let alone establish an alternative public narrative of specific events – was exceptionally difficult”.

¹⁸² Elizabeth Orrego; Gonzalo Zúñiga. *La solidaridad internacional con Chile: Una aproximación a la Comisión Internacional Investigadora de los crímenes de la Junta Militar en Chile*. Santiago de Chile: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 2011.

Márquez e Julio Cortázar fizeram parte da audiência. Sua presença, anota Jaume Peris Blanes, respondia tanto à importância que essas figuras haviam alcançado como representantes da esfera cultural do continente quanto ao fato de que, “no imaginário da esquerda latino-americana da época, a vanguarda cultural se achava intimamente conectada à vanguarda política e aos projetos de emancipação cultural com os quais estes haviam se identificado”.¹⁸³

Dentro do Chile, paralelamente às denúncias internacionais, alguns movimentos se formariam para tentar compilar denúncias de sobreviventes e exercer pressão jurídica sobre o governo militar, dentro do que fosse possível em um contexto de cerceamento e colaboracionismo que englobava também o Poder Judiciário. O grupo que alcançou maior peso começaria seus trabalhos com o nome de Comité Ecuménico de Cooperación para la Paz en Chile, popularmente conhecido como Comité Pro Paz. A atuação do grupo estremeceu a ditadura já em seus primeiros anos, tanto na prática quanto no simbolismo. Em relação às mortes e desaparecimentos, por exemplo, em um tempo em que cada lado do espectro político trabalhava com cifras extremamente desconexas (variando de poucas centenas a dezenas de milhares), a organização inaugurou uma contagem conservadora, como maneira de assegurar a credibilidade dos seus dados dentro e fora do país: mesmo que corresse o risco de subestimar a violência, o Comité Pro Paz passou divulgar seus números a partir somente dos casos de que já dispunha informações sólidas, reduzindo 10% do total como forma de se proteger de eventuais erros ou denúncias falsas.¹⁸⁴ Mas a tarefa mais significativa do Comité Pro Paz seria sua atuação nas cortes do país, com advogados ligados à organização impetrando uma série de “recursos de amparo” (equivalentes a pedidos de *habeas corpus*) em nome dos prisioneiros desaparecidos – chegando a fazer um pedido em massa em nome de 131 deles ainda em março de 1974, pouco mais de seis meses após o golpe.¹⁸⁵

Era uma tarefa inglória: via de regra, nenhum dos recursos jamais era admitido pela Justiça chilena. Ainda assim, tanto nos dias do Comité Pro Paz quanto da sua sucessora, a Vicaría de la Solidaridad, eles seguiriam sendo apresentados pelos advogados ligados ao campo dos direitos humanos, cada vez que um familiar os

¹⁸³ Jaume Peris Blanes. *Historia del Testimonio Chileno. De las estrategias de denuncia a las políticas de memoria*. Quaderns de Filologia, Anejo LXIV, Universitat de Valencia, 2008, p. 122.

¹⁸⁴ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 105.

¹⁸⁵ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 101.

procurasse em busca de informações a respeito dos seus. Conforme escreveu um desses juristas, Roberto Garretón, havia distintas razões para insistir nesse trabalho de Sísifo: em primeiro lugar, a necessidade de marcar posição e afirmar que ninguém renunciaria ao seu direito; em segundo, a intenção de documentar o que estava ocorrendo no país no momento em que os fatos se tornavam conhecidos pelas organizações de oposição ao regime, constituindo uma evidência no próprio ato; em terceiro lugar, os recursos vinham como uma forma de driblar a censura e divulgar os casos, pois, se os jornais não podiam informar sobre a prisão (e eventual “sumiço”) de determinadas pessoas, o impedimento era menos explícito quando se tratava de noticiar que haviam sido apresentados recursos judiciais em nome daqueles indivíduos; a quarta razão era tão simples quanto pensada para o futuro – a continuidade das denúncias também era feita “para a história”.¹⁸⁶ Era o trabalho de perfurar, lenta mas seguramente, o manto da “verdade” com que o governo tão laboriosamente havia tentado esconder e justificar seus crimes:

A voz oficial constitui um paradigma de verdade, a única verdade permitida no ambiente sociopolítico que governa. A verdade, aqui, iguala-se à vida. A mera insinuação da possibilidade de uma acusação ou uma visão oposta que possa desafiar a legitimidade da representação oficial encontra censura, perseguição, tortura e morte. [...] [A voz oficial] oferece justificação e explicações que ajudam a avançar o objetivo sociopolítico do poder dominante. Sua maior preocupação é prevenir a ascensão de uma voz de oposição que pudesse desafiar a representação oficial da verdade/história e, portanto, a legitimidade do governante.¹⁸⁷

Incômodo que havia se tornado, o Comité Pro Paz chegou a um fim abrupto nas últimas semanas de 1975. Acusada por Pinochet de não passar de um meio que os “marxistas-leninistas” utilizavam para desestabilizar o país, a organização seria alvo direto de perseguições que buscavam dar um término às suas atividades inconvenientes. Em meados de novembro, vários padres associados ao comitê e o advogado humanitarista José Zalaquett acabam presos, seguindo a fórmula do regime de se valer de prisioneiros como reféns *de facto*, com a soltura pelo governo condicionada à extinção do grupo – embora esse objetivo do regime viesse a ser alcançado, com a dissolução do Pro Paz

¹⁸⁶ Mónica González. *La Conjura: los mil y un días del golpe*. Santiago de Chile: Catalonia, 2012, p. 487.

¹⁸⁷ Yvonne Unnold. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002, p. 46. Tradução própria. No original: “The official vice constitutes a paradigm of truth, the only truth permitted in the sociopolitical environment which it rules. Truth here equates to life. The mere insinuation of the possibility of an accusation or an opposing view that might challenge the legitimacy of official representation is met with censorship, persecution, torture and death. [...] [The official voice] provides justification and explanations which help further the sociopolitical objective of the ruling power. Its highest concern is to prevent the rising of an opposing voice which would challenge the official representation of truth/history and thereby the legitimacy of the ruler”.

pouco após as detenções, o comitê seria imediatamente substituído pela Vicaría de la Solidaridad, criada pelo cardeal-arcebispo de Santiago, Raúl Silva Henríquez, logo no primeiro dia de 1976.¹⁸⁸

Se o Pro Paz tinha um caráter ecumênico e menos centralizado, a Vicaría seria desde o princípio ligada diretamente à Igreja Católica, o que lhe conferiu mais musculatura para resistir às investidas de um regime que, ao se dizer defensor dos valores cristãos, passaria a ter mais dificuldades para atentar contra os principais líderes do movimento. Em seus anos de atuação, a Vicaría manteria a revista *Solidaridad*, com tiragem de 30 mil exemplares e leitores estimados em até 200 mil, distribuída gratuitamente nas paróquias do país. Trazendo relatos da repressão, a publicação permitia que as vítimas e familiares já não se sentissem sozinhos, transformando o que eram histórias e conhecimentos pessoais em uma memória mais emblemática do período, pelo menos para aqueles grupos.¹⁸⁹ Essa memória emblemática, define Steve Stern, é aquela que deixa de ser apenas “minha”, tornando-se algo que diz respeito à própria história chilena – ela é emblemática quando as linhas entre o pessoal e o social se embaçam.¹⁹⁰ Também por iniciativa da Vicaría, em 1978 viriam a publicação dos volumes de *¿Dónde están?*, uma recopilação – em estado bruto – dos documentos levantados em suas investigações próprias – o primeiro trabalho com essas características, e dessa dimensão, a circular no Chile. No final dos anos 1980, pouco antes da entrega do poder por Augusto Pinochet, os trabalhos da Vicaría renderiam o compêndio *Chile: la memoria prohibida*, um predecessor independente do tipo de levantamento que, em democracia, seria feito pelas comissões de direitos humanos estabelecidas pelo próprio governo chileno para prestar contas à sociedade.

1.3.2. Choques de versões

A insistência em chamar a atenção para esses fatos fez com que o país vivenciasse a ascensão de uma memória cada vez mais forte questionando a narrativa da salvação do país pelos militares. Em oposição ao discurso da “salvação” (da “ameaça marxista”, do

¹⁸⁸ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 113.

¹⁸⁹ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 115-116.

¹⁹⁰ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 10-11.

Plano Z, da hipotética guerra civil que oporia esquerdistas “a mando de Moscou” com o restante da sociedade se uma intervenção não tivesse ocorrido), começava a disputar espaço uma outra versão, a do golpe como uma ruptura brutal, como o início de uma era sombria de violência e abusos que ainda não tivera fim para muitos chilenos. Essas memórias alternativas, embora ainda vastamente questionadas por boa parte da população e frontalmente negadas pela política do governo, já não podiam ser ignoradas: diante das denúncias feitas dentro ou fora dos caminhos judiciais, pesou sobre a autoridade militar a obrigação de reconhecer a existência delas, mesmo que fosse para desmenti-las e impedir que se espalhassem.¹⁹¹

Com efeito, a luta por trazer atenção ao que se passava no Chile não seria travada sem reação da Junta. Acossado desde meados da década de 1970 por pressões internas e externas – incluindo repetidas reprovações da Assembleia Geral das Nações Unidas, que passou resoluções condenando as violações de direitos humanos no Chile em *todos os anos* entre 1974 e 1989¹⁹² –, o governo buscava maneiras de se defender publicamente, e a pressão militar para impedir o fortalecimento de versões que contrariassem a da ditadura permaneceria mesmo na transição para a democracia. Durante o pinochetismo, dois momentos marcantes nessa autodefesa do regime tiveram lugar em 1978: em 4 de janeiro, menos de três semanas após a ONU fazer a sua já usual condenação (agora, pela maior diferença de votos da história), o ditador convocou uma “consulta popular” às pressas para validar o seu governo, a despeito das discordâncias internas da própria Junta quanto à iniciativa, manifestadas por José Toribio Merino e Gustavo Leigh. À questão postulada (“Frente à agressão internacional desatada contra a nossa Pátria, respaldo o Presidente Pinochet em sua defesa da dignidade do Chile, e reafirmo a legitimidade do Governo da República para encabeçar soberanamente o processo de institucionalidade do país”), os chilenos tinham a opção de escolher “sim” – um voto representado pela bandeira do país – ou “não” – alternativa assinalada por uma bandeira negra. Em uma votação às pressas, sem divulgação, com oposição reprimida e fortes indícios de fraude, Pinochet registrou 78% dos votos favoráveis e declarou ser aquele o fim da classe política no Chile: agora,

¹⁹¹ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 113.

¹⁹² Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 97.

considerava ter até mesmo o “respaldo popular” das urnas, que seus críticos diziam estar faltando.¹⁹³

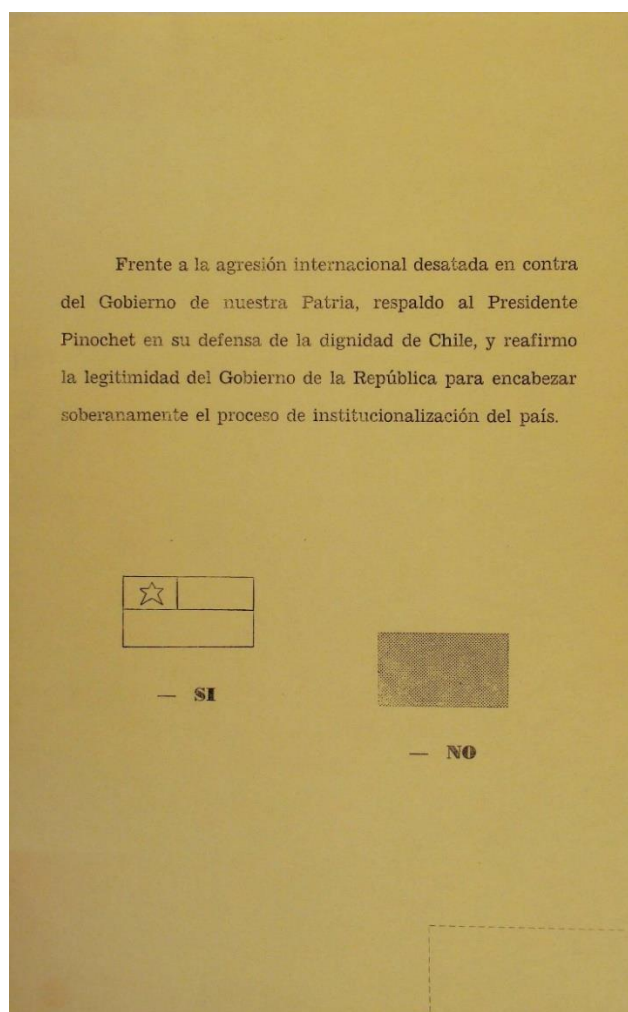


Imagem 1. Exemplar da cédula utilizada na Consulta Popular de 1978. Fonte: Reprodução/El País. Disponível em <

https://elpais.com/elpais/2015/06/30/fotorrelato/1435678712_305805.html#foto_gal_3> Acesso em 11 maio 2018.

O segundo momento importante de 1978 viria alguns meses mais tarde, em 18 de abril, com a promulgação do Decreto Lei 2.191, a Lei de Anistia chilena, apresentada ao país como um sinal da “essência humanitária” do regime, que estava disposto a perdoar, esquecer e virar definitivamente a página quanto ao que havia se passado nos quatro anos e meio transcorridos desde a derrubada de Salvador Allende. O perdão oficial teria os mesmos moldes do que se veria com as outras ditaduras sul-americanas (no Brasil em

¹⁹³ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 102-103.

1979, na Argentina em 1983 e no Uruguai em 1986), sendo concedido tanto aos opositores quanto aos agentes da repressão, como uma “autoanistia”. Com sua legitimidade “aprovada” nas urnas e aberto a “perdoar e unir” o país após a nova lei – que de modo algum suspendeu o estado de emergência vigente no Chile, que seguia tendo um governo centralizado em uma Junta com amplos poderes, e sem perspectiva de eleições presidenciais no futuro próximo –, Pinochet e a imprensa oficialista propunham formalmente o esquecimento como um caminho de “tranquilidade” e “generosidade”, a pré-condição para avançar.¹⁹⁴

O reconhecimento, por parte do Estado, do valor público dos testemunhos de sobreviventes, tardaria até os anos 1990 para vir no Chile. Mesmo quando isso ocorresse, com a Comissão Rettig, haveria uma série de custos, com o governo abrindo mão de muitas demandas históricas das organizações de direitos humanos (ou, em outros casos, adiando-as). Augusto Pinochet seguiria proeminente na vida pública chilena por muito tempo, uma ameaça constante ao processo de “convivência” delineado por Patricio Aylwin, o primeiro presidente eleito democraticamente após a ditadura – o próprio Aylwin, anos depois de deixar o governo, compararia a missão que teve com a de um eventual presidente da Espanha que tivesse que conviver com um Francisco Franco que não só seguia vivo como permanecia no comando do Exército do país ibérico.¹⁹⁵ O temor fez com que as primeiras investigações traçassem uma linha clara, atrás da qual a história não seria lembrada, pelo menos não naquele momento: o círculo simbólico dos que sofreram com a perseguição era reduzido às vítimas máximas do regime – os executados e desaparecidos – sem incluir os demais.¹⁹⁶

Os sobreviventes, os torturados, não tiveram voz por muitos anos mesmo após o fim do governo militar. Com a figura atenta e ameaçadora de Pinochet ainda como uma sombra a vigiar os governantes democráticos, o esquecimento (ou ocultamento) deliberado dessas vítimas continuou operando por outra década inteira, até que o Estado se dedicasse a recolher suas histórias a partir da Comissão Valech, nos primeiros anos do século XXI. Eram muitos, muitos mais do que os que haviam efetivamente perdido a vida – colocá-los em um memorial, indenizá-los e avaliar as dimensões da violência do passado recente assustava, dificultava a gradual aceitação dessa realidade pelos setores

¹⁹⁴ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 148.

¹⁹⁵ Heraldo Muñoz. *La sombra del dictador*. Barcelona: Paidós, 2009, p. 284.

¹⁹⁶ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 131.

que, até havia pouco, nem mesmo aceitavam os números de vítimas fatais. Sobretudo, porém, o temor era precisamente quanto à condição de *sobreviventes*: estavam vivos, podiam falar, podiam ser proativos politicamente – e, se convertidos em protagonistas daquele momento, poderiam colocar a transição em risco.¹⁹⁷ Era como se, para o próprio Estado, o Chile não estivesse pronto para olhar nos olhos daqueles que podiam recordar os horrores recentes na primeira pessoa.

No caso da transição chilena, o tão citado conto de Jorge Luis Borges sobre os dilemas da memória parecia ser interpretado ao extremo: Funes, o memorioso, o sujeito que não conseguia esquecer, exemplifica a imperiosa necessidade de esquecer para formar memória – e para refletir. Funes “havia aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, no entanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia mais que detalhes, quase imediatos”.¹⁹⁸ Mas, como alerta Tomás Moulian, se a memória não se faz sem um esquecimento de pontos menos “necessários”, ela também tem a função primordial de recordar, de preservar coisas que não deveriam ser apagadas. É preciso um equilíbrio e, se as dores essenciais são todas esquecidas, pontua Moulian, a memória se torna nefasta e negativa – sem *recuerdo*, o que existe não é um esquecimento benigno, mas uma amnésia, um *olvido de lo indispensable*.¹⁹⁹

Fugindo da memória total de Funes, corria-se o risco de se aproximar da amnésia absoluta do Rudolf Hess imaginado por Luis Fernando Verissimo em outro conto: aos 204 anos de idade²⁰⁰, o antigo oficial nazista já não lembra sequer quem é, muito menos a razão de estar preso, ou o próprio nome. Tampouco é lembrado por quem ainda resta ao seu redor. Um dia, desperta com a cadeia abandonada, sem qualquer guarda por perto, e caminha em vão tentando encontrar alguém que lhe explique o que está acontecendo. Até que se depara com um soldado:

¹⁹⁷ Tomás Moulian. El gesto de Agüero y la amnesia. In: Patricia Verdugo (ed.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago de Chile: Catalonia, 2004, p. 53.

¹⁹⁸ Jorge Luis Borges. Funes el memorioso. *Ficciones*: 1944. Disponível em <http://users.clas.ufl.edu/burt/spaceshotsairheads/borges-funes_el_memorioso.pdf> Acesso em 1º abr. 2018. Tradução própria. No original: “Había aprendido sin esfuerzo el inglés, el francés, el portugués, el latín. Sospecho, sin embargo, que no era muy capaz de pensar. Pensar es olvidar diferencias, es generalizar, abstraer. En el abarrotado mundo de Funes no había sino detalles, casi inmediatos”.

¹⁹⁹ Tomás Moulian. El gesto de Agüero y la amnesia. In: Patricia Verdugo (ed.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago de Chile: Catalonia, 2004, p. 51-52.

²⁰⁰ O Hess real ganhou certa fama por sua surpreendente longevidade: dentre os antigos líderes nazistas, foi o que morreu mais tardiamente, e aquele que mais tempo permaneceu sob custódia dos Aliados. Preso ainda durante a Guerra, em 1941, por forças britânicas, ele foi condenado a uma pena perpétua pelo Tribunal de Nuremberg e mantido na Prisão de Spandau, em Berlim Ocidental. Em 1987, após passar metade da vida preso, Hess suicidou-se aos 93 anos.

O oficial pergunta o nome de Hess. Ele não se lembra. É judeu? Hess não sabe. Hess pergunta se tem chá. O oficial fica furioso, diz que a nação vive um momento histórico, que a Nova Ordem acaba de tomar o Poder na Alemanha, que a raça ariana finalmente prepara-se para cumprir sua missão de salvar a humanidade e aquele anão imbecil quer saber se tem chá. É por isso que os judeus, os doentes, os velhos e os imbecis precisam ser sacrificados. Para que a Nova Ordem reine por mil anos. Hess é mandado para um campo de concentração e executado.²⁰¹

No Chile, pois, os sobreviventes encontravam-se diante de uma tentativa de esquecimento e falseamento deliberado que, já combatida em ditadura, não arrefecera totalmente durante a transição de volta à democracia – sem importar se por pragmatismo ou má-fé (com frequência, uma mistura de ambos), o ponto era que ainda tardariam a ser plenamente ouvidos. Mas insistiam em ter voz.

1.3.3. Testigo: a testemunha

Temendo desaparecer do radar cultural, a necessidade de elaborar o testemunho – para si mesmo e para a posteridade – surgira para os ex-prisioneiros já no imediato pós-golpe, e permaneceria muitos anos depois da divulgação do Informe Rettig. Como argumenta Stern,

a própria “memória” havia se tornado um importante conceito cultural e político. No início dos anos 1980, o conflito sobre o que aconteceu em 1973 e nos anos seguintes não foi apenas um conflito sobre os eventos ou interpretações do passado. Era sobre algo mais sagrado: memória contra o apagamento, memória como uma forma de permanecer verdadeiro às pessoas perdidas e aos valores perdidos. Era a memória como memória-verdade. “Memória” havia se tornado uma linguagem cultural – um código que capturava o que significava a luta contra um regime inclinado ao *olvido*, uma retórica de direito à verdade e à justiça que só podia ser alcançada através da democracia.²⁰²

²⁰¹ Luis Fernando Verissimo. O velhinho. In: _____. *Outras do analista de Bagé*. 23. ed. Porto Alegre: L&PM, 1982, p. 92.

²⁰² Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 238. Tradução própria. No original: “‘memory’ itself had turned into an important cultural and political concept. By the early 1980s, conflict over what happened in 1973 and thereafter was not simply conflict about the events or interpretation of the past. It was about something more sacred: memory against erasure, memory as staying true to lost people and lost values. It was memory as memory-truth. ‘Memory’ had turned into cultural language – a code word that captured what it meant to struggle against a regime bent on *olvido*, a rhetoric of rights to truth and justice that could only be met through democracy”.

E, quando nem mesmo a democracia trouxe essa verdade à tona (e muito menos justiça), a luta persistiu. Para fazer essa elaboração, em qualquer tempo, é preciso *tornar-se testemunha*: em um nível social e individual. Se o campo desumaniza e a tortura rebaixa o corpo a um estado pré-linguístico, “verbalizar a história do sujeito que conseguiu ultrapassar esse limite destrutivo [...] passa a ser uma forma de se vingar da inumana condenação à subumanidade do grito”.²⁰³

Para Annette Wieviorka, a legitimação pública do sobrevivente como uma testemunha válida pode ter suas origens traçadas no julgamento de Eichmann, em Jerusalém, em 1961, um episódio que também foi determinante para a ascensão de uma lembrança do Holocausto tanto como definidor da identidade judaica quanto como moldador de políticas (públicas ou de organizações privadas) de preservação de memória nas décadas desde então.²⁰⁴ O rapto e subsequente ajuizamento do ex-oficial responsável pela administração de campos de extermínio no Leste Europeu foi a maior confrontação jurídica a respeito dos crimes do Terceiro Reich desde o Tribunal de Nuremberg, estabelecido no imediato pós-guerra, e então já encerrado havia uma década e meia.

O comparativo com Nuremberg traz um contraste evidente em relação à situação vivida por Adolf Eichmann em Israel: se, no primeiro julgamento, o argumento dos magistrados Aliados se construiu principalmente sobre uma base documental dos crimes de guerra (e contra a humanidade), em Jerusalém são os próprios sobreviventes os convocados a testemunhar contra o réu. Se em Nuremberg a participação das testemunhas era apenas um elemento mais a corroborar a acusação feita pelos papéis – inclusive submetendo as vítimas a limitações de tempo e, até mesmo, de linguagem (o ato de desagravo de testemunhar em ídiche contra quem tentou destruir o povo que falava aquela língua foi inviabilizado pela ausência de tradutores, por exemplo) –, com Eichmann elas eram centrais. Mais do que isso: a maioria de suas versões não trataria diretamente do próprio réu, e sim de uma narrativa mais ampla abarcando a totalidade da experiência nos campos de concentração, estivessem ou não sob a supervisão da pessoa levada àquele tribunal. Por inegável que fosse a participação de Eichmann como artífice do Holocausto e, por conseguinte, sua culpa nos crimes ali julgados, é bastante claro que ele estava colocado diante de um jogo de cartas marcadas destinado a se tornar um

²⁰³ Nelly Richard. Los derechos humanos bajo la dictadura de Pinochet: lo impúdico y lo público. *Sociocriticism*, Montpellier (Institut international de sociocritique, Université Paul-Valéry), vol. 11, issues 1-2, 1995, p. 183.

²⁰⁴ Annette Wieviorka. *The Era of the Witness*. Ithaca: Cornell University Press, 2006, p. 56.

momento histórico – espécie de expiação pública das dores do povo judeu, o júízo tinha seu resultado conhecido de antemão e buscava expor o horror em sua totalidade.

O que se cria, então, não é uma prova da culpabilidade daquele oficial nazista em particular – que nunca estivera realmente em questão –, mas um imaginário que auxilia a visualizar e a condenar os terrores do extermínio em sua concepção mais ampla. Eichmann converte-se em um símbolo de algo muitíssimo maior – e as testemunhas, em guardiãs de uma verdade que poderia ter morrido sem a sua sobrevivência física, pois seu relato trazia uma visão do vivido que – buscava-se demonstrar – nenhum documento dava conta de evidenciar. O julgamento em Jerusalém foi desde o início pensado como um momento pedagógico, de transmissão para as gerações futuras: tratava-se de dar uma lição de História em tempo real. Enquanto Nuremberg chegava ao mundo em curtas notícias, nos rolos das agências internacionais exibidos antes dos filmes no cinema, Jerusalém era transmitido pela tevê, que ganhara espaço desde a Guerra, com os depoimentos trazidos integralmente.²⁰⁵

O interesse pelas memórias da Shoah e sua difusão midiática ganharia outro impulso algumas décadas mais tarde, com a exibição da premiada minissérie *Holocaust*, nos Estados Unidos, em abril de 1978 – o 33º aniversário da queda de Berlim ao final da Segunda Guerra Mundial. Pela primeira vez, colocava-se no horário nobre da televisão estadunidense uma representação do nazismo e dos seus crimes contra a humanidade. O peso de *Holocaust* talvez tenha sido mais importante para a produção de artefatos culturais a respeito do nazismo e do genocídio – com iniciativas como o projeto de gravação de testemunhos fundado pelo diretor Steven Spielberg²⁰⁶ – do que para suscitar um debate público sobre essa memória. Como destaca Andreas Huyssen, a memória dos crimes nazistas já era publicamente articulada dentro da própria Alemanha ainda na década de 1950: o grande desafio, argumenta, não teria sido o reconhecimento da Shoah como um crime contra a humanidade, mas o seu entendimento como parte integrante da história da Alemanha, como um episódio brutal que teve razões para se originar (ainda que não fosse, necessariamente, uma conclusão lógica da história do país até ali)²⁰⁷, e não uma espécie de aberração histórica surgida de forma alienígena, como muitos queriam

²⁰⁵ Annette Wieviorka. *The Era of the Witness*. Ithaca: Cornell University Press, 2006, p. 56-57.

²⁰⁶ A Survivors of the Shoah Visual History Foundation, hoje mantida no campus da Universidade do Sul da Califórnia (USC) e renomeada como USC Shoah Foundation, conta com mais de 55 mil testemunhos em vídeo, com relatos coletados em 65 países e 43 idiomas. Cf: USC Shoah Foundation. About Us. Disponível em <<http://sfi.usc.edu/about>> Acesso em 18 set. 2020.

²⁰⁷ Sobre essas discussões, cf. Karl Jaspers. *A questão da culpa. A Alemanha e o nazismo*. São Paulo: Todavia, 2018.

argumentar até aquele momento.²⁰⁸ Outro posicionamento que haveria de ser combatido, entre os alemães, era a noção (por vezes subconsciente) de que uma violência tamanha só poderia ter ocorrido após algum tipo de instigação por parte das vítimas.²⁰⁹ A culpabilização das vítimas como causadoras, de alguma maneira, de seu próprio destino sombrio, também seria comumente empregada pelas ditaduras sul-americanas em seus discursos, como comentei anteriormente.

Pouco a pouco, o estabelecimento desse “discurso memorial reivindicativo”, que atuava em duas frentes – contra a amnésia em relação aos horrores passados e em prol do reconhecimento oficial dos crimes, por parte dos diferentes governos, perante as vítimas ou seus descendentes – ajudaria a formar uma ideia de “dever da memória” a ser preenchido pela sociedade. Luciana Heymann argumenta que, se esse “dever” estava, de início, fortemente ligado ao Holocausto propriamente dito, de forma gradual ele seria adotado também por outros grupos que buscavam a afirmação de suas memórias como válidas no espaço público, partindo em busca de um lugar e uma voz para narrar os processos de violência, discriminação e desumanização sofridos em maio a diferentes regimes repressivos que o mundo viu desde então, incluindo os do Cone Sul.²¹⁰ Aqui, a recordação trabalha de duas formas – a primeira, “a reminiscência traumática, intrusiva, invasora e esgotadora; a [segunda], de uma dor que pode se transformar em motor de uma sublimação que dá um novo sentido ao destino”, escrevem Maren e Marcelo Viñar. “O torturado aparece como a testemunha encarnada de uma ferida que concerne a toda a humanidade”, arrematam.²¹¹

A Shoah como base de comparação para eventos traumáticos passa a servir para examinar outros casos de repressão e genocídio, atuando também como um referencial nos testemunhos escritos por sobreviventes – na obra de Luis Alberto Corvalán Castillo e em outras publicadas no exílio chileno dos anos 1970, será frequente o uso dos campos

²⁰⁸ Andreas Huyssen. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In _____. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014a, p. 166.

²⁰⁹ Theodor Adorno. “The Meaning of Working Through the Past”. *Critical Models: Interventions and Catchwords*. New York: Columbia University Press, 2005, p. 89-103.

²¹⁰ Luciana Quillet Heymann. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006, p. 6-7. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6732>> Acesso em 11 jun. 2016.

²¹¹ Maren Viñar; Marcelo Viñar. *Fracturas de memoria. Crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Trilce, 1993, p. 104. Tradução livre. No original: “Es bajo dos formas que el recuerdo obra: una, la de la reminiscencia traumática, intrusiva, invasora y agotadora; la otra, la de un dolor que puede transformarse en motor de una sublimación que da un nuevo sentido al destino. El torturado aparece como el testigo encarnado de una herida que concierne a toda la humanidad”.

de concentração nazistas como uma forma de ilustrar os horrores vividos sob Pinochet para um público que, naquele momento, já havia começado a ser exposto às memórias individuais do Holocausto. Os paralelos traçados a partir da experiência sob o nazismo também serviriam, para usar outro exemplo sul-americano, à resistência ao regime ditatorial argentino²¹² – onde, argumenta Huyssen, ocorre um conveniente esquecimento público a fim de construir “um discurso politicamente desejável” da memória daqueles que se opuseram ao regime.²¹³ Nesse discurso, o radicalismo e a violência dos militantes da esquerda efetivamente envolvida na luta armada são minimizados, e mesmo as vítimas “conscientes” de sua opção política mais extrema são igualadas em uma condição de vítimas “inocentes” com aqueles que não haviam pegado em armas nem tiveram essa intenção. Apesar desse dilema na forma de apresentar os militantes mortos e desaparecidos ao grande público, sua condição efetiva de vítimas nunca dependeu do seu grau de envolvimento na luta armada – eles simplesmente o eram.²¹⁴

O *Nunca más*, que havia reaproveitado um lema adotado após o Holocausto para aplicar ao contexto local argentino, funcionou como uma tentativa de combate à chamada “teoria dos dois demônios”, com a qual os primeiros informes após a ditadura buscavam justificar as ações da repressão pela ameaça “igualmente perigosa” da violência da esquerda. Ao reduzir o papel dessa violência opositora ao regime, os movimentos de resistência foram eficientes em destacar de maneira mais forte as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado terrorista em seu próprio país.²¹⁵ Um processo semelhante ocorreria no próprio Chile, embora em dimensões mais reduzidas, dada a articulação muito menor de grupos armados no país quando comparado à situação argentina que antecedeu a tomada de poder pelas Forças Armadas. Ainda assim, resquícios da dinâmica dos “dois demônios” também apareceriam em documentos da transição à democracia como uma maneira de apaziguar os militares injuriados pela

²¹² Andreas Huyssen. Usos tradicionais do discurso sobre o Holocausto e o colonialismo. In: _____. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014b, p. 187.

²¹³ Andreas Huyssen. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In _____. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014a, p. 160-161.

²¹⁴ Daniel Feierstein. *Genocide as Social Practice. Reorganizing Society under the Nazis and Argentina's Military Juntas*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2014, p. 159-160.

²¹⁵ Andreas Huyssen. Usos tradicionais do discurso sobre o Holocausto e o colonialismo. In: _____. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014b, p. 188); também Andreas Huyssen. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In _____. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014a, p. 162-163.

condenação pública de seus crimes.²¹⁶ Isso é visto no Informe Rettig, em que se afirma textualmente que o terrorismo dos movimentos armados de esquerda poderia se enquadrar como uma violação de direitos humanos, mesmo não partindo diretamente do Estado, contrariando a posição defendida por organizações de sobreviventes e familiares de vítimas, que só viam essa violação como uma possibilidade se viesse do poder estatal:

[Viu-se] na prática que limitar a expressão “violações de direitos humanos” aos atos do Estado é interpretado pela opinião pública, na maioria das vezes, como uma tentativa de perdoar ou justificar os abusos ou atrocidades que possam cometer certos grupos políticos de oposição. Não cabe dúvida que a opinião pública majoritariamente condena toda forma de manter ou buscar o poder, ou de dirimir conflitos políticos, mediante abusos ou atrocidades. Na consciência pública se fez carne a ideia de que existem certos valores de humanidade que devem ser respeitados não somente pelo Estado, mas por todos os atores políticos. [...] Para a opinião pública estas normas de humanidade, profundamente intuídas, passaram a ser sinônimos da expressão “direitos humanos”. Portanto, o sentido histórico ou técnico dessa expressão, mais restrito, vem sendo superado na prática.²¹⁷

Mas, mais do que o uso político da experiência de busca de reparação quanto ao nazismo, o legado da Shoah e de seus sobreviventes ecoaria também de maneira decisiva na elaboração dos testemunhos. Mesmo antes do impulso e interesse público ganhos com o julgamento de Eichmann e da exibição de *Holocaust*, contar o que aconteceu já era, para muitos, um imperativo de sobrevivência, como define Dori Laub²¹⁸ e descreve tão vividamente Robert Antelme em seu clássico preâmbulo, sobre a necessidade de relatar o que se vivera, que era sentida por vários sobreviventes logo após a liberação: “queríamos falar, ser enfim ouvidos. Diziam-nos que nossa aparência física era eloquente o bastante por si mesma. Mas havíamos acabado de voltar, trazíamos conosco nossa memória, nossa experiência totalmente viva e sentíamos um desejo frenético de contá-la

²¹⁶ Luis Roniger; Mario Sznajder. *The legacy of human rights violations in the Southern Cone. Argentina, Chile, and Uruguay*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 102.

²¹⁷ Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación [Informe Rettig]*. 2. ed. Santiago de Chile: Andros Impresores, 1996, p. 14. Disponível em <http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html> Acesso em 16 maio 2016. Tradução própria. No original: “se ha visto em la práctica que limitar la expresión ‘violaciones de los derechos humanos’ a los actos del Estado es interpretado por la opinión pública, las más de las veces, como un intento de condonar o justificar los abusos o atrocidades que puedan cometer ciertos grupos políticos de oposición. No cabe duda que la opinión pública mayoritariamente condena toda forma de mantener o buscar el poder, o de dirimir conflictos políticos, mediante abusos o atrocidades. En la conciencia pública se ha hecho carne la idea de que existen ciertos valores de humanidad que deben ser respetados no solamente por el Estado, sino por todos los actores políticos. [...] Para la opinión pública estas normas de humanidad, profundamente intuídas, han pasado a ser sinónimo de la expresión ‘derechos humanos’. Por tanto, el sentido histórico o técnico de esta expresión, más restringido, ha venido siendo sobrepasado en la práctica”.

²¹⁸ Dori Laub. Truth and Testimony. The Process and the Struggle. *American Imago*, vol. 48, no. 1, Psychoanalysis, Culture and Trauma, Spring 1991, p. 75-91.

tal qual”.²¹⁹ Mesmo quando essas memórias fossem, elas próprias, fragmentárias, na medida em que “nas condições desumanas a que estavam submetidos, era raro que os prisioneiros pudessem adquirir uma visão de conjunto do seu universo”, argumenta Primo Levi²²⁰ – uma situação que também aparecerá no Chile, com relatos de prisioneiros que voltam do campo de Chacabuco e se surpreendem que ainda há detidos no Estádio Chile, em Santiago, tantos meses após o golpe²²¹, e que será particularmente problematizada em *Frazadas del Estadio Nacional*, quando, em 2003, Jorge Montealegre diz entrar em um acordo consigo mesmo (com o jovem que foi um dia) para incluir relatos sobre fatos que não tinha como saber que estavam ocorrendo na época, mesmo estando no coração dos acontecimentos – fatos sobre os quais só ouviria meses, anos ou, mesmo, décadas mais tarde.²²²

Inicialmente, porém, não houve grande interesse por esse tipo de relato. Luciana Heymann aponta que, nas décadas imediatamente posteriores ao final da Segunda Guerra, a valorização no espaço público se destinava à memória dos que resistiram²²³ – dos heróis, reais ou imaginados, que haviam combatido os alemães. Por outro lado, a memória da vítima era minimizada, num movimento que também seguia o intento particular da França de silenciar o tema do colaboracionismo de Vichy. Um processo semelhante, em que a memória heroica ganhou um destaque inicial para só mais tarde dar lugar à narrativa do sofrimento das vítimas, também se verifica nas nações do Leste Europeu em relação ao período da Guerra e do domínio soviético – que, no começo, buscará instilar valores patrióticos para exaltar uma resistência antifascista, ignorando as violências cometidas contra os povos das nações que entrariam (muitas vezes forçosamente) na esfera de influência de Moscou; violências estas que seriam recuperadas nas memórias pós-fragmentação do Bloco Socialista no final dos anos 1980.²²⁴ Pouco a pouco, contudo, as vozes dos sobreviventes ganharão proeminência.

²¹⁹ Robert Antelme. *L'espèce humaine*. Paris: Gallimard, 2011, p. 9. Tradução própria. No original: “Nous voulions parler, être entendus enfin. On nous dit que notre apparence physique était assez éloquente à elle seule. Mais nous revenions juste, nous ramenions avec nous notre mémoire, notre expérience toute vivante et nous éprouvions un désir frénétique de la dire telle quelle”.

²²⁰ Primo Levi. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 36.

²²¹ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 137.

²²² Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 14.

²²³ Luciana Quillet Heymann. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006, p. 5. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6732>> Acesso em 11 jun. 2016.

²²⁴ Tatiana Zhurzhenko. Heroes into victims. *Eurozine*, 31 oct. 2012. Disponível em <<http://www.eurozine.com/heroes-into-victims/>> Acesso em 10 jun. 2017.

1.3.4. Testimonio: o testemunho

Seria apenas com o simbolismo do que ocorreu em Israel, dezesseis anos após o fim da guerra, que as possibilidades da memória da testemunha se transformariam: após o julgamento de Eichmann, a vítima ganha uma identidade social enquanto sobrevivente, seu relato confere urgência e subjetividade ao que era apenas frieza documental, e sua memória chega a ser confundida com a própria história – até mesmo, no caso do tribunal em Jerusalém, perante o Poder Judiciário. Cria-se, em suma, uma demanda social por testemunhos, com o advento daquilo que Wieviorka denomina “a era do testemunho”: agora, a vítima é uma portadora da história e um *homme-mémoire*, que atesta o passado e a presença continuada dele.²²⁵

Giorgio Agamben menciona a aniquilação da dimensão subjetiva do prisioneiro do campo de concentração – e, com Primo Levi²²⁶, fala do “Muselmann”, jargão dos campos para se referir àqueles debilitados demais, os já convertidos em um nada, os que deixaram de ser humanos aos olhos de todos para se tornar outra coisa. O sujeito deixa

²²⁵ Annette Wieviorka. *The Era of the Witness*. Ithaca: Cornell University Press, 2006, p. 87-88. Essa permanência do passado remete a outra discussão, que não pretendo aprofundar neste trabalho, mas que convém mencionar pelo problema que impõe aos historiadores. Ela se relaciona ao novo regime de historicidade indicado por François Hartog (2013) – o momento do “presentismo” que, embora o autor identifique como iniciado nos anos 1990 (pelo “colapso do futuro” e da concepção linear e “progressiva” que guiava as histórias nacionais desde Ranke), tem sua aparição fortemente relacionada ao questionamento da história pela memória, que começa antes. Discutindo a concepção de Hartog, Chris Lorenz (2014) comenta que, desde o “boom da memória”, os parâmetros da história acadêmica se transformaram na medida em que o centro do debate deixou de considerar o passado em si mesmo – interessando-se mais nas maneiras diversas e conflitivas pelas quais o passado foi experienciado e representado por diferentes grupos. Mais do que isso, entende Hartog, desde pelo menos a década de 1980, essa situação, apoiada nas diferentes memórias de horrores que ganham espaço cada vez maior, significa que o “presentismo” mantém presente um passado traumático e catastrófico – aquilo que, com Ernst Nolte, ele denomina “um passado que não vai embora”. Este passado que insiste em permanecer também traz consigo outra noção, que Lorenz toma de empréstimo de Dipesh Chakrabarty: os “ferimentos históricos” (“historical wounds”), a ideia de injustiças históricas causadas por ações passadas que não foram formalmente reconhecidas como injustiças – permanecendo, desta forma, abertas, elas se mantêm questões presentes. E, se são mantidas enquanto uma questão presente, impõem um problema aos historiadores, em particular, e à maneira como a sociedade encara esses fatos, como um todo – pois, na velha busca por “objetividade”, distanciar-se do fato era entendido como uma pré-condição fundamental para que essa análise mais objetiva ocorresse. Mas a permanência dos traumas faz mais do que colocar um problema novo à história em sua relação com a memória: somados ao valor que o depoimento das vítimas adquire, parece permitir que episódios relativamente alheios – pelo tempo e pelo espaço –, mas de alguma forma equiparáveis – pelo sofrimento, pela repressão e pela morte –, sejam então apropriados para novas lutas e circunstâncias. É desta maneira que a possibilidade de utilização da memória do Holocausto passa a ser ativamente aproveitada em contextos latino-americanos, que começam a se identificar com parte das circunstâncias que envolviam as vítimas do nazismo – sobretudo, a desumanização (ainda que em outra dimensão) sistemática promovida pelo regime e o subsequente ocultamento de suas versões pessoais para os fatos.

²²⁶ Primo Levi. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

de sê-lo, e seu corpo essencialmente político se reduz a algo que só existe enquanto materialidade – que só existe como corpo biológico. De fato, o “Muselmann” seria o que Agamben chama de “Paradoxo de Levi”: a única testemunha total possível, aquela que viveu integralmente a dimensão do horror e que, precisamente por causa disso, não pode prestar seu testemunho, pois o estágio último da desumanização empregada pelo opressor é a morte – ainda que a transformação de um sujeito em “Muselmann” não implique imediatamente na sua morte física, e sim na anulação de sua subjetividade. Os demais sobreviventes prestariam seu testemunho “por delegação” do “Muselmann”.²²⁷

Laub também argumentará nesse sentido: a “perda da capacidade de testemunhar para si mesmo e, desta forma, para testemunhar desde o interior [do extermínio] é, talvez, o verdadeiro significado da aniquilação, porque quando a história de alguém é abolida, sua identidade também deixa de existir”.²²⁸ O fato de que haja, ainda assim, testemunhos, seria fruto direto de um processo pelo qual o sobrevivente reclama sua posição como testemunha do horror, seja subjetiva ou publicamente (ou, frequentemente, nos dois níveis), de modo a resistir às perdas a que foi submetido: “os sobreviventes não só precisavam sobreviver para poder contar a sua história; eles também precisavam contar sua história de modo a sobreviver”.²²⁹

No caso chileno, também precisavam contar a sua história para sentir que recuperavam parte do que haviam perdido, inclusive a própria liberdade, devolvida com um profundo sentido de desilusão que transparecia quando os prisioneiros encontravam o “novo Chile” do lado de fora dos campos – precisavam contar porque sabiam que não estavam sozinhos, e que sua memória não deveria ser apenas sua. Relatar algo do que se vive em um lugar onde toda a dignidade é removida torna-se um esforço para estabelecer uma conexão social com o mundo, da forma que seja, para deixar um traço do ser humano aprisionado e humilhado, até mesmo quando não há razões concretas para pensar que essa

²²⁷ Giorgio Agamben. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.

²²⁸ Dori Laub. Truth and Testimony. The Process and the Struggle. *American Imago*, vol. 48, no. 1, Psychoanalysis, Culture and Trauma, Spring 1991, p. 82. Tradução própria. No original: “This loss of the capacity to be a witness to oneself and thus to witness from inside is perhaps the true meaning of annihilation, for when one’s history is abolished, one’s identity ceases to exist as well”.

²²⁹ Dori Laub. Truth and Testimony. The Process and the Struggle. *American Imago*, vol. 48, no. 1, Psychoanalysis, Culture and Trauma, Spring 1991, p. 77. Tradução própria. No original: “The survivors did not only need to survive so that they could tell their story; they also needed to tell their story in order to survive”.

conexão é possível, diz Judith Butler.²³⁰ Esse sentimento aparece, por exemplo, na introdução de *Testigo Presencial*, livro de Francisco Reyes que veio a público pela primeira vez em seu exílio no Equador, em 1981:

El hecho de que hoy me atreva a darlas [las experiencias] a conocer lo siento, antes que nada, como una liberación personal. Asimismo me asiste la convicción de que estas realidades con sus fantasmas no son sólo de mi pertenencia. No es que sobredimensione lo que puedan significar para los demás. Pero consideraré cumplida la tarea si más de alguien entiende, aunque sea sólo un poco mejor, lo que ocurre con el ser humano cuando una tragedia de las proporciones de la ocurrida en Chile se abate sobre él.²³¹

Com efeito, a importância conferida a um depoimento como o de Luis Alberto Corvalán Castillo, o mais antigo dentre os que destaco nesta investigação, demonstra que o peso público da memória do sobrevivente conferido pelo peso dado às vítimas da Shoah já permitia que uma tal elaboração ocorresse – tanto no seu caso como no de outros sobreviventes da Ditadura Chilena que, tão logo recobram a liberdade, puseram-se a escrever relatos que viriam a ser publicados em seguida, como Hernán Valdés. Jaume Peris Blanes observa que, no Chile, o período entre a instauração dos campos de concentração e a emergência de testemunhos a respeito deles é muito mais curto do que quando comparado às memórias do Holocausto – essa situação era facilitada porque, em meados dos anos 1970, a figura do sobrevivente já havia se tornado um elemento muito reconhecível. A um prisioneiro que saísse do Estádio Nacional, de Chacabuco ou de outro recinto de detenção estabelecido pelo regime pinochetista, era possível começar a escrever, até mesmo no interior da prisão se as condições permitissem (o que era raríssimo, mas chegou a haver), dentro de um código narrativo reconhecível, inscrevendo-se em uma tradição já fixada pelos testemunhos dos campos de concentração nazistas.²³²

O testemunho de Corvalán Castillo, escrito entre 1974 e 1975 (e publicado em 1976), também é significativo por não ver um fim em si mesmo – ele é consequência direta de um modelo de abertura à difusão de testemunhos de sobreviventes que passou a vê-los como guardiães de uma *verdade* que poderia merecer este nome, inclusive, do

²³⁰ Judith Butler. *Frames of War. When is Life Grievable?* London/New York: Verso, 2009, p. 59.

²³¹ Francisco Reyes. *Testigo Presencial*. 5. ed. Santiago de Chile: Fértil Provincia, 1991, p. 11.

²³² Jaume Peris Blanes. *La Imposible Voz. Memoria y representación de los campos de concentración en Chile: la posición del testigo*. Santiago: Cuarto Propio, 2005, p. 162.

ponto de vista jurídico. Os textos reunidos em *Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos*, afinal, incluem as denúncias e o depoimento que ele apresentou à Comissão Investigadora dos Crimes da Junta Militar no Chile, durante a sessão celebrada no México, em 1975. Que um testemunho com essas intenções existisse, e que a própria comissão tivesse lugar, eram realidades possibilitadas pela nova posição adquirida pelo sobrevivente, através de experiências anteriores quanto à forma de confrontar outros episódios brutais – dentre as quais o julgamento de Eichmann em Jerusalém é, provavelmente, a mais relevante.

Embora essa tradição de valorização da testemunha tenha permitido uma relativa rapidez para que esses depoimentos viessem à tona fora do país (e desde os primeiros dias do exílio chileno), dentro do Chile a situação seria sensivelmente distinta. Esses relatos até circulavam, mas em obras reproduzidas clandestinamente por organizações de esquerda, em documentos elaborados pela Vicaría de la Solidaridad ou, após o abrandamento da censura na virada da década de 1970 para a de 1980, nos primeiros trabalhos jornalísticos compilando depoimentos de ex-prisioneiros, em publicações periódicas ou livros. No entanto, que um depoimento em primeira pessoa, assinado por um sobrevivente, encontrasse espaço para circular com relativa liberdade no Chile, seria algo muito tardio em relação aos primeiros livros de testemunho publicados sobre a Ditadura Chilena – o pioneirismo nesse caso caberia à série *Un viaje por el infierno*, de Alberto Gamboa, que só sairia às ruas em fascículos ao longo de 1984. Na Alemanha pós-Holocausto, apesar de tudo, a população havia sido colocada diante de um processo imediato e intensivo de desnazificação dos espaços e debates públicos – no Chile, observa Yvonne Unnold, a possibilidade de vocalizar as violações de direitos humanos foi um processo demorado, que veio com muito atraso (mais que uma década em relação ao golpe, se considerarmos a obra de Gamboa como o ponto de partida), e ainda carente de uma autenticação e reconhecimento oficiais por parte do Estado, que só viriam gradativamente após a transição dos anos 1990.²³³ Segundo Unnold,

[u]ma grande diferença entre a literatura do Holocausto e o *testimonio* é que o *testimonio* se desdobra como um concorrente à história oficial, que busca

²³³ Yvonne Unnold. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002, p. 3.

desafiar a representação oficial. Aqui o contexto chileno é distintivo, porque nesse ambiente sociopolítico a “história oficial” prevalece apesar da mudança de governo. A versão oficial dos eventos continua a ser promovida por pinochetistas, e foi apenas em meses recentes²³⁴ que acusações e pedidos por justiça de vítimas e sobreviventes receberam atenção.²³⁵

Assim, se os sobreviventes dos campos de concentração nazistas tinham uma urgência de contar aquilo que os documentos não eram capazes de explicar (e que eles próprios encontrariam profundas dificuldades de colocar em palavras), e depois seriam chamados para, contra Eichmann, oferecer uma visão que os dados trazidos em Nuremberg haviam sido insuficientes para fornecer, no Chile a representação da ditadura teria um papel diferente: enquanto as testemunhas do Holocausto traziam um discurso “suplementar” àquele que havia se tornado hegemônico após o final da Segunda Guerra (acrescentando, sem dúvidas, novos elementos na representação dos horrores), as vítimas de uma ditadura como a chilena ofereciam um discurso “alternativo” sobre os acontecimentos que descreviam.²³⁶

O testemunho da repressão chilena e latino-americano, desse modo, pode ser mais bem entendido sob a chave conceitual do *testimonio* como gênero literário e memorialístico – esta elaboração testemunhal que busca contrariar a versão oficial, avançando a contrapelo, com frequência, mesmo após o fim das ditaduras. Embora identificado como um sucessor óbvio do testemunho de modo geral (inclusive, por certo, o oral), o *testimonio* literário pode ser delimitado, ainda que não totalmente definido, por algumas características. Para John Beverley, ele é uma narrativa impressa, contada por um narrador que também é um protagonista ou uma testemunha dos eventos ali descritos

²³⁴ Unnold escreve na virada do século XXI, em meio às sucessivas querelas judiciais contra Pinochet iniciadas em 1998, e um número cada vez maior de processos levados a cabo por sobreviventes e familiares de vítimas em consequência disso, além de uma pressão crescente pela investigação oficial dos episódios de tortura, preenchendo as lacunas deixadas pelo Informe Rettig – demanda que levaria à formação da Comissão Valech em 2003, fato posterior à publicação da obra cujo trecho é aqui citado.

²³⁵ Yvonne Unnold. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002, p. 9. Tradução própria. No original: “A main difference between Holocaust literature and *testimonio* is that *testimonio* unfolds as a contestant of official history, one which seeks to challenge the official representation. Here the Chilean context is distinctive, because in their sociopolitical environment the ‘official history’ prevails despite a change in government. The official version of events continues to be nurtured by *pinochetistas*; it is only in recently [sic] months that accusations and calls for justice from victims and survivors have received attention”.

²³⁶ Yvonne Unnold. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002, p. 87. No original: “Holocaust and dictatorship representation by victims differ in that the former assumes the role of a *supplementary* and the latter assumes the role of an *alternative* discourse on a social acknowledged fact”.

– eventos que, em geral, são uma experiência de vida significativa. O *testimonio* integra práticas tradicionalmente vistas como “literárias” e outras nem sempre consideradas assim (como a autobiografia, a entrevista, o relato de “testemunha ocular”), e também traz em si uma urgência inerente de fazer uma representação do que se pretende narrar²³⁷ – como uma espécie de porta-voz de outros que tiveram aquela experiência traumática. Dialogando com Stern, poderíamos dizer que a urgência do *testimonio* passa também pela busca de transformar aquela memória ali apresentada em uma memória emblemática. Nesta recordação, diz Beatriz Sarlo, o passado se faz presente – pois o tempo “próprio” dessa lembrança é o presente, tanto no sentido de ser o momento apropriado para a lembrança, quanto no de ser um tempo do qual a memória se apodera (na imagem da autora, apodera-se como um aroma – que nos assalta, muitas vezes mesmo sem ser convocado).²³⁸

Por se colocar como uma versão alternativa, o *testimonio* já nasce sob o pressuposto de que há uma outra versão prévia – a do referente que se quer combater com aquele texto, no caso, a narrativa oficial dos fatos. O testemunho que se narra dessa forma busca, então, exercer uma resistência contra uma autoridade que se considera ilegitimamente fundada (e que derivou em um autoritarismo), bem como à “realidade” oficial defendida por essa autoridade.²³⁹ O *testimonio* se coloca como a outra face de uma história que, acusa, a representação oficial deturpa, silencia ou nega.²⁴⁰ Desse enfrentamento também advém uma outra característica que, com frequência, é assumida por muitos *testimonios*, sobretudo aqueles publicados no imediato pós-golpe, durante os anos 1970, como primeiras denúncias feitas contra a Ditadura Chilena no exterior: conferindo-se a si mesmos um valor documental, como uma verdade mais forte e mais legítima que aquela do governo, muitos deles fazem um alerta imediato sobre a ausência de pretensões literárias de seus autores. O que se quer narrar ali, dirão vários desses textos

²³⁷ John Beverley. The Margin at the Center: On Testimonio (Testimonial Narrative). *Modern Fiction Studies*, v. 35, n. 1, 1989, p. 12-13.

²³⁸ Beatriz Sarlo. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo, una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012, p. 9-10.

²³⁹ Norberto Flores Castro. El relato testimonial de prisioneros políticos en Chile a partir de 1973. In: Norberto Flores Castro; Adolfo Bisama Fernández. *El Relato Testimonial Chileno 1973-1989*. Santiago de Chile: RIL, 2017, p. 28-34.

²⁴⁰ Yvonne Unnold. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002, p. 32.

(às vezes pela voz de terceiros, em prólogos e introduções apresentando a obra), é a verdade, e isso costuma se fazer com uma linguagem frequentemente coloquial, desprovida de artifícios muitas vezes identificados como distrações e floreios que poderiam tirar a credibilidade dos fatos puros.²⁴¹ Afinal de contas, uma longa tradição crítica nos inculcou que “devemos supor que a ficção é produzida primariamente para o entretenimento, e a não-ficção para o propósito de formação do conhecimento”.²⁴² Beatriz Sarlo comenta que, se já não é possível sustentar uma verdade – na medida em que a “verdade” final do campo seria a morte, só experienciada pela testemunha total que não pode mais relatar –, ainda assim florescem “umas verdades subjetivas que asseguram saber aquilo que [...] se considerava oculto pela ideologia ou submergido em processos pouco acessíveis à introspecção simples”.²⁴³ Quem fala talvez sinta que não pode falar plenamente do campo de concentração justamente por ter sobrevivido e não experienciado a totalidade do horror, mas também fala *porque* outros foram mortos em seu lugar.²⁴⁴

Em *Jamás de Rodillas*, testemunho de Rodrigo Rojas publicado em 1974, o escritor e ex-senador comunista Volodia Teitelboim introduz o texto afirmando: “en las páginas que siguen todo es descripción de la realidad, la verdad desnuda, que habla no de un drama individual sino de una enorme tragedia colectiva”.²⁴⁵ Em *Prigué*, de Rolando Carrasco, de 1977, cabe a Luis Corvalán (pai) fazer a apresentação, valendo-se de uma fórmula semelhante: o narrado naquele livro, diz o secretário-geral do Partido Comunista, é o que seu autor “vio y vivió, lo que sintió intensamente”, de modo que “esta es una

²⁴¹ Norberto Flores Castro. El relato testimonial de prisioneros políticos en Chile a partir de 1973. In: Norberto Flores Castro; Adolfo Bisama Fernández. *El Relato Testimonial Chileno 1973-1989*. Santiago de Chile: RIL, 2017, p. 55-56.

²⁴² Yvonne Unnold. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002, p. 32. Tradução livre. No original: “We are told that fiction and nonfiction are two different pots on the stove: A creative work of representation (fiction), seasoned for taste with a sprinkling of ‘real’ spices, may not be confused with a dish of purely wholesome, organic, yet raw historical vegetables. We are to suppose that fiction is issued primarily for entertainment, and non-fiction for the purpose of knowledge formation”.

²⁴³ Beatriz Sarlo. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo, una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012, p. 51. Tradução própria. No original: “Si ya no es posible sostener una Verdad, florecen en cambio unas verdades subjetivas que aseguran saber aquello que, hasta hace tres décadas, se consideraba oculto por la ideología o sumergido en procesos poco accesibles a la introspección simple.”

²⁴⁴ Beatriz Sarlo. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo, una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012, p. 43.

²⁴⁵ Volodia Teitelboim in Rodrigo Rojas. *Jamás de rodillas. Acusación de un prisionero de la Junta fascista de Chile*. Moscú: Editorial de la Agencia de Prensa Novosti, 1974, p. 7.

narración objetiva de los hechos. Es la pura verdad”.²⁴⁶ Na edição chilena de *Testimonio sufrido*, publicada no país em 1991 recuperando o texto original de 1979 (que veio à luz no exílio, na Venezuela), o autor Virgilio Figueroa argumenta que a obra havia sido bem acolhida no exterior porque “proviene de una verdad develada sin eufemismo alguno; sin ficciones ni exageración; incluso, descuidando el estilo al contar de los hechos”.²⁴⁷ Em seu *Testigo presencial*, de 1981, Francisco Reyes também faz questão de alertar os leitores de que, embora tenha escrito artigos e ensaios em sua vida, não tem pretensões literárias com seu relato, pois “no soy escritor en el sentido literal del término”.²⁴⁸ Uma colocação semelhante aparecerá na introdução à reedição de 2007 do testemunho de Luis Alberto Corvalán Castillo, quando Gustavo Ruz Zañartu exalta a capacidade do autor de fazer o leitor admirar a dignidade dos prisioneiros mesmo “sin ser escritor”.²⁴⁹

Mas, ainda que os *testimonios* guardem importantes aspectos em comum – os episódios de resiliência e de resistência sendo uma constante em qualquer época –, nem sempre o destaque dado pelos autores e leitores se dedicou aos mesmos aspectos. Jaume Peris Blanes atenta para as transformações nas condições de enunciabilidade do *testimonio*, as alterações na relação do que é dizível e indizível em uma época dada. Para ele, alguns momentos importantes modificam a genealogia dos testemunhos após o retorno à democracia: as Comissões da Verdade e seus informes, a abertura de processos jurídicos contra os militares e a detenção de Pinochet, em 1998, alterariam profundamente o tipo de demanda social que se faria sobre os relatos publicados a partir de então. Por outro lado, o *boom* memorialístico experimentado no Chile (tardamente) na década de 1990 também influenciaria a maneira como esses textos seriam apresentados à sociedade, com um tom cada vez mais reflexivo sobre o passado, sem a urgência da denúncia que marcou os momentos anteriores.²⁵⁰ Aos episódios trazidos por Peris Blanes para dizer que

²⁴⁶ Luis Corvalán. Introducción. In: Rolando Carrasco. *Prigué. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977b]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/intro.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

²⁴⁷ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 1.

²⁴⁸ Francisco Reyes. *Testigo Presencial*. 5. ed. Santiago de Chile: Fértil Provincia, 1991, p. 11.

²⁴⁹ Gustavo Ruz Zañartu. Nota del editor. In: Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 5. O trecho em questão: “Sin ser escritor, este joven agrónomo logra que sus lectores, al concluir la última página, no se compadezcan de una víctima, sino admiren la dignidad con que supo enfrentar a sus miserables carceleros y a los más miserables civiles y militares responsables del régimen más antipatriótico de la historia de Chile”.

²⁵⁰ Jaume Peris Blanes. *La Imposible Voz. Memoria y representación de los campos de concentración en Chile: la posición del testigo*. Santiago: Cuarto Propio, 2005, p. 158-159.

uma nova etapa se inaugura no fim do século XX, eu acrescentaria pelo menos outros dois, ocorridos durante a ditadura, que permitem subdividir os *testimonios* anteriores à queda de Pinochet: a Lei de Anistia de 1978 e – principalmente – o fim da censura prévia a livros, em 1984, que possibilitou a publicação de *testimonios* pioneiros dentro do país, embora com uma margem de liberdade muito menor para tratar das violações de direitos humanos do que nos relatos mais crus que já haviam circulado no exílio durante todo o decênio anterior. São períodos que se entrelaçam, mas também guardam diferenças importantes. Embora os limites sejam difusos, podemos propor uma série de fases para compreender melhor os temas que ganham mais proeminência em uma determinada época.

É sobre essa periodização e as razões para formulá-la desta maneira, fundamentais para a análise que faço das obras destacadas, que me debruço a seguir.

2. MOMENTOS DO TESTEMUNHO

2.1. Fases entrelaçadas

*Esse enunciado não se contenta em contar, em reportar, em informar, em descrever, em constatar [...], mas também faz no instante em que diz, não se reduz essencialmente a um relato, a uma relação narrativa ou descritiva, é um ato. A essência do testemunho não se reduz necessariamente à narração, isto é, às relações descritivas, informativos, ao saber ou ao relato; ela é, em primeiro lugar, um ato presente. O mártir, quando testemunha, não conta uma história, ele se oferece.*²⁵¹

Nem tudo o que é dizível em um momento podia ser afirmado antes – pelo menos, não dentro do país. Por outro lado, e talvez aqui resida a questão mais importante nessa reflexão, ainda que certos episódios pudessem ser narrados, eles quiçá não despertassem o mesmo interesse – e a mesma reação acalorada – da sociedade que viriam a despertar mais tarde. Jorge Montealegre, ele próprio um dos sobreviventes cujo *testimonio* analiso, identifica essa situação como uma série de “eclipses”: ao longo dos tempos, diferentes memórias ganham mais atenção do que outras. Fora do Chile, o primeiro foco de atenção será dedicado aos ex-prisioneiros que possuíam algum destaque público e à experiência que eles tiveram, já que serão as personalidades com mais potencial de serem ouvidas pelas comissões independentes e terem seus relatos editados no exterior.

Depois, começam a aparecer outras camadas: os desaparecidos e os executados são os que ganham o destaque subsequente, inclusive dentro do Chile (pela ação de organizações como o Comité Pro Paz e a Vicaría de la Solidaridad), e em seguida as vítimas menos destacadas da prisão política, os sobreviventes não tão notórios antes de sua detenção, ganharão uma voz. Muito depois entram em cena as memórias dos familiares das vítimas e outras pessoas que, indiretamente, foram prejudicadas pela brutalidade do regime – aqueles que, perante a lei e nas aparências cotidianas, talvez nunca viessem a ser consideradas vítimas. E, pouco a pouco, os temas tratados pelos sobreviventes dos campos também passam a ganhar nuances que em um primeiro momento eram engolidas pela necessidade da denúncia. Como diz Montealegre, é compreensível que episódios cotidianos – como, ele sugere, jogar xadrez dentro da prisão

²⁵¹ Jacques Derrida. *Demeure. Maurice Blanchot*. Paris: Galilée, 1998, p. 44. Tradução própria. No original: “cet énoncé ne se contente pas de raconter, de rapporter, d’informer, de décrire, de constater – ce qu’il fait aussi –, il fait à l’instant ce qu’il dit, il ne se réduit pas essentiellement à un rapport, à une relation narrative ou descriptive, c’est un acte. L’essence du témoignage ne se réduit pas nécessairement à la narration, c’est-à-dire aux rapports descriptifs, informatifs, au savoir ou au récit; c’est d’abord un acte présent. Le martyr, quand il témoigne, il ne raconte pas d’histoire, il s’offre”.

– passem despercebidos nessa sequência de prioridades em que uma se interpõe a outra, deixando-a temporariamente à sombra.²⁵² Mas, para muitos prisioneiros, esse jogo de xadrez (ou a observação das estrelas mencionada por Luis Henríquez no *Nostalgia de la luz* de Patricio Guzmán, ou o jornal mural tão caro a Alberto Gamboa, ou o concurso de poesias vencido pelo próprio Montealegre...) pode ter sido vital: a diferença entre ceder ao *caldo de cabeza* e manter a fortaleza mental para resistir.

Como atesta Montealegre, os detalhes cotidianos (triviais, perturbadores, extravagantes) aparecem nas memórias dos sobreviventes, mas não são requeridos nem considerados significativos no estabelecimento da “memória oficial” do pós-ditadura. Embora as iniciativas dos governos de transição, mesmo com todas as suas falhas, não façam parte de uma política de amnésia deliberada como a que ocorria na ditadura (não se pode negar que, apesar das incompletudes, o estabelecimento de algo como a Comissão Rettig é uma medida pró-memória), as narrativas chanceladas pelos relatórios do governo ainda assim competem por audiência e visibilidade com aquelas memórias antes alternativas e, agora, eclipsadas.²⁵³ Um reflexo mais claro disso será a já discutida redução simbólica do círculo de vítimas, no discurso público, a um universo que só inclui aquelas que sofreram a violência máxima (a morte e o desaparecimento), obnubilando – pelo menos até o estabelecimento da Comissão Valech – a experiência do torturado que sobreviveu. Outro reflexo, menos evidente, mas ainda assim marcante, será a emersão muito tardia da valorização do cotidiano da prisão, dos pequenos atos que ajudavam a “combater a loucura” diária.

Narrar essa cotidianidade foi estratégico para os testemunhos em qualquer tempo, como uma maneira de reivindicar socialmente a humanidade que a ditadura tentava tolher e destruir, e esses episódios aparecem como um fio a conectar os *testimonios* dos diferentes períodos que proponho – mas, ofuscados pelos aspectos mais explícitos da violência e da resistência vivenciados na prisão, eles só se tornam centrais nos textos que virão posteriormente, mesmo não sendo ausentes nos relatos mais antigos. O que farei neste e no próximo capítulo se relaciona com isso: primeiro, delinear as circunstâncias

²⁵² Jorge Montealegre. *Memorias Eclipsadas. Duelo y resiliencia comunitaria en la prisión política*. Santiago de Chile: Asterión, 2013, p. 154.

²⁵³ Jorge Montealegre. *Memorias Eclipsadas. Duelo y resiliencia comunitaria en la prisión política*. Santiago de Chile: Asterión, 2013, p. 161-162.

específicas de cada período aqui proposto e como elas transparecem nas obras escolhidas para simbolizar cada fase; depois, identificar e analisar a permanência desse combate à desumanização que permanece presente em testemunhos separados por três décadas, ao mesmo tempo em que discuto a maneira que essa luta se relaciona com – e, às vezes, transforma e é transformada por – demandas imediatas do momento em que os textos vêm à luz.

O *testimonio* e o *testigo* são, afinal, mutáveis. No que diz respeito a este último, é possível, com Dori Laub, falar em pelo menos três níveis distintos em que se vivencia a experiência: como uma testemunha direta do acontecimento; como uma testemunha dos testemunhos de outros; e como uma testemunha do próprio processo de prestar um testemunho²⁵⁴ – sendo que os dois últimos níveis envolvem uma incorporação da experiência alheia como algo vivenciado por si mesmo, e normalmente são mais visíveis em *testimonios* posteriores, que bebem dos relatos já conhecidos publicados nos anos e décadas que precederam o novo relato em questão. Já em relação ao testemunho em si, por ser este baseado na memória, sempre se corre o risco de alguma perda, intencional ou acidental, durante o processo de recordação do acontecimento que se quer narrar. Há uma apropriação do passado pela cultura e pelas condições do presente, e o que se faz é antes uma *representação* do que uma *reconstrução* desse passado.²⁵⁵

Os testemunhos, argumenta Annette Wieviorka, particularmente quando são produzidos como parte de um movimento cultural mais amplo, recuperam uma experiência individual, mas na mesma medida eles expressam e reverberam o discurso valorizado pela sociedade naquele momento em que estão sendo prestados: embora versem sobre o mesmo grande tema de fundo com um objetivo primordial (no caso do Holocausto, tentar demonstrar como aquela experiência havia sido irredutivelmente única em seu horror; no caso da Ditadura Chilena, evidenciar a realidade brutal e injusta a que haviam sido submetidos os prisioneiros desumanizados pelo regime), eles demonstram isso usando a linguagem específica da época em que são produzidos – e o fazem respondendo a questões e expectativas motivadas por preocupações muitas vezes

²⁵⁴ Dori Laub. Truth and Testimony. The Process and the Struggle. *American Imago*, vol. 48, no. 1, Psychoanalysis, Culture and Trauma, Spring 1991, p. 75-76.

²⁵⁵ Jaime Peris Blanes. *La Imposible Voz. Memoria y representación de los campos de concentración en Chile: la posición del testigo*. Santiago: Cuarto Propio, 2005, p. 178.

ideológicas, contingentes e, do mesmo modo, próprias do período em que o relato emerge.²⁵⁶

No caso chileno, nas três décadas entre o Golpe de 11 de setembro de 1973 e as efemérides pelo seu trigésimo aniversário, em 2003, que correspondem ao recorte dos *testimonios* que analiso em detalhe, argumento pela existência de três momentos primordiais – dos quais as obras de Luis Alberto Corvalán Castillo, Alberto Gamboa e Jorge Montealegre são exemplares significativos.

2.2. 1973-1983: A denúncia exilada

O primeiro desses períodos, em que nasce a obra de Corvalán Castillo, pode ser identificado entre o ano do golpe e meados dos anos 1980: a época em que predominam os relatos publicados originalmente no exílio, diante do impedimento legal de se prestar esse tipo de depoimento dentro do país. O Chile derrotado, o país dos militantes, agora precisa ser definitivamente eliminado no entendimento do governo ditatorial: não de forma total ou física, pois a força de trabalho do que compunha o movimento popular ainda é necessária, mas eliminado como uma alternativa viável para o país que se quer construir nesse “novo momento”.²⁵⁷ Enquanto silencia a dissidência, a ditadura também se empenha para que a situação seja encarada como uma normalidade: há, nos primeiros meses, uma repressão sem limites e altamente irregular, mas que rapidamente – Hugo Frühling, por exemplo, situa essa transição tão cedo como julho de 1974, após a criação da DINA – dá lugar a um momento repressivo mais seletivo, que também confere uma aparência de maior normalidade ao que se passa no país.²⁵⁸

A fase “seletiva” da repressão a torna mais eficiente em seu aniquilamento da militância mais organizada e com potencial de se manter mobilizada (e armada) no pós-golpe, mas o momento inicial de perseguição indiscriminada ajuda a criar um cenário em que o medo se estende por toda a sociedade. O governo impede que os relatos

²⁵⁶ Annette Wieviorka. *The Era of the Witness*. Ithaca: Cornell University Press, 2006, p. XII.

²⁵⁷ Ximena Barraza. Notas sobre la vida cotidiana en un orden autoritario. *Araucaria de Chile*, n. 11, Madrid, 1980, p. 57.

²⁵⁸ Hugo Frühling. Stages of Repression and Legal Strategy for the Defense of Human Rights in Chile: 1973-1980. *Human Rights Quarterly*, vol. 5, no. 4, 1983, p. 519-522.

transpareçam, mas o simples desaparecimento de um indivíduo coloca o entorno da vítima em uma situação de profunda incerteza sobre o destino daquela pessoa²⁵⁹ – o regime, assim, consegue produzir uma série de vítimas indiretas, atemorizadas. O perigo e a violência, colocados como uma possibilidade real já no próprio 11 de setembro, “seriam tão onipresentes e intimidatórios que os críticos potenciais presumivelmente passarão do terror à apatia, uma espécie de rechaço ativo do conhecimento e da preocupação pela política como atividade legítima”.²⁶⁰

A sociedade, então, é cercada simbolicamente pelo mesmo arame farpado que rodeia os campos de concentração. A efetividade da ordem autoritária não está na realização da violência física sobre *todos*, mas sim na comprovação de que *qualquer um* pode ser uma possível vítima, mesmo sem exercer uma oposição ativa: “[a violência] se introduz sob a pele de cada um. Detenções, torturas, desaparecimentos, compõem o horizonte do possível das experiências sociais e da imaginação individual”.²⁶¹ A imagem do *Cerco de Púas* utilizada por Aníbal Quijada em seu *testimonio* romanceado sobre a prisão política (publicado nesta época, em 1977, e, como seus contemporâneos, difundido primeiramente no exílio) também se aplica globalmente ao todo do Chile, com o objetivo não apenas de desarticular os opositores em potencial, mas também produzir sujeitos novos, dóceis e moldáveis pelo poder.²⁶² “Comprendí después que no estaba libre. Había un cerco que salía de los centros de detención y se prolongaba afuera rodeando la ciudad. Podía verse en las calles alrededor de cada casa, circundando a las personas, con sus púas bien dispuestas”, escreve Quijada.²⁶³

Uma restrição que se manifestava nas patrulhas de agentes à paisana, nas armas de soldados e policiais fardados, nas listas de delatores. A impressão da vigilância total

²⁵⁹ Tomás Moulian. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago de Chile: LOM/Arcis, 1997, p. 187.

²⁶⁰ Steve J. Stern. *Recordando el Chile de Pinochet. En vísperas de Londres 1998*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2009, p. 70. Tradução própria. No original: “El peligro y la violencia serían tan omnipresentes e intimidatorios que los críticos potenciales presumiblemente pasarán del terror a la apatía, una especie de rechazo activo del conocimiento y la preocupación por la política como actividad legítima”.

²⁶¹ Ximena Barraza. Notas sobre la vida cotidiana en un orden autoritario. *Araucaria de Chile*, n. 11, Madrid, 1980, p. 58. Tradução livre. No original: “Es así que la violencia permea toda la sociedad y se introduce bajo la piel de cada uno. Detenciones, torturas, desaparecimientos componen el horizonte de lo posible de las experiencias sociales y de la imaginación individual”.

²⁶² Jaime Peris Blanes. Una poética de las ruinas: testimonio y alegoría de Aníbal Quijada. *Revista Chilena de Literatura*, n. 74, abril 2009, p. 113).

²⁶³ Aníbal Quijada. Cerco de púas. In: _____. *Cerco de púas*. La Habana: Casa de las Américas, [1977u]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap20.html> Acesso em 20 fev. 2018.

mesmo fora da prisão, por sinal, surge nos relatos de muitos prisioneiros que eventualmente são libertados e retornam a um país muito diferente daquele onde a efervescência do embate político-partidário marcava o dia a dia até o golpe. “Compañero, cuando una llega detenida, siente orgullo. No teme que la vean. Cuando sale, con una frazada o un poncho al brazo, con una compañera al lado, sale satisfecha porque se encuentra capaz de afrontar muchas cosas”, diz uma ex-detida a Sergio Villegas. “Pero cuando una vuelve a la casa, comienza de nuevo el temor”.²⁶⁴

Para Hernán Valdés, essa situação se colocava como se houvesse dois Chiles coexistindo: aquele que a ditadura tentava vender ao mundo, a nação “normalizada” em poucos meses após a derrubada de Allende, e o do medo constante que todos sentiam, mas não podia ser manifestado. Havia um “conhecimento popular da memória”, como escreve Steve Stern, constituído pelos “fatos, histórias, rumores e significados” experimentados pessoalmente ou escutados de outros, e repassados de boca a boca naquele momento.²⁶⁵ Mas não existia, legalmente, uma circulação dessas experiências através de *testimonios* revelando em detalhes o que sistematicamente ocorria naquele Chile esmagado. Assim, permeada pelo temor que cada um sente na intimidade – mais ainda se tem alguma proximidade com vítimas diretas da perseguição – “la vida en la ciudad prosigue como si nada. La música, las comunicaciones, los desplazamientos humanos en las calles no dejan entrever ningún drama. Se ha omitido el drama, se lo ha estrangulado. Hay dos países ahora, y uno es subterráneo”.²⁶⁶

A denúncia, mais ainda em forma de uma obra escrita, não é aceitável nesse novo Chile. Livros, afinal, poderiam ser utilizados como um “instrumento de corrosão de mentes” e, sobretudo, de difusão de um “marxismo apátrida”, o que desde o primeiro momento levou a uma censura, autocensura e destruição de volumes em todo o país. Obras consideradas legais e legítimas até o momento do golpe passam a ser vistas como

²⁶⁴ Sergio Villegas. Lo que importa es lo que viene. In: _____. *El Estadio. Los crímenes de la Junta Militar*. Buenos Aires: Cartago, [1974g]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/villegas/seis.html> Acesso em 20 fev. 2018.

²⁶⁵ Steve J. Stern. *Recordando el Chile de Pinochet. En vísperas de Londres 1998*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2009, p. 106.

²⁶⁶ Hernán Valdés. *Tejas Verdes. Diario de un campo de concentración en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: Taurus, 2017, p. 25.

suspeitas.²⁶⁷ Tornaram-se simbólicas dessa repressão inicial as fogueiras de livros, trazendo assustadores ecos do nazismo: uma das imagens mais emblemáticas seria o contraste entre a fotografia de uma queima ocorrida em Santiago e a notícia da morte de Pablo Neruda, na capa da edição de 24 de setembro de 1973 de *El Mercurio*, com os dois fatos dividindo espaço – e a destruição da “literatura marxista” ganhando maior destaque que o falecimento do Prêmio Nobel chileno, histórico militante comunista. O temor de ser pego com literatura suspeita faz com que muitos chilenos acabem de imediato cedendo aos desígnios do regime e destruindo, a contragosto, livros que possam vir a lhes causar problemas.²⁶⁸ É um período, enfim, em que a atividade editorial no Chile não se resume à sua função e riscos habituais – à condição de uma aposta tanto cultural como econômica que se assume ao imprimir e vender um determinado livro –, mas também implica um risco pessoal de perseguição para os envolvidos na publicação de quaisquer livros.²⁶⁹ Embora os riscos não desapareçam depois disso, esse período pode ter um fim tentativamente delimitado em uma data situada um decênio após o golpe: o abrandamento da censura prévia em meados de 1983, que permitiu a difusão de obras críticas e reveladoras sobre o pinochetismo – ainda que, evidentemente, persistissem limitações a esse trabalho pelo menos até a entrega da presidência a Patricio Aylwin.

Enquanto a censura prevaleceu, porém, o coração da produção e divulgação de *testimonios* por sobreviventes da repressão no Chile seriam as obras realizadas no exílio. Nascidos da urgência de relatar o que se passava no país, esses primeiros textos são escritos rapidamente. Hernán Valdés escreve seu famoso *Tejas Verdes* em apenas um mês e meio. Luis Alberto Corvalán Castillo, do mesmo modo, também faz um relato frenético – em seu caso, argumentam pessoas próximas, não apenas pela urgência de denunciar, mas por um sentimento (que se provaria acertado) de que poderia ser surpreendido pela morte a qualquer momento: “decidió, entonces, emplear febrilmente cada minuto de su exilio para denunciar el infierno que vivía el pueblo chileno y las atrocidades que soportaron los presos políticos bajo la dictadura”, escreve Gustavo Luz Zañartu na

²⁶⁷ Manuel Sepúlveda Contreras et al. *¿Apagón cultural? El libro bajo la dictadura*. Santiago de Chile: Editorial Asterión, 2017, p. 19.

²⁶⁸ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 29.

²⁶⁹ Manuel Sepúlveda Contreras et al. *¿Apagón cultural? El libro bajo la dictadura*. Santiago de Chile: Editorial Asterión, 2017, p. 20.

introdução à reedição de 2007 do *testimonio* de Corvalán.²⁷⁰ De fato, mesmo após ser internado em um sanatório quando sua saúde piorou, Luis Alberto seguiu investido sobre seu relato, que acabaria inconcluso. Ao longo de toda a década de 1970, essas obras são publicadas na Espanha, na Venezuela, no Equador, e mesmo em países que não falam espanhol mas editam nessa língua, como a Bulgária ou a União Soviética, e refletem a solidariedade internacional com os prisioneiros políticos que haviam escapado das garras de Pinochet e seu aparato repressor.



Imagem 2. Capa da edição de 24 de setembro de 1973 de *El Mercurio*. À esquerda, embaixo, o registro de militares queimando obras “subversivas” ocupa um espaço maior que a chamada para a nota sobre a morte de Pablo Neruda. Fonte: Reprodução.

²⁷⁰ Gustavo Ruz Zañartu. Nota del editor. In: Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 5.

Esses livros ganham numerosas reedições nos países em que são publicados originalmente, mas, dentro do Chile, só podem circular clandestinamente, em edições reproduzidas a mimeógrafo – isso ocorre, também, com o *Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos*, de Corvalán Castillo, que ganha uma edição realizada pelas Juventudes Comunistas. A difusão interna dos relatos exilados ajudará a tornar visível a realidade dos campos, mesmo que no círculo restrito da militância que tenta resistir, além de gerar um intercâmbio entre os setores de esquerda fora do Chile e aqueles que operam no país.²⁷¹ Mesmo assim, a violência da ditadura não permitirá que esses testemunhos iniciais encontrem um eco no sentido de dar centralidade aos sobreviventes dentro do país – os primeiros testemunhos publicados legalmente em solo chileno virão em meados dos anos 1980, e só se pode falar em algo semelhante a um *boom* de memória no país a partir do final da década seguinte.

Pela condição e momento em que são escritos, esses livros publicados na primeira década após o golpe são marcados desde logo por um forte tom de denúncia, um ímpeto por revelar uma verdade suspeitada no exterior, conhecida pelos sobreviventes e pelas organizações de direitos humanos, mas tergiversada no discurso oficial do regime. A intenção de transformar a experiência individual narrada em um relato mais amplo e que represente o sentimento de “todos” os chilenos, como uma “memória emblemática”, também aparece em grande parte das obras dessa época: “a memória emblemática conta não só o que aconteceu à minha família, aos meus amigos e meus camaradas: fala do que aconteceu com o Chile e os chilenos. Quer dizer, minha história pode servir como emblema de uma história mais ampla”.²⁷²

Com frequência, ainda, os textos argumentam por sua ausência de pretensão literária, pela despreocupação estilística, e traçam exaltações à militância política de forma bem mais marcada do que nas décadas seguintes. O texto adquire uma função

²⁷¹ Jaume Peris Blanes. *Historia del Testimonio Chileno. De las estrategias de denuncia a las políticas de memoria*. Quaderns de Filologia, Anejo LXIV, Universitat de Valencia, 2008, p. 177.

²⁷² Steve J. Stern. *Recordando el Chile de Pinochet. En vísperas de Londres 1998*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2009, p. 106. Tradução própria. No original: “La memoria emblemática cuenta no sólo lo que le pasó a mi familia, a mis amigos e a mis camaradas: habla de lo que les pasó a Chile y a los chilenos. Es decir, mi historia puede servir como emblema de una historia más amplia.”

propagandística²⁷³: por um lado, revela o horror vivido no cárcere; por outro, destaca o valor dos socialistas e comunistas presos (não somente um valor humano, mas uma superioridade moral advinda da própria militância: as cores sombrias e negativa dos militares são reforçadas, enquanto a valentia a toda prova dos prisioneiros ligados a um partido aparece a cada tanto). Em busca de referências conhecidas para que o leitor internacional compreenda os horrores da prisão no Chile, também são frequentes as comparações dos militares chilenos com os nazistas, e da prisão política pinochetista aos campos de extermínio do Holocausto. Essa analogia, assim como a linguagem mais explícita utilizada por esses testemunhos urgentes, é algo que se verá de forma muito mais esparsa quando os *testimonios* puderem ser veiculados dentro do país, mesmo após a redemocratização. Nesse novo momento, a partir de meados dos anos 1980, os fatos serão relatados a partir de uma nova chave de representação – interagindo com outras expectativas quanto ao presente e ao futuro chileno, mais influenciados pela perspectiva da transição democrática do que pela derrubada do regime que, então, encontrava dificuldades para se sustentar.

2.2.1. Luis Alberto Corvalán Castillo, o filho do secretário-geral

Luis Corvalán era um dos nomes mais proeminentes da esquerda chilena no momento do Golpe de 1973. Secretário-geral do Partido Comunista do Chile desde que a sigla havia saído da clandestinidade quinze anos mais cedo e, também, senador, Corvalán tinha se notabilizado por dotar o PCCh de uma face de moderação – de fato, pode-se dizer que, no caminho para o 11 de setembro, os comunistas haviam assumido uma posição muito mais próxima do que defendia Salvador Allende em termos de transição pacífica do modelo chileno do que o próprio Partido Socialista, ao qual o presidente pertencia. No PS, o secretário-geral Carlos Altamirano vinha adotando um tom de confronto às vésperas do golpe.²⁷⁴ O passado do PCCh, no entanto, a longa ilegalidade em que seus partidários

²⁷³ Adolfo Bisama Fernández. Estrategias textuales y paratextuales del relato testimonial. In: Norberto Flores Castro; Adolfo Bisama Fernández. *El Relato Testimonial Chileno 1973-1989*. Santiago de Chile: RIL, 2017, p. 98-101.

²⁷⁴ Alain Touraine. *Vida e Morte do Chile Popular*. Amadora: Bertrand, 1974, p. 186.

havam sido jogados em um momento ainda muito recente na memória política chilena, tornava-os um alvo fácil e óbvio do regime nascente.

Não só os membros do Partido, na realidade, mas todos os que os rodeavam. Corvalán, o pai, já tinha uma vaga expectativa do que os aguardava. Por vezes, chegava a brincar com a familiaridade que era a experiência de ser um comunista no Chile e estar preso uma vez mais – quando perguntado por um amigo preso o que fazia no campo de concentração de Ritoque²⁷⁵, logo emendou: “veraneando, pues”.²⁷⁶ Nos tempos da clandestinidade do PCCh, havia sido um dos desterrados nos campos de concentração de Pitrufuquén e Pisagua, versões rudimentares do que o pinochetismo traria. A tal ponto que, de início, chegou a comparar a experiência em uma carta enviada ao filho, Luis Alberto:

Hoy tu pequeño hijo Diego tiene la misma edad que tú tenías cuando fuimos perseguidos por la dictadura de González Videla en 1949 y yo fui relegado a Pisagua. Ese periodo quedó atrás. Del mismo modo, esta noche negra será superada por la unidad de las fuerzas del pueblo. Así tu hijo crecerá en una nueva sociedad que construya la felicidad para todos.²⁷⁷

A carta, com trechos censurados, havia atravessado milhares de quilômetros no estreito mapa chileno: vinha de Dawson, a gélida ilha na região patagônica para onde os presos políticos mais proeminentes (a alta hierarquia, chamados jocosamente de *los jefarcas* pelos militares) da UP haviam sido levados em isolamento, e chegara a Chacabuco, no outro extremo, o Atacama, onde os prisioneiros políticos com menos poder sobre os partidos derrubados foram confinados a partir de novembro de 1973. Adolfo Cozzi, que esteve preso com Luis Alberto, registra o momento em que o companheiro leu a carta na prisão. “Tuvimos la convicción que [Luis Corvalán] quería asegurarle a *Coné*²⁷⁸ una larga vida de lucha, como la que él, viejo lindo, luchador

²⁷⁵ O campo de Ritoque, na região de Valparaíso, era um dos balneários populares criados durante o governo de Salvador Allende, com o objetivo de receber trabalhadores de poucos recursos no período de férias. Após o golpe, foi mais um local convertido pelos militares em recinto de detenção para os prisioneiros políticos.

²⁷⁶ Rolando Carrasco. Ritoque. In: _____. *Prigué. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977v]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap20.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

²⁷⁷ Luis Corvalán. Cartas de Luis Corvalán a sus hijos. In: Sergio Vuskovic Rojo. *Dawson*. Madrid: Michay, [1984aj]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap33.html> Acesso em 20 fev. 2018.

²⁷⁸ *Coné* era um apelido que derivava diretamente do pai. Luis Corvalán era chamado *Condorito* pelos amigos, uma referência ao principal personagem do gibi homônimo, o mais famoso do Chile. Segundo o historiador Gabriel Salazar, colega de prisão do secretário-geral em Tres Alamos, a alcunha teria a ver com

incansable, había vivido, porque esas cosas ya habían pasado en la historia de Chile”, escreve. Mas acrescenta, em seguida: “aunque no con la brutalidad de ahora”.²⁷⁹ De fato, o tom esperançoso das mensagens que Corvalán repassava ao filho não parecia contar com o novo tipo de repressão que o Chile começava a viver. Como relatam outros colegas de prisão, conforme o tempo passou, o líder dos comunistas foi tomando consciência de que aquilo não tinha paralelo com as perseguições anteriores. Jorge Montes registra: “Corvalán sentía, poco a poco, crecer el peso de su arresto. No tanto por sí mismo. Pensaba en el Partido. El golpe estaba dirigido a la cabeza del movimiento obrero, al corazón de la resistencia”.²⁸⁰ Logo o peso da prisão se manifestaria, também, na dor pelo destino de seu filho.

É impossível contar a história de Luis Alberto, e chegar ao seu relato, sem passar pelo pai: mesmo os testemunhos alheios que os mencionam são construídos a partir dessa relação – não há Corvalán Castillo sem Corvalán Lepe, não há *Coné* sem *Condorito*. E a sanha dos militares, de maneira similar, será particularmente feroz com Luis Alberto por ser ele filho de quem era. “O filho do tigre tinha que sair listrado”, descreve Rodrigo Rojas²⁸¹, referindo-se a um ditado popular, para exaltar a militância do companheiro de prisão – e sua resistência às torturas brutais que sofre. “Al parecer, la reciedumbre y entereza del joven agrónomo comunista había impresionado a sus carceleros”, relata, reforçando que o torturaram com mais ódio “por el delito de ser hijo de Luis Corvalán”.²⁸² Muitos dos *testimonios* que mencionam a convivência com Luis Alberto fazem questão de reforçar esse ponto, principalmente aqueles publicados após sua morte precoce. Em seu momento, a morte de Corvalán Castillo adquiriu certa fama nas redes de solidariedade

o aspecto “popular” de Corvalán em todos os sentidos da palavra: “Por isso o chamávamos *Condorito*. Tinha um aspecto popular; falava com uma linguagem popular, conceitos muito simples, muito claros”. Cf. Cooperativa. Gabriel Salazar: Luis Corvalán fue líder popular en todo el sentido de la palabra. *Cooperativa.cl*, 21 jul. 2010. Disponível em <<https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/politica/partido-comunista/gabriel-salazar-luis-corvalan-fue-lider-popular-en-todo-el-sentido-de/2010-07-21/192021.html>> Consultado em 21 mar. 2020. *Coné*, por sua vez, era o sobrinho de *Condorito* nos quadrinhos, uma “versão em miniatura” do personagem-título, como muitos acreditavam que Luis Alberto fosse em relação ao pai.

²⁷⁹ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 54.

²⁸⁰ Jorge Montes. Capítulos XLI-L. In: _____. *La luz entre las sombras*. Barcelona: Bruguera, [1980h]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap41.html> Acesso em 20 fev. 2018.

²⁸¹ Rodrigo Rojas. *Jamás de rodillas. Acusación de un prisionero de la Junta fascista de Chile*. Moscú: Editorial de la Agencia de Prensa Novosti, 1974, p. 43.

²⁸² Rodrigo Rojas. *Jamás de rodillas. Acusación de un prisionero de la Junta fascista de Chile*. Moscú: Editorial de la Agencia de Prensa Novosti, 1974, p. 43.

internacionais, nas vozes dos chilenos que tiveram que sair de sua terra e, conseqüentemente, nos livros que eram publicados por eles no exterior.



Imagem 3. Reprodução de recorte de jornal sobre dia de visitas na prisão política do Estádio Nacional. Luis Alberto Corvalán Castillo aparece na imagem, conversando através das grades com sua mãe, Lily.

Fonte: Corvalán (1997, p. 152).

Luis Alberto teria “méritos” próprios, sem dúvidas, para ser um alvo primordial da ditadura mesmo sem os laços familiares. Havia militado nas Juventudes Comunistas desde o início da década de 1960, tinha sido dirigente universitário na Federação dos Estudantes da Universidade do Chile (FECH) e, diplomado havia pouco como engenheiro agrônomo, também virou funcionário do governo, o que costumava colocar qualquer um no topo da lista na fase da perseguição indiscriminada: após a graduação, passou a trabalhar no setor responsável pelo plantio e fornecimento de milho para alimentar os animais mantidos pela Empresa Nacional Avícola, organização estatal criada pelo governo Allende em setembro de 1971 para melhorar o abastecimento de carne branca no

país.²⁸³ Ainda assim, as relações de sangue e afetivas só contribuíram para torná-lo um alvo ainda maior: Luis Alberto era casado com Ruth Vuskovic, filha de Pedro Vuskovic, ministro de Economia no primeiro ano e meio do governo Allende e idealizador do plano econômico que guiou as nacionalizações de setores-chave durante a gestão da UP.

Os cenários primordiais da prisão política de Corvalán Castillo são o Estádio Nacional e, após a evacuação desse recinto em novembro de 1973, o campo de concentração de Chacabuco. Ele é preso quase imediatamente após o golpe, em 14 de setembro. Sua esposa terá o mesmo destino cinco dias depois. Diego, o filho, ficaria sob os cuidados de vizinhos, salvo “gracias a la solidaridad del pueblo que lo protegió”, como descreve romanticamente a líder comunista Gladys Marín, no prólogo original de *Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos*.²⁸⁴

Nos textos de outros companheiros de prisão que o mencionam, destacam-se, por um lado, as memórias sobre o seu estado físico após bárbaras sessões de tortura e, por outro, o elogio à extrema generosidade que demonstrava apesar dos sofrimentos que lhe eram impostos. No estilo típico dos relatos desse período, com descrições sem meias palavras dos horrores que urgia revelar, Virgilio Figueroa narra em seu *Testimonio Sufrido*, de 1979, um dia em que Corvalán Castillo teria passado oito horas sob tortura, ao lado de outros dois prisioneiros – um deles, por sinal, o jornalista Alberto Gamboa. A tortura com corrente elétrica fez deles, diz Figueroa, um verdadeiro trapo (*guiñapo*) humano e, ao voltar, “cada uno iba tendido en una frazada, por no poder caminar. Los conducían sus compañeros de camarín, llamados desde el velódromo”.²⁸⁵

Para o próprio Luis Alberto, os interrogatórios constituíam “la fase más importante para los fascistas”, de tal modo que todo o manejo, disposições e medidas do campo de concentração eram feitos no sentido de preparar os prisioneiros para eles.²⁸⁶ Havia um “plano de preparação”, escreve o jovem comunista, que bebia da experiência dos campos nazistas, da guerra imperialista do Vietnã, dos Esquadrões da Morte do Brasil e de muitas outras experiências repressivas acumuladas ao redor do mundo pelo poder

²⁸³ Luis Corvalán. *De lo vivido y lo peleado*. Memórias. Santiago de Chile: LOM, 1997, p. 142.

²⁸⁴ Gladys Marín. Prólogo. In: Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 7.

²⁸⁵ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 139.

²⁸⁶ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 31.

imperialista e transmitidas aos oficiais latino-americanos nas academias militares do Panamá e do Texas. Nesse plano, valiam todas as armas: frio, fome, falta de comunicação, medo, incerteza, as situações vexatórias e as várias sortes de suplícios que o cotidiano da prisão proporcionava. “El plan de preparación apunta a llevar al prisionero al punto crítico de la resistencia humana y, de ese modo, conseguir un hombre débil, enfermo, lleno de angustia y desesperación, quebrado física y moralmente”.²⁸⁷

Ao mesmo tempo, nada era por acaso. A tortura ia além do físico, chegando ao psicológico, incluindo falsos rumores de que, eventualmente, seriam agraciados com uma anistia generalizada que os permitisse deixar a prisão, um alívio, mesmo que o exílio viesse a ser o destino seguinte – tudo, no entanto, ilusões para que os prisioneiros baixassem a guarda e se tornassem mais vulneráveis. Nenhum detalhe ficava intocado, relata Luis Alberto sobre o que viveu, e cada ação dos militares tinha um mesmo objetivo: “disminuir física y moralmente al prisionero, llevarlo al borde de la locura, al punto crítico de la resistencia humana; llevarlo a la delación o al suicidio”.²⁸⁸

Essas descrições detalhadas também atuarão como um elemento a mais para exaltar o valor dos militantes que, a despeito dessas provações, não se deixarão quebrar pela repressão. Com efeito, Corvalán Castillo parece ter compreendido tão bem a necessidade de não se deixar mergulhar na depressão do cárcere, chamada pelos prisioneiros chilenos de *caldo de cabeza*, que mesmo tendo uma noção muito clara de seus sofrimentos – os quais descreveria à Comissão Investigadora no México, e incluiria em seu livro – jamais os revelou ao pai. Luis Corvalán só saberia das torturas sofridas pelo filho muito mais tarde, através dos relatos orais e escritos de outros ex-prisioneiros e do depoimento que o próprio Luis Alberto prestou às comissões investigadoras:

Desde el Estadio Nacional, Luis Alberto fue enviado al campo de concentración de Chacabuco a fines de octubre. Allí permaneció por espacio de once meses. En tanto salió en libertad fue a verme a Ritoque donde yo me encontraba. Esto fue a fines de 1974. Partía a México para reunirse con Ruth, y Dieguito, que aún no cumplía dos años. Me habló de todo, menos de las torturas que recibí en el Estadio, de las que vine a saber después por los relatos de Samuel Riquelme, Rodrigo Rojas y otros de sus compañeros de prisión y por el testimonio escrito que entregó personalmente en Ginebra a la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas.²⁸⁹

²⁸⁷ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 33.

²⁸⁸ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 33.

²⁸⁹ Luis Corvalán. *De lo vivido y lo peleado. Memorias*. Santiago de Chile: LOM, 1997, p. 200.

Talvez não desejasse revelar, em certa medida, precisamente porque os interrogatórios se concentravam em torno do que ele teria a contar sobre os planos do pai. Como o próprio Luis Corvalán só caiu preso quase duas semanas depois do filho, em 27 de setembro, parte das perguntas nas primeiras sessões de tortura era sobre onde o líder do PCCh poderia estar. A consideração em não revelar ao pai as dores que poderiam angustiá-lo ainda mais parece ter se repetido no tratamento com outros prisioneiros. No entendimento de Cozzi, *Coné* tinha “condiciones innatas de líder, tenía carisma, más que su padre”, e se destacava pelo carinho que dedicava aos companheiros.²⁹⁰

Manuel Cabieses, um desses colegas de prisão, concorda. Em seu *11.808 horas en campos de concentración*, publicado originalmente em 1975, destaca que Luis Alberto foi um de seus melhores amigos em Chacabuco. Corvalán Castillo era comunista, do lado moderado, e o próprio Cabieses, ligado ao MIR, tão extremado à esquerda que nem compunha oficialmente a UP. Eles não se conheciam previamente. Foi uma amizade “nacida al calor de la verdadera realidad, que vence rápidamente las reservas y prevenciones nacidas de la polémica en el seno de la izquierda”.²⁹¹ Mas em ninguém o *cariño* de Luis Alberto calou mais fundo do que no também comunista Samuel Riquelme. Além da experiência própria, é sobre ele que Corvalán Castillo dedica o relato mais cruento de uma tortura nas páginas de seu *testimonio*, descrevendo com perturbadora nuance o sofrimento do colega ao longo de – acreditava – dezesseis dias nas mãos de militares da Força Aérea, com os olhos vendados e em um pau de arara.²⁹² Mesmo reconhecendo o quanto sofreu, Luis Alberto saiu da prisão acreditando que não havia sido o mais golpeado pela tortura justamente por ter visto a forma como outros, a exemplo de Riquelme, eram devolvidos ao convívio dos demais prisioneiros – dele, “sólo las manos y el rostro mostraban la fisionomía de un ser humano”.²⁹³

No entanto, segundo os relatos alheios, Corvalán Castillo parece ter causado uma imagem tão assustadora ao regressar de suas próprias torturas quanto Riquelme. Adolfo

²⁹⁰ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 55.

²⁹¹ Manuel Cabieses. CHILE: 11.808 horas em campos de concentración. In: _____. *11.808 horas en campos de concentración*. Caracas: Fondo Editorial Salvador de la Plaza, [1975c]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/cabieses/cap1.html> Acesso em 20 fev. 2018.

²⁹² Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 41.

²⁹³ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. p. 100-101.

Cozzi diz que ele e os colegas “nunca olvidaremos cuando en el Estadio Nacional lo traían envuelto en una frazada después de haber sido interrogado en el Velódromo, no se podía mover, le habían sacado cresta y media”.²⁹⁴ Não à toa, interpreta Rodrigo Rojas, Luis Alberto também é o primeiro a se compadecer da situação de Riquelme e instar os demais presentes na “cela” a ajudá-lo. Para Rojas, isso ocorre porque ele também “recibió el calor solidario y fraterno de los compañeros en aquellos elementos tan insignificantes y tan preciosos, representativos de todos los bienes que poseen en el mundo” e, como ocorrera com o próprio Luis Alberto, “Riquelme encontró de nuevo la existencia de Chile habitado también por seres humanos”.²⁹⁵

Há, ainda, um momento marcante na estadia de Luis Alberto em Chacabuco, que o converteu no responsável por produzir um registro raríssimo do interior da prisão: em algum momento de flexibilização das restrições por parte dos militares (em Chacabuco, eram notórias as mudanças do que era ou deixava de ser autorizado dependendo do comandante da vez), permitiram-lhe a posse de um gravador. Não se sabe se outros momentos chegaram a ser conservados, mas um deles permaneceu: no dia da despedida do cantor e compositor Ángel Parra, que havia recebido a notícia de que era um dos 45 liberados naquele momento, Corvalán Castillo escondeu-se com Guillermo Orrego, outro prisioneiro, sob o palco onde o show do adeus se desenrolava.

Filho de Violeta Parra, Ángel era um dos nomes proeminentes da Nova Canção Chilena²⁹⁶ e havia sido vilipendiado logo na entrada do campo pela música que fazia – era comum os militares fazerem troça dizendo que deveria cantar canções chilenas “de verdade”, como as do conjunto conservador *Los Huasos Quincheros*, cujos membros inclusive colaborariam com os departamentos de cultura do regime.²⁹⁷ Visado pela militância e pela forma como a manifestava artisticamente, um tipo de canções tão perseguido pela ditadura – que já havia matado Víctor Jara, amigo pessoal de Ángel e um

²⁹⁴ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 55.

²⁹⁵ Rolando Carrasco. La libertad. In: _____. *Prigüé. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977k]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap9.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

²⁹⁶ Movimento artístico que viveu seu auge entre a década de 1960 e o início dos anos 1970, a Nova Canção Chilena partia da recopilación folclórica – fosse em temas, instrumentos ou ritmos – para produzir músicas próprias, com frequência a partir de um viés político à esquerda. Os principais artistas ligados ao movimento fizeram campanha por Salvador Allende e se converteram em embaixadores culturais informais do governo popular, sendo perseguidos após o golpe.

²⁹⁷ Jorge Montealegre. *Violeta Parra. Instantes fecundos, visiones, retazos de memoria*. Santiago de Chile: Universidad de Santiago de Chile, 2011, p. 80.

exponente da Nova Canção –, Parra recusou-se a cantar durante o período em que permaneceu preso. Mas, em Chacabuco, ajudou a organizar um conjunto musical com os colegas de prisão, e finalmente aceitou realizar um derradeiro recital em homenagem aos companheiros que permaneceriam por lá após a sua saída, rumo a um exílio do qual só voltaria quinze anos mais tarde.²⁹⁸

Na gravação de Luis Alberto, que em 1978 virou o lado A do álbum *Chacabuco* – dedicado ao próprio Corvalán Castillo e conservado como documento histórico, com as imperfeições da gravação clandestina original – podemos ouvir as vozes dos militares dando ordens no teatro improvisado de Chacabuco, as canções de Ángel Parra, e mesmo a composição sem letra intitulada *El Alma de Chacabuco*, que o músico introduz avisando aos colegas que “indudablemente, los autores son ustedes”, pois “para mí, haberlos conocido, haber estado con ustedes, haber aprendido tanto de ustedes, haber sabido lo que es la amistad, el cariño, la fuerza que me han dado ustedes, he tratado de expresarlo en esta melodía”. Uma música que, provavelmente, provocou emoções profundas naqueles que viveram a prisão política. Fiquemos com o depoimento de Cozzi:

[C]ada vez que oigo esa melodía, vuelvo a ver el viento arremolinado, los cerros a la distancia petrificados en el cielo azul, la lluvia de estrellas fugaces, vuelvo a oír en el silencio abrumador de la noche las cigarras, los sapos y los grillos de mi infancia, el tintineo al unísono de las cucharas de más de novecientos hombres comiendo bajo la semisombra ondulante del calor, la bandera de Chile flameando, inocente, de espaldas a la vergüenza de tener a tantos hombres de la misma patria secuestrados.²⁹⁹

A apresentação rende um aplauso prolongado que chega a ser interrompido, para poupar fita, por Corvalán Castillo. Nesse registro único, por fim, também ouvimos a voz do próprio Luis Alberto, exaltando Parra como alguém que “nos mantuvo la moral en alto” na prisão. Em seguida, ele anuncia e comenta a *Canción del Adiós*³⁰⁰, dos escoteiros, que – *Coné* observa com a voz embargada – é entoada em unísono por prisioneiros e

²⁹⁸ Ainda assim, jamais de forma definitiva – Ángel passaria a maior parte dos anos finais de sua vida em Paris, onde faleceu, em março de 2017.

²⁹⁹ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 132.

³⁰⁰ “Llegó la hora de decir adiós, decir adiós / digamos al partir nuestra canción, nuestra canción. / En marcha hacia la luz del sol iremos todos hoy / se clavará en el cielo el eco de nuestro último adiós. / No es más que un hasta luego, no es más que un breve adiós / Muy pronto, junto al fuego / Nos reuniremos.”

militares, que parecem ter se deixado levar pela carga emocional daquela noite: “militares y presos cantan juntos el adiós. Emoción en los rostros”, relata Luis Alberto.

Eventualmente, também *Coné* dará adeus aos companheiros de Chacabuco e reencontrará a liberdade parcial do exílio. Na Bulgária, novamente a conexão com o pai será decisiva para torná-lo um nome importante na aglutinação da solidariedade internacional pelos prisioneiros chilenos. Luis Corvalán, o pai, afinal, havia se convertido em um símbolo mundial da militância de esquerda perseguida por Pinochet: ainda encarcerado, foi escolhido pela União Soviética como um dos agraciados com o Prêmio Lênin da Paz de 1974, o equivalente do bloco socialista ao que o Nobel representava para o Ocidente. Como relata Jorge Montes, “su detención y las salvajes torturas a que fue sometido [...] ‘por ser hijo de Corvalán’ [...] no lo enemistaron con la vida. Al contrario. Al salir del campo y del país continuó la lucha por la libertad de Chile”.³⁰¹

As denúncias de Luis Alberto, que apareceriam frente à Comissão Investigadora no México, foram somadas no documentário *El corazón de Corvalán* (1976), que ele ajudou a elaborar ao lado do conhecido diretor soviético Roman Karmen. O filme também pretendia aumentar a atenção global ao caso de Corvalán pai e dos prisioneiros políticos do Chile. O *corazón* deste Corvalán, o filho, não resistiu às sequelas das torturas, e deixou de bater em 26 de outubro de 1975. Mas as linhas a que ele se dedicou tão freneticamente em seus meses finais saíam para o mundo em edição póstuma.

2.2.2. A dor e a esperança de meus irmãos

“La fuerza de estas páginas emana, principalmente, de la cruda realidad que describe y de la humanidad esencial de sus protagonistas”, define Gustavo Ruz Zañartu³⁰² na apresentação escrita para a edição de 2007 de *Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos* (editada, então, com o título *Viví para contarlo*), o livro com o testemunho de Corvalán Castillo. Embora a introdução seja do século XXI, ela ecoa a maneira como os relatos publicados nos anos 1970 buscavam se inscrever na discussão pública: escritos

³⁰¹ Jorge Montes. Capítulos LXXXI-XC. In: _____. *La luz entre las sombras*. Barcelona: Bruguera, [1980].

³⁰² Gustavo Ruz Zañartu. Nota del editor. In: Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 6.

no exílio, como elaboração de uma verdade alternativa à oficial vendida pelo regime ao resto do mundo, esses textos se apresentavam como a própria verdade. Como observa Beatriz Sarlo³⁰³, os golpes que atingem o Cone Sul nesse período são de um novo tipo: os relatos dos *testigos* que surgem a partir disso adquirem uma dimensão jurídica, mas também exercem um impacto fora da cena judicial, operando cultural e ideologicamente.

Dá advêm diferentes estratégias narrativas que marcarão de forma mais forte os textos desse período. Não se faz apenas uma denúncia explícita, como maneira de atrair os olhares estrangeiros para o que se passava no Chile e, eventualmente, galgar algum tipo de punição aos agentes da repressão (mesmo que através do repúdio e de sanções aplicadas contra o regime), algum “resgate” aos prisioneiros: nessa situação, diz Yvonne Unnold, “não é uma questão de quem é mais fiel aos fatos, mas de quem fala a ‘verdade’ e quem não o faz”.³⁰⁴ Produz-se uma relação em que o discurso oficial tenta negar e silenciar a alternativa que surge, enquanto esta denuncia e desafia a versão do governo. Desta forma, para serem convincentes, os textos precisam reforçar que trazem, sim, a realidade, anunciando-se como experiências que transcendem o individual do narrador; e, para conquistar corações e mentes dos primeiros leitores no exterior (pois circulam no exílio), também precisam recorrer a exemplos conhecidos. Serão frequentes, neste período, as alusões ao nazismo, e a exaltação do valor militante dos que estão detidos.

Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos é deixado abruptamente inacabado pela morte precoce de seu autor, com uma frase final que indica que “o povo está combatendo”. Mas nada sabemos dos detalhes dos dias finais de Luis Alberto antes de deixar Chacabuco ou de seus tempos na Bulgária, pelo menos não a partir de seus escritos. Depois disso, por decisão editorial, o volume passa a incluir seus outros depoimentos prestados em vida. Eles não são, talvez, parte do que o autor pensou originalmente para o livro, mas se tornam parte indissociável à obra, que só é recebida pelos leitores nessa forma. E, de todo modo, fica claro, conforme as páginas vão passando, que muito do que havia sido dito naqueles depoimentos vinha sendo incorporado ao texto

³⁰³ Beatriz Sarlo. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo, una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012, p. 28.

³⁰⁴ Yvonne Unnold. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002, p. 35. Tradução livre. No original: “It is not a question of who is more faithful to the facts, but who speaks the ‘truth’ and who does not”.

mais bem acabado do livro, tornando provável que, se o autor vivesse para concluí-lo, aqueles elementos acabassem por se fazer presentes no texto final. Ao incluir o depoimento prestado à Comissão Investigadora, no México, em 1975, também a obra de Corvalán Castillo remete à verdade que traz em si e às histórias alheias que o autor incorpora em sua memória: o que conta ali, afirma, “pretende ser un relato veraz y objetivo de la violación y atropelo de los derechos elementales del hombre, que viví en carne propia o tuve que presenciarlos”.³⁰⁵



Imagens 4 e 5. Capa de *Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos*, na edição búlgara de 1976 (à esquerda), e da reedição chilena de 2007, sob o título *Viví para contarlo*.

Ele não será o único a fazer isso nessa primeira fase do *testimonio* sobre a prisão política chilena. Em 1975, Alejandro Witker começa seu *Prisión en Chile* citando nomes de vítimas do regime, dizendo que seu relato “emana de los valientes compañeros que trabajan en la clandestinidad contra el fascismo” e, com um itálico significativo, indica

³⁰⁵ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 87.

que o que escreve não é um testemunho apenas seu: “*nuestro* testimonio abarcará las experiencias recogidas en la isla Quiriquina, el estadio regional y Chacabuco”.³⁰⁶ Em 1980, Jorge Montes insiste em *La luz entre las sombras* que é justamente pela realidade de seu relato que “decidí emprender la tarea de dejar constancia escrita, de mi testimonio, pensando que él pueda servir para entender mejor lo que es el fascismo en Chile”.³⁰⁷ Um ano mais tarde, Francisco Reyes começa seu *Testigo presencial* dizendo que escreve para se libertar, mas também com “la convicción de que estas realidades con sus fantasmas no son sólo de mi pertenencia”.³⁰⁸

A experiência como algo que transcende o individual não é exclusividade do relato chileno, certamente. A fórmula da subjetividade coletiva é particularmente forte nos *testimonios* latino-americanos, nota João Camillo Penna, ao citar o testemunho da mineira boliviana Domitila³⁰⁹ quando argumenta que sua história não é única, “pois muita gente viveu e a vida é de todos”.³¹⁰ A reivindicação pela universalidade do sofrimento, a dor dos irmãos que acaba se misturando ao próprio relato (seja como uma clara menção a algo que ocorreu com outras pessoas e das quais o *testigo*, literalmente, foi testemunha ocular, ou em uma incorporação, como se fosse experiência pessoal, de uma memória coletiva – no sentido de Halbwachs – a partir de relatos de terceiros), é tão intensa que acaba ajudando a justificar a republicação dos textos mesmo em contextos muito distintos.

O caso de *Tejas Verdes*, de Hernán Valdés, é emblemático dessas transformações: um livro publicado originalmente em 1974, na Europa, que ganha sua primeira edição chilena em 1996 e só volta a ser reeditado em 2017, ganha novas significações a cada impressão. Se por um lado a edição dos anos 90 acaba sendo dificultada, mesmo em um momento em que os textos do exílio começam a aparecer dentro do país, porque seu relato

³⁰⁶ Alejandro Witker. Introducción. In: _____. *Prisión en Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, [1975c]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/intro.html> Acesso em 20 fev. 2018.

³⁰⁷ Jorge Montes. Introducción. In: _____. *La luz entre las sombras*. Barcelona: Bruguera, [1980c]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/intro.html> Acesso em 20 fev. 2018.

³⁰⁸ Francisco Reyes. *Testigo Presencial*. 5. ed. Santiago de Chile: Fértil Provincia, 1991, p. 11.

³⁰⁹ Domitila Barrios de Chungara (1937-2012), importante líder feminina do movimento de mineradores em seu país, sobreviveu ao Massacre de San Juan de 1967 e notabilizou-se pela resistência às ditaduras de René Barrientos (1964-1969) e Hugo Banzer (1971-1978).

³¹⁰ João Camillo Penna. Este corpo, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: Márcio Seligmann-Silva (org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 311.

não parecia condizente com outros da época – em grande parte porque, ao não pertencer a qualquer partido ou sindicato de esquerda, Valdés não reproduzia o discurso tipicamente militante e “era un intruso, un extraño, un aventurero de la historia, un error de la dictadura”³¹¹ –, por outro a nova publicação em 2017, um período mais reflexivo, acaba sendo resgatada justamente pela pretensão de universalidade. Já não fazia tanto sentido, no século XXI, falar de uma experiência com a qual os leitores correntes poderiam se identificar, muitos dos quais pertencentes a uma geração que não vivera (ou não lembrava) daqueles tempos, mas Valdés acreditava que seu sofrimento ainda poderia ser lido como se os fatos estivessem ocorrendo naquele mesmo momento, em outra parte do mundo – ou pudessem, eventualmente, voltar a ocorrer em seu próprio país.³¹²

Mas o aspecto mais marcante das obras dessa fase será, mesmo, a busca por revelar os detalhes que a ditadura desejava omitir. Dentro do Chile, “as pessoas sabem que a cidade está controlada, que circula por terrenos alheios e aprende a se comportar como um bom recluso, cuida de seus modos, seus deslocamentos e suas palavras”, escreve Ximena Barraza³¹³ – há, assim, uma censura explícita em nível social que é corroborada pela autocensura individual. Exceto os deliberadamente ignorantes, que ativamente buscam se alienar dos rumores cotidianos sobre a perseguição, é como se todos soubessem o que acontece, todos conhecessem os riscos, mas a discussão sobre eles é interdita do debate público pelo risco de tornar-se a próxima vítima ao discutir abertamente qualquer coisa. Com isso, são comuns os eufemismos buscando minimizar as violências da ditadura através do questionamento ao que venha a surgir contrariando a versão do regime: os prisioneiros que somem são “supostos” desaparecidos; os que permanecem detidos são “autodenominados” presos políticos. O discurso oficial que

³¹¹ Hernán Valdés. *Tejas Verdes. Diario de un campo de concentración en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: Taurus, 2017, p. 9.

³¹² Hernán Valdés. *Tejas Verdes. Diario de un campo de concentración en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: Taurus, 2017, p. 11.

³¹³ Ximena Barraza. Notas sobre la vida cotidiana en un orden autoritario. *Araucaria de Chile*, n. 11, Madrid, 1980, p. 67. Tradução livre. No original: “La gente sabe que la ciudad está controlada, que circula por terrenos ajenos y aprende a comportarse como un buen recluso, cuida sus modales, sus desplazamientos y sus palabras. Aprende a vivir cotidianamente la desposesión. Aprende a escatimar la palabra, a evitar los malentendidos. La censura explícita a nivel social se desdobra en autocensura a nivel individual: una alerta ininterrumpida por justificar – en cada momento y ante cualquiera – sus actos”.

nega, até onde é possível, a veracidade das acusações, só começará a ser combatido pelo próprio Estado chileno a partir da elaboração do Informe Rettig.³¹⁴

Nesse ambiente, a escrita dos *testimonios* exilados tenta, portanto, resgatar o não-dito, originalmente para exercer uma pressão de fora para dentro, mas também com uma expectativa de que a circulação clandestina do relato nas entranhas do próprio Chile possa ajudar a tornar cada vez mais fidedignas as versões alternativas àquela do governo. A função do *testimonio* “não está limitada ao seu papel como fonte de informação em representar o que, de outra forma, seria sub-representado ou desconhecido. O *testimonio* é um verdadeiro participante e ativista no embate que representa”, define Yvonne Unnold.³¹⁵ Ou, como argumenta Jaume Peris Blanes, construir um relato era a forma com que o sobrevivente – convertido em exilado – se somava ao combate, já que impossibilitado de agir diretamente dentro do país.³¹⁶

É preciso desmentir não apenas o discurso que esconde, mas as próprias imagens apresentadas ao mundo sobre a prisão. Todos os prisioneiros coincidem que, em Chacabuco, passado o Estádio Nacional ou outros recintos de detenção dos primeiros meses, vive-se um período de abrandamento na rotina. Mas o significado disso é disputado e, nos anos 1970, interpretado como uma abertura para projetar a futura denúncia. Corvalán Castillo, por exemplo, diz que ali “se inició una nueva etapa, una fase superior, donde [...] se abría paso a la nueva creación que hablaba del drama que en Chile se vivía, pero sobre todo hablaba de la fuerza invencible allí encerrada”.³¹⁷ Já Manuel Cabieses, ao mesmo tempo em que reconhece que há mais abertura no campo, interpreta que aquilo seria apenas para que a comunidade internacional formasse uma imagem de uma repressão com menos horrores do que o vivido em outros locais, mais escondidos: “en general Chacabuco era un campo de prisioneros destinado a ser ‘mostrado’ y por lo

³¹⁴ Maxine Lowy. *Memoria latente. Una comunidad enfrentada por el desafío de los derechos humanos en Chile*. Santiago de Chile: LOM, 2016, p. 232.

³¹⁵ Yvonne Unnold. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002, p. 49. Tradução livre. No original: “*Testimonio*’s sociopolitical function is not limited to its role as a source for information in representing the otherwise underrepresented or unknown. *Testimonio* is an actual participant and activist in the struggle it represents”.

³¹⁶ Jaume Peris Blanes. *Historia del Testimonio Chileno. De las estrategias de denuncia a las políticas de memoria*. Quaderns de Filologia, Anejo LXIV, Universitat de Valencia, 2008, p. 98.

³¹⁷ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 55.

tanto no se aplicaron allí torturas ni fusilamientos”.³¹⁸ Como logo se saberia, ainda que as perseguições tenham se tornado mais focadas, as torturas e execuções prosseguiriam, apenas não naquele campo específico.

Relatar de forma clara o que ocorria, porém, não era uma tarefa simples para quem havia sofrido tanto. Se a escrita era libertação e mesmo missão para muitos, ela também impunha um confronto com dores e humilhações traumáticas. Virgilio Figueroa fala da dificuldade de dar detalhes das torturas e vexações, pois “sería interminable y escalofriante. Se precisarían volúmenes para contar el martirio y nombrar a las víctimas sufrientes. ¡Ojalá ellos mismos la exhiban para conocimiento público!”³¹⁹ A dor não impedirá, porém, Corvalán Castillo de descrever o estado de Samuel Riquelme, ou Jorge Montes de revelar a existência da tortura em que o prisioneiro tinha o rosto submergido em um balde de excrementos – ao incluir uma fala de outro detido que, simplesmente, relata que “comeu merda”³²⁰ –, ou Hernán Valdés de trazer, em minúcias, um dia inteiro de torturas em que sofreu, inclusive, com choques elétricos nas genitais.³²¹

A interseção entre a denúncia jurídica e sua transposição em obras literárias (ainda que não se apresentem como sendo isto) também abre caminho para que uma linguagem de afronta aberta à ditadura, de acusações e “listagem de evidências”, como em um tribunal, seja incluída nos livros. Muitas vezes o que aparece são transcrições *ipsis litteris* do *testimonio* que havia sido elaborado para as comissões internacionais dedicadas a investigar os crimes do pinochetismo. O grande expoente desse estilo de compilação, provavelmente, é *Dawson*, de Sergio Vuskovic, publicado originalmente na Itália, em 1981. Ali, além do depoimento do autor, estão listados – em fragmentos ou na íntegra –

³¹⁸ Manuel Cabieses. Testimonio ante la comisión investigadora de los crímenes de la Junta Militar Chilena. Ciudad de México 18-21 de febrero de 1975. In: _____. *11.808 horas en campos de concentración*. Caracas: Fondo Editorial Salvador de la Plaza, [1975d]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/cabieses/cap2.html> Acesso em 20 fev. 2018.

³¹⁹ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 124.

³²⁰ Jorge Montes. Capítulos LXXXI-XC. In: _____. *La luz entre las sombras*. Barcelona: Bruguera, [1980]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap81.html> Acesso em 20 fev. 2018.

³²¹ Hernán Valdés. *Tejas Verdes. Diario de un campo de concentración en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: Taurus, 2017, p. 166.

testemunhos prestados por Victoria Morales de Tohá³²², Clodomiro Almeyda³²³, Osvaldo Puccio³²⁴, Enrique Kirberg³²⁵ e dos próprios Luis Corvalán e seu filho, entre outros.

Meia década antes, porém, a obra de Luis Alberto já havia feito isso, delineando o tom de denúncia típico do período. Desde a primeira noite no *camarín número 7* do setor leste do Estádio Nacional, onde encontra vinte homens e seis mulheres com “rostros sangrantes aún, sus cuerpos con heridas de ácido, yataganes o quemaduras de cigarros; varios con fracturas en las costillas o extremidades”³²⁶, Corvalán Castillo descreve o tratamento desumano que será a tônica desse período. “Los primeros cuatro días los pasamos sin comida y sólo con una frazada por cada siete prisioneros”, destaca, ponderando que talvez tenha sido o período mais duro de toda a prisão.³²⁷ “Si era de noche nos levantaban a patadas y nos colocaban contra la pared en posición de suplicio, nos golpeaban preguntando nuestros nombres, o bien, nos golpeaban sin hacernos preguntas mostrando una crueldad inaudita, un sadismo enfermizo”.³²⁸ Mais do que a falta de comida, também era a ausência de medicamentos, a pressão psicológica, tudo ajudava a converter os prisioneiros em “cadáveres en vida”, define Luis Alberto, dizendo que desde o 20 de setembro de 1973 o estádio já funciona como um autêntico campo de concentração, e “nos mantienen en los camarines como animales”.³²⁹

Suas denúncias avançam citando nomes de oficiais, descrevendo torturas sexuais e as diferentes provações impostas pelo tratamento violento de todos os dias, mesmo após o Estádio Nacional. E será quando seu depoimento à Comissão Investigadora chega a Chacabuco que outro elemento muito frequente nos *testimonios* deste período se fará mais presente: as referências ao nazismo, um referente ao qual o leitor estrangeiro pudesse recorrer para compreender melhor o que se queria dizer ali. O fato de ser a esquerda a

³²² Viúva de José Tohá, ex-ministro do Interior (1970-1972) e Defesa (1972-1973) do governo Allende, morto na prisão política em 1974.

³²³ Histórico dirigente socialista, ministro responsável por diferentes pastas tanto no governo Allende quanto na presidência de Carlos Ibáñez del Campo (1952-1958).

³²⁴ Secretário pessoal de Salvador Allende.

³²⁵ Reitor da Universidade Técnica do Estado (UTE) à época do golpe, considerado um dos grandes impulsores da Reforma Universitária ocorrida entre 1967 e 1973 e interrompida pela ditadura. A UTE seria a instituição de ensino com maior perseguição de seu corpo docente e mudaria até de nome nos dias de Pinochet, convertendo-se na atual Universidade de Santiago do Chile (USACH).

³²⁶ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 93.

³²⁷ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 94.

³²⁸ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 94.

³²⁹ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 95-96.

perseguida, muitas vezes exilada em países da esfera de influência soviética, também explica que a experiência “familiar” com que se busca analogia seja o imaginário das atrocidades do nazismo e não, digamos, do Gulag stalinista.³³⁰

Nesse contraste, há um reforço na mensagem que rodeia os militares de pontos negativos, enquanto a valentia e a moral dos militantes de esquerda é reforçada.³³¹ Manuel Cabieses diz que “desde el comienzo la moral y la entereza de los prisioneros fue excelente³³²”; Volodia Teitelboim prefacia a obra de Rodrigo Rojas elogiando o autor e Luis Corvalán (pai) por terem, “como innumerables compañeros [...] soportado sin quebrarse todas las inauditas persecuciones de la junta fascista, [...] forjados en la escuela de Lenin, de la moral comunista³³³”; Alejandro Witker fala que “la conciencia partidista y la solidaridad socialista [fueron] una fuente inagotable de energía y esperanza revolucionaria en las horas más negras” e que os legítimos militantes sentiam a necessidade de não *aflojar*, pois deviam honrar a memória de Allende, que “murió como hombre”; Aníbal Quijada chegava a ironizar os cristãos de “ojos esquivos, falsos”, aguardando um milagre, dizendo que “sólo la mirada del compañero conservaba extraños fulgores³³⁴”. E o próprio Corvalán Castillo remete à organização partidária, em uma conversa com a esposa em um encontro na prisão, para dizer que o lema é sobreviver a qualquer custo, menos ao preço da traição: “individualmente no somos nada y facilmente nos aplastan, pero unidos y organizados lo somos todos, debemos organizarnos para resistir, para sobrevivir”.³³⁵ Corvalán reafirmava a necessidade de mostrar ao mundo o “tipo de hombre” que a Junta mantinha preso³³⁶, pois, como recordava Sergio Vuskovic,

³³⁰ Jorge Montealegre. *Memorias Eclipsadas. Duelo y resiliencia comunitaria en la prisión política*. Santiago de Chile: Asterión, 2013, p. 127.

³³¹ Adolfo Bisama Fernández. Estrategias textuales y paratextuales del relato testimonial. In: Norberto Flores Castro; Adolfo Bisama Fernández. *El Relato Testimonial Chileno 1973-1989*. Santiago de Chile: RIL, 2017, p. 100-101.

³³² Manuel Cabieses. Introducción. In: _____. *11.808 horas en campos de concentración*. Caracas: Fondo Editorial Salvador de la Plaza, [1975b]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/cabieses/intro.html> Acesso em 20 fev. 2018.

³³³ Volodia Teitelboim in Rodrigo Rojas. *Jamás de rodillas. Acusación de un prisionero de la Junta fascista de Chile*. Moscú: Editorial de la Agencia de Prensa Novosti, 1974, p. 6.

³³⁴ Aníbal Quijada. Cerco de púas. In: _____. *Cerco de púas*. La Habana: Casa de las Américas, [1977u]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap20.html> Acesso em 20 fev. 2018.

³³⁵ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 50-51.

³³⁶ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 54.

travava-se de “la prueba más feroz que pueda afrontar um revolucionario: la de la agresión fascista contra um pueblo”.³³⁷

Para Tomás Moulian³³⁸, a comparação direta com o fascismo europeu talvez tenha ofuscado mais do que propiciado uma “compreensão teórica” do processo chileno, mas foram menções que permitiram que um número maior de pessoas fosse capaz de “assimilar Chacabuco ou Villa Grimaldi a Buchenwald ou a Auschwitz, a ‘resistência chilena’ ao épico da Madrid sitiada” – sendo a Guerra Civil Espanhola o outro referencial da militância de esquerda nesses relatos. Assim, mesmo podendo limitar o entendimento das disputas políticas internas do Chile em um plano mais estritamente teórico, o discurso que associava claramente a Ditadura Chilena ao fascismo ajudou a oposição à ditadura a mobilizar a opinião pública no exterior, além de delinear o tamanho da violência ocorrida sob o pinochetismo para aqueles que não a viviam em primeira mão.³³⁹ Luis Alberto já fazia isso quando citava as fogueiras de livros “proibidos” pelo regime, “uno de los denominadores comunes entre el fascismo hitleriano y el fascismo chileno”.³⁴⁰ No campo de concentração instalado no Atacama, entretanto, essas comparações parecem cada vez mais evidentes: “nos vamos dando cuenta de que nos encontramos en medio a una copia fiel de los campos de concentración nazis”.³⁴¹ Em *Prigué*, Rolando Carrasco³⁴² diz que o regime pinochetista se apoia “más que en las Fuerzas Armadas, en su Gestapo, la siniestra DINA”, comparando a polícia secreta de Pinochet àquela de Hitler e, assim como Luis Alberto, descreve Chacabuco como uma “copia calcada de la magna creación del nazismo

³³⁷ Sergio Vuskovic Rojo. El espíritu de Dawson. In: _____. *Dawson*. Madrid: Michay, [1984ar]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap41.html> Acesso em 20 fev. 2018.

³³⁸ Tomás Moulian. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago de Chile: LOM/Arcis, 1997, p. 258. Tradução livre. No original: “El concepto remitía a un imaginario instalado en la conciencia progresista del Occidente, el de la guerra civil española, el de la gran lucha común contra Mussolini y Hitler. Su mención permitió asimilar Chacabuco o Villa Grimaldi a Buchenwald o a Auschwitz, la ‘resistencia chilena’ a la épica del Madrid sitiado”.

³³⁹ Há algo a ser dito, ainda, sobre como o uso exacerbado do qualificativo “fascista” dentro do próprio Chile, por parte da esquerda, mesmo para opositores mais moderados. Às vésperas do golpe, a insistência pode ter contribuído para um esvaziamento do termo ainda em democracia, antes do momento em que a comparação viesse a se tornar mais adequada, após a ascensão de Augusto Pinochet. É a opinião manifestada, por exemplo, por Hernán Valdés (2017, p. 197) em seu *testimonio*, entendendo que a banalização do termo fez com que se perdesse de vista a metamorfose da direita, de uma que – acreditava-se – poderia dar um golpe talvez duro, mas não sanguinário, para a que efetivamente tomou o poder de forma brutal.

³⁴⁰ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 90.

³⁴¹ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 113.

³⁴² Rolando Carrasco. Introducción. In: _____. *Prigué. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977b]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/intro.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

hitleriano”.³⁴³ Ilario Da, pseudônimo de Michel Bonnefoy em seu *Relato en el frente chileno*, de 1977, é outro que diz ter visto em um guarda um “nazi de película”.³⁴⁴ E, segundo Sergio Vuskovic, alguns dos próprios militares iam pelo mesmo caminho, assustados com os rumos que aquilo tinha tomado: “me equivoqué de película, ésta es una película de nazis”, teria dito um capitão apelidado de Bonachão, que para tentar amenizar a vida dos detidos suspendeu os trabalhos forçados enquanto o campo de Ritoque esteve sob seu comando.³⁴⁵

Corvalán Castillo flerta, inclusive, com a acusação de que o vivido no Chile se trata de um genocídio – mesmo que simbólico, pois “la consigna de los fascistas es el aniquilamiento total. No es a um grupo conspirativo o a uma minoria a quien tienen como enemigo, es a Chile entero”. E, em meio à denúncia explícita, cita os interesses estrangeiros, as colaborações de Estados Unidos e Brasil na repressão, e mesmo a participação de um nazista real, Walter Rauff, que havia atuado em Auschwitz, vivia no Chile desde o fim dos anos 1950 e foi associado às ações da DINA.³⁴⁶ As menções não eram gratuitas: hoje se sabe do envolvimento de Rauff com episódios de violações de direitos humanos em diferentes recintos de detenção chilenos. E, como verificou Maxine Lowy em seu estudo sobre os efeitos da repressão pinochetista na comunidade judaica, os militares davam a entender, aos judeus detidos, que estes sofreriam mais.³⁴⁷ A impressão de equivalência entre o que se passara no Chile e o que havia sido visto na Europa era repetida mesmo por importantes guardiões da memória da Shoah, como a Casa Anne Frank, na Holanda, que em uma exposição inaugurada nos primeiros dias de 1974 mencionava Pinochet (não sem controvérsia) como “o Hitler do Chile”.³⁴⁸

A comparação acaba levando, inclusive, a exageros nos *testimonios*. Uma figura que aparece em alguns relatos é a dos fornos crematórios. Virgilio Figueroa, por exemplo,

³⁴³ Rolando Carrasco. Introducción. In: _____. *Prigüé. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977b]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/intro.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

³⁴⁴ Ilario Da. Sonia. In: _____. *Relato en el frente chileno*. Barcelona: Blume, [1977d]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap3.html> Acesso em 20 fev. 2018.

³⁴⁵ Sergio Vuskovic Rojo. La vida en la isla. In: _____. *Dawson*. Madrid: Michay, [1984p]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap14.html> Acesso em 20 fev. 2018.

³⁴⁶ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 102.

³⁴⁷ Maxine Lowy. *Memoria latente. Una comunidad enfrentada por el desafío de los derechos humanos en Chile*. Santiago de Chile: LOM, 2016, p. 144-145.

³⁴⁸ Maxine Lowy. *Memoria latente. Una comunidad enfrentada por el desafío de los derechos humanos en Chile*. Santiago de Chile: LOM, 2016, p. 206.

diz que “a quienes fallecían los incineraban en hornos especiales, al igual que las prácticas de los nazis con los judíos”. Esses fornos, como as investigações posteriores demonstraram, não chegaram a existir. Embora houvesse aspectos incomparáveis como este, é possível afirmar que as lições do Holocausto se impõem sem que isso signifique uma apropriação cruzada impertinente.³⁴⁹ Como nota Jorge Montealegre, essas imagens – mesmo as equivocadas – nascem da necessidade de descrever uma experiência inédita aos olhos chilenos, mas que encontra uma linguagem culturalmente próxima nas referências ao nazismo, ainda mais quando considerados os primeiros leitores imaginados para os textos exilados.³⁵⁰ Um tipo de linguagem que já não apareceria com essa proeminência nos relatos que seriam escritos nos anos seguintes, sem a mesma urgência de denúncia e pensando em chegar ao público chileno.

2.3. 1984-1998: O discurso transicional

A partir do fim dos anos 1970, a situação começa gradativamente a se modificar – dentro e fora do Chile. As denúncias vindas do exterior, a péssima repercussão do terrorismo de Estado chileno além das próprias fronteiras e uma grave crise econômica na alvorada da década de 1980 foram alguns dos elementos que se somaram para obrigar Pinochet a rever algumas posturas.

A DINA deixou de existir, em uma jogada que teve um tanto de manobra de relações públicas, com a mudança de nome para CNI, mas também representou uma nova alteração na forma como ocorria a repressão. Na periodização proposta por Hugo Fruhling, uma terceira fase da repressão (sucendo a etapa de perseguição focalizada que, por sua vez, havia substituído a generalizada dos primeiros meses de ditadura) emerge nesse momento. A sanha persecutória ainda busca aniquilar o inimigo, mas parece reconhecer que destruir inteiramente as forças de oposição é impossível – dando lugar, então, a uma política de contenção, com flutuações na intensidade da repressão. É,

³⁴⁹ Jorge Montealegre. *Memorias Eclipsadas. Duelo y resiliencia comunitaria en la prisión política*. Santiago de Chile: Asterión, 2013, p. 133.

³⁵⁰ Jorge Montealegre. *Memorias Eclipsadas. Duelo y resiliencia comunitaria en la prisión política*. Santiago de Chile: Asterión, 2013, p. 123.

também, quando começam a vir os primeiros sucessos na Justiça e as denúncias feitas por órgãos de direitos humanos como a Vicaría de la Solidaridad ganham mais crédito dentro do país, com a descoberta, por exemplo, dos corpos nos fornos de Lonquén, confirmando a existência de prisioneiros desaparecidos tão negada pela ditadura.³⁵¹

Nos Estados Unidos, investigações sobre o papel do país na derrubada de Allende e a morte de Orlando Letelier em plena Washington tornaram o apoio explícito ao regime pinochetista menos tolerável nos círculos do poder local. A ironia da nova fase na política externa estadunidense, que até havia pouco era importante no suporte à ditadura, aparece até mesmo para os prisioneiros no Chile, que agora têm no presidente Jimmy Carter (1977-1981) um “aliado” contra as violações de direitos humanos. Detido em 1978, Andrés Aylwin (irmão de Patricio Aylwin, que viria a ser o primeiro presidente da redemocratização) relata como, ao perguntar por seu direito a um telefonema, ouve a resposta do militar: “No se preocupe. Ya le prestaré el teléfono para que llame a su Presidente, el Sr. Carter”.³⁵²

Pressionado, Pinochet começa lentamente a trabalhar em uma transição. Após falar pela primeira vez em termos de etapas e prazos para seu governo no histórico discurso de Chacarillas em julho de 1977³⁵³, quando se coloca publicamente como um “brando” (reforçando a falsa ideia de que a DINA operava à revelia do ditador), Pinochet formalizará uma série de datas transicionais com a Constituição de 1980. A crise econômica do início da década também levará o governo a uma improvável virada, precisando contrariar os preceitos mais radicais de Chicago e intervir para resgatar diferentes setores – paradoxalmente, em pleno laboratório do neoliberalismo, o Chile

³⁵¹ Hugo Fruhling. Stages of Repression and Legal Strategy for the Defense of Human Rights in Chile: 1973-1980. *Human Rights Quarterly*, vol. 5, no. 4, 1983, p. 529-532. Não confundir esse achado com os supostos “fornos crematórios” que alguns relatos atribuíram aos campos de concentração chilenos (e que não existiram). Em Lonquén havia fornos de cal abandonados onde o regime escondeu os corpos de 15 prisioneiros presos em outubro de 1973, e cujos restos mortais foram ali encontrados em fins de 1978, em um dos episódios mais emblemáticos a desmentir as versões oficiais da repressão.

³⁵² Andrés Aylwin Azócar. *8 días de un relegado*. Santiago de Chile: Arcoiris, 1989, p. 16.

³⁵³ Tomás Moulian. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago de Chile: LOM/Arcis, 1997, p. 227-230. No Cerro Chacarillas, em Santiago, Pinochet discursou a um movimento de jovens de extrema-direita e propôs três etapas para o governo militar: a “recuperação” do país entre 1973 e 1980, a “transição” entre 1980 e 1985 e, a partir de 1985, uma fase de “normalidade” em que o poder seria gradativamente devolvido aos civis, com o estabelecimento de uma Câmara com dois terços de seus integrantes escolhidos por eleições diretas. Na prática, essas datas não funcionariam exatamente dessa forma, mas o discurso de Chacarillas estabeleceu o rascunho de alguns dispositivos da Constituição de 1980 – o mais notável deles sendo a previsão do plebiscito de 1988, no qual Pinochet tentaria seguir no poder até 1997, mas acabaria derrotado.

acaba apelando para um inesperado aumento do envolvimento estatal em 1983. Com a crise, esse ano também verá os primeiros protestos organizados desde o início da ditadura, que pegam o governo de surpresa.³⁵⁴ Com o tempo, e especialmente após o abrandamento da censura, cada vez mais chilenos procurariam a imprensa de oposição que havia surgido naqueles anos: em 1987, havia mais leitores de publicações à esquerda como *La Época* e *Fortín Mapocho* (23,6%) do que de jornais tradicionais e identificados com a ditadura, como *El Mercurio* (13,1%), o que faria com que também as publicações conservadoras começassem a dar voz à oposição a Pinochet e maior visibilidade a temas ligados à luta pelos direitos humanos, na tentativa de recuperar leitores.³⁵⁵

Começa, enfim, a haver uma perspectiva real de reabertura, ainda que longínqua, e mesmo velhos rivais políticos passam a se mobilizar nos bastidores diante do enfraquecimento do regime. Reuniões de base começam a reconciliar o centro e a esquerda, forjando o que viria ser a Concertación – a ampla coalizão formada para o plebiscito de 1988 e que depois governaria o Chile nos primeiros vinte anos após o retorno à democracia –, em um cenário em que muitos membros da democracia-cristã sentiam o peso do equívoco histórico que levou ao 11 de setembro e agora tentavam se aproximar dos partidos com quem guardaram animosidade na época do golpe.³⁵⁶

É nesse momento de efervescência política ressurgida, de busca por unir vários lados em uma espécie de frente ampla contra a ditadura, e de um princípio de crise que acabará por fazer o regime ruir meia década mais tarde, que aparecerá a oportunidade de prestar, aos próprios chilenos, um *testimonio* sobre a prisão política. Datado de 24 de junho de 1983, o Decreto Exento 262 do Ministério do Interior suspendeu definitivamente a necessidade de aprovação prévia do governo para a publicação de livros. Embora o mercado editorial ainda seguisse, em grande parte, fechado à republicação dos testemunhos mais explícitos veiculados no exílio, ele se abriria a novos relatos escritos dentro do país. Em seu *Miedo en Chile*, de 1984, a jornalista Patricia Politzer compila uma série de depoimentos e fala de um país que, na verdade, são dois – que não se olham,

³⁵⁴ Tomás Moulian. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago de Chile: LOM/Arcis, 1997, p. 284-294.

³⁵⁵ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 354-355.

³⁵⁶ Steve J. Stern. *Recordando el Chile de Pinochet. En vísperas de Londres 1998*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2009, p. 101-102.

não se tocam e não se conhecem, mas temem um ao outro.³⁵⁷ E, para vencer esse medo, uma característica secundária e quase apagada nos relatos exilados se torna central nos novos textos dentro do Chile: a mão estendida a uma conciliação.

Naquele mesmo 1984, na esteira da nova realidade legal, a revista semanal *Hoy* dá início a sua série *Testimonios* – e, para abrir a coleção, dá a oportunidade a um de seus repórteres, o veterano Alberto Gamboa, relatar o que vivera no Estádio Nacional e em Chacabuco. Seu *Un viaje por el infierno* é o primeiro e mais famoso trabalho da série, e também o texto pioneiro de um segundo período na forma como os testemunhos dos sobreviventes passam a ser publicados: a época transacional, em que os relatos em primeira pessoa sobre a experiência concentracionária começam a circular dentro do Chile desde o início. Enquanto trabalhos como o de Politzer tratavam de levar a voz jornalística às testemunhas ali retratadas, Gamboa fazia exatamente o oposto: trazia elementos de uma testemunha incorporada à voz do próprio jornalista preso. E, se os textos do exílio faziam metáforas da comunidade e da luta política derrotada pelo fascismo, Gamboa reforçará elementos da vida rotineira do campo, como uma metáfora do encontro entre os lados políticos que antes se enfrentavam, aludindo à possibilidade de reconciliação que – entendia – o Chile agora necessitava.³⁵⁸ A memória, que já não pode ser esmagada tão facilmente quanto no período anterior, ganha tração social, mesmo que adquira um tom menos audacioso.³⁵⁹ E a elaboração desse *testimonio* vai além da razão de se manter vivo para contar o que se viu e gerar uma resposta imediata, como nos textos exilados, mas também passa a olhar para o futuro³⁶⁰ – para que o narrado não se repita.

Enquanto a ditadura permanecer, não será uma tarefa fácil, nem uma difusão sem percalços. O texto de Gamboa é um exemplo da dificuldade de circulação: embora pudesse ser vendido nas bancas de jornais, teve que conviver com recolhimentos por parte das autoridades e, ao ser distribuído em quatro fascículos, tornou-se uma raridade

³⁵⁷ Patricia Politzer. *Miedo en Chile*. Santiago de Chile: CESOC, 1985.

³⁵⁸ Jaume Peris Blanes. *Historia del Testimonio Chileno. De las estrategias de denuncia a las políticas de memoria*. Quaderns de Filologia, Anejo LXIV, Universitat de Valencia, 2008, p. 212-213.

³⁵⁹ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 241.

³⁶⁰ Yvonne Unnold. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002, p. 97.

encontrar um chileno que conseguisse completar a coleção diante dos exemplares costumeiramente em falta. Ainda assim, o importante é que a obra eventualmente veio à luz. Alberto Gamboa era um nome de peso no jornalismo chileno e ainda atuante na imprensa crítica ao governo mesmo durante a ditadura – nunca deixou o país, nem logo após sair da prisão. Considerado “perigoso”, passou os anos posteriores à soltura reduzido à seção de esportes, mas a queda da censura criou coragem nos editores para que voltasse a se identificar com o texto político que marcara sua carreira antes do fim da democracia.³⁶¹

Entre agosto e setembro de 1984, às segundas-feiras, os quatro tomos de 96 páginas cada circulam pelo país assinados não por um militante relativamente obscuro, mas por um nome conhecido. Algo, inclusive, que os responsáveis pela série *Testimonios* pretendiam utilizar como incentivo a que outras vítimas publicassem seus relatos. Assim, embora geralmente exista uma interseção entre as periodizações aqui propostas, com aspectos de um momento respingando sobre o próximo (ou anterior), *Un viaje por el infierno* adquire um caráter francamente fundacional de um novo momento, denotado na introdução do primeiro volume, assinada pelo editor Mauricio Carvallo:

La oportunidad le llegó finalmente. Alberto ‘Gato’ Gamboa Soto aprovecha el lanzamiento de la serie ‘Testimonios’ de HOY, por cuya puerta es el primero en entrar. Y la dejará abierta a otros chilenos que nos contarán, a nosotros y a la historia, lo que ignorábamos – o queríamos ignorar – cuando hacíamos una existencia normal, mientras a ellos les cambiaban sus vidas.³⁶²

A possibilidade de adentrar o espaço público, em um cenário ainda ditatorial e repressivo (mesmo em abertura) como o de meados dos anos 1980, representará uma mudança na forma como a realidade da prisão é narrada. A obra de Gamboa inaugura um novo momento em relação às circunstâncias de publicação e ao tom adotado: como observa Jaume Peris Blanes, o *testimonio* chileno vai aglutinando práticas, discursos e estratégias distintas conforme o tempo passa – e, a cada passo em que ganha legitimidade e aceitação no espectro político, também perde potencial de confrontação e profundidade

³⁶¹ Manuel Sepúlveda Contreras et al. *¿Apagón cultural? El libro bajo la dictadura*. Santiago de Chile: Editorial Asterión, 2017, p. 130.

³⁶² Mauricio Carvallo. El libro del “Gato”. In: Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno, Tomo Primero, La Partida*. Santiago de Chile: Araucaria, 1984, p. 7.

crítica; mais exatamente, o discurso em que a denúncia era mais crua e indignada nas suas acusações cede espaço a um discurso conciliatório que tenta reforçar a recuperação de uma unidade nacional para superar os horrores da ditadura.³⁶³ Essa estratégia contribuiu para atingir um público mais amplo: com demanda superior a 100 mil exemplares, legalizado e sem ser distribuído por um meio vinculado a organizações de esquerda, o livro chegava também àqueles que eventualmente tivessem sido favoráveis à ditadura em um primeiro momento, diferentemente das obras exiladas que, quando entravam clandestinamente no Chile, só tinham difusão em círculos estritos e militantes.³⁶⁴

Neste novo momento, “não se tratava mais de denunciar uma situação existente para a qual se exigia um fim, mas de levantar ata de acontecimentos passados dos quais se pedia reconhecimento e respeito: esse era o terreno no qual a ideia de memória começava a localizar sua luta”.³⁶⁵ Para Steve Stern, o Chile do início dos anos 1980 poderia ser metaforizado como uma casa cuja sala de estar é dominada por uma gigantesca caixa de verdades (*truth box*), um ponto de referência inescapável quando se tentava ler o presente, adivinhar o futuro ou ganhar legitimidade nos olhos dos outros. Era uma caixa onde os álbuns organizados da “memória emblemática” disputavam espaço com os registros e mensagens esparsos da tradição oral (*lore*): quem a abrisse, podia concordar ou discordar do que dizia cada álbum, ou cada versão, e até mesmo acrescentar a sua própria “fotografia” – mas, pouco a pouco, todos os habitantes da casa podiam reconhecer os vários roteiros que organizavam esses álbuns, isto é, os posicionamentos que disputavam lugar nesse embate pela memória.³⁶⁶

A suspensão da censura prévia às obras literárias permitiu que até mesmo o que antes existia apenas como uma versão subterrânea, agora ganhasse seu próprio álbum. Para que isso ocorresse, no entanto, era preciso fazer concessões, renunciar ao

³⁶³ Jaume Peris Blanes. *Historia del Testimonio Chileno. De las estrategias de denuncia a las políticas de memoria*. Quaderns de Filologia, Anejo LXIV, Universitat de Valencia, 2008, p. 14.

³⁶⁴ Manuel Sepúlveda Contreras et al. *¿Apagón cultural? El libro bajo la dictadura*. Santiago de Chile: Editorial Asterión, 2017, p. 132-133.

³⁶⁵ Jaume Peris Blanes. *Historia del Testimonio Chileno. De las estrategias de denuncia a las políticas de memoria*. Quaderns de Filologia, Anejo LXIV, Universitat de Valencia, 2008, p. 220. Tradução própria. No original: “No se trataba más de denunciar una situación existente a la que se le exigía un fin, sino de levantar acta de unos acontecimientos pasados de los que se pedía reconocimiento y respeto: ése era el terreno en el que la idea de memoria comenzaba a ubicar su lucha”.

³⁶⁶ Steve J. Stern. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 245.

enfrentamento mais explícito que havia marcado os *testimonios* do exílio, e conquistar o debate público de outra maneira. Aqui, convém fazer um esclarecimento: assim como a delimitação dos períodos que proponho é tentativa (embora haja alguns pontos marcantes, que escolho como delimitadores, sempre haverá algumas obras com as características de uma fase aparecendo em outra), também persiste um convívio dos *testimonios* em primeira pessoa com outros trabalhos baseados em testemunhos. No Chile, o *testimonio* dentro da definição que tenho utilizado só irá além de grupos limitados que tinham acesso a obras clandestinas a partir da suspensão da censura em 1984 e, mesmo depois disso, ainda levará muito tempo para que esta seja a forma primordial com que os sobreviventes venham a se manifestar dentro do país – em geral, os sobreviventes e as organizações de direitos humanos farão uso de testemunhos que não saem em primeira pessoa: relatos que entram no debate público por meio de informes judiciais (independentes ou, após 1991, com o apoio do Estado), livros-reportagem, entrevistas, ou nas publicações da Vicaría de la Solidaridad.³⁶⁷

Assim, quando falamos propriamente no *testimonio* em primeira pessoa, existe uma continuidade – e, por vezes, até mesmo um vazio – que se estende entre 1984 e a explosão de interesse renovado que virá a partir de 1998, rendendo uma nova demanda por memória e ocasionando um *boom* à chilena. De fato, este é um período com relativamente poucos *testimonios* diretos novos vindo a público, com a abertura democrática trazendo mais reedições do que já havia circulado no exílio do que trabalhos efetivamente inéditos. Compreender essa coexistência é importante para sustentar a extensão que proponho para este segundo momento do *testimonio* no Chile, que é cruzado quase na metade pelo retorno à democracia. Por que um único período estendido até o final dos anos 1990, e não dois, com um possível corte com a posse de Patricio Aylwin? Precisamente pelos compromissos que a transição à democracia se vê obrigada a fazer, e pela demora – não diretamente relacionada à política do Estado, mas concomitante a ela – no aparecimento de *testimonios* com novas características. Quando houver, sim, obras novas, os anos iniciais da transição não verão trabalhos flagrantemente distintos ao que ocorrera anteriormente: os sobreviventes estarão dedicados a contribuir com

³⁶⁷ Jaume Peris Blanes. *Historia del Testimonio Chileno. De las estrategias de denuncia a las políticas de memoria*. Cuadernos de Filología, Anejo LXIV, Universitat de Valencia, 2008, p. 178.

levantamentos como o *Memoria Prohibida* da Vicaría de la Solidaridad ou, mesmo, com as investigações do Informe Rettig, antes da frustração com os resultados do relatório final também servir como combustível para o período seguinte.

São os anos daquilo que Steve Stern³⁶⁸ chama de “convivência” e Tomas Moulian³⁶⁹ prefere denominar “consenso” – as concessões aos apoiadores e membros da ditadura para garantir a transição. Revelar os fatos da violência política cometida pelo Estado, nesse momento, convertia-se em um paradoxo: indicar uma reparação era fundamental para construir a convivência pretendida pela redemocratização (ainda mais quando o primeiro presidente do novo período, Patricio Aylwin, era um artífice do golpe convertido em aliado dos próprios socialistas que ajudara a remover do poder em 1973), mas também poderia implodir o processo se expusesse demais os responsáveis pelos crimes do passado recente. É o que tornará as vítimas das violações e seus familiares aquilo que Rafael Otano chama de “perdedores absolutos da transição³⁷⁰”: recebiam homenagens e reconhecimentos simbólicos, mas escassos avanços jurídicos, em um governo que tentava se equilibrar à sombra de um Augusto Pinochet que, já não ditador, ainda comandaria o Exército até 1998.

Desta maneira, grande parte dos *testimonios* publicados entre 1984 e 1998 no Chile ou manterá o tom conciliador visto a partir de Gamboa ou, se apresentar diferenças claras, o fará por uma razão bastante simples: os chilenos passarão a ter acesso às denúncias dos anos 1970, trabalhos que não são novos (e, geralmente, não são atualizados), embora fossem inéditos dentro do país – é a época em que obras publicadas no período entre 1973 e 1983 começam a ganhar edições chilenas. Essa publicação formal dentro do país tem efeitos sociais importantes, corroborando, por exemplo, os resultados levantados pela Comissão Rettig, mas não representa uma mudança em relação ao que já se havia visto quando pensamos propriamente na escrita dos *testimonios* ao longo das décadas – afinal, são os mesmos textos de antes. Será no momento seguinte que os chilenos se depararão com uma nova ênfase, após os momentos da denúncia e da conciliação: depois os anos mais tensos do início da transição, da comprovação das

³⁶⁸ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010.

³⁶⁹ Tomás Moulian. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago de Chile: LOM/Arcis, 1997.

³⁷⁰ Rafael Otano. *Nueva crónica de la transición*. Santiago de Chile: LOM, 2006, p. 418-419.

violações pela Comissão Rettig e da pressão por uma culpabilização judicial além da busca por verdade³⁷¹, virá um momento de acertar as contas. Mas, antes, a conciliação.

2.3.1. Alberto Gamboa, o jornalista inconveniente

No momento do Golpe de 1973, Alberto Gamboa ocupava o cargo de editor no diário *Clarín*, um jornal popularesco, barato e editorialmente inclinado à esquerda. Seu slogan inconfundível pregava, em letras brancas sobre um fundo vermelho: “Firme junto al pueblo”. Pícaro e crítico aos conservadores, um dos responsáveis por popularizar termos como *momios* (“múmias”) para se referir à direita, o *Clarín* ganhou força nos dias da UP e se manteve como o diário mais vendido no Chile de Allende. O jornal retratava a postura irreverente do editor: Gamboa, com 52 anos (o mais velho dos três *testigos* cuja obra destaque), era um veterano de batalhas contra os desmandos dos governos, mesmo em democracia. Já no final da vida, em uma longa série de entrevistas concedidas a Francisco Mouat, que virou o livro *Las siete vidas del Gato Gamboa*, de 2012, ele respondia de forma curiosa à pergunta sobre quantas vezes havia sido preso antes da ditadura:

- Não muitas; devo ter estado preso umas vinte vezes.
- Te parece pouco vinte vezes?
- Não me parece tanto se pensamos que estive doze anos dirigindo o jornal.³⁷²

Nessas dezenas de prisões que acreditava nem serem tantas assim, quase sempre curtas detenções por desagradar a um ou outro poderoso, Gamboa jamais encontrou a brutalidade com que se depararia depois. Com a tomada de poder pelos militares, o *Clarín* teria seu parque gráfico desmantelado, suas propriedades liquidadas e seus colaboradores perseguidos. Até a publicação de uma edição especial em 11 de setembro de 2013, no

³⁷¹ O lema da convivência pregada por Aylwin podia ser resumido na frase apregoando que o seu governo buscava “verdad y justicia en la medida de lo posible”. A verdade dos fatos era alcançável, mas vitórias jurídicas ainda eram complicadas. Os avanços seriam sempre prudentes na direção dos direitos humanos e, prioritariamente, buscou-se trazer à tona os acontecimentos antes de tentar uma mudança das leis (ou da interpretação delas), como a de Anistia, a fim de fazer justiça. Cf. Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, p. 32.

³⁷² Francisco Mouat. *Las siete vidas del Gato Gamboa. Conversaciones con Alberto Gamboa, último director del diario Clarín*. Santiago de Chile: Lolita Editores, 2012, p. 24.

quadragésimo aniversário do golpe, o jornal nunca mais voltaria a circular em versão impressa. O *Gato Gamboa*, como era conhecido, seria preso quase de imediato, desta vez para o mais longo e humilhante de seus vários períodos sem liberdade. E os militares estavam dispostos a fazê-lo pagar pelas provocações que seu jornal estampava.

Desde as primeiras semanas, o agora ex-editor do *Clarín* foi submetido a uma série de provações, desde as simbólicas (como o episódio em que os militares cortaram só um lado de seu bigode, para ridicularizá-lo), até as abertamente agressivas, com uma tortura que, a exemplo do ocorrido com Corvalán Castillo e agora repetida com Gamboa, era movida por um rancor pessoal. “Le dieron tanto que le pusieron la espalda más negra que a un carbón”, recordará Manuel Cabieses³⁷³, também jornalista, e outro alvo de interrogatórios dedicados a questionar seu ofício prévio ao 11 de setembro. Rolando Carrasco³⁷⁴ conta que, enquanto em uma sala “daban cachuchazos a Gamboa”, Cabieses tinha que falar sobre “la orientación política de los editoriales del vespertino *Última Hora*”, com a sorte de que os militares de turno aparentemente desconheciam seu envolvimento na *Punto Final*, “revista bastante más conflictiva que el diario socialista”.

Mas Gamboa era uma cara conhecida e, embora os relatos alheios deem a entender que já havia sido submetido às sevícias do cárcere desde o início, não foi exatamente assim. Antes das torturas, ele será pinçado pelas autoridades a cargo da prisão política no Estádio Nacional para falar à imprensa internacional em nome dos prisioneiros. A ideia era que o jornalista, uma figura estimada fora do país, concedesse uma aura de veracidade à versão oficial de que os prisioneiros eram bem tratados. Segundo Virgilio Figueroa, o coronel Espinoza, que comandava o estádio, teria ameaçado Gamboa “con nueva tortura y más encarnizada [...] si formulaba declaraciones antimilitares”, e de modo algum “debía revelar, ni siquiera tangencialmente, el sufrir de los prisioneros en el estadio; mencionar la mala comida; el pésimo alojamiento y electrificación experimentados junto a su compañero Aibar Varas en el velódromo”.³⁷⁵

³⁷³ Manuel Cabieses. CHILE: 11.808 horas em campos de concentración. In: _____. *11.808 horas en campos de concentración*. Caracas: Fondo Editorial Salvador de la Plaza, [1975c]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/cabieses/cap1.html> Acesso em 20 fev. 2018.

³⁷⁴ Rolando Carrasco. La libertad. In: _____. *Prigué. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977k]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap9.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

³⁷⁵ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 213.

Embora as ameaças fossem reais, não se tratava de uma nova tortura, esclareceria o *Gato* na sua conversa com Mouat publicada em 2012: a fala à TV foi antes de qualquer tortura, mas Gamboa tinha plena consciência de estar sendo usado, e que não podia dizer a verdade, ao custo da vida – dele próprio ou dos companheiros ao redor.³⁷⁶ Apesar da frustração com a situação, justificou a si mesmo que a farsa ao menos teria a utilidade de comprovar que estavam mesmo ali (e vivos), em um momento de incertezas sobre o paradeiro dos prisioneiros: “nunca tuve mucha opción. Aparecer en pantalla al menos era la constatación de que estábamos vivos y de pie, y en ese momento no era un asunto menor para nuestra gente”.³⁷⁷ Quando finalmente foi torturado, procurou nunca responder a sério, tentando se mostrar um interrogado inútil – a lógica pessoal, dizia, era que, se aparecesse como uma fonte valiosa aos olhos dos militares, não lhe soltariam mais.³⁷⁸ Já transferido para Chacabuco, onde permaneceria até 29 de setembro de 1974, cumprindo 375 dias de detenção³⁷⁹, Gamboa também teve a oportunidade de viver a fase distinta que tantos prisioneiros relatam ao comparar o campo de concentração no meio do deserto com os momentos anteriores. Lá, “no nos torturaban, salvo cuando nos asoleaban sin agua”.³⁸⁰ A experiência era de prisão, mas com um pouco mais de flexibilidade na vida rotineira: “estábamos presos y por supuesto nos trataban como tales, nos gritoneaban, y nos habrían baleado si hubiésemos pretendido arrancar, pero no puedo comparar lo que sufrí en el estadio con lo que viví en Chacabuco”.³⁸¹

Dentro das mudanças, esteve a possibilidade de contribuir para elevar a moral dos colegas de prisão exercendo aquilo que sabia tão bem: escrever sobre o cotidiano do campo. Gamboa foi um dos jornalistas responsáveis pelo jornal mural de Chacabuco, um dos pequenos traços do dia a dia que permitiam um respiro, e chegou a retomar o papel de conselheiro sentimental que exercera por anos nas páginas dos jornais que trabalhava.

³⁷⁶ Francisco Mouat. *Las siete vidas del Gato Gamboa. Conversaciones con Alberto Gamboa, último director del diario Clarín*. Santiago de Chile: Lolita Editores, 2012, p. 60.

³⁷⁷ Alberto Gamboa in Francisco Mouat. *Las siete vidas del Gato Gamboa. Conversaciones con Alberto Gamboa, último director del diario Clarín*. Santiago de Chile: Lolita Editores, 2012, p. 57.

³⁷⁸ Francisco Mouat. *Las siete vidas del Gato Gamboa. Conversaciones con Alberto Gamboa, último director del diario Clarín*. Santiago de Chile: Lolita Editores, 2012, p. 56.

³⁷⁹ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 13-14.

³⁸⁰ Alberto Gamboa in Francisco Mouat. *Las siete vidas del Gato Gamboa. Conversaciones con Alberto Gamboa, último director del diario Clarín*. Santiago de Chile: Lolita Editores, 2012, p. 73.

³⁸¹ Alberto Gamboa in Francisco Mouat. *Las siete vidas del Gato Gamboa. Conversaciones con Alberto Gamboa, último director del diario Clarín*. Santiago de Chile: Lolita Editores, 2012, p. 73.

A carreira pregressa também apareceu de outra forma, menos lisonjeira, quando um dos comandantes de Chacabuco que havia conhecido Alberto Gamboa anos antes do golpe (quando ele fora ao sul do país cobrir as repercussões do terremoto de Valdivia, em 1960³⁸²) e tentou se valer de uma pretensa camaradagem para arrancar – sem sucesso – alguma informação. Adolfo Cozzi reconstituiu o diálogo com base nos relatos alheios:

- Aquí tengo tu expediente – [el militar] le mostró una carpeta – En este rato estuve estudiando por qué estás aquí. Trabajai en el diario *Clarín*.
- Claro. Era el director.
- Pero ese diario era el campeón de la injuria izquierdista.
- Cuando nos conocimos también trabajaba en un diario de izquierda, Última Hora, ¿te acordái? Y nada que tuve problemas.
- Es que eran otros tiempos.
- En esto estoy completamente de acuerdo.³⁸³

A prisão deixaria marcas profundas na vida pessoal de Gamboa. María Eliana, a companheira que estivera com ele por 15 anos antes do golpe – e a quem ele destina uma carta incluída em *Un viaje por el infierno*, narrando um jogo de futebol entre presos e militares em Chacabuco –, acabaria por deixá-lo, exausta da perseguição dos militares. Uma situação bastante comum a muitos prisioneiros cujas mulheres com quem mantinham relacionamento acabavam por se afastar, pelo cansaço, impossibilidade de comunicação, ou mesmo a incerteza quanto à sobrevivência do companheiro, o que levou a uma piada interna da prisão política, que Gamboa reproduz: uma brincadeira comum em Chacabuco, entre aqueles próximos de serem liberados, dizia ser preciso encontrar uma forma de avisar que se está voltando para casa; há que se telefonar antes ou, no mínimo, chegar assoviando – para não surpreender a esposa com outro. Já no final de seu texto, recordando o momento da devolução da sua liberdade, ele voltaria a esse tema:

- El taxi aceleró su carrera hacia Las Condes. En ese pueblito estaba mi hogar.
Y en ese hogar, mi mujer y mis hijos.
Me quedé pensando...
– ¿La llamo por teléfono, o entro silbando?³⁸⁴

³⁸² Ocorrido em 22 de maio de 1960, o Sismo de Valdivia atingiu a região centro-sul do Chile e teve uma magnitude 9,5 na escala de momento, a maior já registrada no mundo.

³⁸³ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 87.

³⁸⁴ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 211.

Seu filho, Víctor Alberto Gamboa Arredondo, seria outra pessoa de quem o *Gato* acabaria se afastando nos dias de encarceramento. Ele é destinatário de outras cartas, ainda mais significativas, nas quais se explicita o discurso conciliador trazido nos livros de 1984. Membro da Marinha, Víctor sofreu algum acosso nos primeiros dias após o golpe, depois foi deixado em paz, mas a relação entre ambos esfriou. “No lo quiero estorbar en sus cosas”, dizia Gamboa em seu relato nos últimos anos de vida, com o filho já na casa dos 60 anos, ao ser perguntado se não gostaria de ter mais contato.³⁸⁵

Além da vida pessoal, sua situação profissional também se deteriorou. Contrariando a lógica de prisioneiros com notabilidade pública, não se exilou. Permanecendo no Chile, teve que encontrar formas alternativas de subsistir, e chegou a trabalhar na construção do metrô de Santiago. Quando jornais oposicionistas começaram a ser permitidos, ainda que tutelados, ele pôde atuar novamente em sua área de origem, mas em cargos discretos e sem abertura para entrar em altercações políticas que poderiam custar o fechamento do jornal. Seria com a publicação audaciosa e pioneira de *Un viaje por el infierno* que isso mudaria. Nos anos seguintes, Gamboa rapidamente ascendeu a novas posições de destaque e, voltando à forma dos dias do *Clarín*, foi o idealizador da capa mais famosa do final da ditadura: em 11 de outubro de 1988, passado o plebiscito que rejeitou a continuidade de Pinochet no poder, o *Fortín Mapocho* saiu estampando em letras vermelhas que “Los fanáticos del sí y de Pinochet olvidan que el 5 de octubre... ¡Corrió solo y llegó segundo!”.³⁸⁶ “Ese titular fue la gran conquista de este grupo de reporteros aventureros y atorrantes”, diria, sobre o pequeno jornal oposicionista que se tornou uma das grandes pedras no sapato do regime na época da transição.³⁸⁷

Com a redemocratização, os jornais mais à esquerda e que se diferenciavam por sua coragem de confrontar Pinochet acabaram perdendo espaço, sendo extintos e,

³⁸⁵ Francisco Mouat. *Las siete vidas del Gato Gamboa. Conversaciones con Alberto Gamboa, último director del diario Clarín*. Santiago de Chile: Lolita Editores, 2012, p. 50.

³⁸⁶ Essa manchete se tornou tão famosa que frequentemente é confundida como se fosse a capa do jornal no dia seguinte ao plebiscito de 5 de outubro de 1988. Na realidade, o primeiro *Fortín Mapocho* após o triunfo do “não” a Pinochet saiu com um título muito mais esquecível: “Adiós General, adiós carnaval. Gobierno reconoció el triunfo del No”. Gamboa ficou incomodado com a pouca repercussão e, quase uma semana depois, saiu-se com a frase que simbolizou o fracasso do general, ao perder uma votação em que concorria pessoalmente e “sem adversários”, com a alternativa à permanência no poder sendo apenas a promessa de convocar eleições caso fosse derrotado. Para as capas, cf. Imagens 8 e 9.

³⁸⁷ Alberto Gamboa in Francisco Mouat. *Las siete vidas del Gato Gamboa. Conversaciones con Alberto Gamboa, último director del diario Clarín*. Santiago de Chile: Lolita Editores, 2012, p. 32.

eventualmente, substituídos por outros veículos que conversariam mais com os novos contextos. Já idoso, Gamboa também se afastaria gradativamente da rotina das redações a partir da década de 1990. Teve uma longa vida: faleceu em janeiro de 2019, a um mês de celebrar seu 98º aniversário. Dois anos antes, havia sido agraciado com uma honraria tardia: o Prêmio Nacional de Jornalismo, o mais elevado reconhecimento profissional oferecido pelo governo do Chile.³⁸⁸



Imagens 6 e 7. As duas capas de *Fortín Mapocho* na sequência do plebiscito de 1988. À esquerda, a menos famosa, no dia seguinte à votação. À direita, a da edição de 11 de outubro, quase uma semana mais tarde, com a tirada de Gamboa que se tornaria uma das frases mais simbólicas da derrocada da ditadura:

Pinochet “correu sozinho e chegou em segundo”. Fonte: Reprodução.

Dos tempos de prisão até a morte, conservou uma vistosa barba. Se no Estádio Nacional haviam cortado metade do bigode que mantinha até então, no isolamento de

³⁸⁸ Os Prêmios Nacionais oferecidos pelo governo do Chile contemplam profissionais notáveis de várias áreas. O primeiro foi o de Literatura (criado em 1942), ao qual se seguiram o de Jornalismo (1954), História (1974), Ciências da Educação (1981), Artes Plásticas, Artes Musicais, Artes da Representação e Audiovisuais, Ciências Aplicadas e Tecnológicas, Ciências Exatas, Ciências Naturais, Humanidades e Ciências Sociais (todas categorias mais restritas criadas em 1992, substituindo as mais amplas de Arte, que existia desde 1944, e de Ciências, estabelecida em 1969) e Telecomunicações (2015).

Chacabuco o *Gato* passaria longos meses sem se afeitar. Ao sair, decidiu manter a aparência: “pensé que si me dejaba la barba iba a estar presente en mi vida todo ese pasado, que para muchos fue oprobioso, que me tuvo bien cagado también, pero que con el tiempo siento que es como uno de los períodos más interesantes que he vivido”.³⁸⁹

2.3.2. *A viagem pelo inferno*

“Gamboa pasó indemne la prueba. No es un resentido. Sigue creyendo en la reconciliación”, escreve Mauricio Carvallo já na apresentação de *Un viaje por el inferno*, e com apenas oito páginas de um livro que inaugura uma nova fase no *testimonio* chileno acaba definindo o tom que será dominante nas obras dos anos seguintes. Gamboa, define o colega de redação na *Hoy*, é um otimista a toda prova, e seu testemunho tem uma mensagem que se sobressai: “ninguna situación, por más angustiosa que sea, es eterna y más temprano que tarde la prisión será abierta y llegará la libertad para todos”.³⁹⁰ A prisão do *Gato* não era só o Estádio Nacional ou Chacabuco, mas também aquela mais ampla com a qual os chilenos que o liam podiam se identificar de alguma forma (detidos ou não no passado): a própria ditadura.

Pouco adiante, no que são as linhas iniciais da parte autoral do livro, Alberto Gamboa investirá no argumento de que seu relato não busca apontar dedos nem – em flagrante contraste com a busca de se enunciar como a verdade que marca os relatos exilados – ser a única versão possível dos fatos. Seu texto “es simplemente un testimonio³⁹¹”, argumenta, e aqui não há qualquer tipo de carga teórica ou reflexão sobre o *testimonio* enquanto gênero: é a palavra usada em seu sentido popular como uma manchete do *Clarín*. Gamboa quer prestar um testemunho, diz, como o jornalista que era (e que queria continuar sendo, como explicita sua frase na apresentação: “lo único que quiero es hacer periodismo y ojalá que me dejen...³⁹²”). Assim, de braços estendidos para

³⁸⁹ Francisco Mouat. *Las siete vidas del Gato Gamboa. Conversaciones con Alberto Gamboa, último director del diario Clarín*. Santiago de Chile: Lolita Editores, 2012, p. 79.

³⁹⁰ Mauricio Carvallo. El libro del “Gato”. In: Alberto Gamboa. *Un viaje por el inferno, Tomo Primero, La Partida*. Santiago de Chile: Araucaria, 1984, p. 8.

³⁹¹ Alberto Gamboa. *Un viaje por el inferno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 14.

³⁹² Alberto Gamboa in Mauricio Carvallo. El libro del “Gato”. In: Alberto Gamboa. *Un viaje por el inferno, Tomo Primero, La Partida*. Santiago de Chile: Araucaria, 1984, p. 10.

a convivência, Gamboa insiste: o texto é “un testimonio y no una acusación. No he sido ni soy el dueño de la verdad, como se estila en estos momentos. No puedo decir enfáticamente: ¡ésta es mi verdad y la tuya no sirve! Tampoco se trata de que los malos sean ellos y los buenos nosotros”.³⁹³

Há muitas verdades, entende o *Gato*, e ao ler isso subitamente parecemos deixar um período em que os militares eram comparados ao nazismo para entrar noutro em que já nem mesmo se trata de falar que “eles” são maus e “nós”, bons. A transição, claro, não se dá de forma tão súbita e, se Gamboa é um marco simbólico da nova fase, isso não quer dizer que antes não se fizesse qualquer tipo de aceno aos militares, aos repressores denunciados nas obras dos anos 1970. Como venho argumentando, as características dos períodos aqui propostos são mais marcantes em determinadas épocas, predominando ao longo das obras típicas de uma ou outra fase, mas por vezes podemos encontrar recursos a estratégias discursivas que só se consolidariam depois. Não é como se um belo dia as vítimas da repressão pinochetista tivessem se encontrado e discutido as bases com que os *testimonios* seriam escritos a partir dali. O avanço dos temas foi orgânico e conversou com o momento: do mesmo modo que ocorrerá com a narração de episódios de resistência à desumanização, que explorarei no próximo capítulo, também as outras características perpassam os três períodos, mas sua proeminência nos textos varia enormemente.

Um exemplo muito perceptível de uma reflexão sobre a evolução das narrativas típicas dos anos 1970 para o discurso que marca a fase pós-1984 surge em *Isla 10*, do ex-ministro de Mineração de Allende, Sergio Bitar, um dos altos funcionários do governo derrubado que foram desterrados no extremo sul do país. O livro nasce de suas memórias ditadas à esposa, Kenny, durante o exílio: foi “pensado” em 1975, mas revisado para publicação só em 1986, saindo pela primeira vez (e em solo chileno) no ano seguinte. Ao revisitar o que contara no calor setentista, relata Bitar, “ocurrió algo inesperado: releía las páginas y el recuerdo inicial era muy borroso, sólo paulatinamente iba retornando a mi memoria. A ratos era como si el texto lo hubiera escrito otro”.³⁹⁴ Diante da estranheza causada por seu próprio testemunho relido com onze anos de distância, Bitar decidiu adotar um tom menos inflamado do que faria se o texto tivesse saído no exílio: “si algún

³⁹³ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 14.

³⁹⁴ Sergio Bitar. *Dawson. Isla 10*. 12. ed. Santiago de Chile: Pehuén, 2009, p. 16.

cambio mayor realizamos, fue reducir el tono apasionado, algunas expresiones cargadas de ineludible emotividad. Con el correr de los años, esa pasión se va desvaneciendo”, admite, e só restam as descrições dos fatos, despidas dos adjetivos que pareciam necessários algum tempo antes.³⁹⁵ Como diz Wieviorka, “o momento em que o testemunho é dado nos diz muito sobre a sociedade na qual a testemunha vive”.³⁹⁶

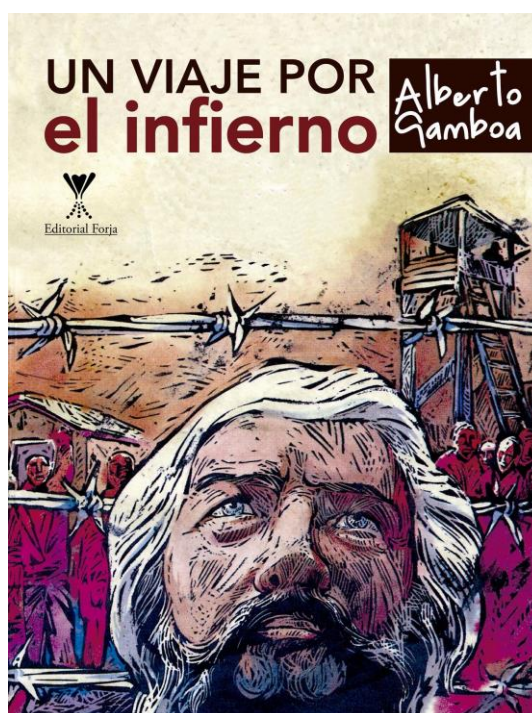


Imagem 8. Capa da reedição de 2010 de *Un viaje por el infierno*. A ilustração é a mesma utilizada na capa do quarto tomo da edição original de 1984.

O livro de Bitar sai nos estertores da ditadura, quando não existe mais censura oficial, mas ainda vem em um Chile governado por Pinochet e onde as liberdades são limitadas – algo que o próprio Gamboa viveria quando da publicação de seus fascículos, com o recolhimento de suas obras para ocultá-las tanto quanto possível. Como dirá Jorge Montealegre no prefácio à reedição de 2010 de *Un viaje por el infierno*, “paradójicamente, existen beneficios de la censura. Obliga a aguzar el ingenio para eludirla y a encontrar nuevas estrategias de escritura para aludir los temas prohibidos”.³⁹⁷

³⁹⁵ Sergio Bitar. *Dawson. Isla 10*. 12. ed. Santiago de Chile: Pehuén, 2009, p. 16.

³⁹⁶ Annette Wieviorka. *The Era of the Witness*. Ithaca: Cornell University Press, 2006, p. 137.

³⁹⁷ Jorge Montealegre. Las memorias de un viaje por el infierno. In: Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 9.

Montealegre também é taxativo sobre como o livro revela tanto sobre a prisão quanto sobre o momento em que é publicado: “el libro de Gamboa, entonces, testimonia de hechos momentos de la dictadura: la prisión inmediatamente después del golpe, que es el asunto que trata; la situación en que el mismo libro es editado, durante la dictadura plenamente instalada de los años ochenta”.³⁹⁸ O *Gato* nunca esconde o sofrimento vivido, mas bate com uma mão enquanto estende a outra, equilibra parágrafos sobre torturas com descrições do dia a dia e concessões aos militares menos vis de uma forma que era mais rara nos textos do exílio – que, além do compromisso de denúncia, também tinham a liberdade de não precisar se deparar com qualquer amarra imposta dentro do Chile.

De uma forma muito mais rara, sim, mas não inexistente: eram apenas mais breves, mais fugazes, clandestinas como a própria escrita. Em *Prigué*, um dos livros que mais condensa características marcantes dos três períodos que proponho, Carrasco descreve uma cartinha que os prisioneiros receberam ao serem devolvidos a Santiago: “tengan confianza, compañeros. Tienen amigos entre nosotros” – assinada “Co-li-mi”, as sílabas de “milico” ao contrário.³⁹⁹ Se o movimento descrito por Carrasco é no sentido inverso, de um militar solidário aos detidos, no mesmo 1977 Quijada já aparece sugerindo uma conciliação a partir da perspectiva do perseguido: “todos saben que esto pasará y mi mayor anhelo es que en el día de mañana [...] nos encontremos en cualquier lugar, podamos saludarnos recíprocamente, con alegría, y recordar sin odios esta triste aventura”.⁴⁰⁰ Em 1980, Montes também destaca um diálogo na prisão em que os presos tentam identificar quais militares são efetivamente verdugos e quais não são. “Es difícil reconocerlo, sobre todo aquí”, diz um, para a pronta resposta: “tenemos que hacerlo”.⁴⁰¹

Esses reconhecimentos, breves e estrategicamente desinteressantes nos anos 1970, ressurgem com mais força no período transicional. O raro militar que dispensava um tratamento mais humano aos prisioneiros nos textos exilados é uma figura com maior presença em Bitar, destacando que “ellos llegaban con una primera actitud de frialdad, de

³⁹⁸ Jorge Montealegre. Las memorias de un viaje por el infierno. In: Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 11.

³⁹⁹ Rolando Carrasco. Co-Li-Mi. In: _____. *Prigué. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977w]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap21.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

⁴⁰⁰ Aníbal Quijada. El capitán de los círculos. In: _____. *Cerco de púas*. La Habana: Casa de las Américas, [1977d]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap3.html> Acesso em 20 fev. 2018.

⁴⁰¹ Jorge Montes. Capítulos LI-LX. In: _____. *La luz entre las sombras*. Barcelona: Bruguera, [1980i]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap51.html> Acesso em 20 fev. 2018.

cierto temor, de dureza, pero al poco tiempo la situación cambiaba”.⁴⁰² Simultaneamente, os textos publicados entre meados dos anos 1980 e o final da década de 1990 ecoarão a preocupação demonstrada por Gamboa: prestar um testemunho não mais como uma revelação imediata, mas de olho no futuro (*future oriented*, na expressão de Yvonne Unnold⁴⁰³), na “convivência” vista como necessária para o Chile que quer voltar à democracia. Seja antes da queda de Pinochet, como ocorre em Bitar, que argumenta em 1987:

Pensé mucho si publicar esta crónica en los tiempos que corren: uno no sabe dónde está el límite entre la prudencia y la cobardía, entre el coraje y la irresponsabilidad. Por sobre todo, creo que es un testimonio útil y siento el deber de publicarlo. [...] Mi generación nació y vivió en democracia y nos pareció que ello estaba asegurado para siempre. Pero en todas las sociedades subyacen fuerzas negativas, del egoísmo y la destrucción, capaces de acciones inhumanas.⁴⁰⁴

... seja após a redemocratização, ainda tutelada pela sombra do ex-ditador que seguirá comandando as tropas por outros oito anos após entregar a faixa presidencial, como podemos ver em *Chacabuco y otros lugares de detención*, publicado originalmente por Sadi Renato Joui Joui em 1994:

Este diario lo entrego con mucha objetividad y tolerancia. No me anima ningún espíritu revanchista ni de odio contra las Fuerzas Armadas. Entiendo que esta amarga experiencia nos servirá a todos por igual. No se puede interrumpir, bajo ningún pretexto, la estabilidad democrática de nuestra patria. [...] Este diario pretende modestamente dejar un testimonio objetivo de lo que aconteció en un proceso de mejor convivencia nacional. [...] [Q]uiero agradecer a todas las personas que me ayudaron, con sus consejos y sugerencias, para poder entregar un diario humano y verídico, que asista a las generaciones futuras a construir una sociedad más democrática, tolerante, progresista y respetuosa de los derechos de los ciudadanos.⁴⁰⁵

Talvez o livro em que as buscas dessa época fiquem mais claras seja *8 días de un relegado*, de Andrés Aylwin, publicado em 1989 – um ano significativo por ser justamente o hiato da transição, entre a derrota de Pinochet no plebiscito de 1988 e a sua

⁴⁰² Sergio Bitar. *Dawson. Isla 10*. 12. ed. Santiago de Chile: Pehuén, 2009, p. 175.

⁴⁰³ Yvonne Unnold. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002, p. 97.

⁴⁰⁴ Sergio Bitar. *Dawson. Isla 10*. 12. ed. Santiago de Chile: Pehuén, 2009, p. 17.

⁴⁰⁵ Sadi Renato Joui Joui. *Chacabuco y otros lugares de detención*. 3.ed. Valparaíso: Narrativa Punto Aparte, 2014, p. 16.

entrega da presidência em 1990. Democrata-cristão e irmão de Patricio Aylwin, que se tornaria o primeiro presidente pós-ditadura, Andrés revela em seu texto muito do que marcará a política oficial da “convivência” da década seguinte. Narrando um episódio que viveu onze anos antes, quando ele e outros colegas de partido foram brevemente desterrados para o norte do país após as primeiras ações da sigla contra o regime, Aylwin aproveita para defender que o “nunca más” deve ser uma expressão da sociedade para afrontar o novo momento – tentando entender “cómo y cuándo los hombres, aún los hermanos, llegaron a desconocerse, y cuando surgió esa crueldad desconocida para nosotros”.⁴⁰⁶

Isso, porém, era um passado que precisava ser confrontado e superado, entendiam o Aylwin que escreveu o *testimonio* e aquele que governaria o país a seguir. A necessidade de convivência assim o exigia, e então o irmão do futuro presidente sugere a existência de três formas de reagir ao sofrimento da ditadura: olhando apenas para o passado e contagiando o presente de traumas (hipótese que, entendia, devia ser rechaçada); ignorando totalmente o passado e construir apenas o futuro (outro caminho que Aylwin entendia ser pouco auspicioso, pois não haveria futuro estável sobre bases hipócritas); ou, finalmente, afrontar abertamente o porvir e olhar “solo ocasionalmente” o passado, para extrair uma lição positiva da dor, que permite “caminar mancomunadamente en la construcción de una convivencia fraterna donde no existe lugar para la crueldad humana” – um caminho que o autor defende como ideal⁴⁰⁷ e que o PDC efetivamente empregará como política de Estado, levando a política da reconciliação até um extremo que desagradaria as vítimas e seus familiares, reconhecendo os fatos mas dificultando punições efetivas aos repressores.⁴⁰⁸

“Reunificar los chilenos será una difícil tarea, pero al mismo tiempo, será un hermoso desafío”, sonha Andrés Aylwin, comentando que o convívio com soldados humanos (novamente eles) o convenceu de que não existem instituições, grupos ou partidos de homens intrinsecamente maus, mas concepções ideológicas equivocadas e pessoas que atuam perversamente em determinadas circunstâncias.⁴⁰⁹ Separar os homens

⁴⁰⁶ Andrés Aylwin Azócar. *8 días de un relegado*. Santiago de Chile: Arcoiris, 1989, p. 108.

⁴⁰⁷ Andrés Aylwin Azócar. *8 días de un relegado*. Santiago de Chile: Arcoiris, 1989, p. 7.

⁴⁰⁸ Rafael Otano. *Nueva crónica de la transición*. Santiago de Chile: LOM, 2006, p. 432.

⁴⁰⁹ Andrés Aylwin Azócar. *8 días de un relegado*. Santiago de Chile: Arcoiris, 1989, p. 74.

dos grupos a que pertenciam, voltar a fazer os chilenos enxergarem a si mesmos como parte de uma mesma construção coletiva e não como partidários desta ou daquela sigla, ou militares e carabineiros, é uma bandeira levada às últimas consequências nos anos transicionais. E, se Aylwin acaba sendo um expoente desse discurso que vira posicionamento oficial, outros autores do período contribuem para que essa reconciliação seja repisada em meio às memórias de quem foi vítima da ditadura, a começar por Alberto Gamboa.

No livro do *Gato*, essa conexão se dá, da primeira à última página, recorrendo a referências ao filho, que era militar. O fascículo inicial começa com uma dedicatória a ele (“Para mi hijo Alberto, que ha sido mi gran compañero, en las buenas y en las malas⁴¹⁰”), e a coletânea se encerrará com um epílogo que inclui a correspondência entre os dois. Inserida dentro da noção da reconciliação como um caminho para retirar o país da ditadura, essa ideia perpassa a obra inteira. Sem negar ou ocultar a existência daqueles que cometeram violações, Gamboa também mencionará em diferentes momentos a presença de militares que auxiliaram os prisioneiros ou lhes concederam um tratamento minimamente digno, apesar das ordens superiores. Em *Un viaje por el infierno*, a introdução começa da forma citada acima, negando pretensões acusatórias, o texto manterá essa toada, e o epílogo a reforçará.

As cartas trocadas entre Alberto Gamboa e o filho, datadas de setembro de 1984 – às vésperas da publicação original do *testimonio*, portanto –, persistem na mensagem de fundo do trabalho inteiro. Aqui, ela surge de forma explícita, novamente apontando o caminho da humanização e da reconciliação dos lados diferentes para construir um futuro democrático:

Que volvamos a encontrarnos con los hombres de las Fuerzas Armadas sin que exista esa alambrada de por medio. Que volvamos a encender un cigarrillo, como muchas veces lo hicimos en Chacabuco, pero sin pensar que yo soy un preso y él, un guardián.

Que pensemos nada más que somos chilenos.

Todos amigos.

Todos hermanos.

¿Será posible?

Tú, hijo mío, has tenido una formación militar. Yo, tu padre, he tenido la formación que me ha dado el pueblo, mi familia, mis amigos y mi profesión de periodista.

⁴¹⁰ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 5.

¡Yo te encuentro el hijo más maravilloso de la tierra! Tú encuentras en mí un padre del cual, dices, puede estar orgulloso.
¿Qué cuesta pensar, entonces, que lo que pasa entre nosotros pueda ocurrir entre todos los chilenos?⁴¹¹

Ao refutar uma condenação indiscriminada das Forças Armadas, Gamboa não está absolvendo os militares que cometeram violações. Como ele próprio afirma, “en estas vivencias, hemos destacado muchos gestos anónimos y generosos del soldado o del carabinero hacia este grupo de hombres desesperanzados; como también cientos de abusos y otros atropellos incomprensibles”.⁴¹² Não é acidente que os quatro volumes estivessem reunidos fazendo menção a uma viagem pelo inferno, e que um dos tomos levasse o subtítulo de *Vida de perros*. Gamboa também não esconde as torturas sofridas, ou mesmo as humilhações gratuitas e cotidianas impostas pelos homens de farda. Mas, ao fazer um primeiro reconhecimento público (dentro do Chile) da existência de soldados – e, mesmo, alguns oficiais – que no trato diário atuaram de forma contrária às determinações de Pinochet e outros membros radicalizados do alto escalão das Forças Armadas, Gamboa quebra com o paradigma da oposição cega entre uma parte e outra, e reinsere o ex-prisioneiro político no debate nacional – do qual era, até então, excluído. Se mesmo dentro da prisão um convívio menos brutal fora possível, o que impediria o Chile democrático de encontrar um caminho para a reconciliação? Havia limitações no discurso transicional, mas o caminho admitidamente não era simples. De certa forma, a dura “viagem” narrada por Gamboa também era um trajeto percorrido pela própria sociedade chilena. “Pasé por el infierno y salí como había entrado”, orgulhava-se o *Gato* ao conversar sobre a experiência com seu editor Mauricio Carvallo.⁴¹³ O mesmo não podia ser dito do país.

⁴¹¹ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 217.

⁴¹² Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 217.

⁴¹³ Alberto Gamboa in Mauricio Carvallo. El libro del “Gato”. In: Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno, Tomo Primero, La Partida*. Santiago de Chile: Araucaria, 1984, p. 9.

2.4. 1998-: Reflexão e acerto de contas

Com a democracia, vieram as primeiras tentativas de reparação histórica por parte do Estado – e a possibilidade de discutir ainda mais abertamente os crimes da ditadura. Mesmo enfraquecida pela necessidade de promover a “convivência” no Chile pós-ditatorial, é certo que a administração de Aylwin abriu espaço para que as memórias alternativas disputassem, agora oficialmente, o espaço público com o que até então era uma única interpretação permitida sobre os fatos – a da ditadura. As versões trazidas pelos *testimonios* podem circular com mais liberdade e adquirem uma condição de legitimidade institucional, a partir da Comissão Rettig.⁴¹⁴ Apesar de todas as incompletudes que os anos iniciais da transição trarão, não existe mais impedimento – nem legal, nem em termos de coerção extralegal – para que as memórias antes dissidentes agora saiam às ruas. Os autores já não precisam temer, como ocorria antes, alguma represália pessoal promovida pelo regime e seus colaboradores.

Ainda assim, como comentei acima, a abertura inicial da transição servirá primeiramente para que os *testimonios* já escritos no passado – mas que puderam circular de maneira legítima apenas no exílio – comecem a ser editados no Chile. Eles serão novos para a maioria dos olhos chilenos, mas não modificarão o que já se conhecia internacionalmente em termos de testemunhos do pinochetismo: na maioria dos casos, com exceção de breves “preâmbulos à edição chilena”, o conteúdo é composto pelos mesmos textos que já haviam saído no exterior. O caráter de investigação judicial (ainda que sem penalização jurídica dos responsáveis) da Comissão Rettig favorecerá que, na maior parte da década de 1990, a literatura de denúncia passe por uma espécie de *revival*, buscando assentar no Chile esse reconhecimento dos fatos.

Diante das revelações, a negação total que existia nos anos 1970 e mesmo na década seguinte torna-se impossível, e a direita não pode mais calar sobre o horror – preferindo, em muitos casos, adotar uma admissão tácita de que as atrocidades até ocorreram, mas, em um contexto de “catástrofe” e “imminente guerra civil”, como

⁴¹⁴ Jaume Peris Blanes. *La Imposible Voz. Memoria y representación de los campos de concentración en Chile: la posición del testigo*. Santiago: Cuarto Propio, 2005, p. 209.

entendiam haver em 1973, tratava-se de um “custo pequeno”.⁴¹⁵ Ao mesmo tempo, o governo da Concertación passa a ser mais cobrado por ações concretas no sentido de reparação.⁴¹⁶ O país, porém, segue tutelado por Pinochet. Os avanços existem, mas cada tentativa de levar a punição para uma seara judicial é imediatamente travada por ameaças do general. “O dia em que toquem em um de meus homens acabou o Estado de direito”, havia alertado o ditador em 1989⁴¹⁷, no hiato entre a derrota nas urnas e a entrega da faixa, e várias vezes daria indícios de que estava disposto a levar adiante a promessa, com aquartelamentos quando a Justiça parecia se aproximar dele e dos seus, chegando ao ápice com o infame *boinazo* de 1993.⁴¹⁸ “Ainda que [os membros do governo] não reconhecessem publicamente, pensavam que até que Pinochet abandonasse a cena totalmente, a transição se alongaria e eles viveriam uma situação de precariedade e, ocasionalmente, de humilhação política”, escreve Rafael Otano⁴¹⁹, que teve grande acesso aos integrantes do Executivo nessa época. “[A] naturalização da chantagem castrense como argumento político demonstra até que ponto a imunidade judicial de Pinochet operava como suposto estratégico da transição chilena à democracia”, prossegue o autor.⁴²⁰

O temor acaba gerando uma relativa paralisia e uma ambivalência mesmo entre aqueles que estavam alinhados ao campo da memória ligada aos direitos humanos, observa Steve Stern: a questão da memória fazia Pinochet e seu regime perderem força, tornando um acerto de contas inevitável, mas, ao mesmo tempo, criava lealdades sociais

⁴¹⁵ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 68-69.

⁴¹⁶ Cristian Gutiérrez Tapia. Para desconstruir las violencias de Estado. Educación en derechos humanos desde un sitio de memoria. *Argumentos*, UAM-Xochimilco, año 27, núm. 76, sept-dic. 2014, p. 26.

⁴¹⁷ Declaração de Augusto Pinochet à revista *Qué Pasa*, em 14 de outubro de 1989, conforme citado por Luis Alejandro Salinas. *The London Clinic*. Santiago de Chile: LOM, 1999, p. 28.

⁴¹⁸ O *boinazo* recebeu o nome devido às boinas negras utilizadas pelos soldados naquele dia: em 28 de maio de 1993, soldados do Exército ocuparam os arredores de La Moneda com roupas de combate. O incidente ocorreu logo após a reabertura das investigações judiciais do caso dos “pinocheques”, quando uma empresa pertencente ao filho do ditador recebeu cerca de US\$ 3 milhões assinados pelo próprio Pinochet, em 1989. Devido às pressões exercidas durante a transição, esse primeiro escândalo de corrupção envolvendo o general a vir a público acabaria por ser encerrado sem que as investigações avançassem.

⁴¹⁹ Rafael Otano. *Nueva crónica de la transición*. Santiago de Chile: LOM, 2006, p. 174. Tradução própria. No original: “Aunque no lo reconocían públicamente, pensaban que hasta que Pinochet abandonase del todo la escena, la transición se alargaría y ellos vivirían en una situación de precariedad y, en ocasiones, de humillación política.”

⁴²⁰ Rafael Otano. *Nueva crónica de la transición*. Santiago de Chile: LOM, 2006, p. 454. Tradução própria. No original: “Esta naturalización del chantaje castrense como argumento político demuestra hasta qué punto la inmunidad judicial de Pinochet operaba como supuesto estratégico de la transición chilena a la democracia”.

poderosas ao general, fazendo com que esse mesmo acerto de contas se provasse perigoso.⁴²¹ Passados 25 anos do golpe, e quase uma década da redemocratização, ainda havia medo no Chile, escrevia Norbert Lechner em 1998: é impossível viver sem algum esquecimento, mas o país seguia padecendo de uma *mala memoria*, de não saber o que esquecer ou recordar. Lechner destaca que “para fazer futuro”, algo que o discurso transicional tanto repisava, “previamente é preciso fazer memória”⁴²², e a nova memória oficial feita até ali era insuficiente, já que o Informe Rettig excluía a experiência dos sobreviventes.⁴²³ “La alegría ya viene”, o slogan que guiara a campanha contra Pinochet no plebiscito de 1988, seguia invocando a esperança por “algo que ainda não é mas pode chegar a ser”, mas para isso era preciso superar os temores tão presentes.⁴²⁴

A bomba que destrói as bases do medo e abre uma nova fase no testemunho chileno virá em 16 de outubro de 1998, quando Pinochet é detido em Londres em um caso que desafiou o Direito – sob acusações de violações de direitos humanos e aplicando o controverso argumento da jurisdição universal, o juiz Baltasar Garzón conseguiu uma detenção na Inglaterra, pedindo a extradição para um julgamento na Espanha, por crimes cometidos principalmente no Chile. É quando o frágil pacto da convivência se rompe – e o temor que virou pretexto para uma limitação da abertura às memórias só até certo ponto fica definitivamente exposto. Nas palavras de Ariel Dorfman, a prisão de Pinochet deixa em cores vivas que “é hora de acabar com essa situação vergonhosa, essa falsa reconciliação que exigia das vítimas esquecer o que sofreram, enquanto ninguém exigia que os privilegiados do grupo dominante que infligiram o sofrimento se arrependessem”.⁴²⁵ De certa forma, entende Guillermo Guajardo, a detenção de Pinochet abre um novo cenário, indicando que só ali começa uma verdadeira transição para o pós-

⁴²¹ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 7.

⁴²² Norbert Lechner. Nuestros miedos. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 13, dez. 1998, p. 181-182. No original: “No sabemos qué olvidar, qué recordar. No basta ‘mirar el futuro’. Las expectativas están cargadas de experiencias pasadas, de sus miedos y esperanzas. Para hacer futuro, previamente hay que hacer memoria”.

⁴²³ Jaume Peris Blanes. *Historia del Testimonio Chileno. De las estrategias de denuncia a las políticas de memoria*. Quaderns de Filologia, Anejo LXIV, Universitat de Valencia, 2008, p. 279.

⁴²⁴ Norbert Lechner. Nuestros miedos. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 13, dez. 1998, p. 195. No original: “En un ambiente dominado por miedos invoca la esperanza en el avenir: algo que todavía no es pero puede llegar a ser. Invoca un vínculo emocional y un compromiso afectivo con el futuro por hacer. De esa anticipación se nutre la acción política”.

⁴²⁵ Ariel Dorfman. *O longo adeus a Pinochet*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 63.

ditadura, e inicia um debate sobre o problema do esquecimento e de uma verdade histórica estatalmente construída.⁴²⁶

A recém-descoberta vulnerabilidade de Pinochet, diz Dorfman, faz com que muitas vítimas enfim se animem a revelar seus fantasmas sobre o período ditatorial.⁴²⁷ Uma demanda por novas memórias (isto é, inteiramente inéditas e construídas sobre uma outra chave de representação do passado), vem junto, em meio a um 1998 significativo para além da própria detenção do general. Aquele também havia sido o ano da aposentadoria de Augusto Pinochet do Exército, em março, e o primeiro 11 de setembro sem sua figura sombria detendo algum poder sobre as tropas, justamente no 25º aniversário do golpe – uma efeméride redonda para recolocar o 11 de setembro de 1973 no centro do debate público, acadêmico, editorial e midiático chileno.⁴²⁸ O ano de 1998 é, em suma, decisivo no declínio de Pinochet pela perda de seu poder real – deixando o comando do Exército, que ocupara desde agosto de 1973, e perdendo o potencial de mobilizar as tropas – e também simbólico, com as investigações por violações de direitos humanos e corrupção começando a derrubar o castelo de cartas que o ditador havia erguido para preservar sua imagem (e a de seu governo). Essa série de acontecimentos fará com que ocorra uma reabertura do campo de batalhas interpretativas, gerando uma demanda social renovada por testemunhos: o que está em jogo, agora, é algo distinto da antiga luta por trazer à tona uma verdade ocultada ou dos projetos dedicados a fazer prevalecer a conciliação nos dias turbulentos de transição – em primeiro plano, neste momento, aparecerá a necessidade de debater a significação do regime de Pinochet e seus reflexos no Chile democrático.⁴²⁹

Um ano antes, *Chile actual: anatomía de un mito*, do cientista político Tomás Moulian, já propunha esse questionamento: best-seller em 1997, a obra argumentava que noções repetidas à exaustão desde a entrega da faixa presidencial (como transição, mudança e democracia) ajudavam a mascarar os pontos de continuidade do novo governo

⁴²⁶ Guillermo Guajardo. Chile: desaparición y olvido como política de Estado. *Ister (México, DF)*, México, n. 5, 2001, p. 26.

⁴²⁷ Ariel Dorfman. *O longo adeus a Pinochet*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 74.

⁴²⁸ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 222.

⁴²⁹ Jaime Peris Blanes. *La Imposible Voz. Memoria y representación de los campos de concentración en Chile: la posición del testigo*. Santiago: Cuarto Propio, 2005, p. 214.

com a época militar – especialmente em relação às reformas socioeconômicas de corte neoliberal que seguiam ditando a vida chilena.⁴³⁰ Nesse mito fundador, argumentava Moulian, imperava uma obsessão das elites políticas por um consenso, que se ancorava na amnésia: no ocultamento (ou adiamento) da questão dos sobreviventes da tortura, no fechamento de qualquer discussão mais ampla sobre a necessidade de reverter algumas reformas e privatizações da ditadura, no tabu que havia se tornado contrariar o imaginário de que as liberdades políticas finalmente recuperadas só podiam ser entendidas como consequências do liberalismo econômico – e não das lutas contra o governo que implementara aquele modelo. De certa maneira, as concessões feitas tentando uma conciliação que pusesse fim ao autoritarismo acabaram dando resultados ambíguos ao campo dos direitos humanos: pouco a pouco, grupos que antes negavam as violações passaram a admiti-los, com a contrapartida de que setores e partidos políticos historicamente contrários ao modelo econômico adotado pelo Chile nos anos do pinochetismo o mantivessem intocado, mesmo tendo reabertos os caminhos de acesso ao poder para modificar esse cenário.

Havia uma clara tentativa de dissociação entre a violência passada e o projeto de país que ela ajudara a implementar, uma situação ainda hoje só enfrentada de forma tibia – levando a descontentamentos demonstrados primeiro pela luta estudantil travada desde 2006 para reverter as reformas de Pinochet no início dos anos 1980, que acabaram com a gratuidade do ensino superior, e mais recentemente pelo chamado *estallido social* de outubro de 2019, que culminou com a convocação para um plebiscito que pretende levar ao sepultamento da Constituição herdada da ditadura. Essa dificuldade colocaria em dúvida, para boa parte da sociedade, até mesmo a capacidade da democracia de resolver os diversos impasses que haviam ficado em aberto – Steve Stern aponta que, em 1997, embora a maioria dos chilenos continuasse a ver o modelo democrático como mais legítimo (com essa visão ocupando uma faixa entre 73% e 78% das pesquisas de opinião pública realizadas na época), a percepção da sociedade sobre a efetividade desse modelo

⁴³⁰ Tomás Moulian. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago de Chile: LOM/Arcis, 1997.

em resolver problemas havia declinado de 67%, em 1993, para 52%, apenas quatro anos mais tarde.⁴³¹

Nesse cenário, a detenção de Pinochet e a sequência de processos judiciais que ele passa a enfrentar depois daquilo contribuem para que o seu peso presente sobre a política nacional vá se reduzindo à inexistência: nas grandes efemérides do golpe, a cada 11 de setembro (e em especial o 25º e o 30º aniversários, em 1998 e 2003⁴³²), *testimonios* novos começam a ganhar as ruas – e entram em um novo momento. O general, gradativamente, vai tendo sua imagem diminuída: embora a bombástica detenção londrina eventualmente seja encerrada com a sua liberação e o retorno ao Chile, o antigo ditador passará os oito anos restantes de sua vida enfrentando uma série de denúncias e processos nas cortes chilenas e internacionais, dos quais tentará escapar alegando problemas de saúde física e mental. Se o seu 80º aniversário, em 1995, havia sido uma festividade pomposa e repleta de convidados, dez anos mais tarde Pinochet estaria desmoralizado e praticamente sozinho.⁴³³ Especialistas da área médica chegarão a comentar, jocosamente, sobre o aparecimento de uma nova condição clínica, a “Síndrome de Pinochet”. Dizia uma carta publicada em 2006 pelo *British Medical Journal* que

a tríade de características definidoras é (1) saúde ruim, que é (2) citada como razão para atrasar ou interromper extradição e investigações judiciais sobre crimes contra a humanidade por (3) um ex-líder nacional. Todos os casos reportados até agora ocorreram em homens, na maioria idosos.⁴³⁴

Além do enfraquecimento de Pinochet e da redução do temor pela sua figura, o distanciamento no tempo também tem um outro efeito, que será notado com ainda mais clareza no trigésimo aniversário do golpe, em 2003, época em que Jorge Montealegre publica seu *Frazadas del Estadio Nacional*. Na virada do século, quase metade (44,7%) da população chilena já não tinha idade suficiente para lembrar dos dias da Unidade Popular ou dos anos iniciais da Junta Militar – de uma perspectiva do senso comum, para

⁴³¹ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 190.

⁴³² Rafael Otano. *Nueva crónica de la transición*. Santiago de Chile: LOM, 2006, p. 484-485.

⁴³³ Rafael Otano. *Nueva crónica de la transición*. Santiago de Chile: LOM, 2006, p. 482.

⁴³⁴ Mary E. Black. Diagnosing Pinochet Syndrome. *British Medical Journal*, v. 332 (7534), 21 jan. 2006, p. 185. Tradução própria. No original: “The triad of defining features is (1) ill health, which is (2) cited as a reason to delay or stop extradition and judicial investigations into crimes against humanity by (3) a deposed or former national leader. All reported cases so far have been in men, mostly elderly”.

uma parcela cada vez maior da população, “aqueles tempos eram história, não experiência de vida” em primeira pessoa, observa Steve Stern.⁴³⁵ Isso não significava necessariamente um caminho linear até o *olvido* absoluto, mas novos riscos sobre o que poderia ser esquecido e interpretado a respeito de um tempo que, para muitos jovens, parecia não lhes dizer respeito.⁴³⁶ “As dificuldades das pessoas em falar sobre esse passado estavam começando a diminuir. A passagem do tempo subjuguou a relutância”, escreve Anne Pérotin-Dumon sobre o contexto do início do século XXI:

A palavra sobre o passado, até então política, convertia-se em histórica; desse modo, após uma etapa em que existia o perigo de revirar indevidamente ‘as cinzas ardentes do passado’ [...], ingressava-se em uma era na qual era um dever prestar testemunho sobre acontecimentos históricos.⁴³⁷

Ao mesmo tempo, os antigos referentes da disputa de memória começam a perder intensidade, tornando-se menos estratégicos frente ao momento: para Stern, o final dos anos 1990 e o início dos 2000 também são marcados pela perda de apelo na transformação de memórias pessoais em “emblemáticas”.⁴³⁸ Embora o tardio *boom* memorialístico chileno – e latino-americano – venha a causar uma certa saturação e exaustão na

⁴³⁵ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 263. Tradução própria. No original: “Those times were history, not life experience”. E, para a citação indireta a seguir: “The decline of ‘living memory’ did not imply linear descent into *olvido*. It did imply changing terms of memory struggle and heightened risk of a new kind of *olvido*. Every generation finds and constructs its own memory-truths and its own forgetfulness”.

⁴³⁶ Uma visualização clara desse distanciamento em relação a um passado que não era sentido como seu, mas como uma história distante da qual só se ouviam ecos, acontece em outro documentário de Patricio Guzmán lançado nessa época: em *Memoria Obstinada*, de 1997, há um momento em que estudantes universitários são colocados diante das filmagens do palácio de La Moneda sendo bombardeado na manhã de 11 de setembro de 1973. Nenhum dos estudantes havia visto aquelas imagens até então. Escrevendo sobre essa cena, Pilar Aguilera e Ricardo Fredes ponderam: “Cara a cara con su historia suprimida, los estudiantes se llenan de ira e incredulidad. Hay algunos que no quieren revivir el horror, otros que se deciden a seguir indiferentes, y otros que deciden olvidar. Pero debemos encarar el pasado, aprender de él y buscar la verdad”. Cf. Pilar Aguilera; Ricardo Fredes. Introducción. In: _____. *Chile: el otro 11 de septiembre*. 2. ed. Havana: Ocean Sur, 2006, p. x.

⁴³⁷ Anne Pérotin-Dumon. “El pasado vivo de Chile en el año del Informe sobre la Tortura”. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, n. 5, 2005, parágrafo 11. Disponível em <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/954>> Acesso em 13 maio 2018. Tradução própria. No original: “En el trigésimo aniversario del 11 de septiembre de 1973 se tuvo la impresión de que las dificultades de la gente para hablar de ese pasado comenzaban a allanarse. El transcurso del tiempo había doblegado las reticencias. La palabra sobre el pasado, hasta entonces política, se convertía en histórica; de ese modo, tras una etapa en que existía el peligro de remover indebidamente ‘las ardientes cenizas del pasado’ [...] se ingresaba en una era en la cual era un deber prestar testimonio sobre acontecimientos históricos”.

⁴³⁸ Steve J. Stern. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 252.

sociedade⁴³⁹ (após a demanda inicial por narrativas sensacionais do que se quis anteriormente ocultar, vem o esgotamento com uma memória convertida em um produto de consumo reprisado em documentários, reportagens televisivas e impressas, e nos próprios *testimonios*, que voltam às estantes das livrarias a cada novo setembro), esse momento também traz a potencialidade de recuperar narrativas antes “eclipsadas” pela contingência, para usarmos o termo de Montealegre. Torna-se possível lançar uma memória na direção de uma evocação mais emocionada do passado e, em obras como *Frazadas del Estadio Nacional*, “não era tão importante a descrição pormenorizada do ocorrido nos campos como [era] a exploração dos labirintos subjetivos da memória, e do modo como as experiências traumáticas podiam ter um sentido pessoal trinta anos depois”.⁴⁴⁰

São diversas as facetas que começam a aparecer em relatos já sem a obrigação de seguir uma determinada linha para garantir a denúncia (ou defesa) do regime, como ocorrera nos anos 1970, e nem o temor de passar do ponto nas críticas, que marcara os *testimonios* conciliatórios de meados dos 1980 e início da década de 1990: agora, afinal, a questão gira em torno da reflexão sobre o que passou, e de interpretar inclusive as narrativas que os próprios opositores do regime defendiam como maneira de torná-lo ainda menos tragável aos olhos estrangeiros e, de forma gradual, começam a ser revistas – fossem, por exemplo, os inexistentes fornos crematórios de Chacabuco ou a versão da morte de Allende pelas mãos dos militares, que ajudava a reforçar a monstruosidade dos fardados, e agora passa a ser questionada até mesmo por sobreviventes do bombardeio de La Moneda, que testemunharam seu suicídio e já não o veem como um ato desonroso que precisava ser ocultado⁴⁴¹; na outra ponta, antigos apoiadores do golpe começam

⁴³⁹ Pilar Calveiro. *Poder y Desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 163.

⁴⁴⁰ Jaume Peris Blanes. *Historia del Testimonio Chileno. De las estrategias de denuncia a las políticas de memoria*. Quaderns de Filologia, Anejo LXIV, Universitat de Valencia, 2008, p. 350. Tradução própria. No original: “no era tan importante la descripción pormenorizada de lo ocurrido en los campos como [era] la exploración de los laberintos subjetivos de la memoria, y del modo como las experiencias traumáticas podían tener un sentido personal treinta años después”.

⁴⁴¹ Sobre essa questão, Pérotin-Dumon (2005) faz referência a um relato de José Quiroga, um dos médicos próximos de Allende que testemunharam seu suicídio. Quiroga passou o período da ditadura negando o fato, mas passou a admiti-lo e reforçá-lo após a ditadura. Em 2003, Quiroga afirmou: “A mí si me hubieras preguntado hace un montón de años atrás, yo te habría dicho que no sabía nada. Por años dije eso. Porque a pesar de que sabía, en ese momento era más importante el aspecto político, y que todo el mundo creyera que a Allende lo habían matado los militares. Después de 25 años, ya no es un hecho político sino histórico. La gente tiene derecho a saber lo que pasó”.

(lentamente) a admitir os fatos levantados por Rettig e, mais tarde, por Valech, fazendo em alguns casos um *mea culpa* sobre a interpretação equivocada que deram ao golpe, com menos preocupação de “olhar para o outro lado” quanto à questão de direitos humanos, uma ignorância deliberadamente adotada em anos anteriores para garantir a continuidade das políticas econômicas.⁴⁴²

No que diz respeito aos *testimonios* em si, os episódios cotidianos da prisão, que antes apareciam mas não eram destacados, agora são cada vez mais enfatizados em obras que já não convivem com a necessidade imperiosa da denúncia e da descrição dos horrores que, por fim, ganham sucessivos reconhecimentos oficiais – nesse momento, frente aos números massivos e aos frios informes do Estado democrático, a luta por humanizar os prisioneiros ganha outra nuance, que se soma à velha busca por combater o discurso destruidor utilizado pela ditadura: trata-se, também, de impedir que suas histórias de vida, suas convicções, sua resistência e resiliência sejam reduzidas a meras estatísticas e porcentagens, e que a identidade dos sobreviventes que ainda circulam no Chile redemocratizado seja resumida pela mera condição de ex-prisioneiros. Há uma tentativa, que aparecia de maneira apenas esporádica em anos anteriores, por chegar a conclusões sobre o que a vivência da ditadura representou para cada um deles.

Ao analisar as características *complementares* das narrativas do Holocausto, que reforçavam o discurso dominante da desnazificação do Pós-Guerra, Yvonne Unnold faz um contraste com o que ocorre no Chile, onde as primeiras memórias, ainda nos anos 1970, são *alternativas* à versão do governo, como já mencionamos anteriormente: enquanto Elie Wiesel podia esperar dez anos para elaborar seu testemunho do Lager e então apresentá-lo como outra perspectiva de um fato já condenado, sobreviventes chilenos como Hernán Valdés ou Corvalán Castillo agiam com a urgência de escrever

⁴⁴² Isso é possível, em parte, pela situação observada por Moulian, que separa a violência da ditadura do projeto econômico que segue vivo mesmo após o retorno à democracia: quando o modelo de país já não é colocado em risco pelos velhos opositores, passa a ser possível admitir a realidade das violações de direitos humanos sem o temor de que isso coloque em xeque o “legado” de Pinochet na economia. Entre os personagens que contribuíram decisivamente para o golpe e, eventualmente, se arrependeram ao constatar a brutalidade e duração do governo militar, o futuro presidente Patricio Aylwin seria um dos casos mais notáveis: em 1973, como Senador pela democracia-cristã, ele havia sido um dos nomes mais engajados na inviabilização do governo Allende, fechando as portas do diálogo e ajudando a precipitar o golpe; em 1988, encabeçaria a campanha contra Pinochet no plebiscito que pôs fim à ditadura e acabaria se tornando o primeiro presidente do retorno à democracia, estabelecendo a Comissão Rettig e pedindo perdão, em nome do Estado, pela violência do governo anterior.

para tentar enfraquecer um regime ainda em seus inícios, e publicavam seus relatos após poucos meses. Não há aqui uma hierarquia, uma tentativa de afirmar que um relato escrito com mais cálculo no século XXI é “superior” ao publicado às pressas nos anos 1970, mas sim que um e outro tentam reagir a situações distintas, respondendo a urgências (ou, talvez, a uma falta delas) próprias de cada época. “Em vez de querer saber o que aconteceu, a situação dessa narrativa envolve [...] uma urgência de tornar conhecido um problema, a repressão, o aprisionamento e a luta pela sobrevivência”, diz Unnold.⁴⁴³ Em 2003, quando Montealegre lança seu *Frazadas del Estadio Nacional*, o Chile já havia se afastado definitivamente daquele momento – e podia, enfim, querer entender esse passado.

2.4.1. Jorge Montealegre, poeta forjado na prisão⁴⁴⁴

Coné escreveu: “saludos a mi hermano poeta joven”. *Juan Sáez* saudou: “en tus poesías y la carta al mural encontré un gran ejemplo que trataré de seguir”. *Lucho Alvarado* também fez menção à poesia inesquecível do companheiro: “recordamos la presencia de tu verso y tu imagen llena de vida y futuro”. *Tata Víctor* insistiu: “Jorge Montealegre. En esta villa de Chacabuco se te recordará siempre, tanto por tu choquero, como por tus destacadas conclusiones de hombre y de amigo”. E o colega identificado apenas como *El Hipopótamo* desejou, humildemente: “buena suerte y no olvides”.⁴⁴⁵

Montealegre não esqueceu dos companheiros de Chacabuco que assinaram seu cartão de adeus ao campo, do mesmo modo como eles prometeram não esquecer dos versos que ele havia escrito por lá. Dentre os três autores cujo *testimonio* aqui destaco, o então secundarista Jorge Montealegre era o mais jovem em 1973. Tinha apenas 19 anos e sua pouca idade fez com que ele tivesse vivenciado a vida nos quartéis pouco antes do

⁴⁴³ Yvonne Unnold. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002, p. 88. Tradução própria. No original: “Rather than wanting to know what happened, the situation of this narrative involves [...] an urgency to make known a problem, repression, imprisonment and struggle for survival”.

⁴⁴⁴ Este subcapítulo e o seguinte expandem pontos que discuti, anteriormente, em Maurício Brum. Os estádios da memória: o relato da prisão política chilena na obra de Jorge Montealegre. *Escritas*, vol. 6, n. 2, 2014a, p. 72-92.

⁴⁴⁵ Transcrição das mensagens contidas no postal entregue a Montealegre quando de sua liberação do campo de Chacabuco, em março de 1974, reproduzido em Myriam Pinto. *Amor Subversivo. Epistolario Testimonial: 1973-2017*. Santiago de Chile: Ediciones Radio Universidad de Chile, 2017, p. 64.

golpe, precisando cumprir o serviço militar obrigatório. Por muito pouco, escapou de ser mais um carcereiro cumprindo ordens, o que lhe importaria toda a sorte de outros dilemas para dirimir no futuro, para se tornar, em vez disso, um alvo. “De fato, me dispensaram do Exército por uma discussão política. Felizmente. Felizmente me dispensaram antes do golpe. Quem sabe o que teria passado se eu ainda estivesse no regimento. Não sei, não poderia responder isso”, refletiu, em entrevista que realizamos em 2012.⁴⁴⁶ Em *Frazadas del Estado Nacional*, ele comenta sobre como boa parte dos soldados que o apossava tinha a sua idade, e a alguns lhes tocava a dor de atuar como vigias dos próprios pais.⁴⁴⁷



Imagem 9. Jorge Montealegre fotografado em 2012, em seu escritório residencial em Santiago do Chile, em entrevista com o autor deste trabalho. Imagem do autor.

O próprio Jorge, porém, não foi carcereiro, pois acabou dispensado por suas opiniões políticas identificadas com a esquerda que estava a ponto de ser derrubada. Embora não estivesse mais no convívio militar no início da ditadura, ele guardava memórias muito vívidas do que havia visto: “o clima interno, dos oficiais, era claramente golpista. E evidentemente agressivo com aqueles que manifestávamos uma opinião

⁴⁴⁶ Jorge Montealegre. O medo se instalou desde o primeiro dia em Santiago. *Sul21*, Porto Alegre, 11 set. 2012. Entrevista concedida a Maurício Brum em junho de 2012. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/jorge-montealegre-e-o-11-de-setembro-o-medo-se-instalou-desde-o-primeiro-dia-em-santiago/>> Acesso em: 17 maio 2016.

⁴⁴⁷ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 40.

distinta”.⁴⁴⁸ Jovem e desconhecido, estudante do último ano do liceu, era um prisioneiro de perfil mais baixo do que Luis Alberto Corvalán Castillo e Alberto Gamboa, nomes com importantes conexões e reconhecimento público antes do golpe. Com Montealegre, era diferente – até mesmo em relação ao partido no qual militava, uma sigla muito menos cotada do que os grandes pilares da UP: ele não fazia parte das fileiras socialistas ou comunistas, mas da pequena Izquierda Cristiana (IC), uma dissidência do PDC que, sentindo-se mais identificada com Allende do que com o sectarismo crescente que começou a dominar os círculos democrata-cristãos no início dos anos 1970, bandeou-se para integrar a própria UP em outubro de 1971. “Deste partido eu devo ter sido o fundador mais novo, sem nenhuma importância. Era só um jovem que, como muitos outros, militava em um partido político, e no liceu todos tomávamos partido, ou pela esquerda ou pela direita”, conta.⁴⁴⁹ Fazer parte de um partido pequeno o deixava em uma situação ambígua: por um lado, uma sensação pouco sólida de tranquilidade, a certeza de que não estaria entre os primeiros a serem buscados pelos militares no momento das batidas e detenções irregulares. Por outro, a falta de uma estratégia consolidada da IC para proteger seus militantes em tempos de clandestinidade – como os comunistas sabiam organizar tão bem –, o deixaria sem esconderijo ou uma rede de apoios. Após a derrubada de Salvador Allende ele aguardou, na casa da avó de um colega de partido, e foi levado pelos militares já passadas quase três semanas do golpe, em 28 de setembro.

Uma vez no cárcere, especialmente no período de Chacabuco, começaria a escrever poesia. “Eu sentia que não poderia escrever: não sabia nada de métrica, das regras de poesia, das regras literárias”, temia⁴⁵⁰, mas eventualmente foi persuadido por colegas de prisão e pelas circunstâncias, e iniciou suas primeiras incursões literárias. Montealegre se destacaria como poeta cultuado pelos companheiros de prisão durante um concurso literário realizado em Chacabuco sob um júri presidido pelo professor Franklin Quevedo Rojas, que antes do golpe também era colaborador de jornais como o *Clarín* e

⁴⁴⁸ Jorge Montealegre. O medo se instalou desde o primeiro dia em Santiago. *Sul21*, Porto Alegre, 11 set. 2012. Entrevista concedida a Maurício Brum em junho de 2012. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/jorge-montealegre-e-o-11-de-setembro-o-medo-se-instalou-desde-o-primeiro-dia-em-santiago/>> Acesso em: 17 maio 2016.

⁴⁴⁹ Jorge Montealegre. O medo se instalou desde o primeiro dia em Santiago. *Sul21*, Porto Alegre, 11 set. 2012. Entrevista concedida a Maurício Brum em junho de 2012. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/jorge-montealegre-e-o-11-de-setembro-o-medo-se-instalou-desde-o-primeiro-dia-em-santiago/>> Acesso em: 17 maio 2016.

⁴⁵⁰ Jorge Montealegre. O medo se instalou desde o primeiro dia em Santiago. *Sul21*, Porto Alegre, 11 set. 2012. Entrevista concedida a Maurício Brum em junho de 2012. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/jorge-montealegre-e-o-11-de-setembro-o-medo-se-instalou-desde-o-primeiro-dia-em-santiago/>> Acesso em: 17 maio 2016.

La Nación.⁴⁵¹ “Así es el choquero”, um poema sobre a lata (*choquero*) em que os prisioneiros bebiam chá, tiraria o primeiro lugar no certame. Versos “com certa pretensão de totalidade, de que tudo eram metáforas do mundo, pouco menos que isso. Quando você começa a escrever, acredita que pode dizer tudo em um só poema”, analisou, quatro décadas mais tarde, sobre a aventura que rendeu sua “consagração” na prisão política.⁴⁵²

A experiência no campo de concentração também deixaria marcas profundas que seriam vistas nos textos que escreveria décadas depois – ressaltando aspectos do dia a dia do campo e outros pontos que, nos primeiros momentos após o golpe, não tinham tanto espaço nos *testimonios*. A sensação de que estava passando por algo marcante e que, a despeito dos sofrimentos, poderia ter um lado positivo e *humano* a ser lembrado depois, foi descrita em uma carta que Jorge enviou à amiga Marisa, em 7 de janeiro de 1974:

Marisa, a pesar del significado de mi situación que comprendo perfectamente, esto me ha servido para conocer muchas cosas bonitas y comunicativas: nunca antes vi puestas de sol tan bonitas, ni tantas estrellas ni se me ocurrió ponerles nombres para así estar todas las noches con mis amigas y que quiero cada día más, esos cielos azules y celestes de esperanza, esperanza cristiana. Creo que aquí y en estas circunstancias se siente el calor de hermano, esa fraternidad espontánea, esa preocupación y ayuda desinteresada.⁴⁵³

Os textos de Chacabuco seriam publicados pela primeira vez no exílio, em Roma, meses após ser liberado, ainda em 1975. Em uma edição mimeografada, os três poemas que Montealegre inscreveu no concurso do campo de concentração e outros registros foram reunidos sob o título *Chacabuco*, seu testemunho precoce dos dias passados no campo e escrito com o propósito explícito – como os *testimonios* exilados desse mesmo período – de denunciar as privações da prisão. Os versos incluídos *Chacabuco* seriam parte do que veio a ser o depoimento de Montealegre à Comissão Investigadora no México e viriam a se tornar representativos da experiência daqueles dias: curiosamente, os poemas de Montealegre apareceram em mais de um testemunho escrito por companheiros da prisão política, mas muitas vezes saíam impressos como fragmentos apócrifos, sem qualquer identificação do autor. Já o próprio Montealegre nunca faria questão de republicar a coletânea.

⁴⁵¹ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 240.

⁴⁵² Jorge Montealegre. O medo se instalou desde o primeiro dia em Santiago. *Sul21*, Porto Alegre, 11 set. 2012. Entrevista concedida a Maurício Brum em junho de 2012. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/jorge-montealegre-e-o-11-de-setembro-o-medo-se-instalou-desde-o-primeiro-dia-em-santiago/>> Acesso em: 17 maio 2016.

⁴⁵³ Carta de Jorge Montealegre a Marisa, incluída em Myriam Pinto. *Amor Subversivo. Epistolario Testimonial: 1973-2017*. Santiago de Chile: Ediciones Radio Universidad de Chile, 2017, p. 63.

A repetição dessa escrita sem atribuição, constituindo um texto insistentemente anônimo, levou Montealegre a cunhar o termo *Generación NN* para se referir a escritores chilenos em situação semelhante à sua. A denominação referia-se a autores que ainda eram muito jovens no momento de sua estreia na literatura com textos sobre a prisão política e que, pela repressão, acabaram vendo seus nomes se tornarem menos conhecidos do que seus trabalhos, reproduzidos em textos alheios como uma forma de unificar a experiência, um intento muito visto nas obras da época. Como explica Araceli Tinajero:

A esta geração [de poetas jovens que viveram em carne e osso a ditadura militar], Jorge Montealegre, o poeta chileno, chamou ‘Geração NN’. A sigla ‘NN’ alude a *non nomine* em latim, ou seja, uma expressão irônica mas ao mesmo tempo atinada: os poetas dessa geração foram, segundo o regime ditatorial, um grupo sem importância.⁴⁵⁴

A escolha do *non nomine* para identificar essa geração literária não era um simples arroubo de latinismo: tratava-se de uma referência a um dos detalhes que, com o tempo, passaria a simbolizar as violações de direitos humanos cometidas pela ditadura. “NN” também era a inscrição presente nas cruzes colocadas sobre as sepulturas de corpos não identificados no Cemitério Geral de Santiago – normalmente utilizadas em tumbas destinadas a indigentes, elas acabaram se tornando um disfarce comum para túmulos de prisioneiros políticos executados que, enterrados em segredo, permaneceriam nas listas de desaparecidos até seus restos mortais serem descobertos após a redemocratização.

Significativamente, Montealegre não dedicaria mais tanto de sua poesia a falar diretamente da experiência na prisão, preferindo um *testimonio* em prosa da dimensão de *Frazadas del Estadio Nacional*, e também análises de cunho mais acadêmico sobre a experiência, como ocorre em *Memorias eclipsadas*, publicado uma década mais tarde, em 2013. Este já fará parte de uma outra etapa na escrita, que já não privilegia tanto a primeira pessoa ou a subjetividade, priorizando um aspecto analítico – como diz Beatriz Sarlo, citando Pilar Calveiro (e aqui poderíamos acrescentar exemplos como *Pedaços de morte no coração*, de Flávio Koutzii, e a própria obra recente de Montealegre), textos

⁴⁵⁴ Araceli Tinajero. Cipango, la generación NN y la poesía de la violencia en Chile. *A Contracorriente*, North Carolina State University, v. 8, n. 1, 2010, p. 450. Disponível em <http://www.ncsu.edu/acontracorriente/fall_10/reviews/Tinajero_rev.pdf> Acesso em 19 mai. 2014. Tradução própria. No original: “A esa generación [de poetas jóvenes que vivieron en carne y hueso la dictadura militar], Jorge Montealegre, el poeta chileno, la llamó ‘Generación NN’. La sigla ‘NN’ alude a non nomine en latín, o sea una expresión irónica pero a la vez atinada: los poetas de esa generación fueron, según el régimen dictatorial, un grupo sin importancia”.

excepcionais de autores treinados ou que decidiram treinar para escrever assim⁴⁵⁵, caso que se aplica a Montealegre, hoje professor na Universidade de Santiago do Chile.

Com *Frazadas del Estadio Nacional*, no entanto, ele ainda traz um relato na primeira pessoa – que tenta ser ele mesmo em dois sentidos, o Montealegre que efetivamente escreve em 2003 tentando reproduzir o que sentiria e queria dizer o jovem que ele havia sido trinta anos mais cedo. Sua intenção, desde o início, será recuperar aquele secundarista, sempre reconhecendo a dificuldade de não fazer com que aquela memória se mescle às reflexões posteriores. “Yo no soy ese lolo golpeado y enmudecido. ¿Yo no soy o ya no soy? Han pasado treinta años y bordeo los cincuenta. Me perturba el recuerdo sin imágenes de ese chiquillo que sigue bajo la frazada.”⁴⁵⁶

De certa forma, seu livro também representa uma espécie de saída do anonimato para um dos principais nomes da geração “sem nome”, em um incentivo para que outros autores fizessem o mesmo no *boom* memorialístico chileno que passa a ocorrer a partir de 1998 e, com ainda mais força, em 2003. Embora seu trabalho fosse bem conhecido do público chileno no momento do lançamento desse livro, Montealegre ainda não havia publicado nenhum relato sobre a prisão desde os tempos de *Chacabuco*. *Frazadas del Estadio Nacional*, assim, seria seu primeiro testemunho inédito a respeito da repressão a ser publicado dentro do Chile, como ocorreria com muitos outros ex-prisioneiros nesse mesmo período.

2.4.2. Os cobertores do Estádio Nacional

Quando *Frazadas del Estadio Nacional* foi lançado, em 2003, o Chile recordava o 30º aniversário do golpe de Estado. Era a primeira efeméride redonda – condição que costumeiramente faz o dia condensar um interesse maior sobre versões e memórias de um período traumático⁴⁵⁷ – do 11 de setembro após a detenção de Pinochet. Nos 25 anos do levante militar, a detenção ainda estava a um mês e cinco dias de distância – veio um pouco depois da data, em outubro. Se 1998 já havia experimentado um aumento nas produções memorialísticas inéditas e de um novo tipo, graças ao avanço da transição e o

⁴⁵⁵ Beatriz Sarlo. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo, una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012, p. 96.

⁴⁵⁶ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 13 (grifado no original).

⁴⁵⁷ Alessandra Carvalho; Ludmila da Silva Catela. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas. In: Elizabeth Jelin (org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 195-244.

afastamento do general do comando das tropas no início do ano, a meia década seguinte seria decisiva para jogá-lo no ostracismo e dar margem para novos *testimonios* revisitando os acontecimentos da prisão.

É um momento em que muitos dos que ainda não haviam contado suas histórias decidem fazê-lo, antes que o tempo passe demais, temerosos que a memória se desvaneça. Publicando seu *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*, apenas um ano mais cedo, em 2002, Adolfo Cozzi fala – justamente – que se animou a escrever para trazer à tona histórias menos recordadas sobre a capacidade de resistir e sobreviver nas condições da prisão política, motivado pela “potencia admirable de las historias y, sobre todo, que han pasado casi 30 años y siento como deber imperioso evitar que el viento árido de la pampa se lleve al olvido todo aquello de lo que fui testigo”.⁴⁵⁸ E, em uma mostra da diferença que marcará os textos desse período em relação aos anteriores, que se anunciavam como “a verdade”, a exemplo do que vimos em Luis Alberto Corvalán Castillo e em outros relatos exilados, ou como testemunhos que pretendiam relatar a “sua” verdade (que não necessariamente excluía outras), como Gamboa no período da reconciliação, agora podia haver até uma tentativa mais literária que potencializasse a reflexão, conversando com gerações que não guardavam memória própria da ditadura: “no quise hacer sólo una crónica periodística, sino dar a los acontecimientos una dirección y una forma literarias que permitieran captar transmitir y desentrañar su significación profunda”, argumenta o autor.⁴⁵⁹

Com efeito, na fase iniciada no fim dos anos 1990 já aparecem até textos elaborados por gerações posteriores – que fogem ao escopo deste trabalho e constituem um gênero de *testimonio* distinto aos que analisamos aqui: aqueles produzidos por descendentes de vítimas da ditadura e que, em muitos casos, sequer chegaram a conviver com elas (ainda assim, uma geração que recebeu como herança do período “la desconfianza y el odio”).⁴⁶⁰ É o que nos conta, também em 2002, Raymundo Paredes, filho de Eduardo *Coco* Paredes (diretor da polícia civil no momento do golpe), ao contar sua jornada de alguém que cresceu na Suécia – terra da mãe – indiferente, e até raivoso desse passado, e só na idade adulta decidiu partir em busca da história do pai, vitimado pela ditadura: “[P]ude expresarme libremente, con el corazón. Hablé de nuestros hijos, de esa tercera

⁴⁵⁸ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 9.

⁴⁵⁹ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 9.

⁴⁶⁰ Raymundo Paredes Ahlgren. *¿Cuántas veces se puede matar a un hombre?* Santiago de Chile: Ediciones B, 2002, p. 13.

generación de chilenos post dictadura que aún corre riesgo de recibir esta sangrienta y destructiva herencia”, escreve. E, em um momento já com a convivência da transição consolidada, “la gente me escuchó. En ambas bandas”.⁴⁶¹

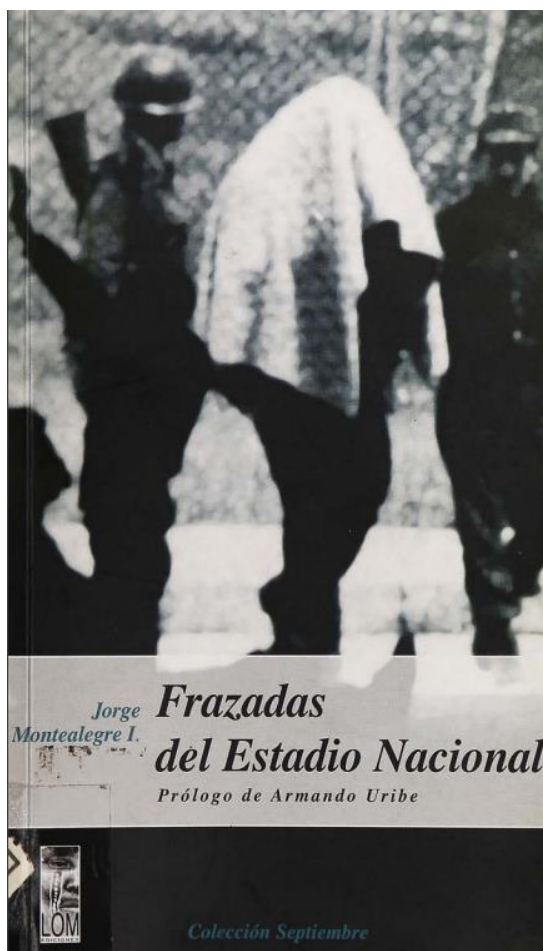


Imagem 10. Capa de *Frazadas del Estadio Nacional*.

Seja como for, já se estava distante, pois, de uma escrita que buscava trazer à tona uma grande revelação até então desconhecida pelo leitor, já apresentado (bem ou mal) a outras memórias e relatórios de investigações (independentes ou oficiais, conduzidas pelo Estado) dos agora bem conhecidos crimes da ditadura. Tampouco era o caso de denunciar um fato ocultado ou silenciado de forma deliberada pelos militares. Estamos diante de autores que, agora, buscam refletir e ir além da descrição que já parecia devidamente realizada na maior parte dos casos. E disso tudo o próprio Montealegre parece saber bem em seu *Frazadas del Estadio Nacional*, quando – ainda que diga resistir aos anseios mais

⁴⁶¹ Raymundo Paredes Ahlgren. *¿Cuántas veces se puede matar a un hombre?* Santiago de Chile: Ediciones B, 2002, p. 13.

literários – experimenta com a memória e tenta buscar a voz do garoto que havia sido. E faz isso sabendo impossível um relato que não veja a experiência dos trinta anos seguintes se sobrepondo à voz que havia originalmente ali. Se *Chacabuco* trazia o calor dos acontecimentos e uma intenção clara de acusação, sendo um documento a ser entregue aos investigadores internacionais do mesmo modo que o relato de Corvalán Castillo, seu livro de 2003 já virá informado pelas construções memorialísticas a respeito da prisão e da ditadura que foram edificadas conforme os antigos detidos foram recuperando sua liberdade, partindo para o exílio, discutindo entre si e publicando suas experiências – sendo, eles também, mesclados com revelações que vinham de todas as formas, por investigações judiciais, delações, pesquisas de historiadores e jornalistas. Tratando *Frazadas del Estadio Nacional* como o resultado dessa imaginária e íntima conversa com o jovem Jorge de 1973, o Montealegre de 2003 diz ter chegado a um acordo quanto a essas apropriações: “estuvimos de acuerdo en citar el testimonio de sus compañeros de prisión cuando esos relatos fueron complementarios a estas memorias y enriquecieron la historia compartida, sin arrogarnos dolores ni heroísmos ajenos”.⁴⁶²

Também “concordaram” em falar de episódios que, na época, Montealegre não tinha como saber, mesmo estando tão próximo dos fatos. “Retomé los viejos escritos con la extraña sensación de releer mis recuerdos como descubriéndome a mí mismo”, diz, ainda na introdução. Refreando até onde pôde os anseios de poeta (ao contrário do supracitado Cozzi), afirma ter resistido às várias tentações – que não faltaram – de “novelear” e “incorporar elementos de ficción”, mas que tentaria prestar um *testimonio* fidedigno “con mis opinables puntos de vista. Los de ayer y de hoy”.⁴⁶³ Daí a diferença tão fundamental entre o *Chacabuco*, que ele nunca achou necessário reeditar, e o livro moldado pelo tempo transcorrido desde então:

[*Chacabuco*] é um livro com uma função de denúncia, que está tingido pelo presente da época e pelo meu entorno, que está relacionado à solidariedade internacional, também a uma certa reivindicação partidária. Há uma linguagem muito da época, e portanto uma série de coisas que não corresponderiam a um testemunho publicado hoje em dia. Hoje, com o tempo que passou, é o momento da reflexão, de chegar a conclusões, de conectar o passado com outras situações. Mais do que fazer a denúncia, porque boa parte do que foi denunciado em seu momento, que tinha que ser denunciado, já foi confirmado. [...] Mas o grosso das denúncias das violações aos direitos humanos foram confirmadas, e não há muito sentido em fazer a denúncia hoje em dia. Esse livrinho, em 1975, foi uma absoluta novidade, porque não se sabia o que havia acontecido. [...] [*Chacabuco*] tem algo positivo que é ter sido escrito imediatamente depois do ocorrido, e portanto com a lembrança muito fresca,

⁴⁶² Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 14.

⁴⁶³ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 15.

com poucas traições da memória. Não há a mitologia que se forma quando passam muitos anos, nem transferências e outros fenômenos que ocorrem com a memória. Muitas vezes, você crê ter vivido algo que não viveu. Esse livro tinha a vantagem de ser algo muito recente. Foi uma base importante, fundamental, para que eu escrevesse *Frazadas del Estadio Nacional*, porque há partes que têm a ver com esse primeiro livro. Quando faço *Frazadas...*, muitos anos depois, posso olhar a mim mesmo desde a idade adulta, e adoto esse garoto que tinha 19 anos. E me preocupo de alguma maneira em contar o que ele queria contar. De contar de uma melhor maneira, talvez, em outro contexto, mas respeitando suas palavras daquela época.⁴⁶⁴

Nesse sentido, e mesmo sem ser pioneiro, *Frazadas del Estadio Nacional* acabou se tornando um dos primeiros testemunhos de fôlego escritos nesse novo período aberto na virada do século, quando o interesse nas temáticas da repressão se renovou, mas já clamando por um tipo diferente de *testimonio*. Essa condição rapidamente converteu o livro num clássico sobre o Estádio, capaz de influenciar novas escritas sobre o recinto. Márcio Seligmann-Silva recorda que “a memória existe no plural”, ou seja, “na sociedade dá-se constantemente um embate entre diferentes leituras do passado, entre diferentes formas de ‘enquadrá-lo’”.⁴⁶⁵ E, argumenta Pollak, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa de memória”.⁴⁶⁶

No caso das obras desse período, em que a denúncia – como argumenta Montealegre – havia perdido um tanto de seu sentido, essa reivindicação dirá respeito, sobretudo, à forma como sua memória é organizada na narrativa escrita. *Frazadas del Estadio Nacional* traz em si uma preocupação de descrever não apenas os temores de alguém encarcerado, que se sabe às vésperas de uma tortura aparentemente inescapável – e, a certa altura, chega a torcer para que seja convocado logo, mesmo sabendo da dor que lhe aguarda, na vã esperança de se explicar de uma vez (“Todos queríamos ser atendidos con prontitud. Los detenidos, porque teníamos la esperanza de aclarar esa misma noche nuestra situación y volver a nuestras casas⁴⁶⁷”) –, mas também deixar um registro do companheirismo do cárcere, da tentativa dos prisioneiros de, apesar de tudo, sustentar em si mesmos o que os militares tentavam tirar, a própria humanidade. Para Montealegre, a

⁴⁶⁴ Jorge Montealegre. O medo se instalou desde o primeiro dia em Santiago. *Sul21*, Porto Alegre, 11 set. 2012. Entrevista concedida a Maurício Brum em junho de 2012. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/jorge-montealegre-e-o-11-de-setembro-o-medo-se-instalou-desde-o-primeiro-dia-em-santiago/>> Acesso em: 17 maio 2016.

⁴⁶⁵ Márcio Seligmann-Silva. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-_____(org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003a, p. 67.

⁴⁶⁶ Michael Pollak. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

⁴⁶⁷ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 44.

individualidade e sensibilidade dos prisioneiros tirada em 1973 não havia se perdido somente nos discursos oficiais, mas nos próprios *testimonios* que precisavam responder a outras questões em seu próprio tempo. Desta maneira,

[não] se sabia como os presos políticos vivíamos um processo de resiliência e resistência, porque se contava da tortura, se contava tudo aquilo, mas pouco se sabia que escrevíamos poesia, que alguns desenhavam, que havia humor, que nós sobrevivíamos também construindo um novo cotidiano em que enfrentávamos a adversidade de uma maneira positiva e comunitária. Disso se sabia muito pouco porque, bom, a prioridade [durante a ditadura] era denunciar a brutalidade da Junta Militar e os delitos.⁴⁶⁸

Uma reflexão, de certa forma, à qual o poeta nos convida já no próprio título da obra: a *frazada*, um substantivo feminino que se refere aos cobertores felpudos utilizados no inverno, é uma presença constante – está no nome do livro, na foto da capa, na descrição que Montealegre faz de si mesmo ainda nas primeiras páginas (“Estoy viendo a ese chiquillo tratando de respirar bajo la frazada. Me ahoga su imagen, que es parecida a la de tantos que estuvieron con él. Que respiren. Que no se queden para siempre bajo una frazada⁴⁶⁹”) e em vários pontos da narrativa. É uma referência explícita aos cobertores escassos que os prisioneiros recebiam no Estádio – e, na ainda fria primavera chilena, um dos únicos objetos que mantinham ao seu lado durante todo o tempo, para aguentar as noites nos frios e mal-acabados vestiários e corredores de concreto daquela prisão improvisada. Usada para tapar sua visão quando eram transferidos de um lugar a outro rumo ao interrogatório (ou ao voltar dele, após a tortura), convertida em um elemento de frustração constante pela sonegação do conforto utilizada pelos militares na eterna demonstração de poder de todos os dias, a *frazada* acaba agindo simultaneamente como um símbolo das vexações e do desamparo naquele contexto, mas também um raro conforto no cárcere – que podia se manifestar, inclusive, na solidariedade mútua que ajudava os prisioneiros a vencerem as agruras, ao compartilhar o pouco que tinham para suportar melhor os dias.

A preocupação de Montealegre não era inédita, como aprofundaremos no próximo capítulo. Sua tentativa de trazer os aspectos “positivos” – como diz – da prisão política também se faz presente em muitos dos testemunhos mais antigos, mesmo naqueles

⁴⁶⁸ Jorge Montealegre. O medo se instalou desde o primeiro dia em Santiago. *Sul21*, Porto Alegre, 11 set. 2012. Entrevista concedida a Maurício Brum em junho de 2012. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/jorge-montealegre-e-o-11-de-setembro-o-medo-se-instalou-desde-o-primeiro-dia-em-santiago/>> Acesso em: 17 maio 2016.

⁴⁶⁹ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 15.

publicados no exílio. E seguirá aparecendo depois, em textos nascidos a partir deste período novo a partir da virada do século: em 2012, por exemplo, Rolando Álvarez Araya diz que “de la prisión puedo decir que hay muchas más cosas positivas que negativas. Se sacó lo mejor de los presos, la camaradería, las pocas cosas que teníamos que había que compartirlas entre todos”.⁴⁷⁰ Isso, é claro, não para dizer que a experiência concentracionária chilena não tenha sido eivada de horrores e traumas, mas fortalecendo a sensação de que a qualidade humana dos que lá estavam acabaria sendo realçada diante de tantas tentativas de fazer precisamente o oposto com todos – desumanizá-los, convertê-los em animais. Se destacar essas situações era mais difícil em um momento em que era preciso levar ao mundo a ditadura na plenitude de sua violência, agora passa a ser possível oferecer esse outro olhar. Mesmo quando o “lado bom” do companheirismo aparecia, a prioridade continuava a ser pela revelação.

Frazadas del Estadio Nacional, porém, marca esse momento em que a busca por recuperar as experiências individuais menos sombrias deixa de ser um tabu. Há pelo menos dois capítulos do livro – *Frazadas del Sueño*, o segundo, e *El Pan Nuestro*, o terceiro – em que essas situações aparecem com ainda mais força. O autor toma a decisão deliberada de não se deter em qualquer descrição da vida em Chacabuco, nem de pormenorizar detalhes a respeito do campo que eventualmente sejam mencionados ao longo do livro. A escolha de Montealegre por ignorar, neste livro, a experiência de Chacabuco (onde as situações “positivas” são muito mais frequentes, conforme a unanimidade dos relatos de quem passou por lá e pelo Estádio Nacional), também é muito significativa: ao dar atenção total ao Estádio, onde as mortes e as torturas eram ainda mais frequentes, onde os respiros possibilitados em Chacabuco pareceram por tanto tempo impensáveis, o autor o reconstrói como um momento definitivo da prisão política, colocando-o como uma fase em que o terror e as dúvidas sobre o futuro eram maiores do que em qualquer etapa que se seguiu – e, mesmo assim, incapazes de destruir a tentativa diária dos prisioneiros de preservar a dignidade que o regime se esforçava em aniquilar.

⁴⁷⁰ Rolando Álvarez Araya. “Papá no va a llegar, porque está trabajando en el norte”. *Memorias y epistolario de un preso político comunista y su familia en Chile*. Santiago de Chile: LOM, 2012, p. 79.

3. A RESISTÊNCIA

3.1. Contra (e com) o que se luta

*Mucha agua barrosa ha pasado bajo los puentes en estos años: el plebiscito de 1988 [...], los cuatro gobiernos de la Concertación y, ahora, el regreso de la derecha a La Moneda. Han quedado, sin embargo, algunas verdades establecidas que ya nadie puede desmentir. Horrores que nunca debieron suceder y solidaridades que enaltecen al ser humano.*⁴⁷¹

Ao longo das décadas que se passaram desde o 11 de setembro de 1973, atravessando os diferentes períodos do *testimonio* dos ex-prisioneiros políticos e as múltiplas respostas que eles precisavam dar às demandas de cada momento, há algumas constantes. Pontos que aparecem em praticamente todos os relatos, com diferentes níveis de destaque, mas que buscam resistir às múltiplas estratégias de desumanização enfrentadas pelos perseguidos através dos anos no Chile. Um processo, como vimos, que não se restringiu ao imediato pós-golpe, mas permaneceria – de forma muito menos perceptível, mas nem por isso ausente – na linguagem asséptica dos relatórios das investigações das violações de direitos humanos, na tentativa de desenterrar os fatos de maneira pretensamente objetiva, eliminando qualquer subjetividade que fazia dos prisioneiros... eles mesmos.

Fosse no exílio dos anos 1970, na conciliação dos 80 e 90, ou nas reflexões que vieram depois, algumas experiências narradas nos *testimonios* pareciam surgir no texto sem uma razão tão óbvia quanto outras referências muito mais claras: à primeira vista, eram episódios que pouco revelavam sobre as atrocidades vividas e, ao contrário, por vezes até pareciam “amenizar” os horrores trazidos em outros pontos da obra. Tratavam-se, precisamente, dos fragmentos do dia a dia que remetiam à maneira como os detidos tentavam lidar com a coisificação experimentada desde o momento da prisão e, no discurso oficial, na própria construção de um contexto que tornasse tamanha repressão uma possibilidade no horizonte. A resistência à desumanização, pois, podia se dar na simples tentativa de converter a experiência nos vestiários do Estádio Nacional ou nos pavilhões de Chacabuco um pouco mais tolerável.

Aludir a memórias que tenham um tom minimamente positivo, observa José Santos Herceg, é objeto de reprovação por uma parcela relevante dos próprios ex-prisioneiros. Mas ele contra-argumenta: a leitura, as conversas, as diferentes formas nas quais se expressa a criatividade e pensamento do ser humano, mesmo em um centro de

⁴⁷¹ Jorge Montealegre. Las memorias de un viaje por el infierno. In: Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 11.

detenção e tortura “onde tudo está desenhado para desumanizar, para coisificar, para animalizar os prisioneiros, permitem persistir, sustentar-se ali, reivindicando e resgatando os restos de humanidade que ficam após os maus tratos, a tortura e o desprezo”.⁴⁷²

O próprio Jorge Montealegre, ao comentar seus escritos do início do século XXI, assume que seu projeto explícito era precisamente valorizar essas memórias que ele define como “eclipsadas”, isto é, presentes, mas muitas vezes ocultadas por outras urgências nos relatos do passado. “Para mim sempre interessou reivindicar essa outra parte da prisão política, a parte ‘positiva’, digamos assim, da prisão política. Porque se cresce na prisão política, se aprende na prisão política. Há uma fraternidade que vale a pena contar, e é parte da prisão política”, entende o poeta.⁴⁷³ E, embora nem todos façam menção a esses episódios com uma intenção admitida de forma tão clara quanto Montealegre, mesmo as obras dos anos 1970, quando a denúncia e a crueza das torturas costuma aparecer com muito mais força do que nos relatos posteriores, trarão episódios “felizes” (por falta de termo melhor para descrever uma sensação comparativamente positiva diante das outras que permeavam a prisão política), pequenos momentos de respiro em meio ao tormento, que permitiram elaborar uma resistência mais orgânica dentro dos próprios *testimonios*, valendo-se dessas situações para contrapor, no texto, o discurso e a prática desumanizadoras da ditadura.

Neste capítulo, destacarei a maneira como essas situações aparecem nas obras de Luis Alberto Corvalán Castillo, Alberto Gamboa e do próprio Jorge Montealegre, mas voltando a utilizar, de passagem, referências feitas em outros *testimonios* às situações ali descritas. Nessa laboriosa resistência que faz predominar a valorização de momentos mais amenos do que os denunciados pelos textos, algumas estratégias se destacam, e orientam a subdivisão deste capítulo nas páginas que se seguem: a angústia do chamado *caldo de cabeza* e o risco que ela representava tanto para o indivíduo quanto para o coletivo, tornando-se necessário combatê-la ao se manter ocupados e ativos; a importância do amor e da manutenção de algum contato com as pessoas queridas, como uma perspectiva pela

⁴⁷² José Santos Herceg. “Intelectuales en prisión. Resistencia cultural en los espacios del terror de la dictadura”. *Palimpsesto. Revista de Estudios Sociales Iberoamericanos*, VIII (11), 2017, p. 33. Tradução própria. No original: “Su aparición y persistencia en los centros de detención y/o tortura de la dictadura, en donde todo está diseñado para deshumanizar, para coisificar, para animalizar los prisioneros, permiten persistir, sostenerse allí, reivindicando y rescatando los restos de humanidad que queda tras los malos tratos, la tortura, y el desprecio”.

⁴⁷³ Jorge Montealegre. O medo se instalou desde o primeiro dia em Santiago. *Sul21*, Porto Alegre, 11 set. 2012. Entrevista concedida a Maurício Brum em junho de 2012. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/jorge-montealegre-e-o-11-de-setembro-o-medo-se-instalou-desde-o-primeiro-dia-em-santiago/>> Acesso em: 17 maio 2016.

qual lutar dentro da prisão e buscar a sobrevivência para um momento posterior; a busca por inverter o discurso desumanizador, apresentando os algozes como seres animais, em um processo que aqui denominarei *desumanização do verdugo*; e, finalmente, a narração dos chamados episódios “positivos”, os relatos pitorescos que surgem em meio a tanto horror, e que levam à exaltação da “qualidade humana” dos companheiros de encarceramento⁴⁷⁴, reivindicando-a de volta após tantas negações, e convidando o leitor a fazer o mesmo – a compreender que a realidade daquelas pessoas era muito distinta da versão vendida pela ditadura, que tentou aniquilá-los.

3.1.1. A angústia: perigos do caldo de cabeça e antídotos para não tomá-lo

Na prisão, havia as dores da tortura, o silêncio em relação ao mundo exterior, a aflição das execuções (reais ou simuladas) que ocorriam ali perto, o desespero de vivenciar não somente a dor própria, mas a daqueles com quem se convivia – que ora voltavam carregados após uma sessão particularmente violenta, ora sequer retornavam, deixando os demais na incerteza sobre seu destino, se a possível morte, a improvável liberdade ou uma transferência, ainda, para um novo e desconhecido lugar, que talvez fosse até mais brutal do que aquele onde já se encontravam.

Mas havia, também, longuíssimas horas de coisa nenhuma, remoendo angústias, alimentando as sensações ruins que todas as outras experiências a pontilhar o dia a dia do cárcere geravam. O *caldo de cabeça*, dizem-nos os relatos, era o adversário mais infernal dessas horas intermináveis de espera sem saber o que realmente se estava aguardando. O grande obstáculo à sobrevivência, mais do que as privações, a remoção do mundo exterior e as saudades dos seres queridos, mas causado e retroalimentado por tudo isso. Aqueles que o tomavam eram apelidados de *caldólogos*⁴⁷⁵, que andavam por aí “todo el tiempo absortos en pensamientos sobre su situación”.⁴⁷⁶ Nos *testimonios*, o *caldo* adquiria várias formas, mas sempre relacionadas a um ensimesmamento, à depressão, ao sujeito que se

⁴⁷⁴ Não confundi-la com a exaltação da qualidade *militante*, que aparece sobretudo nos textos do primeiro período, e coexiste com esta – que, por sua vez, mantém-se presente nos *testimonios* também de outra época. Aqui há um elogio dos companheiros independentemente do que se entendia pelos valores típicos de um socialista ou comunista diante da ameaça do fascismo, destacando muito mais a capacidade de, na rotina da prisão política, oferecer um alento aos demais e, por vezes, surpreender os próprios militares com essa capacidade de resiliência.

⁴⁷⁵ Alejandro Witker. 6. Chacabuco: regreso al origen. In: _____. *Prisión en Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, [1975]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/cap6.html> Acesso em 20 fev. 2018..

⁴⁷⁶ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 68.

isolava em pensamentos que faziam muitos prisioneiros flertarem com (e, em alguns casos, efetivamente cometer) o suicídio como única escapatória plausível para um desespero que dominava os dias e os sentidos.

Para Virgilio Figueroa, *caldo de cabeza* era o “nombre dado al empecinamiento de los apresados en pensar siempre lo mismo: infidelidad de sus cónyuges o novias; detención arbitraria de ellas o hijas menores para ser violadas [...]; pésima situación económica del hogar, etc.”, atestando que ele se manifestava com mais força nas vésperas das festas que, para os detidos em 1973, aconteceram primeiro com o Natal e o Ano-Novo, pouco mais de três meses após o golpe triunfar.⁴⁷⁷ Adolfo Cozzi insere a paranoia na equação do que constituía o *caldo*, assinalando a desconfiança eterna que podia ocorrer em relação a todos ao redor, que poderiam ser *soplones* (delatores), traidores, falsos prisioneiros a serviço dos militares, imiscuídos entre os demais para tentar revelar a identidade de algum militante “de interesse” para o regime que estivesse tentando passar despercebido em meio à multidão.⁴⁷⁸ Juan Del Valle diz que *caldo de cabeza* eram mais do que as angústias quanto ao que não se sabia e à vida que havia deixado de ser: a mistura também incluía as expectativas vãs criadas na prisão, a forma como “llamábamos los más antiguos a todas esas falsas esperanzas o castillos en el aire que uno mismo se inventa para darse ánimo”.⁴⁷⁹ Ilario Da (o pseudônimo adotado por Michel Bonnefoy), efetivamente, é um dos que diz ter criado falsas esperanças, até o dia em que ouviu de um major “tú vas a estar meses aquí, hasta que te fusilen”. E lamenta: “debido a mi idiotez, lo único que conseguí fue vivir un pésimo día: pendiente de cada paso, de cada ruido. El caldo fue implacable”.⁴⁸⁰

Esse tipo de experiência, convém mencionar, não era um fenômeno único do prisioneiro político do Chile. Não tinha o mesmo nome, e os *caldólogos* de outros lugares talvez fossem referidos de outra forma por seus companheiros de encarceramento, mas a tristeza e o embotamento causados pela prisão política eram similares. Vejamos, por exemplo, o que dizem Maren e Marcelo Viñar sobre como um militante preso viveu esse fenômeno no Uruguai:

⁴⁷⁷ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 247.

⁴⁷⁸ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 68.

⁴⁷⁹ Juan Del Valle. *Campos de Concentración en Chile 1973-1976*. Santiago de Chile: Mosquito Editores, 1997, p. 139.

⁴⁸⁰ Ilario Da. *Relaciones humanas: incomunicado*. In: _____. *Relato en el frente chileno*. Barcelona: Blume, [1977q]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap16.html> Acesso em 20 fev. 2018.

Deixaram-no vegetar em um tempo interminável e vazio. Seu ânimo oscilava entre o horror da espera da próxima sessão de tortura e a fruição de vagar pelo mundo das recordações. Soube entender, assim, algo sobre o que os presos são unânimes: é mais terrível esperar que padecer.⁴⁸¹

Para Luis Albero Corvalán Castillo, que não chega a usar a expressão *caldo de cabeza* em seu livro, mas com frequência o descreve, não havia qualquer dúvida que cada ato cometido pelos militares estava minuciosamente calculado para quebrar as resistências dos prisioneiros, muito antes da violência física dos interrogatórios. É o que chama de “la fase previa de preparación, tanto física como moral y síquica”, na qual todo o arsenal de mazelas é vastamente empregado: fome, superlotação das celas improvisadas, frio, proibição da comunicação com o lado de fora e com os colegas que estão dentro, o risco de inúmeras doenças, o medo, a incerteza e a ilusão, o vexame e os suplícios.⁴⁸² Tanto no texto que elaborou pensando em publicar em livro, quanto no depoimento que também fez parte do volume final postumamente, o jovem comunista insiste que o objetivo de tais atos “es llevar al prisionero al punto crítico de la resistencia humana; de ese modo conseguir un ser atemorizado, débil, lleno de angustiosa desesperación”.⁴⁸³

Com seu relato que busca a denúncia em riqueza de detalhes, Corvalán Castillo traz elementos que ajudam a criar essa sensação, colocando o leitor no cenário em que ele diz ter estado em 12 de outubro de 1974, quando foi levado ao velódromo do Estádio Nacional para ser torturado pela primeira vez: *frazada* na cabeça para reduzir seus sentidos, posição de suplício para o desconforto máximo enquanto aguardava, os gritos e balbucios intermináveis de homens e mulheres que já viviam a dor que ele estava a ponto de sofrer.

Mas a iminência do horror era apenas uma das maneiras de remover do prisioneiro qualquer traço de confiança sobre seu destino. A busca por desconectá-lo ao máximo da familiaridade e segurança passaria até pela escolha dos guardas a escoltá-los entre um lugar e outro no centro de detenção: *Coné* diz que seus custodiantes eram soldados trazidos de Punta Arenas, no extremo sul do Chile, uma maneira deliberada de fugir de possíveis solidariedades que pudessem vir a ocorrer caso os detidos e os conscritos

⁴⁸¹ Maren Viñar; Marcelo Viñar. *Fracturas de memoria. Crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Trilce, 1993, p. 30. Tradução própria. No original: “Lo dejaron vegetar en un tiempo interminable y vacío. Su ánimo oscilaba entre el horror de la espera de la próxima sesión de tortura y la frucción de vagar por el mundo de los recuerdos. Supo así entender algo sobre lo que los presos son unánimes: es más terrible esperar que padecer”.

⁴⁸² Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 32.

⁴⁸³ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 97.

percebessem que se conheciam de algum lugar na vida de antes. “[A]sí evitaban al máximo la posibilidad que se diera alguna relación de parentesco o amistad entre los detenidos y los carceleros, lo cual era una base necesaria para ese trabajo tan inhumano”.⁴⁸⁴

Em Chacabuco, onde as eventuais melhoras do tratamento que se tornaram notórias em muitos relatos estavam diretamente dependentes dos comandantes da vez (substituídos a cada tanto, para evitar o fastio dos oficiais relegados àquele meio de nada e para, novamente, garantir que não se criasse uma confortável “irmandade” que facilitasse em demasia a vida dos detidos), os momentos ruins, quando ocorriam, eram particularmente duros pela sensação ainda maior de isolamento que estar a milhares de quilômetros de Santiago produzia. O impedimento de ler e, mesmo, a destruição de cartas utilizadas para a parca comunicação com a família, sobre a qual tratarei mais abaixo, seria um dos episódios mais recordados como capazes de destruir um pouco mais a moral dos prisioneiros em tempos já desesperados.

“Sigue el maltrato físico y la presión psicológica en contra de los detenidos, a toda hora y en todos los detalles se hace sentir el peso del tratamiento y ablandamiento psicológico a que estamos siendo sometidos”, escreve Corvalán Castillo, para concluir que “la situación llega al punto crítico, se ha vuelto intolerable”.⁴⁸⁵ Sempre citando o máximo de nomes para que os investigadores não tenham dúvidas de quem cometia cada ato, ele diz se referir ao período em que o campo esteve a cargo do major Ravest San Martín e do capitão Santander, seu segundo em comando, lembrando esses dias como uma fase particularmente mais difícil.

É neste momento, diz Luis Alberto, que um dos prisioneiros, “obrero y campesino de apellido Vega” não aguenta mais a sequência de situações desesperadoras e tira a própria vida. *Coné* não chega a dar mais detalhes sobre esse suicídio, mas a morte do mineiro Óscar Vega aparecerá, mais tarde, em muitos outros *testimonios* de quem passou pelo campo de concentração naquele momento, e se tornará uma grande metáfora do *caldo de cabeza*: o sujeito sem qualquer perspectiva que teria concluído que sua vida inteira foi um círculo para chegar, humilhado, ao mesmo lugar de onde partira com tantas esperanças, muitos anos atrás – Vega teria vivido e trabalhado em Chacabuco nos tempos

⁴⁸⁴ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 97.

⁴⁸⁵ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 115.

em que o local funcionou como *oficina salitrera*⁴⁸⁶, enterrando suas ferramentas no acampamento antes de ir embora, na esperança de que, um dia, voltaria a ter o emprego e a vida que conhecia. Só retornou como prisioneiro, e no mesmo pavilhão onde vivera com a mulher, três décadas antes, decidiu pôr um ponto final em tudo.⁴⁸⁷

A dilacerante história de Óscar Vega também é narrada por Alberto Gamboa em *Un viaje por el infierno*. De fato, é um dos últimos episódios que traz em seu livro antes do regresso para casa e do epílogo com as cartas simbólicas de reconciliação que troca com o filho. O jornalista recorda do colega de encarceramento como um sujeito a quem “le gustaba aislarse” (ou assim pensavam os demais), e muitas vezes andava sozinho pelas ruas do campo. Só depois de morrer esses sinais foram interpretados de outra forma, como um alerta do que estava por vir. “Óscar venía muerto desde Copiapó”, onde fora preso, Gamboa diz ter ouvido, entre lágrimas, de outro prisioneiro que conhecia bem o líder operário. “Era un cadáver viviente. Y no porque estuviera enfermo de un mal incurable. Sino porque le destrozaron el alma en la ciudad que más quería. Lo vejaron y lo humillaron como no se tiene idea”.⁴⁸⁸ Testemunhos falsos, acusações de todos os tipos que, para esse amigo ouvido pelo *Gato*, só deram uma trégua justamente quando Vega reencontrou a casa onde estivera antes. Agora, subitamente parecia ter ficado mais aliviado. “Óscar se murió de pena, compañero. De pena y humillación. Y cuando se tiene pena, compañero, nadie como él, la anda mostrando. Se refugia en su casa. ¡O se mata en su casa... compañero, como se mató Óscar...!”⁴⁸⁹

Alberto Gamboa oferece sua própria definição do *caldo de cabeza*, “como jocosamente empezamos a llamar estas deliberaciones entre rejas” e, no seu caso, afirma ter sido um dos raros prisioneiros para quem essa angústia acabou sendo menos pesada. “[He tomado el caldo] muchas veces. Pero nunca fueron ‘caldos de cabeza’ agobiantes,

⁴⁸⁶ As *oficinas salitreras*, ou estações salitreiras, eram os locais onde ocorria a extração do salitre nas regiões nortenhas de Tarapacá e Antofagasta, durante a época mais produtiva de exploração desse mineral empregado como fertilizante. Funcionavam como pequenos vilarejos com administração própria e pequenos núcleos habitacionais – com pavilhões de casas mais simples, utilizadas pelos operários, e um centro urbano mais luxuoso, destinado à administração (quando Chacabuco virasse prisão, essas zonas seriam, respectivamente, habitadas pelos prisioneiros e pelos militares). O campo de Chacabuco havia sido um desses recintos, operando entre as décadas de 1920 e 1940, até fechar definitivamente suas portas quando o chamado Ciclo do Salitre entrou em declínio no Chile – a produção de salitres sintéticos durante a Segunda Guerra seria determinante para que o material natural perdesse mercado, e a produção nunca mais se recuperou. A antiga *oficina salitrera* de Chacabuco havia sido declarada um monumento histórico do Chile, curiosamente, durante o governo de Salvador Allende, em 1971, mas logo essa condição seria violada para convertê-la em campo de concentração.

⁴⁸⁷ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 71-73.

⁴⁸⁸ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 191.

⁴⁸⁹ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 192.

como sucedió con la mayoría de los compañeros. Porque los tomé con un espíritu deportivo, muy personal. ¡Y vaya que me sirvió en el curso de ese largo año!”⁴⁹⁰ No caso do *Gato* e sua maneira de encarar as coisas com picardia, o caldo tomado foi muito mais pelo lado das ilusões e conjecturas sobre o que poderia acontecer a ele próprio e aos outros prisioneiros, a partir das observações que fazia por si mesmo e das várias vivências compartilhadas nos recintos de detenção:

Ricardo se acercó a mi lado y nos quedamos conversando todo el resto de la noche. Nos arrinconamos largo rato, pero después comenzamos a caminar hasta donde nos permitieran, para desentumecer las piernas. Dejamos volar la imaginación y planeamos el futuro de todos los detenidos, con esa base tan poco sólida que te daban tus propias experiencias, más todo lo que se contaba, en los corrillos de los camarines-dormitorios, lo que añadían los que estaban detenidos más tiempo y lo que confidenciaban algunos milicos “buenas personas” que escaseaban mucho al principio, pero que sospechosamente hicieron nata después.⁴⁹¹

O caso de Gamboa é muito raro, talvez único, de alguém que admite abertamente que o *caldo de cabeza* acabou não sendo uma sensação inteiramente negativa – na sua situação, pelo contrário, serviu até mesmo como uma improvável distração para escapar de todas as outras angústias, talvez por ter levado pelo lado da criação de expectativas positivas quanto ao futuro, sem, no entanto, chegar a realmente se iludir com elas; para ele, de forma rara, isso funcionou como um escape da própria angústia, e não um fator a mais a aumentá-la. O *Gato* admite que este aspecto de sua vivência é muito pessoal e atípico, e mesmo ele reconhecia o temor nos olhos dos colegas, fazendo seu próprio esforço solidário para evitar que fossem quebrados pela situação. Quando precisou se afastar dos primeiros companheiros com quem foi detido, como o Ricardo citado acima, “observé la mirada llena de ansiedad, llena de angustia, de mis amigos”, e diz ter feito questão de garantir uma última mostra de fortaleza antes de não vê-los mais: “Apreté los dientes y comencé a caminar apurado. No quería que se dieran cuenta de que tenía miedo...”⁴⁹²

Essa autodefesa diante do incerto, que protegia a si mesmo, mas também servia como uma maneira de tranquilizar os demais (como fosse possível em um cenário tão intranquilo), surgirá de variadas maneiras nos *testimonios* da prisão política sempre que o *caldo de cabeza* for mencionado. Pois as referências a esse tormento não são gratuitas

⁴⁹⁰ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 24-25.

⁴⁹¹ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 24.

⁴⁹² Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 25.

e tampouco utilizadas como mera forma de acrescentar um detalhe a mais entre tantas atrocidades na rotina: invariavelmente, o *caldo* surge nos textos como um grande exemplo de algo constituído deliberadamente pela forma como os militares conduziam o campo e, conseqüentemente, uma situação que quase todos os prisioneiros (ou, pelo menos, aqueles que chegaram a elaborar sua experiência em textos escritos nos anos seguintes) identificavam como algo a ser combatido. O *caldo* é um perigo, mas também o que os anglófonos chamariam de *cautionary tale*, um alerta do que deve ser evitado, e seus “antídotos” aparecem quase de imediato na narrativa, listando as formas – por vezes muito simples, noutras surpreendentemente engenhosas – que os prisioneiros utilizavam para não deixar o embotamento tomar conta de um e, dali, potencialmente contagiar a todos como um vírus.

Luis Vitale aponta exatamente para esse risco, que “era precisamente lo que perseguían los militares”. Deixar-se vencer pela angústia, no entanto, era uma ameaça para todo o grupo, e “lo importante era mantener las ganas de vivir para enfrentar la difícil situación en que nos encontrábamos, conservando las mejores condiciones anímicas y de lucidez mental”.⁴⁹³ Para que isso ocorresse, “una de las pocas armas que disponíamos era el elevado estado de ánimo y los reflejos rápidos, para reaccionar en la mejor forma posible en esa situación límite ante la muerte”⁴⁹⁴, e os novos prisioneiros eram costumeiramente avisados pelos antigos que o *caldo de cabeza* podia (e devia) ser evitado com quaisquer atitudes que o permitissem se manter ocupado, fosse com um trabalho manual ou intelectual, mesmo em recintos onde isso não parecia possível, como o Estádio Chile.⁴⁹⁵ E Rolando Carrasco afirma: “por eso escuchamos y obedecemos y ponemos a funcionar el campo preocupados de preservar dos saludes, mental y física. Para ambos necesitamos carenar constantemente el amargor del derrotismo adherido y brotado en la mente”.⁴⁹⁶

De certa forma, para aqueles que conseguiam encontrar essas eventuais maneiras de “esquecer” o que estava acontecendo, a busca por resistir ao *caldo de cabeza* podia confrontá-los com uma situação que fazia chegar ao outro lado do limite do desespero,

⁴⁹³ Luis Vitale. *La vida cotidiana en los campos de concentración de Chile*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1979, p. 9.

⁴⁹⁴ Luis Vitale. *La vida cotidiana en los campos de concentración de Chile*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1979, p. 9.

⁴⁹⁵ Luis Vitale. *La vida cotidiana en los campos de concentración de Chile*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1979, p. 13.

⁴⁹⁶ Rolando Carrasco. ¡Hay después!. In: _____. *Prigüé. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977o]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap13.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

quando mesmo as preocupações mais sombrias deixam de assustar. “[D]escubrí que el miedo tiene un limite”, comenta Manuel Cabieses, que fala sobre como a tentativa de despersonalizar todo o possível da situação que estava vivendo não só aliviou as penas físicas e mentais, mas também permitia compreender melhor o que havia vivido para poder relatar, posteriormente, como agora enfim fazia em seu *testimonio*.⁴⁹⁷ Para quem conseguia chegar a esse ponto de inesperada despreocupação, a sensação poderia ser, inclusive, catártica: “Qué gran experiencia fue aquella, pero qué maravillosa experiencia, qué extraordinaria vivencia se experimenta cuando se concentra y se domina la mente”, exclama Juan Del Valle, prosseguindo que chegar a esse ponto é certamente um esforço esgotador, “pero cuando se logra el resultado esperado es una de las sensaciones más maravillosas que se pueden experimentar al hacer que lo irreal se convierta en realidad”.⁴⁹⁸

Falando de Chacabuco, que por ter recebido presos passados já dois meses do golpe e, portanto, posteriormente à descoberta do tal *caldo* como algo que os acompanharia nas horas mortas, Sadi Renato Joui Joui conta que as ordens circularam muito cedo após a chegada ao campo: “las instrucciones que hemos recibido son que todos los detenidos, en cada casa, estén inscritos en una actividad del campamento. Nadie se queda sin hacer nada. No hay que dejar tiempo para los ‘caldos de cabeza’”.⁴⁹⁹ Se ter uma miríade de atividades como em Chacabuco certamente ajudava, com frequência não era preciso muito para encontrar o efeito desejado: o arquiteto Miguel Lawner, que passou pela gélida Isla Dawson com muitos nomes proeminentes da Unidade Popular, dirá que “las charlas eran un buen antídoto⁵⁰⁰” para fugir dos *caldos* que abrumavam a mente, antes mesmo que alguns campos de concentração permitissem a realização de outras atividades nas quais pudessem empregar suas habilidades – como dar aulas, montar conjuntos musicais, publicar um jornal-mural ou caminhar à noite para observar as estrelas no céu limpo do Atacama, esquecendo as grades e as incertezas por alguns momentos. E, quando o dia fosse menos infernal por qualquer razão, era possível até mesmo que alguém relatasse em suas memórias, como fez Ilario Da, que “esa noche el

⁴⁹⁷ Manuel Cabieses. CHILE: 11.808 horas em campos de concentración. In: _____. *11.808 horas en campos de concentración*. Caracas: Fondo Editorial Salvador de la Plaza, [1975c]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/cabieses/cap1.html> Acesso em 20 fev. 2018.

⁴⁹⁸ Juan Del Valle. *Campos de Concentración en Chile 1973-1976*. Santiago de Chile: Mosquito Editores, 1997, p. 38.

⁴⁹⁹ Sadi Renato Joui Joui. *Chacabuco y otros lugares de detención*. 3.ed. Valparaíso: Narrativa Punto Aparte, 2014, p. 76.

⁵⁰⁰ Miguel Lawner. *Retorno a Dawson*. Santiago de Chile: LOM, 2004, p. 45.

caldo de cabeza no ofreció batalla”, ao dormir em uma cama após muito tempo e encontrar um sargento que o tratou um pouco melhor do que os agentes da DINA haviam feito até então.⁵⁰¹

“Nos sobran preguntas, no teníamos respuestas”, admite Jorge Montealegre sobre o exercício “permanente, obsesivo y pesimista” de especular sobre a situação que os reservava na prisão.⁵⁰² Se era verdade que todos tomavam o *caldo*, algo visto pelo autor como inevitável diante das circunstâncias, havia também os casos preocupantes de isolamento mais extremo. Ao não se aprofundar na história de Chacabuco em *Frazadas del Estadio Nacional*, ele não chega a se referir diretamente ao caso de Óscar Vega, mas pondera sobre situações similares à do homem que tiraria a própria vida no campo. Era um duro equilíbrio, descreve-nos Montealegre, entre respeitar a solidão de quem precisava passar algumas horas longe do convívio dos demais para espairecer e estar consigo mesmo em um local onde a privacidade não existia e, ao mesmo tempo, manter-se alerta para identificar a depressão que anulava toda e qualquer esperança nos corredores do estádio.

Afinal, “los días pasaban lentos”, e o próprio tédio podia se converter em um elemento a mais na soma de inquietudes que tornavam o caldo mais sedutor – e o pulo no abismo, algo um pouco mais próximo. Para ocupar o tempo e desanuviar a mente, valia tudo: uma inundação nos corredores do estádio, um incômodo a mais, podia ser usada como uma distração para lavar a (pouca) roupa que tinham consigo e a tão preciosa *frazada*. O lixo que se acumulava podia ser transformado em improvisadas peças ou cartas para jogar baralho, damas, dominó e até mesmo xadrez. “Sobre la frazada estos pasatiempos rudimentarios eran tesoros de una belleza inexplicable. Yo, torpe para los trabajos manuales y malo para conversar, me entretenía mirando. Me recuerdo discreto como el hombre invisible”, posiciona-se o poeta, relegando a si mesmo a uma posição de observador.⁵⁰³

Mas era inegável: apesar de tudo, das várias armadilhas sempre à espreita para desistir, os prisioneiros insistiam em encontrar maneiras para pensar em outras coisas. “Arriba, los altavoces transmitían a gran volumen marchas militares. Abajo, en los túneles, camarines y escotillas, otras expresiones culturales demostraban una vitalidad

⁵⁰¹ Ilario Da. Relaciones humanas: comunicado. In: _____. *Relato en el frente chileno*. Barcelona: Blume, [1977q]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap16.html> Acesso em 20 fev. 2018.

⁵⁰² Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 64.

⁵⁰³ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 63.

inesperada”, relata.⁵⁰⁴ E, em meio a tantas atividades que permitiam desviar o foco do horror, uma perspectiva reaparecia como constante conforto – o amor e a esperança de reencontrá-lo.

3.1.2. Consolo: cartas e beijo de amor

Não havia muito espaço para as mulheres, as *compañeras* (de partido e de vida), nos recintos de detenção por onde passaram Luis Alberto Corvalán Castillo, Alberto Gamboa e Jorge Montealegre. A Chacabuco nenhuma chegou, todas levadas a outros recintos específicos para elas. No Estádio Nacional, a situação era distinta, mas também estava o distanciamento obrigatório: os homens ainda eram os que ocupavam as partes internas do estádio de futebol propriamente dito, com seus vestiários, corredores e *escotillas*, mas o complexo esportivo adquiriu uma geografia própria nos dias de repressão. O disco negro, no gramado, ficou memorável como o local para onde os detidos eram convocados quando os militares os requisitavam para qualquer coisa (em geral para levá-los a mais uma sessão de tortura, mas às vezes porque tinham uma visita ou uma entrega da família que, eventualmente, as autoridades deixavam chegar a eles); o velódromo seria o lugar das torturas; e as piscinas seriam o recinto onde as mulheres foram mantidas presas na maior parte do tempo durante aquele par de meses em que o maior parque esportivo da capital chilena foi transformado em prisão. “La de ellas era una historia paralela a la nuestra. Entre los hombres algunos sufrían con la posibilidad de que ahí estuviera su madre o esposa, sus amigas o hermanas”, explicita Jorge Montealegre.⁵⁰⁵

Houve casais que foram presos “juntos”, mas mantidos separados, e permaneciam apenas a alguns poucos metros de distância um do outro, especialmente nesse período em que passaram pelo Estádio Nacional. E houve alguns dos relatos particularmente terríveis de torturas conjuntas, em que um assistia ao suplício do outro, em uma tentativa dos militares de quebrar a resistência daquele que assistia à brutalidade. Nenhum dos três autores chegou a viver essa situação diretamente, mas Luis Alberto Corvalán Castillo esteve entre os desafortunados militantes que caíram presos com sua amada e chegaram a vê-la na prisão. No seu caso, porém, de maneira muito menos traumática, no episódio que ele narra como *un beso clandestino*, e um dos momentos que aparecerão realçando a

⁵⁰⁴ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 64.

⁵⁰⁵ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 102.

importância do amor (e da perspectiva de retomá-lo) como elemento de resistência nos *testimonios* que atravessam todos os períodos. Mesmo para aqueles que estavam distantes de seus seres queridos, saber que tinham alguém velando por eles do lado de fora oferecia algo mais em que se agarrar para sobreviver (embora a perspectiva de perder essa pessoa pudesse ser, também, mais um item no longo receituário dos *caldos de cabeza*). Para os que tinham amores do lado de fora, especialmente quando as visitas se tornaram inviáveis pela distância e pelo isolamento em lugares remotos do mapa chileno como Chacabuco, as cartas seriam um importante esteio da sanidade e da inteireza humana e, a eventual privação delas, um dos golpes que calava mais fundo nos prisioneiros.

Ao menos em um primeiro momento, Corvalán Castillo não precisaria das cartas, pois experimentou a rara delícia de um reencontro positivo ainda no próprio cárcere. Ele, aliás, nem suspeitava que isso ocorreria e só percebeu quando a presença de Ruth já estava por se consumir. Foi graças à solidariedade dos companheiros de prisão que isso se tornou possível, em um dia no qual os militares precisavam de voluntários para carregar colchonetes até o setor das piscinas e, ao contrário do que geralmente ocorria, não houve uma enxurrada de candidatos. Era comum que, nesses momentos, a maioria dos prisioneiros tentasse ser escolhido: ser escalado voluntário para uma função fora da cela improvisada, qualquer que ela fosse, representava, no mínimo, a chance de tomar um ar, ver algo diferente e, com um pouco de sorte e descuido dos carcereiros, uma oportunidade de fazer contatos, trocar informações, conquistar algum privilégio ao surrupiar um alimento, uma ferramenta, algo que pudesse ser convenientemente escondido para uso posterior, dependendo da função para a qual o detido fora escalado.

Naquele dia, entretanto, Luis Alberto esteve entre os primeiros voluntários, sugerido por um amigo, pois havia um acordo tácito entre os demais (e que ele próprio só soube depois) que queria proporcionar-lhe um reencontro com Ruth Vuskovic. Ele não sabia que a missão da vez era nas piscinas, mas alguns colegas com informações privilegiadas que corriam à boca pequena pelos corredores, estes sabiam. E armaram a surpresa:

Aún ignoro el destino de este primer viaje. Iniciamos la marcha en sentido contrario al Estadio. Miro al compañero que me enrolara en esta operación y en sus ojos leo la picardía de quien sabe el destino y guarda una sorpresa. Ya hemos caminado lo suficiente para comprender que nuestra dirección es hacia la piscina. El corazón brinca de alegría y quiero ir más rápido que la escolta. Me doy cuenta que podré ver a mi compañera.⁵⁰⁶

⁵⁰⁶ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 43.

Encontrar Ruth é uma garantia, um reforço nas esperanças. “Comprendo que está entera, de pie y combatiendo”, celebra *Coné*. “¡Qué importan los centinelas y sus fusiles! ¡Abro mis brazos para coger su aroma y darle mi fuerza!”⁵⁰⁷ Nesse beijo que trocam sob os narizes dos oficiais distraídos, apartam-se do grupo maior, que se dispõe a descarregar os materiais que os homens traziam enquanto os dois têm tempo de colocar a conversa em dia, de trocar notícias, compartilhar alguma informação que, naquele contexto, poderia muito bem representar a distância entre a vida e a morte (deles próprios ou daqueles que estavam no cárcere ao seu redor). Corvalán Castillo logo estará seguro do que o encontro representou para ele: voltará à rotina de prisioneiro, caminhará de volta ao estádio já sem o carregamento de antes, rodeado de colegas de prisão que agora riem satisfeitos pela boa ação. Mas Luis Alberto já está diferente, “con más fuerzas que antes, con el recuerdo imborrable de este nuevo ejemplo solidario de mis compañeros de prisión y con la dulzura de un beso clandestino”.⁵⁰⁸ No texto, ele se põe a questionar retoricamente, já fazendo uso de uma estratégia de inversão dos menosprezos sofridos que analisarei mais abaixo, e neste caso projetada para as mulheres: “¿Serían capaces las mujeres de ellos de sobrevivir un sólo día en estas condiciones? Seguro que no. Y menos de la forma que hacen las nuestras, no sólo con valentía y entereza sino también, a pesar de todo, manteniendo su frescura y belleza”.⁵⁰⁹

Assim como não tem dúvidas que as esposas deles, dos militares, não aguentariam um único dia dormindo sobre o chão gelado do complexo aquático do Estádio Nacional (agora, pelo menos, com o alívio dos colchões para colocar sobre os frios azulejos), Luis Alberto também sabe que as angústias da privação de liberdade são implacáveis para todos e todas. Mais tarde, em um outro encontro entre *Coné* e Ruth, pouco antes da transferência do Estádio, ele também usará a oportunidade de estar com ela para falar sobre a necessidade de autopreservação e a aconselhará sobre como encarar a “guerra” que estão vivendo, inclusive dando caminhos para combater o *caldo de cabeza*, que não chega a ser mencionado com esse nome, mas conserva suas características universais bem conhecidas na descrição feita pelo filho do secretário-geral do Partido Comunista do Chile: “es necesario combatir el ocio que desemboca en cavilaciones que destruyen la esperanza; con tus compañeras deben realizar actividades, inventar juegos, hacer charlas,

⁵⁰⁷ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 44.

⁵⁰⁸ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 45.

⁵⁰⁹ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 43.

conseguir algo de leer y sobre todo si pueden hacer actividades productivas que ocupen la mente y las manos”.⁵¹⁰

É um momento em que vemos claramente uma nova operação que se forma em torno do afeto: mais do que a sua função mais óbvia de agir como uma situação que, por si mesma, já combate as angústias do cárcere, o próprio encontro exerce uma outra função em um nível diferente, ao servir para uma discussão franca e cálida sobre como resistir. Nessa conversa, diz Luis Alberto, “[m]e doy cuenta que miles, en diferentes cárceles y campos de concentración, estando presos, prisioneros, estamos combatiendo”⁵¹¹, e pode respirar em “un oasis verde, de sol, amor y esperanzas en aquella jungla de muerte y cemento”.⁵¹²

Se a experiência de Luis Alberto foi pouco usual, podendo encontrar a esposa também presa dentro do próprio cárcere (e de uma maneira que não fosse inteiramente traumática e negativa, como as pessoas expostas às torturas de seus companheiros amorosos), para outros prisioneiros essa oportunidade surgiria nas visitas, como a ocorrida quando os detidos no Estádio Nacional ganharam autorização para ver suas amadas, em uma despedida para partir a um desterro ainda mais longínquo do que aquele recinto que, apesar de tudo, pelo menos estava no coração de Santiago e permitia a expectativa de algum tipo de proximidade se assim os militares autorizassem. Para ir a Chacabuco, porém, qualquer visita demandaria uma operação logística muito mais complexa, com viagens de milhares de quilômetros rumo ao norte e, uma vez lá, geralmente através de Antofagasta, ainda tendo que percorrer outras centenas pelos caminhos do deserto até chegar à antiga *oficina salitrera* transformada em prisão. De todo modo, o alívio de encontrar as amadas, ainda que nesses cenários fugidios, é sempre marcante nos *testimonios* daqueles que tiveram a chance de viver um momento do tipo. Ao falar de seu próprio encontro com sua companheira, Juan Del Valle narra uma sensação parecida à que Corvalán Castillo fala quando se refere aos dias em que viu Ruth: “Todo era real, todo era felicidad, llanto emocionado, alegría, alegría de vernos nuevamente, alegría de estar juntos”, celebrava, deixando translúcida a explosão de felicidade que parecia impossível em um contexto daqueles, até o momento em que pôde vê-la. “[Y]o seguía feliz, paso a paso, un paso al frente y otro para el lado, en continuo

⁵¹⁰ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 50.

⁵¹¹ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 51.

⁵¹² Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 52.

movimiento mientras la estaba abrazando y viviendo esos maravillosos momentos de tenerla entre mis brazos, aspirar su aroma y su fragancia”.⁵¹³

Uma tal oportunidade de se encontrar com a amada de maneira que não fosse negativa e profundamente traumática, em um cenário daqueles, é evidentemente excepcional. Mas outros momentos de afeto aparecerão nos *testimonios* como memórias de episódios em que o sofrimento de todas as horas deu uma trégua graças a algum tipo de carinho em meio a tanta brutalidade. Alberto Gamboa falará em diversas passagens de sua correspondência com a própria companheira, María Eliana, e transcreve a forma como se comunicou com ela sobre os mais variados temas da rotina em Chacabuco. Mas, mesmo dentro da prisão, há um episódio de afeto acalentador, incluído em *Un viaje por el infierno*, em que o *Gato* diz ter encontrado Ester, uma professora primária de Santiago, dias antes de as mulheres serem transferidas para as piscinas. Enquanto se escondia, com fome e com sede, em um momento em que (contaram-lhe depois) dezenas de companheiros de prisão teriam sido subtraídos do convívio com os demais e desaparecidos, Gamboa foi salvo em seu esconderijo graças à solidariedade da mulher que se dispôs a cuidar dele, levando café, um pedaço de pão, até mesmo um chocolate (esse breve capítulo do livro é, apropriadamente, nomeado *Amor de chocolate*). Não chegaria a encontrá-la depois disso, só em uma breve troca de olhares no momento da transferência para Chacabuco, mas aconchegado pelo calor do café e das palavras: “Estamos contigo. Te queremos mucho”.⁵¹⁴

Não ter qualquer perspectiva de encontrar esse tipo de calor humano, de um amor mesmo que idealizado através de uma porta e sem nunca realmente ver a outra pessoa, era mais uma das agruras cotidianas com que muitos prisioneiros se debatiam. Se o companheirismo dentro do cárcere ajudava a amenizar algumas situações, o longo tempo de incomunicação e isolamento só fazia aumentar a parte do *caldo de cabeza* que dizia respeito às incertezas sobre o que se passava em casa, com a vida e as pessoas que haviam sido deixadas para trás. Fazendo referência às conversas entre os prisioneiros, que muitas vezes desembocava em acalorados debates políticos em meio a tantos militantes de convicções tão fortes (que, ironicamente, podiam discutir essas coisas de maneira muito mais aberta uma vez já dentro da prisão do que precisando se manter quietos e autocensurados do lado de fora), Alberto Gamboa diz que a “cuestión social” ocupou

⁵¹³ Juan Del Valle. *Campos de Concentración en Chile 1973-1976*. Santiago de Chile: Mosquito Editores, 1997, p. 40.

⁵¹⁴ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 29.

muito tempo, mas paulatinamente abriu espaço para o que chama de “cuestión sentimental”. Era quando, esgotados todos os outros assuntos, dribladas as situações de inquietação mais imediatas que alguém poderia encontrar nos corredores poeirentos do campo, as preocupações pelo mundo exterior não tinham como ser suplantadas. Especialmente no que se referia às mulheres.

Em diferentes momentos de seus fascículos, Gamboa conta sobre como “[m]uchas veces, infinidad de veces, el tema principal de nuestra conversación fueron nuestras mujeres”.⁵¹⁵ Todas elas. “La mujer, sea esposa, novia, amante, hija o madre, pasó [...] a ser el eje central de nuestras vidas”, volta ao tema muitas páginas depois o jornalista⁵¹⁶, que a seguir lista a enorme variedade de perguntas que os prisioneiros faziam a si mesmos para tentar entender o que estaria se passando com elas enquanto eles estavam inabilitados de se comunicar com o lar. “¿Qué estará haciendo? ¿Me echará de menos? ¿Recibirá mis cartas? ¿Por qué no me contesta altiro? [...] ¿Me amará todavía? ¿Sabrá que la quiero más que antes? ¿No me estará engañando?”, e por aí a questão avançava.⁵¹⁷

O tempo e a distância abriam brechas, afinal, mesmo nas relações mais sólidas. O próprio Alberto Gamboa perceberia isso, quando voltasse à liberdade e percebesse que já não teria María Eliana ao seu lado, exausta da solidão e do acosso militar (comum contra quem tinha relações com prisioneiros), que a fizeram mudar de cidade e deixar aquele amor de 15 anos para trás e para sempre. Algo que ele diria, na entrevista concedida a Francisco Mouat décadas depois, ter compreendido e aceitado – não a culpava, pois a vida dela havia se convertido em um verdadeiro tormento durante a ausência do companheiro.⁵¹⁸ Na época em que lançou *Un viaje por el infierno*, o Gato Gamboa descreveu assim a situação:

Han pasado tantos años y nuestras rutas se han desviado. No lo quiso ella, ni lo quise yo. Pero entre su corazón y el mío se interpusieron el Estadio Nacional, Chacabuco, este carnet de hombre de tercera clase que me dio la dictadura y mis convicciones o ideas que ella no compartía o temía compartir.⁵¹⁹

No caso de Jorge Montealegre, serão justamente as dúvidas sobre o destino de quem havia deixado do lado de fora quando caiu preso (dúvidas que Gamboa lista tão

⁵¹⁵ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 90.

⁵¹⁶ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 140.

⁵¹⁷ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 140.

⁵¹⁸ Francisco Mouat. *Las siete vidas del Gato Gamboa. Conversaciones con Alberto Gamboa, último director del diario Clarín*. Santiago de Chile: Lolita Editores, 2012, p. 74.

⁵¹⁹ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 167.

abundantemente) que marcam as referências amorosas pessoais de seu relato. Em meio aos dezessete dias entre o golpe de Estado e o 28 de setembro em que o comboio militar passou na casa que usava de esconderijo para levá-lo, primeiro para a Escola Militar, depois para o Estádio Nacional, e mais além para Chacabuco, o jovem estudante compartilhou a duas ou três noites com sua namoradina da época, chamada de Margot no livro. O amor presente em seu relato também surge na narrativa como uma forma de combater uma angústia, ainda que seja anterior ao *caldo de cabeza*, mas diretamente relacionada a uma conjectura desesperada sobre um futuro incerto: os intermináveis momentos que precederam a prisão, que parecia naquela altura inevitável para ele, mas cuja hora exata era impossível determinar. “No hacía mucho habíamos tenido un pololeo⁵²⁰ no declarado que nos había revolucionado prometedoramente las hormonas. Y ahora estábamos con toda la noche por delante gracias al toque de queda”, conta Montealegre.⁵²¹

Naquela improvável noite de toque de recolher, presos em casa e cobertos de medo, Jorge e Margot tiveram “una noche de estrenos que nadie había programado”, vencendo até mesmo o seu “voluntarismo militante” que fazia do integrante da Izquierda Cristiana um dos que “creían en el celibato revolucionario”. A convicção acabou sendo mais frágil que outras, comenta o poeta:

Temerosos, indecisos, hicimos un amor inexperto. Miedo con miedo, cariñosos. Fértiles e inconscientes mientras se abría tanta fosa. A lo lejos, algunos balazos esporádicos nos dejaron sus ecos llenos de preguntas. Fue una relación más extraña que alegre. Los temores distintos se trenzaron en la noche.⁵²²

Mas, apesar das estranhezas do casal pouco experiente, Margot voltaria ainda outras noites depois daquela, sempre pouco antes do toque de recolher, para estar com Montealegre no que restava das noites daquele confuso e atemorizante setembro. Nunca soube se a companheira, que não estava em casa no 28 de setembro em que os militares enfim vieram atrás dele, chegou a voltar após ser levado embora. Mas, após ser detido, diz ter chegado a trocar cartas com ela e, na prisão, soube que Margot havia engravidado e, depois, perdido o bebê. “Un contradictorio y vergonzoso sentimiento de frustración y

⁵²⁰ Chilenismo que se refere o ato de namorar com alguém. *Pololos* são os namorados e o termo viria do mapundungun *pūlilili*, “aquele que age como uma mosca”, fazendo menção à imagem do pretendente rondando a amada como uma mosca em uma fruta.

⁵²¹ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 31.

⁵²² Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 31.

de alívio” tomou conta de Jorge, que a seguir observa, sobre a própria revelação tão íntima: “¡No sé por qué cuento estas cosas!”

Os dois tiveram uma breve despedida em uma esquina de Santiago antes que ele partisse ao exílio, e seria a última vez que esteve com a “pálida e silenciosa” Margot. Perdeu contato, e só muitos anos depois, já de volta, procurando-a sem nem saber o que buscava, ouviu da melhor amiga que a companheira daqueles dias de angústia havia morrido. “De una manera absurda, como se muere la ciudad todos los días. Yo estaba afuera (A veces el exilio se siente al volver)”, comenta, dolorosamente.⁵²³ Margot seria um assunto eternamente pendente e, embora de óbvio significado em sua vida, ocupa um espaço relativamente reduzido no *testimonio*. Quando voltar ao amor nas páginas de *Frazadas del Estadio Nacional*, Montealegre contará histórias alheias, como a do encontro entre Luis Alberto Corvalán Castillo e Ruth Vuskovic, reproduzindo, em citações, boa parte do relato original feito por *Coné* nas páginas de *Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos*.⁵²⁴

Para tentar aliviar as incertezas que provocavam tantas perguntas, estavam as cartas, a importância de ter presente uma possibilidade de se comunicar, mesmo que de maneira mediada (com as missivas sendo lidas previamente pelos militares e eventualmente censuradas, além de, em alguns casos, não chegarem todas de uma vez, devido às limitações impostas à quantidade que poderia desembarcar no campo, de acordo com os caprichos do comandante da vez). Ter as cartas era uma ponte para a sanidade e para esse amor inviabilizado pelo isolamento. Quando elas não vinham, o mundo dos prisioneiros e os fiapos em que se agarravam para evitar o *caldo* poderia facilmente se despedaçar. Adolfo Cozzi é outro que faz referência direta a esse momento, quando uma tentativa de demonstrar autoridade

nos había golpeado donde más nos dolía, porque no había nada tan angustioso como no tener noticias de las familias nuestras. Nada. Porque no era la prisión misma lo insoportable, era el no saber qué estaba pasando con las mujeres, las madres, las hijas, los hijos, los padres, los hermanos. Las cartas eran el único vínculo. Eran sagradas.⁵²⁵

De fato, a presença das cartas como uma maneira de encontrar vínculos com o que se havia perdido, com o amor impossível em meio à brutalidade, está longe de ser uma

⁵²³ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 34.

⁵²⁴ Cf. Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 105-107.

⁵²⁵ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 78.

exclusividade da experiência concentracionária chilena. Quaisquer prisioneiros em uma situação similar, possivelmente, relatariam algo semelhante, nem que fosse para destacar, precisamente, o peso que era a ausência até mesmo da correspondência no esforço diário de sobreviver. É o que vemos, por exemplo, em Primo Levi quando descreve a angústia que mais diferenciava os judeus presentes nos campos nazistas das pessoas que lá se encontravam como prisioneiras políticas. Porque os que não estavam no campo por razões étnicas ainda tinham, de certa forma, a possibilidade de vinculação, o momento de falar com alguém através da linguagem escrita. “A hora semanal em que nossos companheiros ‘políticos’ recebiam a correspondência de casa era, para nós, a mais desconsolada, aquela em que sentíamos todo o peso de ser diferentes, estranhos, separados de nosso país ou, antes, do gênero humano”, escreve Levi, afirmando ser o momento em que a tatuagem de identificação imposta aos judeus mais queimava na pele, e quando a certeza de não retornar se fazia mais forte. Afinal, mesmo que tivessem o direito à carta, para quem eles escreveriam, se todas as suas famílias “tinham desaparecido, estavam dispersas ou destruídas”?⁵²⁶

Para os judeus vitimados no Holocausto, a ausência das cartas podia ser encarada como mais uma nuance dolorida na experiência desumanizadora, um momento em que a separação deles em relação às demais pessoas (mesmo sendo estas pessoas também perseguidas pelo nazismo, mas por outras motivações) se fazia evidente até mesmo na antessala do último estágio da destruição, que era o próprio campo. Mesmo ali havia um resquício a mais que os inferiorizava, que delimitava claramente o tamanho de sua diferença quando comparados aos outros. Para os chilenos, que tinham as cartas como uma realidade possível, essa situação não é perfeitamente comparável, mas em um local como Chacabuco ainda existiria a hipótese de que essa conexão com o mundo exterior fosse simplesmente interrompida pelos desmandos e vontades de algum fardado mais feroz. Ver-se diante do direito à comunicação retirado era um golpe, com frequência, pior do que a violência física e psicológica sofrida em todos os outros estágios e cenários da prisão política – era a última desconexão com um mundo ao qual tentavam desesperadamente se agarrar. Como definiu Cozzi, as cartas eram “sagradas”, e não chegavam, “primero porque no existía la orden superior que autorizara entregarlas a los destinatarios, y segundo, porque tenían que pasar por una censura muy rigurosa, muy

⁵²⁶ Primo Levi. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 84.

engorrosa y terriblemente lenta”, como escreve Gamboa. “Estábamos aislados”, diz, para depois se corrigir, intensificando: “estábamos ‘recontra’ presos”.⁵²⁷

Aos olhos do militar que proibia a entrada das cartas, relata Gamboa, eles não passavam de cachorros marxistas, e da sua parte não havia qualquer tipo de remordimento por ampliar o tamanho de seu isolamento: “Él debía darle cuenta de sus actos sólo a la justicia divina, y nosotros éramos la escoria que no tenía derecho a nada. Así estuvimos casi mes y medio”.⁵²⁸ Quando as cartas finalmente começaram a ser liberadas para leituras, amaciando as dores ou confirmando os temores sobre o que se passava em casa, tudo só foi possível porque o comando de Chacabuco enfim havia sido alterado e o novo responsável era favorável a um abrandamento das condições de seus prisioneiros.

O comandante responsável pelo banimento anterior das mensagens vindas de casa? Gamboa supõe que “las medallas que ganó en esta batalla de odio sin respuesta tiene que habérselas colgado el diablo u otros uniformados de su misma calaña”.⁵²⁹ E, se eles, os prisioneiros, eram vistos pelo militar como *perros*, o texto não deixa por menos ao citá-lo – mesmo em um *testimonio* do período marcado pelo esforço de reconciliação, não havia outra maneira como se referir a alguém capaz de tamanha maldade que não fosse *el monstruo*.

3.2. Monstruosos animais de farda: a desumanização do verdugo no *testimonio* chileno

Eles eram seres mefistofélicos, embrutecidos, animalizados, imunes à compaixão e a qualquer tipo de decência. Diante de legítimos seres humanos, comportavam-se como se a vida alheia valesse nada, e não tinham pudores de mostrar claramente que tinham a missão de destruir o inimigo em todos os mínimos detalhes que os tornavam seres identificáveis e dignos de alguma estima. Todas estas, descrições que poderiam muito bem aparecer em uma propaganda qualquer da ditadura ao se referir aos “humanoides” da oposição, mas também características que – em uma contracorrente retórica – começariam a aparecer perenemente nas elaborações testemunhais sobre a prisão política quando os prisioneiros quisessem se referir aos seus torturadores e assassinos, aos monstruosos animais de farda que tornavam sua existência um tormento. Se a ditadura

⁵²⁷ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 91.

⁵²⁸ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 97.

⁵²⁹ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 97.

faria de tudo para retirar de suas vítimas todo o tipo de elemento que conformasse uma identidade e uma humanidade, os relatos das próprias vítimas sobre o que viveram tentariam, ao contrário, demonstrar como o tratamento a eles conferido na prisão política na realidade enaltecia a qualidade humana dos detidos – e exibia ao mundo uma realidade diversa daquela vendida nos discursos do regime: que os verdadeiros seres bestiais eram os carcereiros que não se compadeciam de forma alguma com os outros seres humanos que estavam à sua mercê, e que poderiam ser esmagados, física e psicologicamente, se assim os poderosos desejassem.

A este processo, darei o nome de “desumanização do verdugo”, uma estratégia narrativa que também marca os relatos produzidos em todos os períodos, e que costumeiramente é oposta pela rememoração de episódios que tragam um contraste e demonstrem o quão profundamente humanos eram os prisioneiros. É a inversão total da versão oficial, que prega precisamente o contrário. Aqui, não me interessa tanto explorar a forma como o campo de concentração e os estágios da repressão eram organizados de modo a tirar a sensação de responsabilidade de muitos militares sobre o que acontecia – a desumanização e assepsia do processo repressivo como um todo, que discuti previamente –, mas sim a forma como os *testimonios* incorporam, em seu esforço de resistência às versões da ditadura, uma construção antagônica sobre quem seriam os verdadeiros “animais” (ou qualquer outra variante não-humana para se referir aos artífices da destruição). Convém destacar, ainda, que a própria brutalidade denunciada e atribuída a uma animalidade dos verdugos (ou, na visão oposta da ditadura, das vítimas) pode, muito bem, ser encarada como uma característica igualmente humana – pois a falência moral e a ausência de escrúpulos, embora contrárias ao que costuma ser idealizado como um valor propriamente “humano”, ainda assim podem fazer parte de nossa falível condição. Não pretendo, neste momento, mergulhar em um debate sobre o que compõe ou deixa de compor o universo do que poderia ser qualificado como “humano” – o foco está nesse recurso retórico de resistência que busca inverter o sinal de uma desumanização perante o entendimento leigo da sociedade: se a ditadura diz de nós que não merecemos ser tratados como homens e mulheres, argumentarão esses *testimonios*, a realidade que nosso texto demonstra é oposta.

Cada detalhe de como os militares organizavam o campo, afinal, estava posto em uma busca por evitar que conexões sadias e duradouras se formassem entre os militares e os prisioneiros, em especial os recrutas que conviviam mais rotineiramente com eles, patrulhando o campo e escoltando-os de um lado para o outro. “La guardia del

campamento, para impedir que se formaran nexos de amistad o simpatía entre el preso y el guardia, era cambiada cada quince días el primer año, y mes a mes a mediados del segundo”, aponta Alberto Gamboa⁵³⁰, citando uma das técnicas mais frequentes da ordem militar para garantir que a experiência do campo permanecesse massacrante para os presos, que o autoritarismo nunca se perdesse pela facilidade de identificação mútua, particularmente em locais isolados como muitos dos campos posicionados em locais remotos, caso de Chacabuco.

Sabemos, a partir dos próprios relatos – em particular aqueles do período em que os textos trazem mais acenos à reconciliação, mas não apenas neles – que muitos fardados puderam dar a volta nessas restrições e houve, sim, episódios de solidariedade. Mas eram a exceção colocada nos textos para contrapor o que era regra pela própria forma como a situação estava desenhada, mencionados justamente pelo marcante e raro que eram, conforme observa Steve Stern,

[p]oder-se-ia dizer que a memória da bondade pode ser tão poderosa quando confirma os papéis padrão como quando os inverte. Na realidade, algumas das memórias mais impactantes na caixa da memória do Chile de Pinochet se referem a pessoas recrutadas pela polícia secreta que buscaram preservar sua própria humanidade, e a dos prisioneiros, através de pequenos atos de apoio humano: atuando como via de comunicação entre os prisioneiros e suas famílias; entregando às vítimas um pouco de alimento ou um cigarro; falando com eles como seres humanos em vez de demônios. Mas esses exemplos foram escassos; seus atos impunham riscos tanto físicos como psicológicos.⁵³¹

Serão necessários muitos anos até que os militares que não foram arrebatados completamente pela violência sejam mencionados de forma mais detalhada, até mesmo pelo temor de revelar a identidade dos que se opunham aos desígnios do regime e expô-los a um risco maior. Durante a ditadura, admitir a existência de militares que não haviam cedido ao discurso desumanizador significava colocar sob ameaça precisamente aqueles que os ex-prisioneiros desejariam ver protegidos, pois acabaria funcionando como uma denúncia não intencional de insubordinação. Alejandro Witker, por exemplo, mencionará

⁵³⁰ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 130.

⁵³¹ Steve J. Stern. *Recordando el Chile de Pinochet. En vísperas de Londres 1998*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2009, p. 117-118. Tradução própria. No original: “podría decir que la memoria de la bondad puede ser tan poderosa cuando confirma los roles estándares como cuando los invierte. En realidad, algunas de las historias más impactantes en la caja de la memoria del Chile de Pinochet se refieren a personas reclutadas por la policía secreta que buscaron preservar su propia humanidad, y aquella de los prisioneros, a través de pequeños actos de apoyo humano: actuando como vía de comunicación entre los prisioneros y sus familias; entregándoles a las víctimas un poco de alimento o un cigarrillo; hablándoles como a seres humanos en vez de demonios. Pero esos ejemplos fueron escasos; sus actos imponían riesgos tanto físicos como psicológicos.”

as palavras de alento que os prisioneiros recebiam de alguns homens ligados aos carcereiros, particularmente padres e pastores, mas não irá muito além: “sus nombres, *omitidos por razones obvias*, serán inolvidables para quienes sentimos muy de cerca el calor de su mano amiga y sus palabras cargadas de profunda humanidad”.⁵³² Rolando Carrasco cita que há uns raros militares *buenos*, que dão atenção aos problemas e escutam os prisioneiros, mas desaparecem sem resolvê-los, e existem ainda “los buenos buenos, que en realidad existen, los identificamos bien y los recordamos”.⁵³³ No *Frazadas del Estadio Nacional* de Jorge Montealegre, trinta anos após o golpe, nomes de militares que disseram não à violência desmedida aparecerão em um capítulo intitulado “Soldados” – uma clara referência ao fato de terem se comportado da maneira que o autor esperaria de um membro das Forças Armadas chilenas em relação aos seus compatriotas, isto é, precisamente o oposto do que o regime exigiu deles (e conseguiu sem grandes resistências da maioria). Pois, como escreve, “[p]ara un militar tradicional – es decir, ni fanático ni psicópata – tiene que haber sido difícil aceptar que sus ‘prisioneros de guerra’ resultaran ser otros chilenos”.⁵³⁴

Mas mesmo Montealegre faz questão de destacar que as histórias ali narradas são excepcionais: “la actitud abusadora fue más institucional, más típica y permitida, que el gesto humanitario. Este último fue más personal y constituyó una excepción, un riesgo. Pero los hubo”.⁵³⁵ À diferença de obras anteriores, em especial os relatos exilados onde a brutalidade dos militares ganha grande destaque e a eles são atribuídos traços monstruosos de todos os tipos, que variam desde as referências ao nazismo, já abordadas, até a caracterização francamente animalésca, Montealegre dá um espaço maior a prestar tributo aos excepcionais.

No entanto, o que há é sobretudo uma diferença na quantidade de páginas dedicadas aos soldados que se opuseram à ditadura em ações grandes ou pequenas que chegaram a salvar vidas, mas não uma alteração no modo de se referir – talvez inescapavelmente – aos fardados muito mais comuns encontrados por todas as partes na experiência concentracionária chilena. Para estes, não resta a Montealegre outra maneira

⁵³² Alejandro Witker. 5. Navidad en el Estadio. In: _____. *Prisión en Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, [1975h] (grifo meu). Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/cap5.html> Acesso em 20 fev. 2018.

⁵³³ Rolando Carrasco. ¡Hay después!. In: _____. *Prigué. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977o]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap13.html>> Acesso em 12 mar. 2018.. A repetição “buenos buenos” consta no original, para intensificar em relação aos carcereiros apenas “bons”, que aparentavam solidariedade mas não conseguiam (ou não desejavam) ajudar muito na prática.

⁵³⁴ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 118.

⁵³⁵ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 118.

de descrever suas ações do que recorrer a imagens semelhantes às que já eram vistas nos anos 1970: os militares que, majoritariamente, demonstraram sua sanha contra os compatriotas presos “aprendieron un odio que los encegueció” e, em alguns caos, “se convirtieron en bestias azuzadas que dieron rinda suelta a las más bajas pasiones. No faltó quien usó el poder para venganzas personales y cometer abusos usando la Patria como coartada”.⁵³⁶ Além de tudo, observa o poeta, agir assim costumava ser estimulado com recompensas e promoções, com uma parcela maior do “butim de guerra”, tornando ainda mais interessante prolongar o ciclo de desumanidades contra os prisioneiros.

Voltando os anos, encontraremos a exaltação dos “bons” militares ganhando espaço a partir da fase conciliadora em textos dos anos 1980 e 1990, de maneira mais firme, mas já aparecendo antes disso. É uma relação, porém, que se torna inversamente proporcional quando retornamos aos relatos do exílio: as referências positivas já aparecerão lá, mas muito mais de passagem, e a retórica da desumanização do verdugo é vista de forma mais convicta nos *testimonios* escritos imediatamente após a saída da prisão, com a missão da denúncia e sem a necessidade de medir as palavras nem esfriar a revolta. As “bestas” referidas por Montealegre em 2003, mesmo em um texto que dá bem mais espaço aos militares de atitudes excepcionais, já surgem nas páginas de Alejandro Witker, por exemplo, em 1975. Lá, ele faz referência à *Política* de Aristóteles para dizer que, na medida em que o homem é um animal político e somente os deuses e os brutos estavam à margem da organização social (uns porque não têm necessidades e os outros porque não têm consciência de suas necessidades), os carcereiros precisavam ser uma ou outra destas opções – “Miré los rostros de mis aprehensores: era evidente que no tenían cara de dioses”.⁵³⁷

Monstruoso e diabólico para Gamboa, bruto para Witker, Montealegre e também Jorge Montes, para quem “no son hoy día las bestias que van encadenadas”, e sim são bestiais aqueles que impõem os grilhões.⁵³⁸ Ele transcreve um diálogo que teria ocorrido na prisão, diante dos estupros de prisioneiras mulheres que eram frequentes e aconteciam com o conhecimento de todos:

— ¿Cómo pueden estos hombres perder así su condición humana?

⁵³⁶ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 118.

⁵³⁷ Alejandro Witker. Prólogo. In: _____. *Prisión en Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, [1975b]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/prologo.html> Acesso em 20 fev. 2018.

⁵³⁸ Jorge Montes. Capítulos LXI-LXX. In: _____. *La luz entre las sombras*. Barcelona: Bruguera, [1980j]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap61.html> Acesso em 20 fev. 2018.

E um fascista tinha, como característica fundamental, a desumanidade. Na rara vez em que um soldado viesse a demonstrar capacidade de empatia e solidariedade com um preso, conta Ricardo Rojas, talvez seja exatamente porque ainda não foi inteiramente tocado pela ideologia dos demais: “por primera vez sentí que bajo un uniforme militar puede también ocultarse um ser humano, una persona aún no absolutamente bestializada por el fascismo”, argumenta, ao escutar um médico militar chamar os colegas de assassinos durante o período em que esteve detido no Regimento Buin, em Santiago.⁵⁴⁰ E, ao falar dos prisioneiros comuns, dos delinquentes com quem os “políticos” eventualmente cruzassem nos centros de detenção, diz ter encontrado neles maior capacidade de solidariedade do que nos próprios militares, mesmo que fossem criminosos da pior estirpe – rendendo comparações nada abonadoras para os homens de farda que torturavam e matavam. Rojas recorda-se de episódios de ajuda mútua para afirmar, ao colocar frente a frente os delinquentes comuns com quem conviveu na prisão com os torturadores do velódromo do Estádio Nacional: “Tal vez alguno de ellos no había cometido sólo un homicidio en estado de embriaguez, sino probablemente era un asesino despiadado, um violador ratero. Pero, cada uno de ellos [...] era mil veces más humano que las bestias con uniforme militar”.⁵⁴¹

Nos relatos, um militar que se diferenciava dos demais, em boa parte dos casos trazidos à tona, só poderia fazê-lo se tinha origens humildes – Aníbal Quijada diz que o sargento que o escoltava passou a tratá-lo de forma diferente quando soube que o detido trabalhara no seguro social. “Quizás sus ancianos padres, allá en tierras lejanas, acaso pobres campesinos de algún perdido pueblucho agrícola o de un punto reseco y árido del desierto, vivían ahora algo más dignamente con estas pensiones que habíamos conseguido mejorar”, reflete, apontando que sua condição de sargento indicava raízes mais modestas que as do alto oficialato. “Para los viejos debe haber representado orgullo contar con un hijo militar”, conclui Quijada.⁵⁴² Texto exilado de 1977, seu *testimonio* está marcado, vale ressaltar, pela força da dicotomia entre a Unidade Popular e os militares, entre os

⁵³⁹ Jorge Montes. Capítulos LXXXI-XC. In: _____. *La luz entre las sombras*. Barcelona: Bruguera, [1980]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap81.html> Acesso em 20 fev. 2018.

⁵⁴⁰ Rodrigo Rojas. *Jamás de rodillas. Acusación de un prisionero de la Junta fascista de Chile*. Moscú: Editorial de la Agencia de Prensa Novosti, 1974, p. 32-33.

⁵⁴¹ Rodrigo Rojas. *Jamás de rodillas. Acusación de un prisionero de la Junta fascista de Chile*. Moscú: Editorial de la Agencia de Prensa Novosti, 1974, p. p. 71.

⁵⁴² Aníbal Quijada. *Recibimiento*. In: _____. *Aníbal. Cerco de púas*. La Habana: Casa de las Américas, [1977b]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap1.html> Acesso em 20 fev. 2018.

representantes eleitos pelo povo e aqueles que se acusa de atacá-lo. Nesse discurso, um militar que escapasse à desumanidade dos verdugos fascistas, conseqüentemente, tendia a estar muito mais próximo de suas vítimas, mesmo que em uma origem ancestral, do que da elite do quartel.

Não haverá, porém, uma relação direta entre o nível de violência (física, psicológica, simbólica) na qual um militar se engaja e a sua patente, e relatos publicados posteriormente deixarão isso ainda mais claro, como vemos em Alberto Gamboa ao narrar um episódio ocorrido logo na chegada a Chacabuco. Na antiga *oficina salitrera*, em particular, a experiência parece ter sido mais traumática na chegada do que nos momentos posteriores – ainda que podendo variar de acordo com o que desejava cada novo comandante do campo –, ao menos no relato de *Un viaje por el infierno*. Gamboa conta como a recepção nos momentos iniciais dentro do campo foi um choque para todos, que acreditavam que cenas como as do Estádio Nacional não se repetiriam mais: “Nos habíamos forjado ilusiones, porque el hombre nunca deja de tener esperanzas”, conta o *Gato*, mas nenhuma dessas expectativas tinha alguma possibilidade de ir adiante “si el anfitrión te recibe de arma en ristre, procura humillarte y vejarte cada vez que puede y el único duelo que admite es aquel que se parece mucho a los duelos de los matones: uno solo pega y el outro recibe”.⁵⁴³

Havia, logo na chegada, um capitão pronto para manter os prisioneiros na linha e lembrá-los de “seu lugar”. Desta forma, quando os homens que haviam sido levados ao norte chileno de barco começaram a chegar a Chacabuco – convertidos em trapos humanos: barbudos, sujos, famintos e exaustos após dias em um porão de navio com tonéis cortados ao meio servindo de latrina, que transbordaram na primeira noite –, aqueles cuja viagem havia sido mais rápida, pois transferidos de avião, buscam se solidarizar com eles e oferecer algum auxílio. Essa cena aparece em um capítulo intitulado *Disculpas del capitán* e encapsula elementos narrativos tanto do período transicional, na medida em que aponta que a atitude do capitão não é unânime entre os militares (fazendo, assim, um aceno aos que não se deixavam levar pela reprodução infinita de violência e brutalidade), quanto pontos de resistência como a oposição entre a capacidade de os prisioneiros buscarem o bem uns dos outros em meio a situações extremas, enquanto havia um militar desumano e sem compaixão pronto para acabar até com essas mínimas mostras de carinho.

⁵⁴³ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 69.

“Ese tipo de solidaridad no le gustaba a nuestro capitán”, escreve Gamboa, “[p]ero como no estaba presente, los guardianes nos dejaron acompañarlos [a los presos que llegaban al campamento]”.⁵⁴⁴ O infernal capitão logo ganharia um apelido muito apto, e típico dessas menções aos verdugos adeptos da brutalidade sem limites: na obra do *Gato*, recebe a alcunha de *capitán del diablo*⁵⁴⁵, ainda que neste capítulo a anedota termine em um final feliz, com o oficial precisando pedir desculpas para os presos no fim da noite após receber ordens superiores para tratá-los melhor. “Nem todos os militares” eram ruins, portanto, como aparece em especial nos textos contemporâneos ao de Gamboa – mas saber quais deles poderiam ser bons no trato com os prisioneiros era uma aventura, um jogo de tentativa e erro, uma questão muito mais aleatória do que a simples correlação entre ter uma patente mais baixa (indicando vir de uma classe popular) e ser necessariamente “melhor” no convívio do que alguém em posição mais alta; até porque estar mais abaixo na linha de comando também significava, diante dos riscos envolvidos, uma propensão cada vez menor a quebrar a ordem superior, a agir com brutalidade desmedida nem que fosse para, simplesmente, “mostrar serviço” e agradar a quem estivesse acima na “cadeia alimentar” do quartel.

Diante do verdugo desumano e do contexto que o produziu, Virgilio Figueroa será um dos primeiros a tentar compreender de onde tanta violência poderia ter saído em um país que se via como excepcional dentro da América Latina, alheio aos constantes golpes, caudilhismos e violações tão comuns nos vizinhos. “¿Cómo habían surgido estos seres tan sádicos, de una perversidad inimaginada? ¿Qué profesores tuvieron estos hombres, que perdían el respeto a sus semejantes? ¿En qué quedaba la cultura de que hacía gala Chile, considerado uno de los países más cultos y democráticos de América?”⁵⁴⁶ Essa autoimagem que os chilenos guardavam de si próprios, por sinal, parecia-lhe um entrave ao entendimento e à aceitação, por grande parte da população, de que os relatos sobre os acontecimentos da prisão política eram reais. “Es inexplicable el repentino surgir de tanta violencia, cuyo único fin era matar civiles inermes. La gente de conciencia sana sufrió una verdadera alteración cerebral, al extremo que muchas personas no creían verdad lo revelado de modo oral”, diagnostica.⁵⁴⁷ Se tal situação parecia impossível no Chile, mesmo para as próprias testemunhas (antes da detenção), e para muitos compatriotas

⁵⁴⁴ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 69.

⁵⁴⁵ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 70.

⁵⁴⁶ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 42.

⁵⁴⁷ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 59.

quando as vítimas tentassem revelar o que viveram, a explicação, talvez, só pudesse passar por um entendimento de que os militares, simplesmente, careciam dessas qualidades. “A ningún militar apostado en el Chile se le podía considerar amigo o siquiera humano, con dignas excepciones”, afirma em seu *Testimonio Sufrido* de 1979.⁵⁴⁸ De certa maneira, era como se na própria formação das Forças Armadas chilenas isso estivesse ausente: “la civilización o evolución de la Humanidad parece no haber pasado por estos verdugos”, argumenta Figueroa, entendendo que, enquanto as escolas militares mantivessem “la actual estructura de enseñanza deshumanizada, no se visualizará evolución mental en su gente”.⁵⁴⁹

O texto de Figueroa nos remete, ainda, a outra estratégia de inversão retórica que aparece como resistência aos discursos oficiais do regime contra os militantes: em meio aos argumentos desumanizadores, estava também o apontamento de que a esquerda não cumpria com os requisitos mínimos da *chilenidade*, estando teleguiada pelos interesses estrangeiros; no caso, os interesses de potências socialistas, mais propriamente a União Soviética. A contracorrente desse argumento seria a persistência em ressaltar a situação absurda que colocava os militares em posição de ataque e acosso aos próprios concidadãos, como Montealegre retomaria em 2003 (“[p]or formación, su agresividad chovinista estaba reservada para los argentinos, peruanos o bolivianos. [...] Pero el enemigo que tenían al frente, hincado y con manos en la nuca, era un chileno como ellos”⁵⁵⁰). A justificativa oficial passava por negar a cidadania aos chilenos perseguidos, uma tarefa fácil quando se estava diante de uma parcela da população para quem a própria humanidade já era colocada em xeque. Os *testimonios*, por sua vez, reforçariam a condição nacional dos próprios prisioneiros ao questionar a legitimidade da alegação de que os militares atuavam em nome dos melhores interesses da Pátria, diante de um golpe que – já na época – tinha cada vez mais indícios de ter sido apoiado e arquitetado a partir de fora do país, com apoio dos Estados Unidos e grande antecedência, desde a eleição de Salvador Allende.

Em *Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos*, Luis Alberto Corvalán Castillo não perde a oportunidade de reverter a retórica do antipatriotismo contra os próprios verdugos, que também são representados em situações brutas e animais em outros momentos do texto. Os militares são, em seu relato, os decadentes irracionais, os

⁵⁴⁸ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 70.

⁵⁴⁹ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 281.

⁵⁵⁰ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 118.

que patrulham “borrachos de drogas, vino y odio” e que, entre risadas e insultos contra os cidadãos que perseguem, “comienzan a golpearlos con culatas, patadas y una bestialidad inaudita”.⁵⁵¹ Também aqui são bestas. E estão, ainda, como membros de uma tropa gringa que ocupou um país alheio, agindo claramente (mesmo que de maneira velada) em nome de interesses que *Coné* não identifica, de maneira alguma, com o que seria o melhor para o Chile:

Al fin de restablecer la dominación imperialista y restaurar el capitalismo, han impuesto el más brutal régimen fascista. [...] Reniegan de cualquier tipo de estructura democrática, incluso aquella en que exista hegemonía burguesa. [...] Se ejerce así la dictadura terrorista de los monopolios. [...] Chile sigue pareciendo un país ocupado por un ejército extranjero.⁵⁵²

Traidores da Pátria, e não seus salvadores, é isso que os militares são, no relato de Luis Alberto. Nas páginas de seu *testimonio*, o ataque não é contra a esquerda, a Unidade Popular, os comunistas ou socialistas: é contra o país inteiro, pois não há família chilena que não tenha algum prisioneiro espalhado pelos campos de concentração, denuncia Corvalán Castillo. “Sólo estan ausentes los oligárquicos y los traidores”, resume.⁵⁵³ E, como está em campanha para arrebanhar solidariedade internacional para pressionar a ditadura de Augusto Pinochet a liberar seu pai, o secretário-geral do Partido Comunista, *Coné* não arrisca qualquer entrelinha e é explícito quanto ao que apresenta como a propaganda da ditadura.

No discurso oficial, em suma, os valores estão invertidos em relação à realidade que ele agora denuncia, e um homem como Luis Corvalán (pai) chega a parecer um não-humano e um não-chileno. A verdade que Luis Alberto quer trazer em seu relato resistente, porém, é que a situação vivida por seu país é precisamente a oposta à versão que o regime pinochetista vende ao mundo: “a ése hombre todo él humanismo, de limpia trayectoria como dirigente, pretenden acusarlo y enjuiciarlo como reo de ‘alta traición a la patria’, precisamente quienes masacran y asesinan a la patria toda, traicionando a Chile”.⁵⁵⁴

⁵⁵¹ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 30.

⁵⁵² Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 79.

⁵⁵³ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 110.

⁵⁵⁴ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 109.

3.3. *La calidad humana de sus obligados habitantes*

Chegamos, então, a uma volta narrativa em que a resistência à desumanização envolve pegar parte dos argumentos dos militares para perseguir a esquerda e utilizá-los contra os próprios fardados. É uma operação que engloba duas faces da mesma moeda: por um lado, a inversão do discurso desumanizador, posicionando os canhões contra o verdugo que se valeu disso para matar sem culpa nem condenação; por outro, um reforço explícito à mensagem militante de que, em um campo de concentração, os seres humanos na verdade são aqueles que estão no lado errado das grades – os prisioneiros políticos, não os que os vigiam. A preservação da humanidade dos prisioneiros nesses relatos se dará tanto em uma construção mais explícita – nas quais os *testimonios* trazem em termos inequívocos a afirmação de que os detidos se mantinham humanos (e, além disso, com uma extraordinária “qualidade humana”) à revelia de todas as operações que buscavam destruir isso – quanto em uma elaboração mais sutil – na narração dos episódios do dia a dia do cárcere nos quais os prisioneiros buscavam construir uma rotina um pouco menos massacrante, um pouco menos desumana, nos momentos que poderíamos chamar (reitero: chamar *mal*, por falta de definição melhor para uma situação tão complexa) de “felizes” dentro da prisão. Momentos, enfim, em que essa qualidade humana tão enaltecida se revelaria na prática, e acabaria espalhando pelos relatos, mesmo nos dos períodos mais cruentos, uma série de momentos cotidianos lembrados com carinho – e que operavam como pequenas resistências, mas sempre presentes, à dura realidade imposta no campo, que depois seriam reproduzidas como resistências dentro do próprio relato, para convencer os leitores (chilenos e estrangeiros) da mentira que constituía a narrativa oficial sobre aquelas pessoas.

Na busca por compreender como a humanidade dos prisioneiros se fortalecia à medida em que eram mais brutalizados, talvez nenhum perseguido político coloque essa percepção em termos tão lúdicos quanto Andrés Aylwin. Diz ele que, quanto mais tentavam convertê-lo em “coisa”, mais ele se sentia uma pessoa, um humano, um “hijo de Dios”. E essa, entende, talvez fosse a grande derrota das ditaduras em qualquer parte do mundo: “mientras más los humillan [a los presos de conciencia] físicamente, más los dignifican espiritualmente”.⁵⁵⁵ Outro que tenta compreender como tamanho ódio pôde ser possível em um Chile que se jactava de não dar guarida a esses tipos de radicalismos,

⁵⁵⁵ Andrés Aylwin Azócar. *8 días de un relegado*. Santiago de Chile: Arcoiris, 1989, p. 51.

Aylwin recupera todo o caminho que levava às vexações que ele também experimentou (ainda que em outro momento e por bem menos tempo do que a maioria das vivências registradas nos demais *testimonios* aqui citados – em seu caso, foi um desterro obrigado no final dos anos 1970, não uma longa passagem por campos de concentração na fase mais violenta da repressão), para concluir que a desumanização fazia os detidos ainda mais humanos em função da própria resistência:

Tal vez esa crueldad comenzó cuando alguien creyéndose portador de una verdad absoluta y de una ideología excluyente, calificó a cualquier contendor político como ‘enemigo’ y cuando, además, tal supuesto portador de la verdad, sintiéndose arbitrariamente expresión de la voluntad de la nación, extendió esa inimizad a la patria entera. Así, el mero discrepante, por un proceso deductivo tan irracional como implacable, se convirtió de ‘contendor’ en ‘enemigo’ y de ‘enemigo’ en ‘traidor’ a la patria misma. Esa dinámica de guerra, poseedora absoluta de todos los poderes, entre ellos del poder televisivo, fue avanzando, poco a poco, en un proceso alienante de despersonalización y deshumanización. Fue así como, en el transcurso de este proceso, ciertas mentes fanatizadas se transformaron cada día menos en seres pensantes y racionales. Y, lo que es más terrible, ante sus ojos enfermos, su “enemigo” dejó ya, incluso, de ser sólo mero “traidor” para transformarse en “bestia”, en “rata”, en “monstruo”. Como culminación de este proceso paranoico, convertida ya la víctima en “monstruo”, su verdugo la golpeó sin piedad, pues, ante su mente afiebrada, aquel ser sufriente ya no era un ser humano, no obstante serlo más que nunca.⁵⁵⁶

Antes e depois de Aylwin, essa noção será uma constante nas páginas dos *testimonios*. Extrapolando a comparação simples entre os prisioneiros e seus verdugos diretos, Luis Alberto Corvalán Castillo chega a fazer uma operação semelhante até mesmo ao comparar a capacidade de resistência das mulheres, das *compañeras*, àquela que acredita inexistir nas esposas dos militares, como vimos mais acima. Mas ele narra, também, outros episódios explícitos sobre essa relação de contraste, na tentativa de fortalecer seu argumento.

Em uma das cenas mais brutais de seu livro, *Coné* conta como os militares teriam exigido que um prisioneiro haitiano – negro, incluindo aí um elemento racista na visão animalésca que os militares tinham desta vítima em particular – do Estádio Nacional estuprasse uma das jovens presas. “Tú también negro de mierda. Le vas a hacer el amor a ésta o los fusilamos a los dos aquí mismo”⁵⁵⁷, berra o militar, mas se depara com a recusa do homem. Serão o valor e valentia de uma prisioneira de mais idade, que teriam chocado os fardados, que interrompem a série de agressões sofridas pelo haitiano nos

⁵⁵⁶ Andrés Aylwin Azócar. *8 días de un relegado*. Santiago de Chile: Arcoiris, 1989, p. 108-109.

⁵⁵⁷ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 30.

minutos seguintes: “No le pegue hijo. ¿Por qué nos maltratan? Nada les hemos hecho. ¡Váyanse y déjennos en paz!”⁵⁵⁸ A surpresa é tanta, relata Luis Alberto, que os militares recuam, aturdidos pela voz suave e firme da mulher. Mas não há desafio que passe impune, nem resistência que não receba uma resposta brutal, pelo menos não em um texto de denúncia como é o de *Coné*: “antes de abandonar completamente la sala han cogido a un muchacho boliviano para seguir afuera su orgia de violencia y de sangre. Nunca más lo volvimos a ver”.⁵⁵⁹

Em seu testemunho sobre o Estádio Nacional, Adolfo Cozzi narra episódios similares, envolvendo a tentativa (sempre infrutífera nesses relatos) de induzir os prisioneiros a cometerem estupros, e comenta que uma das descobertas mais surpreendentes, para ele, foi perceber que os militares consideravam todos os detidos uma escória da pior espécie, pelo simples fato de estarem ali.⁵⁶⁰ Alguns anos antes, quando publica seu relato sobre Chacabuco – invertendo, na ordem da escrita dos relatos, os momentos de cada cenário em sua experiência dentro da prisão – ele argumenta que o faz como uma maneira de resistir a essas noções: “aspiro fijar en la memoria colectiva la cálida humanidad de mis compañeros de infortunio sin quienes, probablemente, no habría sobrevivido a esa experiencia [...]. Si después del Estadio Nacional y de Chacabuco, no perdí la fe en el ser humano, se lo debo a ellos”.⁵⁶¹ E Aníbal Quijada, muito tempo antes, fala sobre como a oportunidade de conversar com os militares que eventualmente se interessassem por algo além de brutalizar os presos era uma ferramenta importante para modificar algumas das concepções prévias que os fardados tinham sobre aqueles prisioneiros de quem, diziam-lhes, se podia esperar as piores coisas do mundo. “Paralelamente fue produciéndose comprensión y respeto. Los soldados pudieron apreciar por sí mismos que esos detenidos políticos no eran vulgares hampones ignorantes, y mucho menos cuatros o degolladores”, registra, em seu *Cerco de Púas*.⁵⁶² Já Sadi Renato Joui Joui, que dizia gostar do deserto para onde foi levado, acredita que as pessoas de Chacabuco tinham “una calidad humana tan extraordinaria que realmente

⁵⁵⁸ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 31.

⁵⁵⁹ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 31.

⁵⁶⁰ Adolfo Cozzi. *Estadio Nacional*. Santiago de Chile: Universidad Bolivariana, 2008, p. 24.

⁵⁶¹ Adolfo Cozzi. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002, p. 9-10.

⁵⁶² Aníbal Quijada. Distensión. In: _____. *Cerco de púas*. La Habana: Casa de las Américas, [1977j]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap9.html> Acesso em 20 fev. 2018.

hacía [...] olvidar el paisaje de la prisión”, mesmo para aqueles que – ao contrário dele – viam o local em si como um suplício a mais.⁵⁶³

Sergio Vuskovic, por sua vez, encontrará na referência aos nomes dos prisioneiros uma maneira de buscar a humanidade negada. Em um cenário em que eram reduzidos a números ou a codinomes (Sergio Bitar diz que era chamado de *Isla 10*, Aníbal Quijada foi *Alfa 58* e *Halcón 29*, enquanto Jorge Montes ouviu de seus carcereiros que... “Jorge Montes no está aquí” e era tratado como *Francisco Lavalle*⁵⁶⁴), registrar esse traço da identidade era uma potente forma de conservar o que se queria destruir. “Nombrándolos he querido evocar lo que nosotros llamábamos a menudo ‘el espíritu de Dawson’ que en realidad, de verdad, es el espíritu de todos los campos, de todos los prisioneros de Chile”, escreve, contrapondo essa realidade aos algozes (em mais uma espécie de inversão): exaltava seus heróis de todos os dias no cárcere, também, porque eles existiam; já “[l]os fascistas no tienen héroes. Ellos mismos los esconden, no quieren que el mundo conozca sus nombres”.⁵⁶⁵

Abordando a maneira como essas memórias são estabelecidas no debate público, não apenas em *testimonios* escritos, mas também nas elaborações e performances de movimentos de familiares de vítimas ao longo dos anos, Steve Stern ressalta que a proclamação da bondade ajuda a contradizer a retórica desumanizante e de criminalidade que havia sido empregada para tornar a repressão mais aceitável. Mas, além disso, faz com que essa perda social seja sentida mais amplamente pelo país, removendo as reservas que poderiam existir pela falta de uma identificação político-partidária entre os prisioneiros e o restante da sociedade, por exemplo, em especial naqueles cujo radicalismo parecia ser pretexto suficiente para serem submetidos a todo o tipo de horror nas mãos de agentes do Estado.

Essa operação não ocorre sem riscos: defender a humanidade e a bondade dos detidos, de modo a tornar inaceitável o que ocorreu com eles, abre margem para que se leia, nas entrelinhas, que tal sofrimento estaria “autorizado” quando imposto aos prisioneiros que efetivamente se engajaram em atos violentos contra o regime através de

⁵⁶³ Sadi Renato Joui Joui. *Chacabuco y otros lugares de detención*. 3.ed. Valparaíso: Narrativa Punto Aparte, 2014, p. 11-12.

⁵⁶⁴ Jorge Montes. Capítulos XXI-XXX. In: _____. *La luz entre las sombras*. Barcelona: Bruguera, [1980f]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap21.html> Acesso em 20 fev. 2018.

⁵⁶⁵ Sergio Vuskovic Rojo. El espíritu de Dawson. In: _____. *Dawson*. Madrid: Michay, [1984ar]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap41.html> Acesso em 20 fev. 2018.

sua militância.⁵⁶⁶ Existe, ainda, o risco de que suas identidades prévias sejam negadas de outra forma: na medida em que certos engajamentos políticos podem ser vistos como condenáveis e facilitadores de uma repressão “aceitável”, algumas narrativas acabam por apagar o que aquela pessoa fez e defendia, para não dar margem a esse tipo de interpretação. Daniel Feierstein aponta para esse perigo, a homogeneização das vítimas como “inocentes” em contraposição aos perpetradores da “irracionalidade” – não, evidentemente, para afirmar que as vítimas mereçam o seu destino, mas pelo sentido oposto, para que olhemos com mais cuidado aos discursos que justificam a perseguição, exclusão e extermínio de diferentes vítimas que tenham decidido se opor ao regime de maneira clara e, mesmo, em alguns casos, violenta.⁵⁶⁷ Para ele, esse é mais um caso em que ocorre uma operação de transferência de culpa, em que o verdugo pode ter a sua própria responsabilidade expiada (ou minimizada, tornada genérica, quase uma força da natureza que “exagerou” ao responder a uma “provocação” da esquerda), porque, do lado dos militantes, supostamente haveria uma parcela de pessoas “menos inocentes” que seriam merecedoras da brutalidade.⁵⁶⁸

Mas, ainda frente aos possíveis riscos de apagamento desses traços importantes que constituíam as identidades, entende Stern, as histórias humanas que permeiam esses relatos ajudam a criar um contexto em que os ex-detidos passam a ser vistos sob um novo prisma, distanciado do discurso da ditadura que lhes atribuía uma maldade sem limites: a exaltação da bondade afirma “la *posibilidad* de la humanidad, incluso en medio de la locura y la maldad que destruyen la humanidad”.⁵⁶⁹ É algo que podemos ver de forma clara já no início de *Un viaje por el infierno*, de Alberto Gamboa, marcante por não seguir a mesma linha de exaltações militantes (ou busca por uma verdade absoluta) que havia delineado muitos relatos do exílio nos anos anteriores. Ali, escreve, o que conta é a situação dos prisioneiros mesmo com seus lados negativos e sua falibilidade, mas que ajudam a compreendê-los como seres humanos. “En este relato, los presos políticos no aparecerán planteando fórmulas para convertir a nuestra patria en un paraíso. Ni haciendo serias y profundas autocríticas de los procedimientos empleados por el gobierno popular”,

⁵⁶⁶ Steve J. Stern. *Recordando el Chile de Pinochet. En vísperas de Londres 1998*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2009, p. 107-108.

⁵⁶⁷ Daniel Feierstein. *Genocide as Social Practice. Reorganizing Society under the Nazis and Argentina's Military Juntas*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2014, p. 122.

⁵⁶⁸ Daniel Feierstein. *Genocide as Social Practice. Reorganizing Society under the Nazis and Argentina's Military Juntas*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2014, p. 173.

⁵⁶⁹ Steve J. Stern. *Recordando el Chile de Pinochet. En vísperas de Londres 1998*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2009, p. 109.

explica ao leitor em 1984. “Van a aparecer como seres humanos. Con sus grandezas y debilidades”.⁵⁷⁰

Situações desse tipo aparecem quando Luis Alberto Corvalán Castillo se dedica a contar sobre as “esquadras de serviço”, o conjunto de prisioneiros que eram utilizados pelos militares para limpar as panelas e distribuir a comida nos corredores do Estádio Nacional. Uma tarefa complicada, pois usada como um instrumento a mais de discórdia e divisão entre eles: famintos e humilhados, esses detidos podiam se colocar em uma “zona cinzenta” (no sentido que Primo Levi⁵⁷¹ emprega ao falar dos judeus que acabavam por “colaborar” com seus opressores dentro dos campos de extermínio, transferindo para as próprias vítimas o peso do crime), valendo-se da condição de relativo privilégio adquirida por participar de uma “esquadra” para obter mais alimentos para si próprios, mesmo quando isso representasse tirar dos demais⁵⁷².

Para os prisioneiros “conscientes”, isto é, aqueles que já vinham de uma militância organizada e compartilhavam uma cultura de “estoica disciplina partidária”, infiltrar esses grupos era fundamental para impedir a vitória dos militares. Corvalán Castillo fala do esforço para transformar as “esquadras” em um verdadeiro “batallón de resistencia”⁵⁷³, em que a estratégia dos militares para semear a cizânia entre os prisioneiros fracassasse e, mais do que isso, eles pudessem usar sua posição para negociar melhores condições para os demais. Uma forma comum que encontraram de fazer isso era se aproveitar da confusão quanto ao fluxo de entrada e saída para jogar o número de bocas a alimentar sempre para cima: como a comida distribuída já era escassa, preparada sempre com o objetivo de que faltasse, a “esquadra” poderia dizer – por exemplo – que havia 15 mil prisioneiros espalhados pelos vestiários, esperando assim obter a comida necessária para os 10 mil que realmente estavam lá.⁵⁷⁴ Outra maneira encontrada para multiplicar os pães (e, com frequência, eram literalmente pães) passava por se aproveitar das trocas de guardas responsáveis por interagir com os membros da “esquadra”: em um dia, caso mudasse o fardado da vez, diziam a ele que o comandante do turno anterior havia garantido uma ração maior na próxima servida, tentando se aproveitar da relativa

⁵⁷⁰ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 14.

⁵⁷¹ Primo Levi. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

⁵⁷² Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 34.

⁵⁷³ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 35.

⁵⁷⁴ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 36.

confusão que imperava entre os recrutas e os suboficiais; certa feita, conta-nos *Coné*, chegaram a conseguir 500 pães a mais.⁵⁷⁵

Talvez tenha sido o combate conjunto à fome imposta pelos militares uma das memórias mais nítidas da resistência enaltecida nos *testimonios*. Se a “esquadra de serviço” foi uma maneira mais, digamos, institucionalizada de realizar isso, tentando manobrar os próprios militares e uma escassez de alimentos fabricada para aumentar o sofrimento dos que estavam à sua mercê, a eventual chegada de pacotes enviados pela família era um outro momento em que isso podia acontecer. Essas entregas marcaram as primeiras semanas de detenção no Estádio Nacional, quando ainda havia muitas dúvidas sobre o que era possível fazer chegar aos presos e um manto de incerteza sobre a intensidade do jugo repressor, conservando em muitos a ilusão de que a detenção não envolvia as inenarráveis brutalidades que se rumorejavam na época e, mais tarde, foram comprovadas. Desta forma, muitas famílias se aproximavam do recinto tentando entregar alguma coisa para os seus: um jogo de roupas, uma escova de dentes, um sabonete e comida.

Quando esses presentes efetivamente chegavam aos prisioneiros, em boa parte graças à intervenção de membros da Cruz Vermelha, cuja presença era tolerada, era um alívio e um dilema a dirimir entre a resolução da própria dor e a opção por um gesto de solidariedade coletiva. Não está claro quantas vezes o egoísmo prevaleceu, ou se teve alguma chance de fazê-lo, mas os relatos conservam as ocasiões em que o compartilhamento marcou a hora. Corvalán Castillo recorda o dia em que um dos colegas de cela improvisada recebeu um pacote contendo cinco laranjas, quatro pães e um pedaço de queijo... em um local onde eram mantidas 156 pessoas. O presenteado imediatamente pediu que Luis Alberto, considerado o líder daquele vestiário, organizasse uma distribuição. “Eran las palabras puras de un joven cristiano que abrazando la causa del pueblo hacía militante el verbo amar de la nueva iglesia”, exalta.⁵⁷⁶ Muitas são as sugestões. Há quem proponha distribuir o alimento entre os que estão mais enfraquecidos e precisando de uma dose extra de nutrientes. Até que um velho se levanta e postula: a comida é pouca para tantas bocas, a fome de ninguém será saciada, nenhum deles ficará mais forte com tão nulas calorias contidas naquele pequeno pacote tão generosamente ofertado pelo companheiro que recebeu o presente familiar. “Propongo no una división para quitarnos el hambre, sino una unión para sobrevivir y resistir”, indica o sujeito, para

⁵⁷⁵ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 39.

⁵⁷⁶ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 47.

concordância geral.⁵⁷⁷ E, ali, se nenhuma barriga ficou mais cheia e nenhum doente mais curado, ao menos o sentido de resistência conjunta teria sido devidamente reafirmado: “Fue cierto que no nos quitó el hambre, lo que sí alcanzamos fue un peldaño más de unidad. Esa unidad del hambre compartido, del reparto doloroso, pero fecundo, de un cuarto de queso en 156 partes”.⁵⁷⁸

Jorge Montealegre também recordará as tentativas engenhosas dos detidos de distribuir algum conforto, por mínimo que fosse, aos demais. Quando ele próprio foi levado para o que julgava ser a assinatura final de um documento que regularizasse sua situação, antes de deixar o estádio rumo à “liberdade condicional” (o que não se confirmou – era apenas uma expectativa vazia, como tantas outras que se experimentava naquele lugar), pôde passar algum tempo em um setor com mais liberdade de movimento – e mais *frazadas* à disposição, pois os presos que de fato saíram antes dele eram obrigados a deixá-las na porta. A menor atenção dos militares com quem estava nessa espécie de limbo esperando uma liberdade que não vinha (“me quedé con las ganas”, escreve⁵⁷⁹) permitia que uma distribuição dos cobertores sonogados aos que estavam nos vestiários ocorresse:

Desde ese sector puede caminar por los pasillos del Estadio y “colarme” a otras escotillas con algunas frazadas de contrabando para quienes no tenían y para conversar con algunos compañeros que conocía de antes para recoger algún recado y entregarlos a la familia por si yo salía realmente en ‘libertad condicional’. El contrabando de hormiga era fácil: nos alejábamos con una frazada a ‘estirar las piernas’ y volvíamos con los hombros desnudos. La opulencia de tener más de una frazada nos permitía repartir.⁵⁸⁰

Se neste cenário havia um risco menor em pregar uma peça nos militares, outras buscas por preservar resquícios da humanidade resistente da prisão eram bem mais custosas. Montealegre narra os esforços dos prisioneiros para fazer várias cópias de um poema que havia chegado de outro recinto, o Estádio Chile, antes que os militares descobrissem os papéis originais: tratava-se da reprodução dos versos de *Somos cinco mil*, de Víctor Jara, escrito pouco antes de ser executado pelos militares. Foi um esforço coletivo para fazer o maior número de cópias possível (gerando, inclusive, algumas diferenças em certos versos, devido às pequenas variantes entre as versões feitas às

⁵⁷⁷ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 47.

⁵⁷⁸ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 47.

⁵⁷⁹ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 161.

⁵⁸⁰ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 161-162.

pressas que sobreviveram até nossos dias⁵⁸¹). Foi uma “[m]isión realizada por un verdadero comando de amanuenses. Se distribuyeron y los versos salieron en libertad. Recorrieron el mundo”. Já quem conservava o texto original não pôde guardá-lo para sempre: descobriram o papel durante um interrogatório e “[l]o castigaron por el poema, sin saber que tenían frente a ellos el último manuscrito de Víctor Jara”.⁵⁸²

A esses episódios de heroísmo e sacrifício, os *testimonios* somarão outros casos muito mais corriqueiros, mas que também servirão como um discurso que perpassa os relatos através das épocas e ajuda a questionar a negatividade com que os prisioneiros eram apresentados pela ditadura: os pequenos “momentos felizes” que podiam florescer, mesmo em uma situação tão adversa e desesperadora, pela força dos próprios homens que estavam lá confinados. É Alberto Gamboa quem afirma: “El campo de prisioneiros, gracias al temple y a la calidad humana de sus obligados habitantes, fue un centro febril de actividades manuales, artísticas, religiosas, deportivas y culturales”.⁵⁸³

3.3.1. Momentos “felizes”

Era um fenômeno à primeira vista absurdo, incongruente, difícil de descrever e, sobretudo, de defender em meio a tanto sofrimento. Mas houve, a despeito de tanta brutalidade, tanta angústia, tanta desumanidade reinante a cada instante, momentos dentro da prisão que seriam depois descritos como “felizes” ou algo próximo disso. A *possibilidade* de humanidade de que nos fala Stern podia ser representada nas menções aos exemplos de valor oferecidos pelos prisioneiros que se solidarizavam uns com os outros, que organizavam maneiras de driblar as regras de cada campo de concentração para proporcionar algum afago aos colegas, mas também aparecia sutilmente a cada nova menção a ações ocorridas dentro da prisão que os fizessem, precisamente, esquecer por alguns momentos que estavam lá. Esses momentos são abundantes, muito mais em locais posteriores à primeira detenção (como é o caso de Chacabuco), onde algumas normas podem ser afrouxadas, mas por vezes aparecerão mesmo antes, mesmo no Estádio Nacional. Se o *caldo de cabeza* era tão brutal e a necessidade de se distrair dele parecia unânime nos relatos e nas conversas ocorridas por aqueles dias que chegam até nós

⁵⁸¹ Aprofundo-me no tema em Maurício Brum. *Estádio Chile, 1973. Morte e vida de Víctor Jara, a voz da Revolução Chilena*. Ijuí: Unijuí, 2014b.

⁵⁸² Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. p. 155.

⁵⁸³ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 78.

através dos *testimonios*, encontrar alguma maneira de colocar a cabeça em outro lugar tornou-se imperioso.

Nas próximas páginas, demonstrarei que essas situações também aparecem de forma perene, compondo um sustentáculo a mais do discurso da resistência que abordo neste capítulo. Talvez, inclusive, o mais significativo deles, por ser tão pervasivo e frequentemente passar um tanto despercebido. São episódios que podem parecer um simples “pano de fundo”, um elemento menor e gratuito em meio a tantas outras questões mais urgentes e, quiçá, imagens mais objetivas que são incluídas nos relatos. Eles operam, no entanto, de maneira muito mais complexa do que um mero elo entre uma revelação e outra. São momentos, enfim, reveladores em si próprios, não apenas do que ocorria, mas principalmente do que os ex-prisioneiros julgavam necessário recuperar da experiência como maneira de se manter conectados com quem eram, e com aqueles que compartilharam daquela experiência consigo. Com esses episódios do dia a dia, com essas pequenas resistências que na realidade simbolizavam uma reconstrução do mundo e da humanidade que o poder tentava destruir, buscavam convencer ao leitor (e, talvez, a si mesmos) de que foram bem-sucedidos nessa resistência à desumanização. De que seguiam sendo pessoas valiosas, merecedoras de respeito e de estima, própria e dos demais chilenos.

Colocar isso no papel e divulgar, porém, nem sempre foi tão simples. Embora tais menções venham desde os textos exilados, registrá-las constitui uma disputa de memória por si só, e dentro da própria elaboração dos *testimonios*. Para muitos prisioneiros, especialmente aqueles cujos textos emergem em um momento em que a prioridade é a denúncia aos olhos estrangeiros, a difusão sem meias palavras do terrorismo de Estado que se abateu sobre o Chile desde o 11 de setembro de 1973, fazer uma menção a algo que pudesse ser identificado como “ameno” ou “feliz” poderia ser pernicioso e sabotar o que se queria fazer. É por isso que, ao escrever a apresentação da reedição de 2010 de *Un viaje por el infierno*, Jorge Montealegre “celebra” as condições de censura e limitação do dizível em que o texto de Alberto Gamboa surge pela primeira vez. Ao impedir a denúncia explícita, forçava uma valorização de elementos que ele próprio, Montealegre, buscava resgatar depois, questões que em nossa entrevista ele chamaria de “lado bom” da prisão. Em suas análises sobre os textos que trazem esses pontos, ele usará o mesmo termo empregado na citação a seguir, referindo-se às tais memórias “eclipsadas”:

La memoria del horror pudo cubrir los cuatro tomos del libro. Y más. Pero la situación de amenaza en que fue escrito favoreció una estrategia de eufemismo y litotes, que le dio paso a un aspecto de los testimonios que es poco requerido por la justicia y la política: la cotidianidad que revela cómo, a pesar de todo, los prisioneros enfrentaron la adversidad y demostraron una capacidad de resiliencia notable. Aquello se cuenta principalmente mediante anécdotas que no pueden relatarse sin humor, sin autoironía y sin reconocer esa parte ridícula que todos tenemos. Esa convivencia Alberto Gamboa la cuenta bien, confiando en que el lector completará el cuadro sin perder de vista el contexto de cautiverio, dolores e incertidumbre en que pudo desarrollarse un ambiente de fraternidad inolvidable.

A la construcción de un ambiente social positivo, propicio a la resiliencia, Alberto Gamboa aportó su humor, su bonhomía, su sentimentalismo. Su espíritu amistoso y pícaro. Su capacidad para llegar a la gente sencilla. Su habilidad política. Contribución que se potenció con la de muchos otros que hicieron comunidad. Tal vez la situación de escritura y edición del libro permitieron privilegiar estos aspectos, que en otra situación habrían sido eclipsados por la denuncia de más atrocidades [...]. Quizá, en plena libertad de expresión, el Gato habría mantenido de todas maneras este punto de vista que humaniza, al fin de cuentas, lo que él ha llamado el infierno.⁵⁸⁴

O comentário de Montealegre é particularmente válido por se tratar de alguém que compartilhou com o *Gato* tanto a experiência de estar no campo quanto a da elaboração e escrita do que ali vivenciaram. Há dois pontos importantes a destacar nas observações do poeta: primeiro, a confiança de que o leitor saberá não perder de vista que qualquer momento mais alegre trazido naquelas linhas estará sempre ocorrendo em um cenário de cativeiro, de repressão e, ultimamente, da ameaça constante de um arroubo intempestivo por parte dos militares, mesmo nos momentos de maior distensão nesse relacionamento, dado o brutal desequilíbrio de poder e a inexistente prestação de contas sobre os atos ocorridos em um recinto isolado como era Chacabuco, onde se passa a maior parte da narrativa de *Un viaje por el infierno*. Em segundo lugar, está a admissão de que, talvez, mesmo se não precisasse construir seu texto desta maneira em função da sua publicação ainda em ditadura, Gamboa possivelmente o fizesse de forma muito similar, ao menos no que diz respeito aos episódios humanizadores ali inseridos. Porque, embora não fosse uma opção simples, já havia quem fizesse isso, mesmo em textos profundamente engajados da década de 1970, como o de Corvalán Castillo. Em *Escribo sobre el dolor y la esperanza de mis hermanos*, tais momentos aparecem em meio a tanta denúncia: o próprio encontro com a esposa, citado mais acima, é um episódio que poderia ser enquadrado aqui; mas não é o único momento de sorriso que ele trará em páginas que, de outra maneira, são extremamente pesadas no conteúdo e na riqueza de detalhes que

⁵⁸⁴ Jorge Montealegre. Las memorias de un viaje por el infierno. In: Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 9-10.

apresenta sobre a violência do ambiente concentracionário. Mesmo ali, entretanto, os instantes de fuga dessa dor surgem como elemento importante.

Para Ximena Barraza, que ainda em 1980 se propôs a discutir a vida cotidiana dos chilenos dentro de uma ordem repressiva, a importância conferida a essas questões estava longe de ser casual (ela se refere, sobretudo, à ação diante da repressão – mesmo fora dos campos –, não à descrição dela em *testimonio*, mas sua reflexão pode ser aplicada aos textos que comento aqui na medida em que eles fazem, precisamente, o registro dessas ações). Barraza argumenta que a experiência diária é onde aparece o autoritarismo e é nela que se devia captar e des-cobrir esse autoritarismo: “em tal perspectiva vemos no ordenamento invisível, mas ineludível, da vida cotidiana um dispositivo de luta”, escreve.⁵⁸⁵ Assim, ela defende, a resistência não precisa ser exibida apenas em suas facetas mais potentes – a resistência armada e a resistência política – mas também pode ser realizada de forma cotidiana. “Supomos que tal como a vida cotidiana é o que melhor expressa a ordem autoritária em ato, aqui também as experiências cotidianas são o germe do que poderia ser uma ordem alternativa”, explicita.⁵⁸⁶ Mesmo que nem sempre sejam perceptíveis ao sujeito como estratégicos ou resultado de uma ação premeditada, esses pequenos movimentos a contrapelo ajudariam a firmar uma ideia mais clara: a “normalização” que o regime tenta vender é, na realidade, uma anormalidade.

A repressão que existe dentro e fora das grades dos campos de concentração é algo que afeta a quase todos os chilenos em maior ou menor grau, dentro do estabelecimento de uma realidade em que qualquer um pode ser a próxima vítima se não tomar cuidado, se falar as coisas “erradas” ou se relacionar com alguém que “não deveria”. Ironicamente, em alguns casos talvez pudesse haver até mais “liberdade” para dizer e fazer certas coisas no interior de um campo do que fora deles, tendo em vista que os prisioneiros já haviam roçado os limites da brutalidade desumanizadora e já não temiam novos castigos ou sabiam que eles não viriam, a depender do momento, do local, do comandante de turno e do rumo tomado nos interrogatórios anteriores. É muito comum ouvir, em relatos dos que passaram pelos centros de detenção chilenos, uma memória singela desses instantes em que se sentiam “mais livres” por já ter confrontado o que pareciam ser todos os medos (e,

⁵⁸⁵ Ximena Barraza. Notas sobre la vida cotidiana en un orden autoritario. *Araucaria de Chile*, n. 11, Madrid, 1980, p. 56. Tradução própria. No original: “en tal perspectiva vemos en el ordenamiento invisible, pero ineludible, de la vida cotidiana un dispositivo de lucha”.

⁵⁸⁶ Ximena Barraza. Notas sobre la vida cotidiana en un orden autoritario. *Araucaria de Chile*, n. 11, Madrid, 1980, p. 70. Tradução própria. No original: “Suponemos que tal como la vida cotidiana es lo que mejor expresa el orden autoritario en acto, aquí también las experiencias cotidianas son el germen de lo que podría ser un orden alternativo”.

portanto, deixado de sentir muitos deles) ao terem sido despedidos de tudo e expostos aos extremos da dor: dentro dos campos, eles conseguiam chamar uns aos outros de *compañeros*, algo que do lado de fora era visto com estigma pela associação dessa forma de tratamento com a militância da Unidade Popular e, conseqüentemente, poderia levar a investigações e a uma detenção se a palavra caísse nos ouvidos errados.⁵⁸⁷ Em *Prigüé*, Rolando Carrasco registra essa impressão, às vezes, de que graças aos prisioneiros e à maneira que se organizavam para resistir e conservar sua humanidade, o campo poderia chegar a parecer mais normal do que o país que o rodeava: “les sorprendía la vitalidad y organización de estos hombres separados de la sociedad. Sus creaciones infatigables, el remedo de ciudad normal allí transplantado con ingenio en vez de descabezamiento humano”, registra em seu relato.⁵⁸⁸ Sobre a sensação produzida pela “cidade” paralela construída pelos presos de Chacabuco, ele acrescenta: “Un visitante reseñó bien ese clima. Fuera de las alambradas hay opacidad, mastique de rencores, inquietud. Dentro serenidad, miradas limpias, cariño por la vida. Parece que los prisioneros son los que cuidan”.⁵⁸⁹

Havia, porém, reservas quanto a até onde se podia ir para se distrair sem se desviar do sofrimento até um ponto de alienação em que a dor e as mortes pudessem parecer banais – e chegasse a soar que elas estariam sendo desrespeitadas pelos demais. Os próprios *testimonios* são espaço dessa disputa pelo que dizem e deixam de dizer, e são também fontes que nos ajudam a elucidar esses dilemas que ocorriam nos debates internos sobre o que fazer para fugir do *caldo de cabeza* sem deixar totalmente de manter o coração pesado pela agrura que nunca terminava de verdade. Em seu *Testimonio sufrido*, Virgilio Figueroa aponta o difícil equilíbrio entre o respeito ao luto e à solenidade que um momento tão grave exigia, e a necessidade também pungente de se afastar daquilo: “los detenidos ‘serios’ acallaban los bromistas, indicándoles no bromear con la situación presentada. Ambos tenían razón, pero los últimos hacían reír y con ello olvidábamos por unos instantes nuestro doloroso pasar”.⁵⁹⁰

⁵⁸⁷ Nem sempre este foi o caso, porém. Havia alguns comandantes que tentavam limar também esta possibilidade. A certa altura, em Chacabuco, escreve Alberto Gamboa (2010, p. 136), os prisioneiros tiveram que começar a se tratar por “compadres” porque um comandante mais autoritário, “en una explosiva circular, prohibió usar el término ‘compañero’”.

⁵⁸⁸ Rolando Carrasco. ¡Hay después!. In: _____. *Prigüé. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977o]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap13.html>> Acesso em 12 mar. 2018..

⁵⁸⁹ Rolando Carrasco. ¡Hay después!. In: _____. *Prigüé. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977o]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap13.html>> Acesso em 12 mar. 2018..

⁵⁹⁰ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 43.

A discussão sobre o que era adequado ou aceitável fazer naquele cenário aparece em diferentes relatos. No texto de Rolando Carrasco, surgem igualmente os dois lados dessa discussão, sobre quão oportuno seria realizar, em plenos vestiários e *escotillas* convertidos em celas do Estádio Nacional, um show artístico entre os prisioneiros com algum talento para a música e o sarau literário, a fim de desanuviar a mente dos companheiros. Assim como Figueroa reconhece que, de certa forma, a razão estava simultaneamente com as opiniões favoráveis e contrárias a um momento mais “feliz”, também aqui os que defendem a realização de uma atividade distinta acabam triunfantes, mesmo sob protesto.

A necessidade de vencer o embotamento provocado pela situação, aparentemente, era mais forte do que o lamento exigido pela gravidade de tudo o que se vivia. Os contrários tinham argumentos convincentes: “estamos demasiado amargados para soportarlo. Nos han golpeado incesantemente durante nueve días. Traicionaron a Chile. [...] Aguantamos difícilmente la necesidad de llorar a nuestros muertos, así que perdonen. Están meando fuera del tiesto”.⁵⁹¹ Eles lembravam das mulheres presas, suas próprias companheiras sentimentais, arrastadas e entregues aos militares para sofrerem tanto ou mais do que eles mesmos. Não havia motivos, entendiam, para aceitar canções, poemas ou brincadeiras naquele cenário tão duro. “¿Y vamos a cantar y reírnos...? Por ningún motivo”. Os detidos favoráveis à realização do show, contudo, respondiam com a mesma lógica de combate ao *caldo de cabeza* que marca tantos momentos assim: “no se dan cuenta que por este camino de lamentaciones y amarguras no llegamos a ninguna parte...? Lo importante ahora es vivir y para vivir precisamos desear vivir, es comprometerse a rehacer lo que nos derribaron”. E, se o problema era fazer isso a poucos metros de onde, separadas por vários muros, suas mulheres sofriam, eles também tinham um contra-argumento: “Nuestras compañeras necesitarán hombres enterros y fuertes cuando renazcan. Precisarán mucho nuestro apoyo. Comencemos por demostrarnos a nosotros mismos que somos capaces de sobreponernos a esto y a lo que vendrá”.⁵⁹² Os contrariados nunca se porão totalmente satisfeitos, com direito a insultos e ameaças de chegar às vias de fato para parar com aquilo quando o espetáculo comece. A rebeldia renderá, ainda, uma punição nas mãos militares. Mas o show acaba acontecendo, e muitos

⁵⁹¹ Rolando Carrasco. Ven. In: _____. Prigué. Prisioneros de Guerra. Moscú: Novosti, [1977h]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap6.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

⁵⁹² Rolando Carrasco. Ven. In: _____. Prigué. Prisioneros de Guerra. Moscú: Novosti, [1977h]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap6.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

outros depois dele, tornando-se episódios frequentes nos *testimonios* como uma das lembranças mais positivas em meio à atrocidade.

Com efeito, nem sempre as alternativas encontradas para se distrair do horror de todas as horas serão bem-vistas ou, mesmo, poderão seguir adiante. O que funciona para uns, afinal, não é encarado da mesma maneira por todos. Desta forma, ainda quando toleradas pelos carcereiros, algumas dessas manifestações de resistência diária podiam ser interrompidas em respeito ao incômodo dos outros prisioneiros. Uma situação assim aparece no *testimonio* de Sergio Bitar, quando o ex-ministro de Allende conta sobre as aulas de línguas que os colegas fluentes em idiomas estrangeiros costumavam oferecer aos demais prisioneiros nos diferentes campos espalhados pelo Chile. Esta, mais uma das tantas formas de escapar à realidade sombria (“para que la mente no divagara y así no se planteara el dramatismo de la situación en que estábamos sumidos”⁵⁹³), não caiu tão bem em seu caso, pois havia uma infeliz coincidência: as aulas eram de alemão.

Por algum tempo, foram a salvação quando os militares proibiram as *charlas*, as conversas, palestras ou aulas sobre outros temas vistos como mais perigosos por tratarem das questões sociais e históricas que agora o regime tentava ressignificar. Mas, conforme a fluência foi sendo adquirida pelo grupo e a tentativa de falar alemão em todos os momentos (ao ponto de haver uma “mesa dos alemães” no refeitório) se tornou frequente, logo surgiu uma comparação tão inconveniente como pertinente no imaginário de muitos dos que estavam ali: “hasta ahí llegó nuestro entusiasmo, porque hay que comprender que en una situación de esa naturaleza, rodeados de armamentos y viviendo en un campo de concentración, el hablar alemán en la mesa, parecía una réplica grotesca de un campamento nazi”.⁵⁹⁴

De todo modo, em geral essas atividades paralelas acabavam sendo aceitas e estimuladas como uma eficiente maneira de resistir ao *caldo de cabeza*. Se não festejos explícitos, como o que gerou conflitos nos corredores do Estádio Nacional no relato de Carrasco, pelo menos nessas atividades do dia a dia que serviam para que todos se mantivessem ocupados de alguma forma. Sergio Vuskovic resume de forma sagaz: “todas estas actividades sociales, aun las más elementales, nos ayudaron grandemente a mantener ‘enhiesta’ [levantada], al decir vigoroso de Daniel Vergara, nuestra firme

⁵⁹³ Sergio Bitar. *Dawson. Isla 10*. 12. ed. Santiago de Chile: Pehuén, 2009, p. 81.

⁵⁹⁴ Sergio Bitar. *Dawson. Isla 10*. 12. ed. Santiago de Chile: Pehuén, 2009, p. 81.

decisión de seguir siendo seres humanos y no una letra o un número”.⁵⁹⁵ Posteriormente, e não por casualidade, a inclusão de episódios assim acaba por constituir um poderoso elemento humanizador nos *testimonios*.

Virgilio Figueroa cita “los juegos inventados o recordados” que “se aprendían rápido por la intensiva práctica o también por el ávido afán de ocupar pensamientos”.⁵⁹⁶ Alejandro Witker recorda uma celebração de Natal e exalta que a simples possibilidade de celebrar algo já constituía um ato de resistência em si mesmo.⁵⁹⁷ Para Sergio Bitar, o que marca é o festejo ocorrido alguns dias mais tarde, na virada de ano para abrir 1974: “cosas que miradas con perspectiva parecen algo ridículas, pero que en ese momento y en un escenario especialmente decorado, sirvieron para distraernos y levantar el ánimo”.⁵⁹⁸ À moda do depoimento da observação das estrelas trazido à tona no documentário *Nostalgia de la luz*, Rolando Álvarez Araya conta que “compartí conocimientos de astronomía con la gente, que aunque muy de principiante, nos hicieron pasar ratos muy agradables”, e que tantas atividades desenvolvidas pelos prisioneiros levavam os militares a um sentimento de inferioridade (“se habían dado cuenta que el nivel cultral de los presos era muy alto”) que, em alguns casos, fazia-os tentar compensar isso mostrando que também tinham certa instrução, em mais um afastamento do discurso que colocava os prisioneiros como inferiores aos homens de farda – os militares, por vezes, “se trataban de comparar con nosotros. Igual se daban cuenta que éramos iguales como personas”.⁵⁹⁹

Tanto Rolando Carrasco quanto Jorge Montes recordam da potência de ouvir em aparelhos clandestinos a Rádio Moscou que, em seu programa *Escucha Chile*, emitia em espanhol tanto um noticiário dos crimes do regime quanto destacava a existência e o avanço dos esforços da solidariedade internacional, formando uma rede que driblava, pelas ondas curtas, as censuras da ditadura: Carrasco lembra das descobertas e da confiança que aquele momento lhes dava (pediam liberdade para Luis Corvalán; Volodia Teitelboim estava vivo; o Partido Comunista do Chile ainda estava organizado...), a sensação de que “desde fuera de las alambradas, desde afuera de las fronteras se les habla

⁵⁹⁵ Sergio Vuskovic Rojo. Actividades educativas y sociales. In: _____. *Dawson*. Madrid: Michay, [1984ac]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap26.html> Acesso em 20 fev. 2018.

⁵⁹⁶ Virgilio Figueroa. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991, p. 83.

⁵⁹⁷ Alejandro Witker. 5. Navidad en el Estadio. In: _____. *Prisión en Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, [1975h]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/cap5.html> Acesso em 20 fev. 2018.

⁵⁹⁸ Sergio Bitar. *Dawson. Isla 10*. 12. ed. Santiago de Chile: Pehuén, 2009, p. 115.

⁵⁹⁹ Rolando Álvarez Araya. “Papá no va a llegar, porque está trabajando en el norte”. *Memorias y epistolario de un preso político comunista y su familia en Chile*. Santiago de Chile: LOM, 2012, p. 79-80.

a mujeres y hombres detenidos por abrigar una causa noble, justa, la grandeza de la patria”, e a esperança renovada de que “hay un después”⁶⁰⁰; já Montes define o laço íntimo com a Rádio Moscou como “la necesidad de tener un amigo que hable por uno. Nos alegra, eleva nuestra moral de combate... pero, sobre todo, ella representa la libertad”.⁶⁰¹

A esses momentos de aberta resistência clandestina, somam-se ainda as experiências mais simples do dia a dia que permitem abrir um sorriso em meio a tudo aquilo. Como explica Jorge Montes, mesmo as aspirações mais básicas se tornavam eventos de grande realização no meio das privações, pois “hay ocasiones en que la suprema aspiración es respirar, porque o si no morimos. Otra vez dormir es el más alto anhelo [...]. O mirar, o defecar u orinar según el caso. O hablar o ler o escribir. O amar”, diz. E emenda: “ahora pensé en ello porque lo había experimentado y había descubierto lo que valen las cosas más simples y corrientes de la vida”.⁶⁰² Para Ilario Da, a alegria podia ser tão simples como “el respirar aire fresco, estirar las piernas y sacar en parte sus necesidades”; e, para evitar que desentendimentos internos prejudicassem as coisas, faziam rotações para definir quem dormia em cada espaço, mesmo se “nunca nadie se peleó por un lugar [...]. No porque la litera fuese mejor que la silla o esta última más cómoda que el suelo, sino más que nada con el fin de variar algo dentro del mismo infierno”.⁶⁰³

Jorge Montealegre posiciona essa resistência diária na própria busca do riso. Fazendo um paralelo com a risada sádica dos torturadores, com as “piadas” que os militares contavam para se divertir às custas dos prisioneiros e ridicularizá-los (“El sufrimiento del otro era la retroalimentación de su risa. Y se incrementaba con más sufrimiento”, define⁶⁰⁴), ele traz à tona os episódios em que os prisioneiros encontravam um alento e riam, sem a crueldade dos que estavam ali para vigiá-los, da própria situação terrível em que estavam metidos. “Nos reíamos de nosotros, de nuestra precariedad, como en otros momentos nos habíamos reído de otras calamidades. El humor nos ayudaba a sobrellevar la desgracia”, afirma. “Finos y vulgares, con ironías y chistes, con mayor o

⁶⁰⁰ Rolando Carrasco. ¡Hay después!. In: _____. *Prigüé. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, [1977o]. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap13.html>> Acesso em 12 mar. 2018..

⁶⁰¹ Jorge Montes. Capítulos LXI-LXX. In: _____. *La luz entre las sombras*. Barcelona: Bruguera, [1980j]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap61.html> Acesso em 20 fev. 2018.

⁶⁰² Jorge Montes. Capítulos XLI-L. In: _____. *La luz entre las sombras*. Barcelona: Bruguera, [1980h]. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap41.html> Acesso em 20 fev. 2018.

⁶⁰³ Ilario Da. Casa Grande: centro de tortura. In: _____. *Relato en el frente chileno*. Barcelona: Blume, [1977j].

⁶⁰⁴ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 73.

menor gracia, el humor negro era parte de nuestra convivencia, de nuestro intercambio cotidiano. Nos salvaba”.⁶⁰⁵ Ele não é o único a fazer uma afirmação do tipo sobre situações assim: Juan Del Valle comenta, em seu livro, que “siempre después del dolor y las penurias venían las anécdotas cómicas o los chistes hechos a base de nuestra propia desgracia, o las bromas macabras que de esto se hacían”⁶⁰⁶.

Em *Frazadas del Estadio Nacional*, uma das anedotas que levava os prisioneiros às gargalhadas era a observação do aparente mundo paralelo em que os jardineiros do estádio seguiam vivendo enquanto o recinto havia se convertido em uma gigantesca prisão política. Como se fossem tempos normais, os funcionários seguiam circulando pelo campo, aparando a grama e garantindo que tudo estivesse dentro das normas adequadas para a próxima vez que ele fosse empregado para uma disputa esportiva – naqueles dias após o golpe, a Seleção Chilena de futebol se preparava para uma importante partida classificatória para a Copa do Mundo de 1974 e, embora os prisioneiros ainda não soubessem o que aconteceria quando a hora chegasse, depois se descobriria que estava nos planos o esvaziamento do estádio especialmente para a disputa da tal repescagem.⁶⁰⁷ Nesta situação surreal, os prisioneiros que tomavam banho de sol nas arquibancadas tinham sua hora de entusiasmo quando viam o jardineiro caminhando pelo gramado até um dos arcos do gol: “con expectación esperábamos que pasara por entre los palos del arco y en ese momento crucial gritábamos y aplaudíamos el ‘¡gol!’”⁶⁰⁸ Rindo da própria loucura, esperavam o homem percorrer lentamente o caminho de volta até o outro lado do gramado. Pouco mais de cem metros mais tarde, atingia as traves opostas e “empatava” esse jogo imaginário.

E existem, ainda, algumas anedotas universais, contadas uma e mil vezes, cuja primeira menção é difícil de localizar, mas que seguem aparecendo através das décadas. Talvez nenhuma seja mais presente do que as façanhas de *Filistoque*, apelido dado a um pícaro colega de prisão que aparece em *testimonios* como o de Rolando Carrasco (1977q),

⁶⁰⁵ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 72.

⁶⁰⁶ Juan Del Valle. *Campos de Concentración en Chile 1973-1976*. Santiago de Chile: Mosquito Editores, 1997, p. 56-57.

⁶⁰⁷ O “Jogo da Vergonha”, como ficou conhecido, nunca aconteceu. Em uma coincidência que levou os embates políticos para o esporte, o Chile deveria enfrentar justamente a União Soviética, que se recusou a disputar uma partida de futebol em um local onde “o sangue de patriotas chilenos” era derramado até pouco tempo antes. A Seleção Chilena avançaria com uma vitória por W.O., mas chegou a entrar em campo no dia previsto para a partida e marcou um simbólico e melancólico gol sem adversário, em uma cena que se tornou representativa da perda de sentido, naquele momento, do Estádio Nacional enquanto recinto esportivo. Escrevo sobre esse episódio em Maurício Brum. *La cancha infame. A história da prisão política no Estádio Nacional do Chile*. Porto Alegre: Zouk, 2017.

⁶⁰⁸ Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003, p. 66.

Francisco Reyes (1991), Adolfo Cozzi (2002), Rolando Álvarez Araya (2012), Sadi Renato Joui Joui (2014), entre muitos outros. Aparece também em Alberto Gamboa e, antes de todos eles, pode ser lida até mesmo em uma obra tão pesada como a de Luis Alberto Corvalán Castillo. De *Filistoque* contam muitas coisas, que teria obtido asilo na Inglaterra após sair da prisão e, com seu jeito típico, chegou a se oferecer como cavaleiro da rainha, função para a qual teria qualificação por uma vez em que esteve empregado no hipódromo de Santiago; entretanto, como seria de imaginar, não foi aceito. Mas a história que mais se repete – que sempre se repete – é a vez em que conduziu militares estrada afora, em uma espécie de fuga impossível e escoltada no meio do Atacama, sob o som da banda marcial que se preparava para uma grande demonstração pública dali a alguns dias.

No relato de Luis Alberto, *Filistoque* é um autêntico personagem do campo de concentração, um “bohemio proleta”, um paradoxal *bon vivant* de poucas posses que “jamás tuvo un trabajo fijo, pero tampoco vivía de sus rentas porque no las tenía”, acumulando todo o tipo de funções ao longo da vida.⁶⁰⁹ Estavam às vésperas do 21 de maio, o Dia das Glórias Navais celebrado pela Marinha, e *Filistoque* se voluntariou para ajudar a ensaiar a “banda de guerra” que representaria as tropas de Chacabuco nos desfiles de Antofagasta, a maior cidade das redondezas (ainda que ficasse a quase duzentos quilômetros do campo). Promovido a “comandante” do grupo que seria treinado, *Filistoque* coordenava a formação e, todas as manhãs, orientava seus soldados, em uma situação inverossímil e divertida para os demais presos, que se juntavam para assistir. Até o dia em que o boêmio e sua tropa sumiram do campo:

Al “comandante Filistoque” se le había hecho chica la oficina Chacabuco y tomando a sus “muñecos”, como el flautista encantado, los había conducido por la calle principal de la antigua oficina salitrera, enfilando hacia la monumental barrera que bloqueaba la única entrada al cierre de calaminas. El puesto de guardia sabía que Filistoque tenía grado de “comandante” por lo que se apresuró a subir la barrera mientras él, con el puño en alto abandonaba el campo seguido de los compases marciales de su banda de “muñecos”. Tras algunos minutos de marcha, había alcanzado la carretera panamericana y había continuado su marcha rumbo al sur [...]. Más atrás había aparecido un veloz “jeep” militar tratando de darle alcance. A bordo, seguramente de pie, iba vociferando el teniente ocupante.⁶¹⁰

⁶⁰⁹ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 57.

⁶¹⁰ Luis Alberto Corvalán Castillo. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 62.

Quando o tenente finalmente os alcançou e cobrou satisfações por tamanho disparate, *Filistoque* não se viu encurralado: justificou que os soldados só haviam ensaiado sobre a terra batida de Chacabuco, mas em Antofagasta desfilariam sobre o asfalto, e precisavam treinar também naquele tipo de terreno para não ter seu desempenho prejudicado quando a parada acontecesse. *Filistoque* perdeu o “comando” simbólico das tropas, mas parece ter convencido o militar, até porque ninguém teria a ideia de “fugarse de un campo de concentración acompañado de una sonora banda de sus propios carceleros”, diverte-se *Coné* em sua versão do relato, uma das primeiras obras a trazer essa história que depois se repetirá tantas vezes em *testimonios* posteriores. Escrevendo nos anos 1970, Corvalán Castillo interpreta aquele momento como um caso a mais em que os discursos vendidos pela ditadura caíram por terra na prática: tanto ajudou a desmoralizar os oficiais por sua incapacidade de evitar que uma situação tão ridícula ocorresse, quanto contribuiu para estreitar os laços entre prisioneiros e os soldados que lá se encontravam, pelo menos enquanto aquela tropa permanecesse no campo. “Filistoque y sus instructores ayudaron así a destruir parte de la propaganda fascista que los oficiales inculcan a la tropa en relación a la calidad humana de los presos políticos”, conclui Corvalán, transformando a anedota em mais um esforço (não necessariamente intencional no ato, mas abertamente no relato) de resistência à retórica oficial.

Filistoque é lembrado, também, como um episódio relativamente neutro, sem consequências mais graves pela estripulia. Muitas vezes, no entanto, os momentos felizes precisarão se equilibrar com toda a infelicidade que rodeia e permeia o dia a dia. A obra de Alberto Gamboa talvez seja um dos exemplos mais bem acabados dessa mescla entre a revelação de episódios pitorescos, que recordavam momentos mais amenos do interior do campo, com a possibilidade sempre latente de que tudo aquilo fosse revertido de uma hora para a outra, por um erro de interpretação ou um arroubo de violência gratuita autoritária. A certa altura de seu *testimonio*, o *Gato* conta a história de um companheiro que identifica como o *Loco* Sebastián, um jovem operário de 24 anos que um dia conseguiu a proeza de ser “preso” mesmo já estando dentro do campo de concentração. Mais preso ainda?, questionavam um tanto surpreendidos os colegas. Pois sim: Sebastián, amante do jogo de futebol e um dos mais envolvidos nas partidas que pontilhavam as manhãs mais felizes de Chacabuco, ganhou o apelido de “louco” porque nem sempre pensava muito nas consequências de suas ações. Naquele dia, exercendo a liberdade relativa de poder praticar o esporte que amava entre as grades, perdeu a bola do outro lado delas... e não pensou duas vezes em procurar uma brecha para sair à procura do

esférico nos arredores do acampamento. Havia, afinal, somente duas bolas para Chacabuco inteira, e perdê-la poderia ser perder também esta que “fue una de las grandes válvulas de escape, sobre todo para la gente joven, que formaba la mayoría de la población”, afirma o *Gato*.⁶¹¹ Só que Sebastián acabou detido e mantido em isolamento, sem comunicação, interrogado com as pancadas de sempre (ainda que tenha voltado contando o episódio com certa diversão, segundo escreve Gamboa, reforçando a ideia da busca do riso na própria desgraça) porque os militares não acreditavam que tivesse saído por um trecho que estaria minado e voltado ileso sem ter consigo algum mapa secreto revelando a localização de cada explosivo.⁶¹²

Em muitos outros momentos de *Un viaje por el infierno*, Alberto Gamboa fará menção a esses episódios. Por vezes, com o próprio futebol que colocou o *Loco* Sebastián em maus lençóis, como em uma das cartas enviadas à amada María Eliana que transcreve no volume, relatando o dia em que se jogava um “clássico” em Chacabuco: a seleção dos melhores presos contra a equipe dos militares que cuidavam do campo naquele momento. “La orden del día de los milicos es ganar. La orden del día de los detenidos es ganar, pero ganar por goleada”, conta o *Gato*⁶¹³, após afirmar que durante a semana só se falou naquele jogo por todo o campo. A própria possibilidade da partida é um momento mais feliz, mas a vitória dos presos por 10 a 4 relatada na carta acaba por fazer com que as piores dores sejam esquecidas por algum momento, naquela revanche simbólica, a única realmente possível, sobre os algozes: “la victoria fue celebrada bulliciosamente. Los jugadores fueron sacados de la cancha en andas. La alegría se desbordó y llegó a las casas. Todos están locos”, conta a María Eliana⁶¹⁴, a quem diz em seguida que também está louco, mas de amor por ela, concatenando um instante de alegria com a angústia da prisão e do isolamento, uma vez mais, nessa dicotomia tão presente (e tão humana) que percorre suas páginas. Como ele resume:

A medida que los meses fueron pasando, mientras muchos compañeros fueron recuperando su libertad y otros cientos fueron llegando, la férrea amistad y solidaridad que surge entre los oprimidos significó una transfusión de fuerza para seguir viviendo y de fe y amor para seguir luchando.⁶¹⁵

⁶¹¹ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 81-82.

⁶¹² Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 84.

⁶¹³ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 169.

⁶¹⁴ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 172.

⁶¹⁵ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 78.

Gamboa trará outras referências às aulas, às atividades capazes de distrair, às ações do Conselho de Anciãos que representava os interesses dos prisioneiros e levava seus pedidos ao comando militar de Chacabuco; e, no seu caso particular, também fará menção ao jornal-mural, instrumento encontrado pelos jornalistas como ele para continuar seu ofício e uma maneira importante de manter a todos informados sobre os últimos acontecimentos do campo – ou sobre a história daquele local, como na reportagem em que recuperam os fatos que puderam levantar sobre os tempos do acampamento como *oficina salitrera*, décadas antes.

Ele fala, ainda, da apresentação do conjunto de Ángel Parra, na despedida do músico do campo. Segundo Gamboa, foi ele próprio quem convenceu Ángel a deixar momentaneamente sua solidão e voltar a se dedicar à arte em Chacabuco, o que o levou a conduzir o grupo que se apresentava nos shows dominicais do campo. Os shows, aliás, uma herança do Estádio Nacional, daquela mesma apresentação que havia gerado tantos conflitos, e trazidos para Chacabuco por seu idealizador, um operário têxtil conhecido como *Peineta González*.

No campo de concentração do deserto, essas apresentações já eram encaradas de outra maneira, mais aceitas pela maioria, e a importância deles fez parte dos argumentos de Gamboa para convencer Parra a se reaproximar da música como um elemento a mais para dar força aos colegas e resistir pessoalmente: “No pases recostado todo el día”, o *Gato* diz ter falado ao músico. “Nosotros esperamos de los poetas y de los cantores obras maravillosas. Aquí tienes de todo. Belleza desértica que no conocemos y gente que conocemos y admiramos. Todo eso, ¿no es un material privilegiado?”.⁶¹⁶

Ángel Parra finalmente concorda, vai em frente, coordena o grupo musical e avança até o seu memorável show de despedida, presente em tantos *testimonios* e inclusive gravado na improvável fita de Luis Alberto Corvalán Castillo.

Quando estava por sair, o filho de Violeta Parra por fim comenta com Gamboa, em tom de agradecimento, e concordando com uma mensagem que persistiu através das décadas nos *testimonios* da resistência à desumanização: “Tenías razón, ‘Gato’. Valía la pena vivir aquí en el infierno. Jamás olvidaré que en Chacabuco todos los que vivían entre rejas eran los mejores hombres de la tierra”.⁶¹⁷

⁶¹⁶ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 196.

⁶¹⁷ Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 197.

Considerações finais

Ainda em 1983, escrevendo sobre os desafios de realizar uma defesa legal dos prisioneiros políticos no Chile ditatorial, Hugo Fruhling argumentava que, mesmo sendo uma espécie de tarefa de Sísifo, ela tinha uma razão de ser: os objetivos dessa luta inglória incluíam trazer uma verdade à luz, criar um fórum para a denúncia pública da situação existente no país e contribuir para a formação de uma cultura de respeito aos direitos humanos.⁶¹⁸ Duas décadas mais tarde, refletindo sobre as disputas de memória entre o golpe e a detenção de Pinochet no fim do século XX, Steve Stern sustentaria que a ideia de uma memória favorável aos direitos humanos eventualmente conseguiu transcender as inclinações políticas no Chile, tornando-se um tema que superou as divisões. “Mais além das vidas salvas ou parcialmente reparadas pelas atividades a favor dos direitos humanos, incluindo o trabalho de memória”, escreve Stern, “foi esse crescimento da sensibilização cultural em torno dos direitos humanos como um valor fundamental em si [...] a conquista mais importante” daqueles que tentavam construir memórias que contradiziam a versão oficial dos dias de Pinochet, elaborando o que ele define como as memórias de ruptura, perseguição e despertar.⁶¹⁹

Se boa parte da noção de que alguém é digno de direitos humanos passa por identificar o outro como semelhante (a mim mesmo), como argumenta Lynn Hunt⁶²⁰, a desumanização promovida pela ditadura passou precisamente pela destruição disso: o regime e seus verdugos buscavam a negação da ideia da humanidade da vítima – aniquilando, no outro, aquilo que o identificava como um ser igual ao perpetrador (e aos demais chilenos, na medida em que os agentes da ditadura se apresentavam como defensores da cidadania e da chilenidade).⁶²¹ A resistência a esse movimento, no entanto, foi ferrenha desde o primeiro momento, em suas múltiplas facetas: fosse pela defesa legal mencionada por Fruhling, pela coleta e arquivamento de informações como as feitas pelos

⁶¹⁸ Hugo Fruhling. Stages of Repression and Legal Strategy for the Defense of Human Rights in Chile: 1973-1980. *Human Rights Quarterly*, vol. 5, no. 4, 1983, p. 532-533.

⁶¹⁹ Steve J. Stern. *Recordando el Chile de Pinochet. En vísperas de Londres 1998*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2009, p. 172. Tradução própria. No original: “Más allá de las vidas salvas o parcialmente reparadas por las actividades a favor de los derechos humanos, incluyendo el trabajo de la memoria, fue este crecimiento de la sensibilización cultural en torno a los derechos humanos como un valor fundamental en sí – demasiado importante para ser enterrado por los caprichos de la política o de la conveniencia – el logro más importante de quienes estaban alineados con la memoria como ruptura, persecución y despertar”.

⁶²⁰ Lynn Hunt. *A invenção dos direitos humanos. Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁶²¹ Paz Rojas Baeza. *Recordar. Violación de derechos humanos: una mirada médica, psicológica y política*. Santiago de Chile: LOM, 2017, p. 43-44.

comitês independentes de direitos humanos ou, como me dediquei a demonstrar acima, na elaboração de *testimonios*, dentro e fora do Chile, com as próprias vítimas compartilhando suas experiências através do relato escrito.

Diferentes perguntas foram colocadas diante das vítimas, e muitas urgências se sobrepuseram ao longo dos anos, moldando os textos e os aspectos que eles destacaram. Mas a necessidade de fazer frente à sistemática desumanização os uniu e, em maior ou menor medida, fez-se presente naquelas páginas, tentando recordar ao leitor que aqueles seres horríveis, diabólicos, “humanoides” na fala dos militares eram, na realidade, como os demais chilenos – tinham suas diferentes visões de mundo, podiam ser vigorosos adversários políticos e discordar radicalmente sobre o melhor caminho para o país, mas a aparentemente irreconciliável oposição partidária que os distanciava e os fazia trocar improperios não os tornava fundamentalmente desumanos. Ainda eram pessoas que ouviam e faziam música, que olhavam para o céu buscando as estrelas, que sentiam falta de casa e dos seres queridos, que buscavam alguma maneira de rir e se divertir mesmo nas piores circunstâncias, pois a alternativa era o desespero e o *caldo de cabeza* – a morte antes da morte.

Quando Alberto Gamboa, por exemplo, transcreve a correspondência trocada com María Eliana (pouco antes de revelar que a prisão acabou custando a manutenção desse relacionamento amoroso de tantos anos), e nos traz as palavras dela sobre a dor de ter negada até mesmo uma despedida quando os presos foram carregados a Chacabuco – “no supe nada y no pude abrazarte ni besarte, ni desearte nada [...] ¿te das cuenta lo triste que es que la gente se vaya sin siquiera avisar o despedirse?”⁶²² –, a pergunta não é apenas da companheira ao *Gato*, mas de uma chilena a todos os seus compatriotas. Davam-se conta da tristeza daquele e de outros incontáveis momentos aos quais o país era submetido? Eram capazes de compreender que na casa vizinha, talvez, algum amigo pudesse passar por situação semelhante, e que eles próprios quiçá sentissem a mesma dor se a desgraça da perseguição política se abatesse sobre alguém próximo? Seriam mesmo tão horríveis – como queria dizer o regime – aqueles homens isolados no deserto, capazes do amor e do pranto como qualquer outro?

Ao recuperar essas questões, e também os instantes e sentimentos menos amargos, em fragmentos de seus *testimonios* que, de início, talvez parecessem fora de lugar e sem realmente cumprir um objetivo claro (como o de denúncia ou de reconciliação), esses

⁶²² Alberto Gamboa. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 166.

relatos contribuíram de forma decisiva para que o Chile fraturado e que se temia mutuamente pudesse voltar a ver o lado derrotado em 1973 como semelhante. Negar a humanidade das vítimas da ditadura gradativamente se tornou um assunto restrito a círculos cada vez mais radicalizados à direita, e o próprio regime precisou reconsiderar a maneira como realizava a perseguição e enquadrava, diante do público, aqueles a quem tentava destruir. Do mesmo modo, enquanto o discurso global em prol dos direitos humanos se fortaleceu nos países do Norte a partir do final dos anos 1970, reflexos disso também começaram a ser sentidos nas nações onde as ditaduras de segurança nacional haviam se constituído, fechando caminhos para que esses direitos fossem explicitamente negados⁶²³ – e criando possibilidades para investigações oficiais em democracia.

Este trabalho demonstrou como essas narrativas de resistência ajudaram a proporcionar essas oportunidades de reencontro com o passado e questionamento a um discurso oficial de apagamento de identidades, coisificando e desumanizando suas vítimas. Identificamos, além disso, uma série de características que permitem entender como os *testimonios* foram sendo elaborados de maneira diferente através das décadas – e o que, a despeito das distinções marcantes de cada período, manteve-se constante em qualquer tempo. Existem, por certo, outras abordagens de memória que escaparam aos objetivos deste trabalho, e que convidam a uma análise mais detida em outro momento: se aqui o foco foi nas narrativas em primeira pessoa, há fartos materiais – em pesquisas acadêmicas e textos jornalísticos, por exemplo – construídos a partir do relato alheio, ouvido e elaborado de outra forma. Textos estes que, também, foram escritos perpassando os períodos aqui propostos.

E, de olho no futuro, haverá um momento em que a terceira etapa dos *testimonios* sugerida por este trabalho encontre um marco simbólico de seu fim – se é que já não o fez. Quiçá a morte dos que vivenciaram os horrores em primeira pessoa, o aparecimento de uma nova geração que já tem a memória da perseguição ditatorial como algo “herdado” (a exemplo do trabalho de Raymundo Paredes Ahlgren, mencionado de passagem nestas páginas), ou mesmo a ressignificação do que foi deixado pela ditadura e não modificado pelos governos desde a redemocratização. É possível que, dentro de alguns anos, uma nova periodização conversando com a que proponho aqui surja, tentando conversar com o *estallido social* de 2019, a repressão àquelas manifestações e o quanto de eco há (ou

⁶²³ Luis Roniger; Mario Sznajder. *The legacy of human rights violations in the Southern Cone. Argentina, Chile, and Uruguay*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 47-48.

não) em relação aos dias em que Augusto Pinochet e seus colaboradores podiam perseguir, torturar, violar e matar sem realmente prestar contas a ninguém.

Afinal, não há conquista definitiva, nem estrada que seja totalmente percorrida. Os espaços permanecem em disputa e, a cada tanto, como nos mostra a nova ascensão de velhas retóricas na América do Sul da metade final dos anos 2010, discursos e práticas que negam a humanidade alheia recobram força. No Chile, a polícia militar ainda é a corporação que atirou nos olhos dos manifestantes chilenos em outubro de 2019, que viola sistematicamente os direitos dos mapuche, no Sul, com a conivência do Estado que avançou em certas reparações, enquanto ainda se arrasta vergonhosamente em outras – até o ponto de ignorá-las francamente. Mas, ainda que muito reste por fazer, os avanços após a ditadura foram inegáveis. Hoje, os ainda violentos *carabineros* recebem cursos obrigatórios de direitos humanos antes de entrar em serviço – no Museu da Memória e dos Direitos Humanos de Santiago, uma das principais instituições do continente com suas características –, políticos que negam ou minimizam os crimes do pinochetismo geralmente veem seu apoio ruir junto ao eleitorado e os mesmos partidos demonizados em 1973 puderam chegar novamente ao poder pelas urnas e cumprir seus mandatos até o fim.

Sobreviventes da prisão política voltaram a ocupar lugares de destaque na sociedade e na política chilena, sem acabarem interditados por sua militância. E, mesmo quando um governo assustado impôs o toque de recolher diante dos maiores protestos do Chile desde o fim da ditadura, como em 2019, podia-se ouvir os ecos desse passado que resistiu aos esforços mais brutais daqueles tempos – um legado que se mantém forte na cultura chilena, presente nos *testimonios*, nas artes, em reportagens e estudos que não deixam esquecer. Em uma sacada da capital, em uma noite daquele outubro inflamado, uma mulher entoava os versos de *Sol y Lluvia*:

Al contemplar tu mirada tan triste
Vuelvo a pensar en ayer
Que caminaba sin miedo a tu lado
Sin preguntar el porqué
Donde se oían todas las voces
Y el canto de todos se hacía escuchar

Hay que apretar el presente con brazos
Y voces que hoy puedan cantar

Para que nunca más en Chile
Para que nunca más

Para que nunca más en Chile

Los secretos calabozos
Vuelvan a morder la humanidad de mi pueblo

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. “The Meaning of Working Through the Past”. *Critical Models: Interventions and Catchwords*. New York: Columbia University Press, 2005, p. 89-103.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *State of Exception*. Chicago/London: University of Chicago Press, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGUILERA, Pilar; FREDES, Ricardo. Introducción. In: _____. *Chile: el otro 11 de septiembre*. 2. ed. Havana: Ocean Sur, 2006, p. vii-x.

AHUMADA, Eugenio et al. *Chile: la memoria prohibida. Las violaciones a los derechos humanos 1973-1983* (4 vols.). 4. ed. Santiago de Chile: Pehuén, 1990.

ALCARAZ, Melina. Estigmatización genocida. A partir de la elaboración mediática del caso “Operación Colombo” en Chile. In: *IX Jornadas de Jóvenes Investigadores Instituto de Investigaciones Gino Germani (anais)*, nov. 2017.

ALLENDE, Salvador. *Abrirán las grandes alamedas: Discursos*. Santiago: LOM, 2003.

ÁLVAREZ ARAYA, Rolando. “Papá no va a llegar, porque está trabajando en el norte”. Memorias y epistolario de un preso político comunista y su familia en Chile. Santiago de Chile: LOM, 2012.

AMNESTY INTERNATIONAL. *La torture. Instrument de pouvoir, fléau a combattre*. Paris: Seuil, 1984.

- ANTELME, Robert. *L'espèce humaine*. Paris: Gallimard, 2011.
- ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jarusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- AYLWIN AZÓCAR, Andrés. *8 días de un relegado*. Santiago de Chile: Arcoiris, 1989.
- BARRAZA, Ximena. Notas sobre la vida cotidiana en un orden autoritario. *Araucaria de Chile*, n. 11, Madrid, 1980, p. 53-72.
- BASSO PRIETO, Carlos. *La CIA en Chile 1970-1973*. Santiago de Chile: Aguilar, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernity and the Holocaust*. Malden: Polity Press, 1989.
- BECKER, David; KOVALSKYS, Juana. Dentro y fuera de la cárcel: el problema de conquistar la libertad. *Publicado en el Boletín de AVESPO (Asociación Venezolana de Psicología Social)*, Julio 1989, p. 14-28
- BEVERLEY, John. The Margin at the Center: On Testimonio (Testimonial Narrative). *Modern Fiction Studies*, v. 35, n. 1, 1989, p. 11-28.
- BISAMA FERNÁNDEZ, Adolfo. Estrategias textuales y paratextuales del relato testimonial. In: FLORES CASTRO, Norberto; BISAMA FERNÁNDEZ, Adolfo. *El Relato Testimonial Chileno 1973-1989*. Santiago de Chile: RIL, 2017, p. 87-144.
- BITAR, Sergio. *Dawson. Isla 10*. 12. ed. Santiago de Chile: Pehuén, 2009.
- BLACK, Mary E. Diagnosing Pinochet Syndrome. *British Medical Journal*, v. 332 (7534), 21 jan. 2006, p. 185.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Jorge Luis. Funes el memorioso. *Ficciones*: 1944. Disponível em <http://users.clas.ufl.edu/burt/spaceshotsairheads/borges-funes_el_memorioso.pdf> Acesso em 1º abr. 2018.

BRUM, Maurício. Os estádios da memória: o relato da prisão política chilena na obra de Jorge Montealegre. *Escritas*, vol. 6, n. 2, 2014, p. 72-92.

BRUM, Maurício. *Estádio Chile, 1973*. Morte e vida de Víctor Jara, a voz da Revolução Chilena. Ijuí: Unijuí, 2014b.

BRUM, Maurício. *La cancha infame*. A história da prisão política no Estádio Nacional do Chile. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BUTLER, Judith. *Frames of War*. When is Life Grievable? London/New York: Verso, 2009.

CABIESES, Manuel. *11.808 horas en campos de concentración*. Caracas: Fondo Editorial Salvador de la Plaza, 1975.

_____. [Cabieses, 1975a] Sumário. Disponível em <www.blest.eu/biblio/cabieses/index.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Cabieses, 1975b] Introducción. Disponível em <www.blest.eu/biblio/cabieses/intro.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Cabieses, 1975c] CHILE: 11.808 horas em campos de concentración. Disponível em <www.blest.eu/biblio/cabieses/cap1.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Cabieses, 1975d] Testimonio ante la comisión investigadora de los crímenes de la Junta Militar Chilena. Ciudad de México 18-21 de febrero de 1975. Disponível em <www.blest.eu/biblio/cabieses/cap2.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Cabieses, 1975e] Carta a Flora. 3 de Septiembre de 1974. Disponível em <www.blest.eu/biblio/cabieses/cap3.html> Acesso em 20 fev. 2018.

CALVEIRO, Pilar. *Poder y Desaparición*. Los campos de concentración en Argentina. Buenos Aires: Colihue, 2006.

CAÑÓN VOIRÍN, Julio Lisandro. Formas de control y disciplinamiento social. América del Sur durante el siglo XX. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales*, número especial, vol. 1, 2016, p. 5-9.

CAÑÓN VOIRIN, Julio Lisandro. Violencia Estatal Persecutoria, Estado de Excepción y terrorismo de Estado en América. *Religación. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, Quito, vol. II, núm. 7, Septiembre 2017, p. 30-46.

CARRASCO, Rolando. *Prigüé. Prisioneros de Guerra*. Moscú: Novosti, 1977.

_____. [Carrasco, 1977a] Sumario. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/index.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977b] Introducción. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/intro.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977c] Once. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap1.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977d] Francotiradores. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap2.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977e] El que no salta... Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap3.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977f] El príncipe. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap4.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977g] El catalejo. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap5.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977h] Ven. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap6.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977i] Preludio en do sostenido. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap7.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977j] Tres más uno. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap8.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977k] La Libertad. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap9.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977l] Transporte. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap10.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977m] Bienvenidos. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap11.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977n] Evasión. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap12.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977o] ¡Hay después! Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap13.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977p] ¿Por qué? ¿Por qué? Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap14.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977q] Periferia imperial. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap15.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977r] Con compás. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap16.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977s] La estatua. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap17.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977t] Los cosacos. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap18.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977u] Huevo de oro. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap19.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977v] Ritoque. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap20.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977w] Co-Li-Mi. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap21.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

_____. [Carrasco, 1977x] En el año internacional de la mujer. Disponível em <<http://www.blest.eu/biblio/prigue/cap22.html>> Acesso em 12 mar. 2018.

CARVALHO, Alessandra e CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas. In: JELIN, Elizabeth (org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"*. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 195-244.

CARVALLO, Mauricio. El libro del "Gato". In: GAMBOA, Alberto. *Un viaje por el infierno*, Tomo Primero, La Partida. Santiago de Chile: Araucaria, 1984.

CASALS ARAYA, Marcelo. *El alba de una revolución. La izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “vía chilena al socialismo”. 1956-1970*. Santiago de Chile: LOM, 2010.

CASALS ARAYA, Marcelo. *La creación de la amenaza roja. Del surgimiento del anticomunismo en Chile a la “campaña del terror” de 1964*. Santiago de Chile: LOM, 2016.

CHICAGO COMMISSION OF INQUIRY INTO THE STATUS OF HUMAN RIGHTS IN CHILE. *Report of the Chicago Commission of Inquiry Into the Status of Human Rights in Chile*. Santiago de Chile, February 16-23, 1974.

CHILE. *Constitución Política de la República de Chile*: promulgada em 21 de outubro de 1980. Disponível em <https://www.camara.cl/camara/media/docs/constitucion_politica.pdf> Acesso em 11 jun. 2016.

CIARDIELLO, Micaela; NACHÓN RAMÍREZ, Mercedes. Movilización popular y construcción de la otredad negativa en Argentina (1969-1975): Una aproximación desde los discursos de La Prensa y La Opinión. *IX Jornadas de Sociología de la UNLP*, La Plata, 2016.

COMISIÓN DE SOLIDARIDAD CON MÉDICOS OBJETO DE REPESIÓN. *Porque fuimos médicos del pueblo. Los médicos asesinados durante la dictadura militar en Chile*. Santiago de Chile: Ediciones ChileAmérica Cesoc, 1993.

COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación [Informe Rettig]*. 2. ed. Santiago de Chile: Andros Impresores, 1996. Disponível em <http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html> Acesso em 16 maio 2016.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. *Nunca más*. Buenos Aires: EUDEBA, 1984.

COOPERATIVA. Gabriel Salazar: Luis Corvalán fue líder popular en todo el sentido de la palabra. **Cooperativa.cl**, 21 jul. 2010. Disponível em <<https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/politica/partido-comunista/gabriel-salazar-luis-corvalan-fue-lider-popular-en-todo-el-sentido-de/2010-07-21/192021.html>> Consultado em 21 mar. 2020.

CORVALÁN, Luis. *De lo vivido y lo peleado. Memorias*. Santiago de Chile: LOM, 1997.

CORVALÁN CASTILLO, Luis Alberto. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007.

COZZI, Adolfo. *Chacabuco. Pabellón 18, Casa 89*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2002.

COZZI, Adolfo. *Estadio Nacional*. Santiago de Chile: Universidad Bolivariana, 2008.

CRISTI, Renato. *El pensamiento político de Jaime Guzmán: autoridad y libertad*. Santiago de Chile: LOM, 2000.

CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogos e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 123-138.

DA, Ilario. *Relato en el frente chileno*. Barcelona: Blume, 1977.

_____. [Da, 1977a] Índice. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/index.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977b] Y a medianoche cantó el tué-tué. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap1.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977c] El gordo muere combatiendo. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap2.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977d] Sonia. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap3.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977e] La tortura física. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap4.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977f] Un comité de resistencia. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap5.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977g] No son tiempos para dudar. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap6.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977h] Esperando con Neruda. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap7.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977i] Campamento Saigón caerá. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap8.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977j] Casa Grande: centro de tortura. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap9.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977k] Triunfos y derrotas parciales. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap10.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977l] Los miguelitos. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap11.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977m] La reacción. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap12.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977n] La continua rotación. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap13.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977o] El traslado. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap14.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977p] Nuevo medio ambiente. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap15.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977q] Relaciones humanas: incomunicado. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap16.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977r] Golpes mortales al enemigo constante. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap17.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Da, 1977s] Segunda Parte. Disponível em <www.blest.eu/biblio/da/cap18.html> Acesso em 20 fev. 2018.

DEL VALLE, Juan. *Campos de Concentración en Chile 1973-1976*. Santiago de Chile: Mosquito Editores, 1997.

- DERRIDA, Jacques. *Demeure. Maurice Blanchot*. Paris: Galilée, 1998.
- DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento, 1964-1974*. Porto Alegre: PUCRS, 2002.
- DORFMAN, Ariel. *O longo adeus a Pinochet*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DUHALDE, Eduardo Luis. El Estado Terrorista y su faz clandestina. In: _____. *El Estado Terrorista Argentino. Quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: EUDEBA, 1999, p. 217-251.
- DRAGO, Tito. *Chile: Um duplo sequestro*. Brasília: Thesaurus, 1995.
- ELTIT, Diamela. *Signos vitales: escritos sobre literatura, arte y política*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2008.
- FEIERSTEIN, Daniel. Guerra, genocidio, violencia política y sistema concentracionario en América Latina. In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 9-32.
- FEIERSTEIN, Daniel. *Genocide as Social Practice. Reorganizing Society under the Nazis and Argentina's Military Juntas*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2014.
- FERREIRA, Marcelo. Genocidio reorganizador en Colombia (a propósito de una Sentencia del Tribunal Permanente de los Pueblos). In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 101-140.
- FIGUEROA, Virgilio. *Testimonio Sufrido*. 2. ed. Santiago de Chile: COMALA, 1991.
- FLORES CASTRO, Norberto. El relato testimonial de prisioneros políticos en Chile a partir de 1973. In: FLORES CASTRO, Norberto; BISAMA FERNÁNDEZ, Adolfo. *El Relato Testimonial Chileno 1973-1989*. Santiago de Chile: RIL, 2017, p. 21-85.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRUHLING, Hugo. Stages of Repression and Legal Strategy for the Defense of Human Rights in Chile: 1973-1980. *Human Rights Quarterly*, vol. 5, no. 4, 1983, p. 510-533.

GAMBOA, Alberto. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010.

GARI, Esteban de. Doctrina de Seguridad Nacional y políticas de contrainsurgencia en Honduras. In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 55-72.

GARRETÓN MERINO, Manuel Antonio; GARRETÓN MERINO, Roberto; GARRETÓN MERINO, Carmen. *Por la fuerza sin la razón. Análisis y textos de los bandos de la dictadura militar*. Santiago de Chile: LOM, 1998.

GARRETÓN, Roberto. ¿Qué es ser un torturador? Una perspectiva desde el derecho internacional de los derechos humanos. In: VERDUGO, Patricia (ed.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago de Chile: Catalonia, 2004, p. 141-159.

GINZBURG, Jaime. Literatura e direitos humanos. Notas sobre um campo de debates. In: UMBACH, Rosani Úrsula Ketzer (org). *Memórias da repressão*. Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, 2008. p. 187-207.

GONZÁLEZ, Mónica. *La Conjura: los mil y un días del golpe*. Santiago de Chile: Catalonia, 2012.

GUAJARDO, Guillermo. Chile: desaparición y olvido como política de Estado. *Ister (México, DF)*, México, n. 5, p. 25-40, 2001.

GUARELLO, Juan Cristóbal. Plan Z. *Publimetro*, Santiago de Chile, 20 ago. 2013. Disponível em <<http://www.publimetro.cl/nota/politico/la-columna-de-juan-cristobal-guarello-plan-z/xIQmht!0JvkVUb2w3eEI/>> Acesso em 2 jun. 2016.

GUTIÉRREZ TAPIA, Cristian. Para desconstruir las violencias de Estado. Educación en derechos humanos desde un sitio de memoria. *Argumentos*, UAM-Xochimilco, año 27, núm. 76, sept-dic. 2014, pg. 15-34.

GUZMÁN, Patricio. Catorce días en el camarín seis del Estadio Nacional. In: GUZMÁN, Patricio; SEMPERE, Pedro. *Chile: El cine contra el fascismo*. Valencia: Fernando Torres Editor, 1977.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HERTZ, Carmen. El Proceso. In: VERDUGO, Patricia (ed.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago de Chile: Catalonia, 2004, p. 61-89.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006. Disponível em < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6732>> Acesso em 11 jun. 2016.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos. Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HUYSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In _____. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014a, p. 155-176.

HUYSEN, Andreas. Usos tradicionais do discurso sobre o Holocausto e o colonialismo. In: _____. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014b, p. 177-194.

JASPERS, Karl. *A questão da culpa. A Alemanha e o nazismo*. São Paulo: Todavia, 2018.

JOUÍ JOUÍ, Sadi Renato. *Chacabuco y otros lugares de detención*. 3.ed. Valparaíso: Narrativa Punto Aparte, 2014.

JUNTA MILITAR DE GOBIERNO. *Bando N° 1*, 11 set. 1973. Disponível em <<http://bandos1973.blogspot.com.br/2011/06/bnado-n-11-de-septiembre-de-1973.html>> Acesso em 20 maio 2016.

JUNTA MILITAR DE GOBIERNO. *Declaración de Principios del Gobierno de Chile*, 11 mar. 1974. Disponível em <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0005.pdf> Acesso em 26 mar. 2018.

KELMAN, Herbert C. Violence without Moral Restraint: Reflections on the Dehumanization of Victims and Victimiziers. *Journal of Social Issues*, vol. 29, n. 4, 1973, p. 25-61.

KISSINGER, Henry. *White House Years*. New York: Simon & Schuster, 2011.

KORNBLUH, Peter. *The Pinochet File*. New York/London: The New Press, 2013.

KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

LAUB, Dori. Truth and Testimony. The Process and the Struggle. *American Imago*, vol. 48, no. 1, Psychoanalysis, Culture and Trauma, Spring 1991, p. 75-91.

LAWNER, Miguel. *Isla Dawson, Ritoque, Tres Álamos... La vida a pesar de todo*. Santiago: LOM, 2003.

LAWNER, Miguel. *Retorno a Dawson*. Santiago de Chile: LOM, 2004.

LECHNER, Norbert. Nuestros miedos. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 13, dez. 1998, p. 179-198.

- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- LIRA, Elizabeth. Psicología del Miedo y Conducta Colectiva en Chile. *Publicado en el Boletín de AVESPO (Asociación Venezolana de Psicología Social)*, Julio 1989.
- LORENZ, Chris. Unstuck in time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; VREE, Frank van; WINTER, Jay (org.). *Performing the Past: memory, history, and identity in Modern Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, p. 67-102.
- LOWY, Maxine. *Memoria latente. Una comunidad enfrentada por el desafío de los derechos humanos en Chile*. Santiago de Chile: LOM, 2016.
- MARÍN, Germán. *Una historia fantástica y calculada. La CIA en el país de los chilenos*. México: Siglo XXI, 1976.
- MARÍN, Gladys. Prólogo. In: CORVALÁN CASTILLO, Luis Alberto. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 7-10.
- MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional - algumas considerações sobre a Historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul-dez. 2013, p. 6-38.
- MERINO, José Toribio. *Bitácora de un almirante*. Memorias. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1998.
- MOLINARI, Lucrecia. El Salvador. De la masacre de 1932 a la guerra civil. In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 33-54.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MONTEALEGRE, Jorge. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003.

MONTEALEGRE, Jorge. Las memorias de un viaje por el infierno. In: GAMBOA, Alberto. *Un viaje por el infierno*. Santiago de Chile: Forja, 2010, p. 7-11.

MONTEALEGRE, Jorge. *Violeta Parra*. Instantes fecundos, visiones, retazos de memoria. Santiago de Chile: Universidad de Santiago de Chile, 2011.

MONTEALEGRE, Jorge. O medo se instalou desde o primeiro dia em Santiago. *Sul21*, Porto Alegre, 11 set. 2012. Entrevista concedida a Maurício Brum em junho de 2012. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/jorge-montealegre-e-o-11-de-setembro-o-medo-se-instalou-desde-o-primeiro-dia-em-santiago/>> Acesso em: 17 maio 2016.

MONTEALEGRE, Jorge. *Memorias Eclipsadas. Duelo y resiliencia comunitaria en la prisión política*. Santiago de Chile: Asterión, 2013.

MONTERO, Maritza. Construcción del Otro, liberación de sí mismo. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Universidad del Zulia (Venezuela), año 7, n. 16, marzo 2002, p. 41-51.

MONTES, Jorge. *La luz entre las sombras*. Barcelona: Bruguera, 1980.

_____. [Montes, 1980a] Índice. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/index.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980b] Presentación. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/pres.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980c] Introducción. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/intro.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980d] Capítulos I-X. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap1.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980e] Capítulos XI-XX. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap11.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980f] Capítulos XXI-XXX. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap21.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980g] Capítulos XXXI-XL. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap31.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980h] Capítulos XLI-L. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap41.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980i] Capítulos LI-LX. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap51.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980j] Capítulos LXI-LXX. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap61.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980k] Capítulos LXXI-LXXX. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap71.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980l] Capítulos LXXXI-XC. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap81.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Montes, 1980m] Capítulos XCI-XCVI. Disponível em <www.blest.eu/biblio/montes/cap91.html> Acesso em 20 fev. 2018.

MOUAT, Francisco. *Las siete vidas del Gato Gamboa*. Conversaciones con Alberto Gamboa, último director del diario Clarín. Santiago de Chile: Lolita Editores, 2012.

MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago de Chile: LOM/Arcis, 1997.

MOULIAN, Tomás. El gesto de Agüero y la amnesia. In: VERDUGO, Patricia (ed.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago de Chile: Catalonia, 2004, p. 45-59.

MUNIZAGA, Giselle; OCHSENIUS, Carlos. *El discurso público de Pinochet (1973-1976)*. Buenos Aires: Clacso, 1983.

MUÑOZ, Heraldo. *La sombra del dictador*. Barcelona: Paidós, 2009.

NICOLAZZI, Fernando. “História: memória e contramemória”. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, 2003, p. 217-234.

NOHLEN, Dieter. Chile. In: _____. *Elections in the Americas. A Data Handbook*, v. 2, South America. Oxford: Oxford University Press, p. 253-294.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment*. Adopted and opened for signature, ratification and accession by General Assembly resolution 39/46 of 10 December 1984. Disponível em
<<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CAT.aspx>>

ORREGO, Elizabeth; ZÚÑIGA, Gonzalo. *La solidaridad internacional con Chile: Una aproximación a la Comisión Internacional Investigadora de los crímenes de la Junta Militar en Chile*. Santiago de Chile: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 2011.

OTANO, Rafael. *Nueva crónica de la transición*. Santiago de Chile: LOM, 2006.

OYHANTÇABAL, Mercedes. Sistemas de vigilancia y control utilizados durante la dictadura uruguaya del período 1973-1985. *Revista Uruguaya de Enfermería (RUE)*, 10 (1), mayo 2015, p. 98-107.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *História & Luta de Classes*, v. 4, 2007, p. 43-49.

PAREDES AHLGREN, Raymundo. *¿Cuántas veces se puede matar a un hombre?* Santiago de Chile: Ediciones B, 2002.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 297-350.

PÉREZ RAMOS, Carlos José. El Genocidio en Chile: La construcción sociodiscursiva de la verdad. In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 183-219.

PÉRIÈS, Gabriel. La doctrina militar contrainsurgente con fuente normativa de un poder *de facto* exterminador basado sobre la excepcionalidad. In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 221-248.

PERIS BLANES, Jaume. *La Imposible Voz. Memoria y representación de los campos de concentración en Chile: la posición del testigo*. Santiago: Cuarto Propio, 2005.

PERIS BLANES, Jaume. *Historia del Testimonio Chileno. De las estrategias de denuncia a las políticas de memoria*. Quaderns de Filologia, Anejo LXIV, Universitat de Valencia, 2008.

PERIS BLANES, Jaume. Una poética de las ruinas: testimonio y alegoría de Aníbal Quijada. *Revista Chilena de Literatura*, n. 74, abril 2009, p. 99-121.

PERIS BLANES, Jaume. Un viaje por el infierno, de Alberto Gamboa: escritura testimonial e imaginario de la reconciliación. *Literatura y Lingüística*, Santiago de Chile, n. 24, 2011, p. 81-96.

PÉROTIN-DUMON, Anne. “El pasado vivo de Chile en el año del Informe sobre la Tortura”. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, n. 5, 2005. Disponível em <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/954>> Acesso em 13 maio 2018.

PINOCHET, Augusto. *El día decisivo: 11 de septiembre de 1973*. 4.ed. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1980.

PINTO, Myriam. *Amor Subversivo. Epistolario Testimonial: 1973-2017*. Santiago de Chile: Ediciones Radio Universidad de Chile, 2017.

POLITZER, Patricia. *Miedo en Chile*. Santiago de Chile: CESOC, 1985.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

QUIJADA, Aníbal. *Cerco de púas*. La Habana: Casa de las Américas, 1977.

- _____. [Quijada, 1977a] Índice. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/index.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977b] Recibimiento. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap1.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977c] Entre latas. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap2.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977d] El capitán de los círculos. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap3.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977e] Las guardiãs. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap4.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977f] El hombre calafate. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap5.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977g] Doctor de cambios. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap6.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977h] Menos uno, más uno. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap7.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977i] El aullido volador. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap8.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977j] Distensión. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap9.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977k] Visitantes de Dawson City. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap10.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977l] El “palacio de las sonrisas”. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap11.html> Acesso em 20 fev. 2018.
- _____. [Quijada, 1977m] Primeros rematados. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap12.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Quijada, 1977n] Visitas y sorpresas. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap13.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Quijada, 1977o] Adiós al barracón. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap14.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Quijada, 1977p] Isla Dawson. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap15.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Quijada, 1977q] Prisioneros de guerra. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap16.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Quijada, 1977r] Primera Navidad. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap17.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Quijada, 1977s] Halcón 29. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap18.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Quijada, 1977t] Libertad condicional. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap19.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Quijada, 1977u] Cerco de púas. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap20.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Quijada, 1977v] Paréntesis de perros. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap21.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Quijada, 1977w] Elegía al barracón. Disponível em <www.blest.eu/biblio/quijada/cap22.html> Acesso em 20 fev. 2018.

RANALLETTI, Mario. Contrainsurgencia, catolicismo intransigente y extremismo de derecha en la formación militar argentina. Influencias francesas en los orígenes del terrorismo de Estado (1955-1976). In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 249-280.

REVELAN fraude en plebiscito que aprobó constitución de 1980. *La Nación*, Santiago de Chile, 11 jun. 2012. Disponível em <<http://www.lanacion.cl/revelan-fraude-en-plebiscito-que-aprobo-constitucion-de-1980/noticias/2012-06-11/115506.html>> Acesso em 27 maio 2016.

REYES, Francisco. *Testigo Presencial*. 5. ed. Santiago de Chile: Fértil Provincia, 1991.

RICHARD, Nelly. Los derechos humanos bajo la dictadura de Pinochet: lo impúdico y lo público. *Sociocriticism*, Montpellier (Institut international de sociocritique, Université Paul-Valéry), vol. 11, issues 1-2, 1995, p. 177-188.

RICO, Álvaro. Prácticas estatales criminales en dictadura y relaciones sociales degradadas en democracia. In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 141-160.

RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 55e année, n. 4, 2000, p. 731-747.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Unesp, 2016.

ROJAS, Rodrigo. *Jamás de rodillas. Acusación de un prisionero de la Junta fascista de Chile*. Moscú: Editorial de la Agencia de Prensa Novosti, 1974.

ROJAS BAEZA, Paz. Romper el silencio. In: VERDUGO, Patricia (ed.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago de Chile: Catalonia, 2004, p. 161-180.

ROJAS BAEZA, Paz. *Recordar. Violación de derechos humanos: una mirada médica, psicológica y política*. Santiago de Chile: LOM, 2017.

RONIGER, Luis; SZNAJDER, Mario. *The legacy of human rights violations in the Southern Cone. Argentina, Chile, and Uruguay*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

ROSTICA, Julieta Carla. Interpretaciones de la historia reciente y memoria colectiva. Guatemala y el proceso de democratización. In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros/PNUD, 2009, p. 73-99.

- RUZ ZAÑARTU, Gustavo. Nota del editor. In: CORVALÁN CASTILLO, Luis Alberto. *Viví para contarlo*. Santiago de Chile: Tierra Mía, 2007, p. 5-6.
- SALAZAR, Manuel. *Las letras del horror*. Tomo I: La DINA. Santiago de Chile: LOM, 2011.
- SALINAS, Luis Alejandro. *The London Clinic*. Santiago de Chile: LOM, 1999.
- SANTOS HERCEG, José. “Intelectuales en prisión. Resistencia cultural en los espacios del terror de la dictadura”. *Palimpsesto. Revista de Estudios Sociales Iberoamericanos*, VIII (11), 2017, p. 19-36.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo, una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- SCARRY, Elaine. *The Body in Pain. The Making and Unmaking of the World*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1985.
- SECRETARÍA GENERAL DE GOBIERNO. *Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: Lord Cochrane, 1973.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003a, p. 59-88.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003b, p. 371-385.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito Pós-Fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: SARMENTO-PANTOJA, Augusto; CORNELSEN, Élcio Loureiro; SARMENTO-PANTOJA, Tânia (Org.). *Literatura e cinema de resistência: novos olhares sobre a memória*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013, p. 123-138.

SEPÚLVEDA CONTRERAS, Manuel; MONTEALEGRE ITURRA, Jorge; CHEVARRÍA CONTRERAS, Rafael. *¿Apagón cultural? El libro bajo la dictadura*. Santiago de Chile: Editorial Asterión, 2017.

SIMÓN, Paula. El testimonio, un texto en busca de definición. El caso de los testimonios sobre los campos de concentración y el exilio en España y Argentina. *Granma*, XXV, 52, 2014, p. 61-74.

SOHR, Raúl. Secretario de Prensa de la Junta Militar sobre el Plan Z: "Fue una gran maniobra de guerra psicológica". *The Clinic*, Santiago de Chile, 2 set. 2013. Disponible em <<http://www.theclinic.cl/2013/09/02/el-plan-z-la-mentira-que-ensangrento-a-chile/>> Acceso em 29 maio 2016.

SOTO, Óscar. *El último día de Salvador Allende*. Barcelona: RBA, 2008.

SUCASAS, Alberto. Anatomía del *Lager* (Una aproximación al cuerpo concentracionario). *Isegoría*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Instituto de Filosofía), n. 23, 2000, p. 197-207.

STERN, Steve J. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet's Chile, 1973-1988*. Durham: Duke University Press, 2006.

STERN, Steve J. *Recordando el Chile de Pinochet*. En vísperas de Londres 1998. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2009.

STERN, Steve J. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Durham: Duke University Press, 2010.

TINAJERO, Araceli. Cipango, la generación NN y la poesía de la violencia en Chile. A *Contracorriente*, North Carolina State University, v. 8, n. 1, 2010, p. 448-452.

Disponible em

<http://www.ncsu.edu/contracorriente/fall_10/reviews/Tinajero_rev.pdf> Acceso em 19 mai. 2014.

TORRES, Osvaldo. *Democracia y Lucha armada*. MIR y MLN-Tupamaros. Santiago de Chile: Pehuén, 2012.

TOURAINÉ, Alain. *Vida e Morte do Chile Popular*. Amadora: Bertrand, 1974.

TRAVERSO, Enzo. Historia y Memoria. Notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (comp.). *Historia reciente: Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

UNNOLD, Yvonne. *Representing the Unrepresentable. Literature of Trauma under Pinochet in Chile*. New York: Lang, 2002.

VALDÉS, Hernán. *Tejas Verdes. Diario de un campo de concentración en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: Taurus, 2017.

VERDUGO, Patricia. *Chile, 1973. Como os EUA derrubaram Allende*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

VERDUGO, Patricia (ed.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago de Chile: Catalonia, 2004.

VERISSIMO, Luis Fernando. O velhinho. In: _____. *Outras do analista de Bagé*. 23. ed. Porto Alegre: L&PM, 1982, p. 90-92.

VETÖ, Silvana. Prácticas genocidas en la dictadura chilena. *Lecturas*, Santiago de Chile, 2011, p. 1-25.

VILLEGAS, Sergio. *El Estadio*. Los crímenes de la Junta Militar. Buenos Aires: Cartago, 1974.

_____. [Villegas, 1974a] Índice. Disponível em <www.blest.eu/biblio/villegas/intro.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Villegas, 1974b] Estadio Chile, Estadio Nacional. Disponível em <www.blest.eu/biblio/villegas/uno.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Villegas, 1974c] En las provincias. Disponível em <www.blest.eu/biblio/villegas/dos.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Villegas, 1974d] Verdad y mentira bajo la dictadura. Disponível em <www.blest.eu/biblio/villegas/tres.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Villegas, 1974e] Testimonios: educación, salud y cine. Disponível em <www.blest.eu/biblio/villegas/cuatro.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Villegas, 1974f] Querido compañero presidente. Disponível em <www.blest.eu/biblio/villegas/cinco.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Villegas, 1974g] Lo que importa es lo que viene. Disponível em <www.blest.eu/biblio/villegas/seis.html> Acesso em 20 fev. 2018.

VIÑAR, Maren; VIÑAR, Marcelo. *Fracturas de memoria. Crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Trilce, 1993.

VITALE, Luis. *La vida cotidiana en los campos de concentración de Chile*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1979.

VUSKOVIC ROJO, Sergio. *Dawson*. Madrid: Michay, 1984.

_____. [Vuskovic, 1984a] Índice. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/index.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984b] Advertencia. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/intro.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984c] La hora negra. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap1.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984d] Seis horas cuarenta y cinco. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap2.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984e] Un campo de exterminio. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap3.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984f] Más marxistas de lo que entraron. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap4.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984g] La voz del río. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap5.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984h] 5 de marzo de 1974. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap6.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984i] 15 de marzo de 1974. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap7.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984j] Testimonio de Victoria Morales de Tohá. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap8.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984k] Testimonio del General Sergio Poblete. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap9.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984l] Un poema del General Bachelet. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap10.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984m] “Amo la vida”. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap11.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984n] Río Chico. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap12.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984o] Siete horas treinta. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap13.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984p] La vida en la isla. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap14.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984q] Testimonio de Orlando Letelier. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap15.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984r] 11 de septiembre de 1974. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap16.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984s] Fuego. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap16b.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984t] Ocho horas, cero cero. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap17.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984u] Testimonio de Clodomiro Almeyda. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap18.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984v] El monasterio de Chateng por la noche. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap19.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984w] Testimonio de Benjamin Tepliski. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap20.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984x] Plan de aniquilamiento físico. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap21.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984y] Nueve horas, cero cero. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap22.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984z] Testimonio de Osvaldo Puccio. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap23.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984aa] Testimonio de Stanley Faulkner. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap24.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984ab] Testimonio de Enrique Kirberg. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap25.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984ac] Actividades educativas y sociales. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap26.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984ad] Doce horas, cero cero. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap27.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984 ae] Testimonio de Pedro Felipe Ramírez. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap28.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984 af] La muerte de la crisálida. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap29.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984 ag] Catorce horas, cero cero. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap30.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984 ah] Testimonio de Adolfo Silva González. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap31.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984ai] Premio Lenin. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap32.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984aj] Cartas de Luis Corvalán a sus hijos. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap33.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984ak] Testimonio de Luis Alberto Corvalán. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap34.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984al] Conversación com Carlos Zanzi. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap35.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984am] La isla era hermosa... Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap36.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984an] Diecinueve horas, cero cero. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap37.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984ao] Testimonio de Luis Corvalán. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap38.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984ap] Amarillo blanco. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap39.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984aq] Cero horas, cero cero. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap40.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984ar] El espíritu de Dawson. Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap41.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Vuskovic, 1984as] ¿Qué habéis hecho de la isla? Disponível em <www.blest.eu/biblio/dawson/cap42.html> Acesso em 20 fev. 2018.

WAISS, Óscar. *Chile: Ni siquiera una tumba*. Relatos de la prisión y del exilio. Madrid: Mayler, 1977.

_____. [Waiss, 1977a] Sumario. Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/index.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977b] El autor. Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/presentacion.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977c] A manera de explicación. Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/intro.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977d] La muerte. Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap1.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977e] Caldo de cabeza. Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap2.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977f] Eunucos. Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap3.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977g] El instinto. Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap4.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977h] El destino. Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap5.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977i] Las voces. Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap6.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977j] Relatos del exilio (I). Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap7.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977k] Relatos del exilio (II). Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap8.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977l] Relatos del exilio (III). Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap9.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977m] Relatos del exilio (IV). Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap10.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977n] Relatos del exilio (V). Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap11.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977o] Relatos del exilio (VI). Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap12.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977p] Relatos del exilio (VII). Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap13.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Waiss, 1977q] Relatos del exilio (VIII). Disponível em <www.blest.eu/biblio/waiss/cap14.html> Acesso em 20 fev. 2018.

WIEVIORKA, Annette. *The Era of the Witness*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

WITKER, Alejandro. *Prisión en Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

_____. [Witker, 1975a] Índice. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/index.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Witker, 1975b] Prólogo. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/prologo.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Witker, 1975c] Introducción. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/intro.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Witker, 1975d] 1. Pesadilla en la isla. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/cap1.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Witker, 1975e] 2. La revancha de los terratenientes. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/cap2.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Witker, 1975f] 3. El golpe en la Universidad. Disponível em <<www.blest.eu/biblio/witker/cap3.html>> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Witker, 1975g] 4. La batalla de los murales. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/cap4.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Witker, 1975h] 5. Navidad en el Estadio. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/cap5.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Witker, 1975i] 6. Chacabuco: regreso al origen. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/cap6.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Witker, 1975j] 7. Locura en tiempos de guerra. Disponível em <www.blest.eu/biblio/witker/cap7.html> Acesso em 20 fev. 2018.

_____. [Witker, 1975k] 8. La reja quedó atrás. Disponível em
<www.blest.eu/biblio/witker/cap8.html> Acesso em 20 fev. 2018.

ZHURZHENKO, Tatiana. Heroes into victims. *Eurozine*, 31 oct. 2012. Disponível em
<<http://www.eurozine.com/heroes-into-victims/>> Acesso em 10 jun. 2017.